FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.314 QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00

Brasil desperdiçou 39 milhões de doses de vacina da Covid

Maior parte do imunizante, estimado em R$ 2 bilhões, venceu em janeiro; governo Lula culpa gestão Bolsonaro

SAÚDE PÚBLICA O Brasil desperdiçou ao menos 38,9 milhões de doses de vacina contra a Covid, ou o equivalente a R$ 2 bilhões, mostram dados do Ministério da Saúde. A maior parte, 27,1 milhões, expirou em janeiro deste ano, repassada sem tempo hábil de aplicação pela gestão Jair Bolsonaro (PL), à qual o governo Lula (PT) atribui o desperdício.

Em 2022, venceram 9,9 milhões, e em 2021, 2 milhões.

O ministério alerta que mais 5 milhões de doses perdem a validade até junho.

Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente da pasta, disse que os dados de estoques não haviam sido compartilhados pela equipe de Bolsonaro e culpa o negacionismo e a falta de alinhamento com gestores locais pelo desperdício.

O então presidente fomentou a desconfiança na segurança dos imunizantes.

Procurado, o ex-ministro Marcelo Queiroga afirmou que o controle dos lotes cabia a seus secretários e que a adesão à vacinação caiu quando a Covid arrefeceu, no semestre passado.

Segundo ele, foi descartado sobretudo fármaco produzido pela Fiocruz.

A campanha de vacinação no Brasil começou no fim de janeiro de 2021. Desde então, foram aplicados 399 milhões de doses. Saúde B1

Gabriel de Paiva/Agência O Globo

HOMENAGENS MARCAM CINCO ANOS SEM MARIELLE

A viúva Monica Benicio é abraçada diante de escultura de Marielle Franco, inaugurada no Museu de Arte do Rio para lembrar os 5 anos do assassinato da então vereadora Cotidiano B3

esporte B7

Paris enfrenta greve geral, mas aposta em cenários históricos a 500 dias dos Jogos

ilustrada C1

Memórias de um crítico

Biografia de Ai Weiwei ganha tradução, e artista diz que censura na China só aumenta

Alta de mortes maternas reflete iniquidades raciais e regionais

Saúde B2

Eficácia de máscara é questionada para doença respiratória

Saúde B1

Vias inacabadas do trecho norte do Rodoanel, perto do Jardim Damasceno, em São Paulo; governo espera entregar obra em 2026 Danilo Verpa/Folhapress

Ex-ministro muda versão e diz que joias eram da União

O ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) mudou sua versão sobre os conjuntos de joias sauditas. Ele disse à PF que se tratava de presentes ao governo brasileiro e que "apenas supôs" serem destinados a Jair e Michelle Bolsonaro. Política A10

Alesp toma posse com nova elite e oposição ampliada

Legislativo paulista terá nova cúpula, com predomínio do PL — da base do governo Tarcísio de Freitas — em detrimento do PSDB, que ficou com a 3ª maior bancada, atrás também do PT. Casa vê esquerda turbinada e recorde de mulheres e negros. Política A4

Morre Eliseu Padilha, ministro em três governos

Política A13

Com previsão para 2026, Rodoanel Norte é leiloado

O consórcio Via Appia FIP, da gestora Starboard, foi o vencedor do leilão do trecho norte do Rodoanel. O grupo ofereceu desconto de 23,1% sobre o valor estimado em R$ 1,4 bilhão a ser pago pelo estado de São Paulo para concluir a obra. O governador Tarcísio de Freitas prevê entregar a extensão, paralisada há 5 anos, até junho de 2026. Mercado A16

EUA acusam Rússia de derrubar drone em colisão no mar Negro

Aeronave não tripulada MQ-9 Reaper caiu em águas internacionais ao sul da Ucrânia, após manobra de caça russo, segundo Washington. Moscou nega uso de armas ou contato e diz que o aparelho violou seu espaço aéreo. Mundo A14

Café 'sustentável' é autuado por trabalho análogo ao escravo A19

Com ativos seguros, SVB quebrou após confluência de erros

Apesar de ter grande parte do capital aplicado em títulos quase sem risco, o Banco do Vale do Silício quebrou por confluência de erros, que vão da falta de estratégia para compensar perdas após precisar vender títulos à falha em conter pânico de clientes. Mercado A22

Em meio a plano de demissões, lucro da Eletrobras cai 36%

A Eletrobras lucrou R$ 3,6 bilhões em 2022, 36% a menos que no ano anterior. No 4º trimestre, houve prejuízo de R$ 479 milhões. Privatizada, a empresa reservou R$ 1,2 bilhão para plano de demissão — a meta é cortar 20% do quadro. Mercado A17

Hélio Schwartsman

Guerra dos batismos

O Metrô de São Paulo, agora sob Tarcísio de Freitas, decidiu trocar o nome de uma futura estação de Paulo Freire para Fernão Dias. Sugiro deixarmos de batizar logradouros com nomes de pessoas. O herói de um gestor pode ser o vilão do sucessor. Opinião A2

EDITORIAIS A2

Pisando em ovos

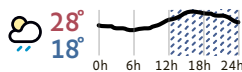
Sobre relação delicada entre Lula e o Congresso.

Derrota para o HPV

Acerca de adesão insatisfatória à vacinação no país.

ATMOSFERA

São Paulo hoje: 28° 18°

0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

Amanhã	Sexta	Sábado
17° 28°	16° 28°	17° 29°

ISSN 1414-5723

9 771414 572049 34314

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pisando em ovos

Entende-se que Lula não tem como brigar com o Congresso, mas é preciso dar início a uma agenda

Concebidas como um instrumento para que o presidente da República seja capaz de ditar a agenda de governo, as medidas provisórias hoje evidenciam as dificuldades de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em lidar com um Congresso que acumulou poder nos últimos anos.

As MPs são editadas pelo Palácio do Planalto para providências urgentes, têm força de lei e entram em vigor imediatamente —só deixam de valer se forem rejeitadas ou não votadas pelos parlamentares em até 120 dias. Sem elas, não seria possível nem mesmo a tradicional reconfiguração dos ministérios nos inícios de mandato.

Muito se discutiu no passado recente sobre o emprego abusivo desse recurso. Hoje, os problemas de Lula são bem mais comezinhos.

O petista se vê pressionado a intervir em um impasse entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em torno do rito de tramitação das MPs. É o tipo de questão que só desperta interesse nos salões de Brasília, mas que pode paralisar os atos do governo.

Pacheco quer que a apreciação das medidas do Executivo comece por uma comissão formada por deputados e senadores, como determina a Constituição; já Lira quer manter por mais tempo uma norma extraordinária, adotada na pandemia, pela qual se dispensa essa primeira etapa —e o processo tem início no plenário da Câmara.

É evidente que, do ponto de vista formal, o chefe do Senado está coberto de razão. O que está em jogo, porém, é a capacidade do todo-poderoso líder dos deputados de interferir em atos vitais do governo.

Enquanto isso, 11 MPs de Lula estão empacadas no Congresso, o que vai da criação de ministérios ao pacote para reduzir o déficit do Tesouro Nacional —e o Planalto pisa em ovos para não melindrar nenhuma das Casas legislativas enquanto negocia uma solução.

O presidente, afinal, conta com uma coalizão sofrível no Parlamento, e sua eleição, embora recente, se deu por margem mínima de votos. Não pode se dar ao luxo, portanto, de desperdiçar capital político.

A mesma fragilidade explica por que Lula aceitou um montante recorde de R$ 46,3 bilhões em emendas de deputados e senadores no Orçamento deste ano, além de manter o loteamento político da estatal Codevasf, que gerou desmandos revelados por este jornal sob Jair Bolsonaro (PL).

As mostras de pragmatismo são compreensíveis, ainda mais diante da força do bolsonarismo, mas a governabilidade não pode se limitar a evitar crises com o Congresso.

Urge que Lula apresente as prioridades de seu programa de governo, a começar, de preferência, pela norma de contenção da dívida pública e pela reforma tributária.

Derrota para o HPV

Brasil precisa ampliar cobertura vacinal contra vírus que causa tipos de câncer de alta incidência

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o papilomavírus humano (HPV) é responsável por mais de 95% dos casos de câncer de colo uterino, que causa cerca de 340 mil mortes por ano no mundo. Mas a contaminação não atinge apenas mulheres, já que os cânceres colorretal, no pênis e na orofaringe também estão relacionados ao vírus.

Felizmente, há imunizantes. O problema, no Brasil, é que a vacinação enfrenta dificuldades.

Em 2022, não se atingiu a meta de 80% de cobertura na faixa etária de 9 a 14 anos —para adultos, o imunizante é ofertado a pessoas vivendo com HIV/Aids, transplantados e pacientes oncológicos.

Segundo o Ministério da Saúde, a adesão entre meninas foi de 75,9% na primeira dose e de 57,4% na segunda. Já entre os meninos, foi ainda menor: 52,3% e 36,6%.

A situação é preocupante, dado que o Instituto Nacional de Câncer estima 17 mil novos casos em 2023, e o câncer cervical é o terceiro mais comum em mulheres, causando mais de 6.000 mortes por ano.

Ademais, estima-se que o câncer colorretal será o terceiro mais comum em casos por 100 mil habitantes para ambos os sexos —20,8 em homens e 21,4 em mulheres. A vacina contra o HPV, portanto, não pode ser exclusiva para garotas.

Campanhas de esclarecimento também podem diminuir moralismos, já que o HPV é transmitido por relação sexual e há pais que não vacinam seus filhos alegando que eles não têm vida sexual ativa.

Especialistas também consideram que fake news que exageram e inventam reações graves possam estar relacionadas à baixa cobertura —mas a vacina é segura e produz efeitos adversos comuns, como dor no local da aplicação e febre.

A dificuldade com o HPV faz parte de um fenômeno nacional mais amplo de queda nos índices de vacinação. A cobertura contra a poliomielite, por exemplo, vem caindo desde 2016, quando ficou abaixo dos 90%, chegando a 76,1% em 2020 e a 69,9% em 2021.

Deve-se também adequar campanhas e logísticas às realidades regionais. Só Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina obtiveram mais de 50% de cobertura na segunda dose para meninos, enquanto o Amapá teve 19,70% e o Acre apenas 10,44%.

A ciência conhece o vírus e desenvolveu vacinas. O Brasil tem expertise na imunização em amplo território pelo SUS. Não há desculpa para que as futuras gerações ainda tenham de lidar com tipos de câncer que têm causa tratável.

Guerra dos batismos

Hélio Schwartsman

Essa foi no fígado. O Metrô de São Paulo, que é controlado pelo governo do estado, agora sob gestão do neobolsonarista Tarcísio de Freitas, decidiu trocar o nome de uma futura estação da linha 2-verde de Paulo Freire para Fernão Dias.

Paulo Freire (1921-97), se você chegou há pouco de Marte, é um educador brasileiro, dono de uma obra acadêmica muito prestigiada tanto aqui como no exterior e que foi secretário municipal da Educação de São Paulo na gestão da então petista Luiza Erundina (1989-92). Acabou se convertendo numa espécie de herói da esquerda, o que lhe vale ataques de políticos como Jair Bolsonaro.

Já Fernão Dias (c. 1608-1681) foi um bandeirante paulista. Ele é anterior à própria distinção entre esquerda e direita, que é do fim do século 18, mas, nos últimos anos, com o crescimento dos movimentos identitários, bandeirantes vêm sendo execrados pelo tratamento que dispensavam a índios. Tornaram-se alvos prioritários da esquerda e, por isso mesmo, heróis da direita.

Nesse contexto, a troca de nome representa, para a esquerda, um duplo golpe. Não apenas um de seus representantes teve sua justa homenagem cassada como também, ainda pior, a honraria foi transferida para um protofascista. Seria um troco pelo rebatismo do Minhocão, que deixou de ser elevado Presidente Costa e Silva para tornar-se elevado Presidente João Goulart?

O Metrô, é claro, oferece uma explicação mais singela. Diz que o nome Paulo Freire era provisório e que a mudança foi decidida após consulta a moradores da região.

Como a tendência de travar as guerras culturais em todos os teatros possíveis parece ter vindo para ficar, minha sugestão é que deixemos de batizar logradouros com nomes de pessoas. O herói de um gestor pode ser o vilão de seu sucessor. Para evitar o fenômeno do rebatismo retaliatório e as confusões referenciais que ele gera, acho que deveríamos passar a usar só números e nomes comuns.

helio@uol.com.br

Levantando o tapete

Bruno Boghossian

Menos de 72 horas depois da virada do governo, a cúpula da Receita recebeu detalhes de como a máquina bolsonarista havia operado dentro do órgão nos anos anteriores. Numa reunião em 3 de janeiro, o corregedor João José Tafner relatou que, durante a gestão de Jair Bolsonaro, ele foi pressionado a enterrar investigações sobre o acesso ilegal de dados fiscais de desafetos do presidente.

A devassa, como revelou a **Folha**, atingiu o ex-aliado Paulo Marinho, o ex-ministro Gustavo Bebianno e o coordenador das investigações sobre as rachadinhas nos gabinetes do clã Bolsonaro. Os acessos ocorreram em 2019, mas uma estrutura montada pelo governo atuava para encobrir delitos praticados em nome dos interesses do presidente.

Bolsonaro se beneficiou de uma rede que fazia silêncio diante de movimentações para interferir politicamente em órgãos sensíveis. O grupo do então presidente alojou em cargos-chave aliados dispostos a fazer o trabalho sujo, exerceu pressão sobre outros servidores, dinamitou mecanismos de transparência e domesticou instituições de controle.

O dirigente da Receita que espionava adversários de Bolsonaro participou de reuniões em segredo dentro do Palácio do Planalto, na época do acesso ilegal àquelas informações. O corregedor do órgão disse ter sido orientado por dois chefes a engavetar as investigações sobre o caso.

Outras histórias que estavam escondidas debaixo do tapete viram a luz do dia com a mudança de comando no Planalto. Bolsonaro e aliados operaram dentro da Receita para pôr as mãos nas joias sauditas por 14 meses, antes que o jornal O Estado de S. Paulo noticiasse o caso. Na Abin, uma ferramenta secreta permitiu que o governo monitorasse a localização de até 10 mil celulares por quase dois anos e meio, como mostrou O Globo.

Bolsonaro conseguiu evitar que essas bombas estourassem enquanto estava no poder, mas também deixou rastros pelo caminho. Sem uma tropa de choque para blindar o ex-presidente, mais sujeira pode aparecer.

Uma mulher no Supremo

Mariliz Pereira Jorge

Não há nada que justifique uma eventual indicação de Cristiano Zanin ou de qualquer outro homem branco ao Supremo Tribunal Federal. Nada além do uso de uma das instituições que é pilar da democracia para que o presidente Lula faça um afago em seu advogado ou em alguém que não trará a representatividade que se faz urgente na casa.

Tivesse o tribunal lotado de mulheres ainda assim seria um acinte em relação ao princípio de impessoalidade na escolha da figura que vai ocupar um cargo por décadas. Zanin representa Lula desde 2013. Apenas. Nem o currículo adequado preencheria as exigências, mas estão aí Nunes Marques e André Mendonça deixados como parte da herança maldita de Jair Bolsonaro.

Recentemente, Lula contradisse suas próprias falas ao afirmar que "todo mundo compreenderia" a escolha de Zanin, diferentemente do que afirmou na época da eleição: "não é prudente, não é democrático querer ter ministros da Suprema Corte como amigos". Com exceção da turma do "passo pano mesmo para o meu político", é incompreensível para qualquer pessoa com dois neurônios livres de cooptação ideológica que a discussão não seja em torno de possíveis nomes de mulheres, de negros ou de uma mulher negra.

Lula se comprometeu com causas feministas, tem afinado o discurso para acompanhar as muitas demandas —nem de longe parece o ex-presidente brucutu que cantava música que comparava mulheres a cadelas—, mas não pode ser da boca para fora.

Um problema maior que a questão salarial é o número de mulheres em posição de liderança. Nos cursos de direito somos maioria, mas no Judiciário magistradas são só 38,8%, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Não adianta apresentar projeto que garante igualdade salarial —até porque já existe lei para isso— quando na oportunidade de indicar uma mulher para o cargo mais alto da Justiça o presidente cogita escolher o de sempre: um homem; branco.

Empregos desejáveis

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Quando um político afirmar que seu novo e maravilhoso "programa" pago com o seu dinheiro "cria empregos", cuidado. E se um economista usar o mesmo vocabulário de "criação de empregos" e "efeitos multiplicadores", coloque-o numa lista de não economistas que se dizem economistas.

Tenho uma lista deles para os Estados Unidos e o começo de uma outra lista para a Europa. A maioria dos economistas franceses e muitos italianos estão nela. Thomas Piketty, Mariana Mazzucato...

Você não "cria empregos" gastando dinheiro. Você os cria pensando em novas maneiras de fazer as coisas, enriquecendo a todos nós.

O software de computador foi inventado por Alan Turing e deu emprego a milhões; trabalhadores saíram de empregos menos lucrativos.

O lance "bicicleta" no futebol foi inventado por Ramon Unzaga e depois deu emprego a Pelé e a outros jogadores que sabiam fazê-lo, para deleite dos clientes pagantes.

A ratatouille foi inventada por inúmeras donas de casa no sudeste da França e depois deu empregos lucrativos a inúmeros restaurantes em todo o mundo. O prato figurou no centro do filme de animação "Ratatouille", que foi em si uma inovação. E assim por diante, em milhões de inovações, grandes e pequenas, desde que a igualdade de permissão começou no liberalismo, dois séculos atrás.

Se você tem permissão para abrir um salão de cabeleireiro no bairro, você cria empregos, mas apenas se for uma boa ideia e se render dinheiro. Se tudo o que você faz é jogar dinheiro no salão, o que acaba sendo uma ideia burra, não há criação envolvida. Apenas destruição. Desperdício. Sim, às vezes vale a pena desperdiçar, porque ninguém é perfeitamente previdente. Mas a verdadeira geração de empregos vem da criatividade bem-sucedida. Não de mero gasto.

Mas espere. Não é verdade que se um político aconselhado por Mazzucato gastar dinheiro mesmo em uma má ideia, como o avião franco-britânico Concorde, com certeza as pessoas conseguirão empregos? E esses engenheiros e pilotos gastam dinheiro, o que, como um "multiplicador", acaba "criando empregos" para, digamos, serem gastos em restaurantes que vendem ratatouille. Um estádio de futebol financiado pelo Estado "gera empregos". Sim?

Não, errado de novo. Mero gasto; se não for verdadeiramente inovador, apenas transfere empregos de uma parte da economia para uma outra, sem ganho líquido —uma baiana fazendo acarajé no estádio; ela poderia vender lá fora do estádio.

São os ganhos líquidos que nós queremos.

Vamos, Mazzucato e Piketty, o estado é notoriamente ruim nisso.

Tradução de Luiz Roberto Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Polícia Civil paulista: não são só números

Dados mostram paradoxo, pois nunca se prendeu e condenou tanto no estado

Ivana David e Willian Sampaio
Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo
Advogado, foi subsecretário de Projetos Estratégicos (2007-08) e secretário-adjunto da Segurança Pública de São Paulo (2009-10; governo Serra)

Tem sido usual mostrar números ou gráficos para deixar uma situação parecer autoexplicativa, mesmo quando não é. Juntam-se a isso alguns especialistas para, equivocadamente, criticar a formação técnica da polícia e outros a dizer sobre a (má) qualidade da investigação, o que propicia arquivamento de inquérito (?).

Reportagem desta **Folha** ("SP tem mais policiais para cuidar de presos do que para investigar crimes", 6/3) é um exemplo. O texto diz, e aqui acertadamente, que, em números absolutos, toda a Polícia Civil soma 26.350 policiais, dados do final do ano passado, o que representa o menor efetivo da série histórica obtida pela **Folha**, iniciada em 1991. Já a Polícia Penal tem 29.241 servidores.

Os números por si só, entretanto, não consideram a evolução histórica e mostram um paradoxo, pois nunca se prendeu e condenou tanto. Em outra reportagem publicada pela **Folha** ("Número de presos em São Paulo quadruplica sob governos do PSDB", 20/5/19), há uma parte ponderável da equação: quando Mario Covas assumiu (1995, época da máquina de escrever), São Paulo tinha 55 mil presos. A mesma reportagem apontou que, em 2019, o número chegou a 235 mil presos —aumento substancial, sobretudo após a Lei Antidrogas. Bem por isso, o número de unidades prisionais saltou de 42 para 178 e, por consequência, o de agentes de segurança, hoje policiais penais, também cresceu.

De outro lado, embora haja sempre a necessidade de recompor quadros nas polícias, há outra parte ponderável: a tecnologia mudou o trabalho nos últimos 20 anos. A criação da Delegacia Eletrônica, a implantação do BO eletrônico e do inquérito policial eletrônico são exemplos disso. Essas ferramentas alteraram a rotina da parte que muito consome o trabalho da polícia judiciária por conta da vetusta legislação processual penal: a atividade cartorial.

O que a reportagem aponta é uma parte da discussão sobre segurança pública que passa pela gestão (número de policiais, salários, equipamentos, tecnologia), mas também, e necessariamente, pela revisão de legislação e financiamento.

O novo Código de Processo Penal, que tramita há 12 anos no Congresso Nacional, é um exemplo. Uma boa alteração, dentre outras mais, está na citação do réu, que poderia se dar por edital, inclusive. Hoje, como o denunciado não é citado, pois não o localizam no seu "endereço", ele sai pela porta da frente nas audiências de custódia, mesmo quando já deveria estar a responder por dois ou três crimes anteriores. A polícia faz sempre um retrabalho.

> **[...]**
> Embora haja sempre a necessidade de recompor quadros nas polícias, há outra parte ponderável: a tecnologia mudou o trabalho nos últimos 20 anos. A criação da Delegacia Eletrônica, a implantação do BO eletrônico e do inquérito policial eletrônico são exemplos disso

Mas falta, principalmente, ampliar o financiamento da segurança. Enquanto a média per capita de gastos com segurança pública pelos estados foi de R$ 478,22, em 2021, o governo federal investiu apenas R$ 62,23 —ou 0,4% do Orçamento da União, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Praticamente gasta-se com os fundos de segurança somente aquilo que as loterias arrecadam. Os estados e municípios estão estrangulados nos seus orçamentos —muitos acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para gasto com pessoal, o que impede reajuste às polícias—, e a União mantém participação irrisória no financiamento da segurança. Nem sequer amplia os quadros da Polícia Federal. Sem recursos, segurança pública é só discurso. Sem recursos, não haverá a justa alteração dos padrões salariais das polícias. Pouco vai se avançar.

O Estado deve estar perto do cidadão. O pressuposto é que violência não se resolve somente com repressão policial; a inclusão social e o sentimento de pertencimento da população são instrumentos de segurança pública. Entretanto, é necessário aumentar substancialmente o financiamento da segurança (com ou sem ministério da pasta), alterar a Lei Antidrogas, passando, inclusive, a Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) para a competência da Saúde (um equívoco estar no Ministério da Justiça) e promover ajustes legais mais consentâneos com o mundo digital para dar celeridade aos processos.

Combater o feminicídio é prioridade

Ação integrada visa reduzir avanço dramático de violências contra a mulher

Flávio Dino e Tamires Sampaio
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Advogada, é coordenadora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Neste mês de março haverá o início da nova etapa do Pronasci, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2007.

Recente pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstra o crescimento de todas as modalidades de violência contra as mulheres, resultado da sistemática destruição das políticas de prevenção e proteção nos últimos anos, somada à propagação de um discurso de ódio.

A divulgação de vídeo na internet de um bizarro representante do ridículo movimento "red pill" chamou atenção para o aumento desse estranho ódio misógino em parcela do "universo masculino". O racismo estrutural se escancara quando frisamos que as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídio e 89% das vítimas de violência sexual no país.

A Lei do Feminicídio garantiu maior acesso às estatísticas, mais rigor na punição e maior visibilidade à violência doméstica. Contudo, para o efetivo enfrentamento à violência de gênero, é imprescindível a garantia de um conjunto de políticas públicas que assegurem estabilidade financeira e acolhimento, além de respostas rápidas no momento da denúncia.

O Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com o lançamento do Pronasci 2, será mobilizado intensamente para o combate às diversas formas de violência contra as mulheres, ampliando ações de prevenção, educação, assistência à família e responsabilização dos autores. Por meio da articulação dos entes federados, pois acreditamos no Susp e no federalismo cooperativo, o Pronasci 2 terá cinco eixos: 1 - enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres; 2 - fomento às políticas de segurança pública com foco em territórios vulneráveis; 3 - trabalho e ensino para presos e egressos; 4 - apoio às vítimas da criminalidade; e 5 - combate ao racismo estrutural.

> **[...]**
> O Pronasci 2 terá cinco eixos: 1 - enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres; 2 - fomento às políticas de segurança pública com foco em territórios vulneráveis; 3 - trabalho e ensino para presos e egressos; 4 - apoio às vítimas da criminalidade; e 5 - combate ao racismo estrutural

Nas próximas semanas, teremos as ações inaugurais com entrega das primeiras 270 viaturas para Patrulhas Maria da Penha e Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres em todos os estados. Vamos também voltar a investir na capacitação e valorização dos profissionais, com a retomada do Bolsa Formação para cursos vinculados aos eixos mencionados.

Além disso, será celebrada uma parceria com o Ministério da Mulher para a construção de 40 Casas da Mulher Brasileira em todas as regiões do país, integrando —em um mesmo espaço físico— Justiça, Promotoria, Defensoria, polícias e serviços sociais, ampliando a eficiência no atendimento às mulheres em situação de violência.

As ações do Pronasci 2 se somarão a muitas outras que já estamos implementando, a exemplo da agilização na liberação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do controle responsável sobre armas, as quais são vetores de muitas tragédias —entre elas o brutal assassinato de mulheres por seus parceiros. O fortalecimento de um sistema de segurança com cidadania é essencial para o combate à violência contra as mulheres e para que a cultura da paz prevaleça no nosso país.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Monica Benicio (viúva de Marielle Franco) e Marinete Silva (mãe), durante missa em homenagem à vereadora Mauro Pimentel/AFP

Mandatos

O caderno A da **Folha** de segunda-feira é valorizado com a reportagem sobre o Eduardo Suplicy ("Suplicy volta à Assembleia de SP com renda básica e 'oposição civilizada'") e a entrevista com a Duda Salabert ("Nikolas Ferreira é um tema pequeno, queremos fazer o grande debate"). As casas legislativas do país, municipais, estaduais e federais, deveriam contar com mais pessoas com a capacidade e visão que têm esses dois parlamentares, que bem mereceriam mandatos vitalícios.

Fernando Versiani dos Anjos (Belo Horizonte, MG)

*

Há esperança no horizonte da política brasileira. A entrevista de Duda Salabert mostra uma deputada federal consciente do seu papel público e atuando para a construção de mudanças positivas no país. Como mineira, fiquei pesarosa por não ter votado nela.

Maria José Vidigal (Belo Horizonte, MG)

Atividade predatória

"Governo Lula quer rediscutir termos do acordo sobre o desastre de Mariana" (Painel, 14/3). Esta **Folha** noticia que o governo Lula quer rediscutir o acordo de Mariana. Refrescando a memória, a ruptura da barragem de Mariana se deu em 5 de novembro de 2015, levando num mar de lama casas, pessoas, o rio Doce, histórias e o que mais achou em seu caminho destruidor. Não é só o acordo de Mariana que precisa ser revisto, é todo o marco regulatório da mineração no Brasil.

Maria Helena Rabelo Campos (Belo Horizonte, MG)

Berço das regalias

"Assembleia de SP amplia gastos de orçamento bilionário e preserva mordomias" (Política, 13/3). A **Folha** está de parabéns pela reportagem que aborda o desperdício de recursos públicos promovido pela Alesp. A produtividade do Parlamento estadual sempre foi duvidosa e pouco efetiva. Precisávamos reduzir o tamanho da Alesp e, ao mesmo tempo, dar maior celeridade e eficiência. Mas, infelizmente, é pouco provável que medidas de austeridade nos gastos sejam aprovadas pelos parlamentares.

Willian Martins (Guararema, SP)

Juros

"Como um banco pode quebrar fazendo o investimento mais seguro do planeta?" (Mercado, 14/3). O aumento dos juros praticado pelo Fed não somente quebrou os dois bancos americanos. A prática quebrou também a retórica dos "analistas de mercado" que povoam as colunas econômicas das mídias em geral, mas principalmente, quebra a cara desta **Folha**, que lhes dá destaque. À exceção do Reinaldo e do André Roncaglia.

Dejalci Eduardo Fontana Martins (Bauru, SP)

Pluralidade

Muito boa a resposta argumentada de Nelson Barbosa às críticas feitas ao BNDES ("Os temores infundados da **Folha**", Tendências/Debates, 14/3). Ainda que a **Folha** permita a pluralidade de opinião, mesmo que de forma protocolar, saibam que muitos de nós, leitores, não concordamos com essa suposta visão liberal extremista que o jornal tenta defender.

Adilson Roberto Gonçalves (Campinas, SP)

Incompetência

"Castro não tem compromisso com solução de caso Marielle, diz viúva e vereadora" (Cotidiano, 14/3). Cinco anos se passaram e a polícia do Rio de Janeiro ainda não solucionou o caso. É incompetência demais para ser só incompetência.

Celso Balloti (São Paulo, SP)

Falsificação

"Bolsonaro se dispõe a deixar joias com TCU e a depor à PF" (Política, 13/3). Considerando o alto nível de periculosidade de Bolsonaro, sua família e seus asseclas das Forças Armadas, seria prudente e conveniente avaliar a legitimidade das joias contrabandeadas, tão logo apreendidas. O risco de falsificação é imponderável!

Carlos Alberto Bellozi (Belo Horizonte, MG)

Etarismo

"Universitária discriminada pela idade recebe homenagem de colegas" (Cotidiano, 13/3). Essas três estudantes da Unisagrado de Bauru deveriam ser suspensas e se conscientizarem de que a ciência ainda não inventou a fórmula da juventude.

Pedro Valentim (Bauru, SP)

Críticas

A **Folha** nos brinda com não um, mas três textos escritos por homens brancos sobre "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo". Uma diversidade maior de resenhas poderia ajudar o leitor da **Folha** a entender, por exemplo, por que o filme ressoou com tantas mulheres que conheço, especialmente jovens mães. Uma voltinha de dez minutos no TikTok me trouxe resenhas de pessoas diversas de todo o mundo, com perspectivas que abriram minha mente sobre o filme. Bem diferente do que encontrei na **Folha**.

Paula Leite (São Paulo, SP)

Albergues

Os relatos dados pelos moradores desses centros de acolhida na reportagem "Usuários de albergue relatam falta de vaso sanitário e ataques de percevejo em SP" (Cotidiano, 13/3) são totalmente verídicos. Já morei no CTA da Água Rasa, no CTA Raio de Luz e no CTA Brás, e posso dizer que falta capacitação dos funcionários para saber lidar com pessoas que estão nessa situação, falta melhorar a estrutura dada aos moradores e uma fiscalização mais rígida por parte da prefeitura que, ao meu ver, paga por um serviço que não é entregue.

Fernando Santos (São Paulo, SP)

*

Há dois meses estou acolhido no albergue Arsenal da Esperança, mantido com verbas da Prefeitura Municipal de São Paulo. Vejo diariamente colegas com alergias e feridas provocadas por estes insetos, que procuram a UPA da Mooca. Será que a prefeitura não tem repassado a verba devida para a dedetização do albergue?

Thiago Henrique Campos (São Paulo, SP)

Harmonia

As redes sociais sempre repercutem a velha rivalidade entre argentinos e brasileiros. Coisas do futebol ou da curiosidade? Se uns são mais europeus e outros mais festivos, todos sabem o valor do dólar. São duas culturas diferentes, que interagem e se complementam, não só no verão. E que viva a alegria.

Paulo Roberto de Andrade (Piracicaba, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Conta de padaria

O governo do presidente Lula (PT) quer rever os valores relacionados ao acordo sobre o desastre de Mariana, ocorrido em 2015, que deixou 19 mortos. A AGU (Advocacia-Geral da União), que coordena as tratativas jurídicas em nome dos ministérios envolvidos, não identificou os critérios de cálculo que levaram à cifra de R$ 6 bilhões de indenização para a União, nem um parecer que avaliaria se o acerto é interessante para a gestão federal. A intenção deve atrasar o desfecho do caso.

BOLA DE CRISTAL Segundo uma pessoa envolvida na negociação, os recursos para o governo federal seriam diluídos ao longo de 20 anos. No total, o acordo prevê R$ 100 bilhões em indenizações. Outro entrave é a exigência das empresas envolvidas (Samarco, joint venture da BHP Billiton e Vale) de serem dispensadas de quaisquer demandas futuras na Justiça. A União acha temerário assumir esse tipo de compromisso.

MESURAS O presidente Lula almoça nesta quarta (15) com a cúpula da Marinha em Brasília. O encontro reunirá o ministro da Defesa, José Múcio, e os almirantes, maior nível hierárquico da instituição. É o primeiro de uma série de gestos que o presidente pretende de fazer nas próximas semanas às Forças Armadas, que inclui a visita de projetos importantes para os militares.

TAMANHO É DOCUMENTO O PL aguarda o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assinar uma resolução que estabelece a data que servirá de base para contabilizar o tamanho das bancadas, estipulando a sequência de escolhas para comissões. O partido quer a presidência da que define o Orçamento, mas pode perder essa prerrogativa caso seja formalizada a federação entre União Brasil e PP, que teria mais parlamentares.

BURACOS 1 O TRE-SP aprovou com ressalvas as contas da campanha do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). A corte identificou irregularidades de R$ 613 mil em despesas com uso de fundos partidário e eleitoral, determinando devolução aos cofres públicos.

BURACOS 2 Entre os problemas apontados estão a falta de detalhes do pagamento de um táxi aéreo e doações de fonte vedada. A assessoria do governador diz que vai aguardar a publicação do acórdão para analisar eventual recurso.

PENAS O TRE cassou o vereador paulistano Daniel Annenberg (PSB), atendendo a ação do PSDB, pelo qual ele se elegeu, que apontou infidelidade partidária. "Foi uma vitória importante para a base do prefeito Ricardo Nunes", diz Fernando Alfredo, presidente do PSDB da capital. Annenberg vai recorrer. "O PSDB se desviou dos princípios e da postura em que eu acreditava", diz.

IRA O deputado federal Delegado Ramagem (PL-RJ) contratou como assessor de gabinete José Matheus Sales Gomes, que integrou o "gabinete do ódio" no governo Jair Bolsonaro (PL). Ele era parte da trinca composta ainda por Tercio Arnaud e Mateus Diniz, que atuava sob o comando do vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) administrando as redes do presidente.

CV Ex-diretor da Abin, Ramagem está na berlinda após a revelação pelo jornal O Globo de que a agência usou uma ferramenta para monitorar a localização de celulares. A assessoria dele afirmou que Gomes "possui experiência e competência com comunicação" e que a contratação não tem relação com "a narrativa falsa de um suposto gabinete do ódio". O salário é de R$ 5.587.

ESTRAGO O vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, senador Renan Calheiros (MDB-AL), vai requisitar à Abin todos os contratos e documentos produzidos a partir do "FirstMile", ferramenta usada para monitorar a localização de até 10 mil telefones celulares. O objetivo é entender qual foi a extensão do monitoramento feito pela agência no governo Bolsonaro.

TELA QUENTE A Fundação FHC promove nesta quarta-feira (15) às 11h um webinar com o tema "O bolsonarismo depois da derrota de Bolsonaro". Participam Mauricio Moura (Instituto Ideia) e Isabela Kalil (Observatório da Extrema Direita), com mediação de Sergio Fausto.

VISITA À FOLHA 1 Ana Doralina Menezes, gerente nacional do Programa Carne Angus Certificada, esteve no jornal nesta terça-feira (14). Acompanhavam-na Camilla Menezes, vice-presidente de Marketing, e Carolina Jardine, assessora de comunicação.

VISITA À FOLHA 2 Pavel Andreiev, membro do Conselho de Administração da ONG Memorial, Kirill Martinov, chefe de Redação do jornal Novaia Gazeta Europe, e Konstantin Eggert, jornalista, estiveram no jornal nesta terça-feira (14). Acompanhavam-nos Tomas Pospisil, chefe da seção política da delegação da União Europeia no Uruguai, e Miguel Lombardo e Laura Mellado, especialistas da The EU-LAC Foundation.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	**Digital Ilimitado**	**Digital Premium**
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	**Venda avulsa** seg. a sáb.	dom.	**Assinatura semestral*** Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Deputados no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo durante sessão Rodrigo Costa - 31.jan.23/Divulgação Alesp

Assembleia de SP toma posse com nova elite e oposição ampliada

Casa deve ter recorde de mulheres e negros e ser comandada pelo PL após derrota tucana; Tarcísio conseguirá maioria para aprovar projetos

Carolina Linhares e Matheus Tupina

SÃO PAULO Atrasados em relação ao restante do país, os 94 deputados estaduais eleitos em São Paulo tomam posse nesta quarta-feira (15) e inauguram uma legislatura com novo establishment, oposição numerosa e recorde de mulheres e negros.

Os novos deputados terão um mandato mais curto, já que, para encerrar o descompasso entre a Assembleia Legislativa de São Paulo e os demais estados, a posse será no dia 1º de fevereiro a partir de 2027 —a mudança foi aprovada pela Casa em 2019.

Os partidos da base do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) somam juntos a maioria dos deputados. Portanto o Palácio dos Bandeirantes não deve ter dificuldades para aprovar os projetos de seu interesse —sendo a privatização da Sabesp a principal meta da gestão.

Se o alinhamento entre Legislativo e Executivo que marcou os governos do PSDB em São Paulo deve se manter, haverá mudanças, por outro lado, na cúpula da Assembleia justamente por causa da derrocada tucana —primeiro excluídos do governo e, agora, do comando da Mesa Diretora.

Tradicionalmente cabe ao partido de maior bancada, outrora o PSDB e no caso o PL de Jair Bolsonaro, com 19 deputados, eleger o presidente da Casa. Aliado de Valdemar Costa Neto, André do Prado (PL), que também tem o apoio de Tarcísio, deve assumir o cargo de Carlão Pignatari (PSDB) sem percalços —com mais de 80 votos.

Em seguida o PT, com 18 eleitos, deve ficar com o segundo posto, a 1ª secretaria, que cuida da administração da Alesp. A 2ª secretaria caberá ao PSDB, terceira maior bancada, com 9.

Como mostrou a **Folha**, o acordo costumeiro entre PSDB e PT para que ambos ocupem a Mesa, iniciado em 1995, será apenas reeditado com PL e PT, antagonistas na eleição presidencial de 2022. Seguir a proporcionalidade das bancadas para montar a Mesa, segundo deputados, garante a governabilidade da Casa.

Apesar de críticas de partidos mais à esquerda, como o PSOL, o PT costuma endossar a eleição do presidente governista para obter cargos (a 1ª secretaria tem 80, por exemplo) e controlar comissões.

A composição da Mesa Diretora deve abrigar ainda os seguintes partidos: Podemos (3ª Secretaria), PSD (4ª Secretaria), Republicanos (1ª Vice-Presidência), União Brasil (2ª Vice-Presidência), MDB (3ª Vice-Presidência) e novamente o PL (4ª Vice-Presidência).

Com isso, o PSOL, que quer lançar a candidatura de Carlos Giannazi para se opor a André, ficou isolado e deve contar apenas com os votos da sua bancada.

Além da distribuição de cargos na Mesa, André também costurou o apoio das siglas por meio da distribuição de comissões, terreno em que ainda faltam definições.

Petistas esperam manter suas quatro comissões (Educação, Direitos Humanos, Relações Internacionais e Infraestrutura), enquanto PL e Republicanos querem avançar para controlar o maior número de comissões possível. O PL ficará com a mais importante delas, a de Constituição, Justiça e Redação, que era do PSDB.

Embora as perspectivas sejam tranquilas para Tarcísio na Assembleia, sobretudo tendo Gilberto Kassab (PSD) como secretário de Governo (responsável pelo diálogo com deputados e prefeitos), deputados afirmam que o governador não pode descuidar da relação com a Casa.

Não tivemos ainda nenhuma demanda do governo [Tarcísio] de projeto [para votação]. Por ora, estamos independentes e cada deputado vai votar de acordo com suas convicções

Carla Morando
deputada estadual do PSDB

Com um número maior, temos mais força para fazer oposição. O governo que está se instalando tem suas contradições e vamos fazer oposição dura nos temas que o PT defende

Paulo Fiorilo
deputado estadual do PT

Se, por um lado, há a experiência de Kassab e André, por outro, a liderança do governo é vista com ressalva entre os deputados. O cargo foi entregue a Jorge Wilson (Republicanos), visto como um parlamentar do baixo clero, e os vice-líderes serão os novatos Guto Zacarias (União Brasil), do MBL, e Tomé Abduch (Republicanos), do Nas Ruas.

Depois que Tarcísio escolheu nomes próximos de si para o secretariado em detrimento de indicações de partidos e bancadas, as queixas entre deputados começaram a brotar. Com o início da legislatura, o governador faz um esforço para construir pontes com sua base —ofereceu um almoço ao Republicanos na semana passada e ao PL nesta terça.

Deputados da base e da oposição evitam fazer previsões sobre o comportamento da Casa nos próximos quatro anos e afirmam que é preciso medir a temperatura das próximas semanas. A posição da União Brasil, do PSB e do PSDB, por exemplo, pode pender a balança nas votações.

Carla Morando (PSDB) diz que o partido, por enquanto, se coloca na condição de independente. "Não tivemos ainda nenhuma demanda do governo [para votação]. Por ora, estamos independentes e cada deputado vai votar de acordo com suas convicções", diz.

A tucana minimiza o encolhimento do partido no estado. "Essa questão de alternância de poder é importante, dá uma oxigenada. Mas o PSDB continua como a terceira maior força da Alesp."

Outro ponto de alerta para o governo é o tamanho da bancada da esquerda, que não chegava a 20 deputados e agora terá 25 representantes.

Continua na pág. A6

Markestrat e Grupo SEB se unem e lançam a Harven Agribusiness School

Com investimento de R$ 100 milhões para três anos, instituição de ensino superior vai oferecer cursos de graduação, MBAs e In Company dedicados ao setor do Agronegócio

A Markestrat Agribusiness, empresa de projetos de consultoria, inteligência de mercado e educação corporativa voltada para o mercado agro brasileiro e internacional, e o Grupo SEB, um dos maiores grupos de educação do país, se uniram para criar a Harven Agribusiness School. Somando a expertise da Markestrat no setor agro, tanto no mercado quanto no meio acadêmico, e a trajetória de 60 anos do Grupo SEB, a escola de agronegócios vai oferecer, além dos atuais programas *In Company*, cursos de graduação e MBAs voltados exclusivamente para a formação de profissionais do agronegócio a partir de 2024. Com investimento previsto de R$ 100 milhões para os próximos três anos e com sede em Ribeirão Preto, capital brasileira do agronegócio, a Harven Agribusiness School planeja chegar a 3.500 alunos de graduação, pós e especializações nacionais e internacionais.

Chaim Zaher - Presidente do Grupo SEB,
Marcos Fava Neves - Sócio fundador da Markestrat e da Harven Agribusiness School e
Roberto Fava Scare - CEO da Harven Agribusiness School.

“Nosso objetivo é formar profissionais capacitados para a atuação no agribusiness, mercado em que o Brasil é um dos líderes globais e com maior potencial de crescimento futuro. A Harven Agribusiness School é uma solução de ensino aplicado e global que vem de empresários do agro desenhada para formar talentos para o agro. Os cursos estão sendo pensados para estimular a completa conexão dos alunos com o mercado, incluindo os principais nomes e empresas do setor atuando como professores e tutores. Será uma proposta totalmente de mercado, com visão global, ao nosso estilo”, explica o professor e doutor Marcos Fava Neves, sócio-fundador da Markestrat e da Harven Business School. Neves é conhecido mundialmente por sua atuação como pesquisador e especialista em agronegócio, com 80 livros lançados como autor e organizador, além de 200 artigos publicados em veículos científicos no Brasil e no mundo. Ele também é o idealizador da plataforma DoutorAgro.

Fundador e CEO do Grupo SEB, que está presente em mais de 30 países por meio da Maple Bear, maior rede de escolas bilíngues do mundo, Chaim Zaher reforça a importância da associação com a Markestrat: “Essa união nos permite expandir nosso portfólio do setor educacional agregando o segmento de agronegócio, que está em franca expansão e necessita de profissionais cada vez mais qualificados. Estamos extremamente felizes com o lançamento da Harven Agribusiness School, que contará com investidores internacionais”, afirma Chaim Zaher. O Grupo SEB também atua no Ensino Superior por meio da UniDomBosco e da Escola Paulista de Direito.

Inovadora e alinhada às necessidades do mercado, a Harven terá cinco propostas de profissionalização e imersão no agronegócio. Serão oferecidos dois cursos de graduação (Administração com foco em negócios agroindustriais e Engenharia de Produção voltada para tecnologia do agronegócio); pós-graduações e especializações presenciais e virtuais; educação corporativa; intercâmbios; e plataforma de assinaturas digitais. Para tanto, a Harven conta com a expertise internacional da Markestrat Agribusiness, que já prestou serviços para mais de 450 companhias em 30 países.

As aulas, ministradas por professores com atuação no mercado nacional e internacional, serão voltadas para os principais elos da cadeia produtiva do agronegócio, como insumos, serviços, bens de capital, atacado e varejo. Grandes tendências do mercado corporativo também serão priorizadas. Entre elas, Empreendedorismo, Governança, Desenvolvimento de Soft Skills, User Experience e Data Science.

A Harven se insere como elo fundamental no desenvolvimento do setor, que em 2021 representou mais de 27% do PIB brasileiro de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/USP. Para se tornar referência no ensino mundial de agronegócio, a Harven vai promover conexões e parcerias com universidades e centros de pesquisas internacionais, além da IFAMA (International Food and Agribusiness Management Association), principal associação mundial de lideranças do agronegócio, da qual é associada e representante no Brasil.

O lançamento da Harven é a primeira etapa de um plano maior de investimentos da Markestrat e do Grupo SEB. Ancorado na educação, as companhias planejam criar em Ribeirão Preto, a Cidade do Agronegócio, um ecossistema global voltado para o agribusiness com serviços, centro de eventos, hub de tecnologia e hospedagem, entre outras iniciativas.

Moderna, aplicada e global.

Assembleia de SP toma posse com nova elite e oposição ampliada

Continuação da pág. A4

Os três deputados estaduais mais votados são da oposição: Eduardo Suplicy (PT), com 807 mil leitores; Giannazi (PSOL), com 277 mil; e Paula da Bancada Feminista (PSOL), com 260 mil.

"Com um número maior, temos mais força para fazer oposição. O governo que está se instalando tem suas contradições e vamos fazer oposição dura nos temas que o PT defende", diz Paulo Fiorilo (PT), mencionando as concessões.

Fiorilo afirma ainda ver diferença entre André e os tucanos que dominavam a Casa, embora seja oposição a ambos. Por meio de brechas no regimento, o PSDB atropelou a esquerda em alguns projetos e a sufocou nas CPIs. "A gente espera que com André isso não ocorra, que haja diálogo, espaço e respeito à oposição."

Bruno Zambelli (PL), irmão da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), é o quarto mais votado, com 235 mil.

Sem a votação recorde de Janaina Paschoal (PRTB), que está de saída da Alesp após concorrer ao Senado e perder, a bancada bolsonarista diminuiu de 15 para 10.

Sua principal transformação, contudo, será a de sair da oposição —a João Doria— para se tornar base de governo, o que exigirá menos embates e mais composição. Entre os 19 deputados do PL, há uma divisão entre os bolsonaristas e os que já estavam no partido antes, de perfil centrão.

Em 2022, o índice de renovação da Assembleia, de 41,5%, ficou abaixo de anos anteriores —foram reeleitos 55 deputados e 39 são novos.

O pleito de 2018 elegeu 50 novos deputados, boa parte bolsonarista, o que levou a embates inflamados e até agressões físicas no plenário —que tendem a se repetir com o novo elenco.

Como mostrou a **Folha**, após uma legislatura marcada pela violência de gênero e pelo caso de assédio a Isa Penna (PC do B), a Assembleia terá um recorde de mulheres —serão 25 deputadas (26,6% da Casa). Em 2018, 18 foram eleitas.

A nova Alesp também tem o maior número de negros e pardos eleitos desde que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) começou a coletar dados de autodeclaração étnico-racial: foram 7 em 2014, 10 em 2018 e 18 em 2022.

"A gente está renovando a Casa e trazendo a periferia, os LGBTs, a juventude, a mulher negra. Somos abridores de caminho para que de fato mude a cara da política", diz Ediane Maria (PSOL).

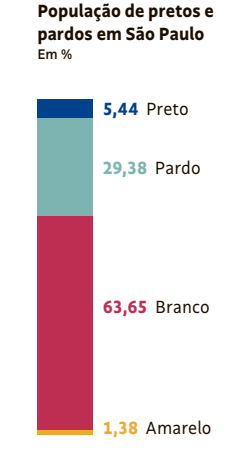
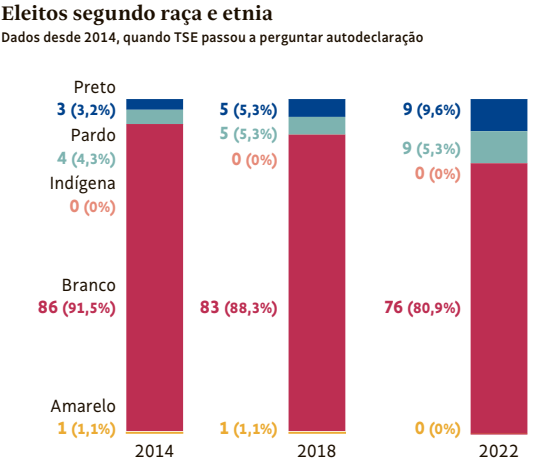
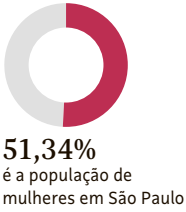
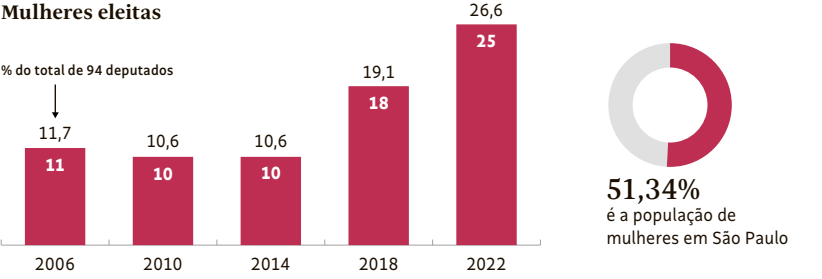
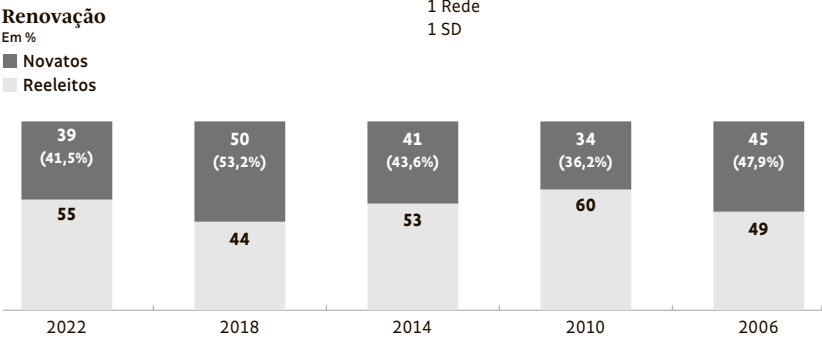
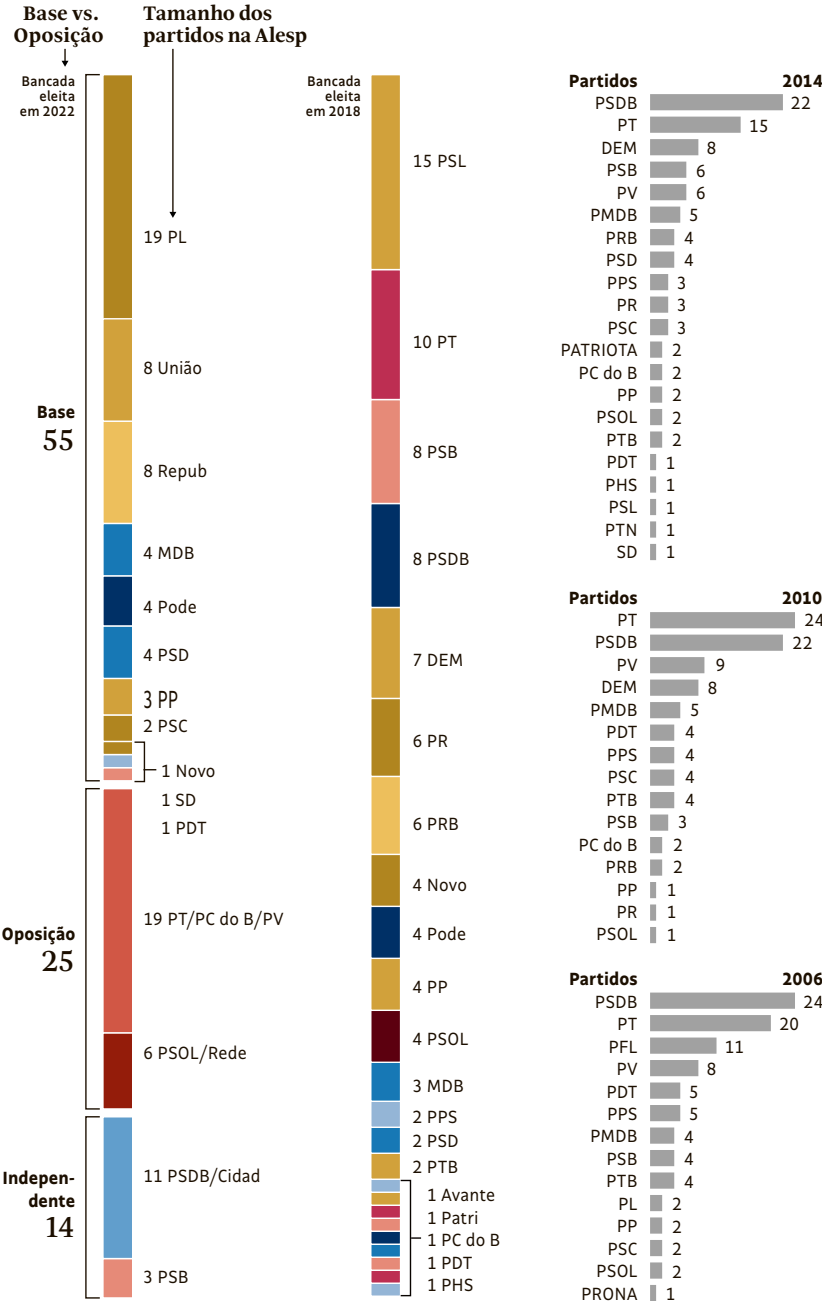
A respeito da maioria governista, ela diz que a bancada do PSOL será "a lupa que vai fiscalizar o retrocesso do governo Tarcísio".

Casa abriga velórios, estacionamento e aprova Orçamento

Além de sediar um Poupatempo, abrigar o velório de personalidades em seu hall monumental —como Ayrton Senna (1994), Gugu Liberato (2019) e Gal Costa (2022)— e oferecer seu estacionamento de mais de 700 vagas para frequentadores do parque Ibirapuera aos fins de semana, a Assembleia de SP é responsável por determinar o Orçamento anual do estado, fiscalizar o Poder Executivo e julgar as contas do governador.

Com salário de R$ 31,2 mil a partir de abril, os deputados estaduais têm direito a auxílio-moradia, carro e despesas de gabinete de até R$ 43,7 mil por mês. Já a estrutura da Alesp conta com 3.300 servidores.

Outra das funções mais importantes é aprovar privatizações e concessões de bens e empresas paulistas.

O perfil da Assembleia de São Paulo

2022 foi o primeiro ano com candidatura de pessoas com deficiência: foram 44 candidatos e 1 eleito

Patrimônio

R$ 138,9 milhões
é a soma do patrimônio declarado pelos deputados eleitos em 2018, em valores corrigidos

R$ 129,3 milhões
é a soma do patrimônio declarado pelos deputados eleitos em 2022

Fontes: TSE (Tribunal Superior Eleitoral), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo)

Governo Lula amplia espaço da União Brasil na Codevasf

Lira mantém influência, enquanto Ciro Nogueira e PTB perdem cargos; regionais vão para aliados de petista

Julia Chaib e Thiago Resende

BRASÍLIA Na tentativa de atrair votos no Congresso, o presidente Lula (PT) ampliará o espaço da União Brasil na Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Para evitar retaliações, o chefe do Executivo também deve manter um indicado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em um cargo chave no órgão.

A Codevasf foi entregue por Jair Bolsonaro ao centrão e mantida dessa forma por Lula em troca de apoio.

Interlocutores do Palácio do Planalto afirmam que o governo já deu aval para que a União Brasil, que tem a presidência do órgão desde o governo de Jair Bolsonaro (PL), faça as indicações de duas diretorias hoje ocupadas por aliados do senador Ciro Nogueira (PP-PI) e de Roberto Rocha (PTB).

Com 59 deputados e 9 senadores, o partido indicou nomes para chefiar três ministérios no governo e ainda se declara independente. O esforço é tentar garantir o apoio de ampla maioria dos deputados nas votações.

No último domingo (11) a **Folha** revelou que o governo Lula assinou contratos de cerca de R$ 650 milhões herdados de Bolsonaro que levam para a atual gestão uma série de empreiteiras e condutas suspeitas de prática de cartel em obras na Codevasf.

As empresas contempladas agora e as práticas suspeitas nas concorrências são semelhantes às reveladas no ano passado em auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a ação do chamado "cartel do asfalto" a partir de licitações da estatal.

O governo Lula assinou os contratos e manteve a direção da Codevasf, mesmo com essa e outras fiscalizações do TCU e da CGU (Controladoria-Geral da União) que apontam irregularidades como superfaturamentos, desvios e obras precárias.

A Codevasf afirma que "o sistema de pregões não provê a nenhum licitante —nem mesmo ao pregoeiro— a possibilidade de identificar as empresas concorrentes; somente após o encerramento da etapa de lances os participantes do processo licitatório são identificados". A empresa também diz colaborar com órgãos de fiscalização e controle.

A cúpula da Codevasf é formada pela presidência e três diretorias. A União Brasil só não controlará a diretoria de gestão dos empreendimentos de irrigação, cargo para o qual foi nomeado Luís Napoleão Casado, indicado por Lira e que está lá também desde a gestão anterior.

Com orçamento de R$ 1,8 bilhão, a Codevasf foi inflada por recursos de emendas parlamentares no governo Bolsonaro, que ampliou o loteamento de cargos no órgão. Em 2022, a **Folha** revelou indícios de fraudes na estatal, que foi alvo de operação da Polícia Federal.

A presidência da Codevasf irá continuar com Marcelo Andrade Moreira Pinto, indicado pelo deputado Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil na Câmara. Um dos parlamentares mais próximos de Lira, Elmar foi vetado por petistas para ocupar uma das vagas da União Brasil no ministério de Lula.

O Palácio do Planalto busca atender aos pedidos de cargos do partido no segundo e terceiro escalão para conseguir consolidar o apoio do grupo ligado a Elmar. Com as trocas, o PTB e o PP perderão os postos.

O diretor da área de desenvolvimento integrado e infraestrutura, Antônio Rosendo Neto Junior, foi indicado por Rocha, enquanto Rodrigo Moura Parentes Sampaio, diretor de revitalização das bacias hidrográficas, é aliado de Ciro Nogueira.

No desenho atual, a previsão é a de que, no lugar deles, entrarão pessoas ligadas a outros integrantes da União Brasil, os deputados Fernando Coelho Filho (PE) e Paulo Azi (BA). Auxiliares de Lula dizem que vão cumprir acordo com o partido e que as nomeações devem sair ainda neste mês.

As mudanças em estatais têm o objetivo de formar uma base mais consistente de apoio no Congresso.

Além das negociações envolvendo as diretorias da Codevasf, o Planalto também deverá usar parte das 12 superintendências da estatal para atender a mais aliados.

No caso da superintendência regional de Penedo (AL), João José Pereira Filho, que é primo de Lira, também deverá continuar no cargo.

A superintendência de Petrolina, em Pernambuco, deverá ser indicada por Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE). Ele é aliado de Lula e um dos interlocutores do Republicanos, partido que o Planalto tenta atrair para sua base de apoio no Congresso.

Hoje, a vaga de superintendente de Pernambuco é de Aurivalter Cordeiro da Silva, indicado pelo ex-senador Fernando Bezerra Coelho (MDB). Ele é pai de Fernando Coelho Filho e que terá a escolha de um dos novos diretores da União Brasil.

O governo também decidirá quem será o superintendente do Maranhão porque quer usar o posto para atender a base local e fazer negociações políticas. Além disso, pediu para que a União Brasil não faça, por ora, nenhuma indicação para a superintendência de Minas Gerais.

Desde que Lula assumiu houve troca apenas da superintendência de Teresina (PI) onde estava Inaldo Guerra, aliado de Ciro Nogueira. O governo colocou, por ora, José Ocelo Rocha Júnior no lugar —o objetivo era tirar o aliado do senador.

Para atender ao senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o governo também deverá manter Hilton Rogério Cardoso na vaga de superintendente da Codevasf em Macapá (AP). Ele foi indicado por Alcolumbre ainda na gestão Bolsonaro.

Segundo integrantes do Palácio do Planalto, todas as indicações passarão por uma avaliação política para que o governo verifique se elas não promoverão desarranjo entre aliados locais.

política

Lula terá até 10 chances de reduzir desigualdade racial no Judiciário

Criado em 1891, Supremo teve só três ministros negros; situação reflete defasagem histórica

Priscila Camazano e Géssica Brandino

SÃO PAULO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta pressão para ajudar a reduzir a desigualdade racial histórica na cúpula do Judiciário. Ao longo do atual mandato, ele terá a possibilidade de fazer até dez indicações para as principais cortes do país.

Criado em 1891, o STF (Supremo Tribunal Federal) teve apenas três ministros negros: Pedro Lessa, Hermenegildo de Barros e Joaquim Barbosa. No STJ (Superior Tribunal de Justiça), formado por 33 magistrados, Benedito Gonçalves é o único ministro negro da história da corte, em 33 anos. Nenhuma mulher negra foi ministra até agora.

No Supremo, duas vagas serão abertas em 2023: a de Ricardo Lewandowski, em maio, e da atual presidente da corte, Rosa Weber, em outubro. Ambos completarão 75 anos, idade da aposentadoria compulsória.

Mas Lula já admitiu a possibilidade de indicar seu advogado, Cristiano Zanin, homem e branco, para uma vaga no STF —embora enfrente questionamentos de que poderia ferir princípio de impessoalidade e pressão dentro e fora do governo para a escolha de uma magistrada negra.

No STJ, o ministro Jorge Mussi se aposentou de forma antecipada, em janeiro, abrindo uma segunda vaga para a corte além da deixada por Felix Fischer, em agosto do ano passado.

Os ministros Laurita Vaz, Assusete Magalhães, Antônio Saldanha Palheiro e Og Fernandes atingirão a idade limite para aposentadoria nos próximos quatro anos. Há também a possibilidade de os ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Villas Bôas Cueva pedirem a aposentadoria antecipada, como fez Mussi.

Os ministros são escolhidos e nomeados pelo presidente da República a partir de lista tríplice feita pelo STJ.

O presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB São Paulo, o advogado e doutor em direito Irapuã Santana, afirma que é preciso cobrar o Executivo e o Legislativo sobre o perfil racial dos indicados, para que a representatividade seja considerada.

"Temos na história do Supremo menos de 1% de ministros negros. Precisamos parar, olhar e fazer com que essas instituições sejam inclusivas. Fazer com que os governantes atentem para essa responsabilidade", diz ele.

Em 2014, ele conta que era o único assessor negro na corte, no gabinete do ministro Luiz Fux. De 2016 a 2018, passou pela mesma situação ao assessorar o ministro no TSE.

Irapuã cita nomes de magistrados negros que podem ser escolhidos pelo presidente.

Entre as mulheres, a professora da USP Eunice Prudente, a promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia Lívia Vaz e a procuradora federal Chiara Ramos. Entre os homens, o ministro Benedito Gonçalves e o desembargador do TJ-RJ Paulo Rangel.

O fato de o Poder Judiciário ser composto, na maioria, por homens brancos, é um entrave na aplicação das leis, segundo o ativista e advogado Ewerton Carvalho. "É um perfil que não conhece a realidade do brasileiro médio", diz.

A falta de representatividade interfere nos processos, já que o juiz, ao analisar um caso, primeiro decide e depois procura fundamento legal, explica. Portanto, as decisões são baseadas na subjetividade.

"A falta de pessoas que compõem a grande massa brasileira dentro desses espaços faz com que as nossas leis, apesar de boas, sejam mal aplicadas", diz o advogado.

O professor de direito da UFBA (Universidade Federal da Bahia) Samuel Vida cita como exemplo desse distanciamento entre um Judiciário branco e a realidade brasileira uma decisão de 2013, no Rio de Janeiro, na qual o magistrado declarou que o candomblé não era religião.

De acordo com Carvalho, há um viés inconsciente que enxerga preto e pobre como passível de cometer crime. "O Judiciário pesa a mão da caneta da sentença ao julgar pessoas negras. Uma das consequências é o encarceramento em massa dessa população."

Joaquim Barbosa, ministro do STF entre 2003 e 2014 Pedro Ladeira - 19.abr.18/Folhapress

Hermenegildo de Barros, ministro entre 1919 e 1937, foi o 1º presidente do TSE Divulgação TSE

Pedro Augusto Carneiro Lessa, primeiro ministro negro do STF (1907-1921) Divulgação

> **O processo é organizado de forma tão seletiva que é um tipo de concurso de acesso exclusivo da elite**
> Samuel Vida, professor de direito da UFBA

> **A falta de pessoas que compõem a grande massa brasileira dentro desses espaços faz com que as nossas leis, apesar de boas, sejam mal aplicadas**
> Ewerton Carvalho, advogado e ativista

> **Não sabemos quem são os negros e onde eles estão. Sabemos onde não estão: no STF, no STJ e no TSE. Tem o ministro Benedito Gonçalves, mas é 1 em 33 no STJ, 1 em 7 do TSE**
> Irapuã Santana, advogado

Dados do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), levantados de janeiro a junho deste ano, mostram que a população carcerária é composta por 67,81% de negros (51,02% pardos e 16,79% pretos).

Segundo Samuel Vida, decisões judiciais ao longo das últimas décadas mostram a negação do problema do racismo entre magistrados. Ele diz que esse debate só começou no Judiciário em 2014, com a criação das cotas raciais para o ingresso nas carreiras jurídicas.

Entre os empecilhos para o acesso à profissão estão a falta de apoio financeiro, a falta de tempo para estudar e o alto custo do concurso para a magistratura.

Para Vida, o modelo de seleção adotado para o cargo de juiz também é uma barreira para os negros.

No recrutamento, os critérios raciais estão pressupostos, embora não de forma explícita, diz. "O processo é organizado de forma tão seletiva que é um tipo de concurso de acesso exclusivo da elite", afirma o professor.

O tempo médio necessário de preparação é de cinco anos de estudos exclusivos, segundo o professor. "Ou seja, é para alguém que pode ser bancado por este período. É quase impossível para a comunidade negra", diz.

Segundo especialistas, as políticas de cotas nos concursos de carreiras do Judiciário são uma iniciativa importante, mas insuficientes para aumentar a representatividade.

Para Chiara Ramos, procuradora federal e cofundadora do coletivo Abayomi Juristas Negras, as cotas raciais podem até facilitar o acesso de pessoas negras em concursos intermediários (técnicos e analistas), mas não para o de juiz.

Nos concursos para o cargo, as cotas são aplicadas após a aprovação nas provas e não como reserva de vaga desde o início da seleção.

"No concurso do Tribunal Regional Federal do Nordeste, os negros foram menos de 5% das pessoas que se inscreveram. Nenhum deles foi aprovado na primeira fase. Tivemos vagas reservadas para pessoas negras que não foram ocupadas", diz.

De acordo com a procuradora, o caso exemplifica dois fatores que impedem os negros de acessarem a magistratura.

Primeiro, a falta de representatividade faz com que essa parcela da população não veja esses espaços como possíveis de serem ocupados. Por consequência, há um baixo índice de inscrições nos concursos.

Segundo, as notas de corte da primeira fase, que eliminam os negros já no início do processo. "A forma como as provas são elaboradas privilegia quem tem acesso a uma determinada informação que a população negra em geral não tem."

Um estudo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sugere que houve aumento de negros no Poder Judiciário nos últimos anos. O percentual de negros que ingressaram na carreira antes de 2013 era de 12%. Entre 2016 e 2018, subiu para 20%. Já nos anos de 2019 e 2020, passou a 21%.

As metodologias dos censos já realizados são diferentes, portanto a comparação não é perfeita. A porcentagem também pode estar inflada, pois nem todos os magistrados do país responderam à pesquisa.

Irapuã Santana afirma que o perfil dos magistrados negros é desconhecido. "Não sabemos quem são os negros e onde eles estão. Sabemos onde não estão: no STF, no STJ e no TSE. Tem o ministro Benedito Gonçalves, mas é 1 em 33 no STJ, 1 em 7 do TSE."

Em nota, o CNJ afirmou que tem atuado para aumentar a presença de pessoas negras em seus quadros. Entre as ações está a política de cotas raciais, aplicada para ingresso na magistratura e nos serviços públicos.

O conselho lançou no dia 25 de novembro o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, com o intuito de "fomentar a representatividade racial, desarticular o racismo institucional, implementar políticas públicas baseadas em evidências e estabelecer articulação interinstitucional para ampliar o diálogo com órgãos do Sistema de Justiça e movimentos sociais organizados".

Zanin esbarra em preferido de ministro e conflito de interesse

José Marques e Catia Seabra

BRASÍLIA Principal cotado para a indicação do presidente Lula (PT) à vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), o advogado Cristiano Zanin tem como entraves a possibilidade de uma série de conflitos de interesse na corte e a concorrência do advogado baiano Manoel Carlos de Almeida Neto, ex-secretário-geral do STF e próximo ao ministro Ricardo Lewandowski.

A vaga no Supremo será aberta até maio com a aposentadoria de Lewandowski, que completará 75 anos, idade de limite para ficar na corte.

A opinião de Lewandowski será importante na escolha do presidente ao STF. Na avaliação de pessoas próximas a Lula, ele é o único ministro dos indicados do PT que foi fiel ao partido em todos os momentos, inclusive em situações de pressão por parte da mídia e da oposição, como o mensalão.

Manoel Carlos tem acompanhado Lewandowski em eventos públicos e tem sido elogiado, a interlocutores, pelo ministro. Outro nome que tem sido cogitado para o Supremo é o de Bruno Dantas, presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), que tem boa interlocução com o Congresso.

Favorito, Zanin é advogado pessoal de Lula e defendeu o presidente em uma série de processos da Lava Jato. Ele criou uma relação de proximidade e confiança com Lula durante a última década, antes de o petista ser preso, e ficou conhecido pela assiduidade na defesa do presidente.

Lula teve condenações anuladas porque o Supremo considerou parcial o ex-juiz Sergio Moro, a partir de um recurso apresentado por Zanin.

O próprio presidente disse no início deste mês que "todo mundo compreenderia" caso ele indicasse o seu advogado pessoal ao STF. Mas, caso se torne ministro, Zanin estaria legalmente impedido de julgar ações nas quais atuou como advogado, inclusive em casos relacionados à Lava Jato.

Um exemplo é o processo que pediu acesso aos sistemas Drousys e MyWebDay da Odebrecht, respectivamente de comunicação interna e de contabilidade e controle de pagamentos de vantagens indevidas. Essa ação tem mais de 20 ramificações, que envolvem distintos políticos.

De acordo com a lei, um magistrado é impedido de julgar processos nos quais ele, seu cônjuge ou um parente tenham atuado —ele é sócio da esposa, Valeska Teixeira, em seu escritório.

Em tribunais superiores, Zanin atua ou atuou em ações nas quais defende também empresas como as Americanas e a J&F, partidos como o PT, políticos como o governador Paulo Dantas (MDB-AL) e acusados da Lava Jato.

Além dos impedimentos, a proximidade com Lula pode ser um entrave para Zanin no Supremo. Um juiz deve se declarar suspeito se, por exemplo, for amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes.

Nesse caso, a avaliação é mais subjetiva e caberia a ele avaliar se a sua proximidade com Lula o tornaria suspeito de atuar nas ações.

As partes de processos, como advogados e Ministério Público, também podem pedir impedimento ou suspeição. "Basta a possibilidade concreta de ofensa à imparcialidade do julgador para se recomendar seu afastamento da condução de um processo", diz a advogada e juíza aposentada Cecília Mello.

Não se sabe se Zanin irá se declarar suspeito. O próprio advogado já disse a interlocutores que pode atuar em eventuais novos casos que envolvam Lula. Procurado, ele não se manifestou sobre o assunto.

Durante a sua carreira como advogado de Lula, Zanin ficou conhecido por questionar a imparcialidade dos juízes que julgavam as ações contra o presidente, muitas vezes apontando o que considerava serem relações suspeitas.

É o caso de Moro e da juíza Gabriela Hardt, substituta da 13ª Vara Federal de Curitiba, e dos juízes do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) João Pedro Gebran Neto e Carlos Thompson Flores.

Contra Gebran, por exemplo, Zanin pediu a suspeição porque, entre outros motivos, considerava que ele tinha "clara amizade" com Moro. Já o próprio Moro, para o advogado, se comportou como se fosse inimigo de Lula.

Segundo representantes do mundo jurídico ouvidos pela **Folha**, a possível indicação de Zanin pode violar o princípio da impessoalidade e comprometer a legitimidade do tribunal perante a sociedade.

A proximidade de Zanin com Lula também levanta questionamentos de entidades anticorrupção.

"Todas as convenções internacionais anticorrupção que o Brasil é signatário — três delas revisando o país neste ano— incluem a independência do Judiciário como compromisso do país", afirma Bruno Brandão, diretor executivo da Transparência Internacional.

"Quanto maior o distanciamento entre presidente e o indicado ao STF, maior a segurança da impessoalidade da decisão e, portanto, o compromisso com a independência do principal tribunal do país."

Apesar do movimento de Lewandowski e de uma certa torcida entre juristas próximos ao governo em favor de Manoel, Zanin é apontado como o preferido de Lula.

Essa predileção pode ser mensurada pela reação de Lula à ruptura da sociedade que Zanin mantinha com o sogro, Roberto Teixeira.

Em agosto de 2022, Zanin e Valeska formalizaram, por telegrama, sua retirada unilateral do escritório Teixeira Zanin Martins, estabelecido quase 20 anos antes.

Acompanhado por toda a equipe, o casal fundou o escritório Zanin Martins, rompendo oficialmente com Roberto e Larissa Teixeira, pai e irmã de Valeska.

Compadre de Lula, Teixeira procurou o petista para reclamar do genro. Segundo esses relatos, Teixeira, que é amigo e advogado de Lula desde 1980, apresentou sua versão para a cisão, incluindo até mesmo disputa por partilha de mobiliário de escritório.

Mesmo informado da traumática circunstância do rompimento, Lula manteve Zanin como seu representante legal, além de elogios públicos ao advogado. Zanin e Valeska estavam entre os convidados do coquetel em comemoração à posse do presidente.

Roberto Teixeira não os acompanhou, embora estivesse em Brasília.

Outra demonstração de apreço foi a opção por Zanin para a equipe jurídica da campanha de Lula. Na palavra de um amigo de Lula, Zanin é um intocável, e esse favoritismo se deve ao sucesso da estratégia jurídica que culminou na elegibilidade do presidente.

A situação chega a alimentar ciúme em membros do grupo de advogados Prerrogativas, atuante na defesa do petista.

Procurado, Roberto Teixeira afirmou que "a cisão do escritório já foi concluída". Também procurados, Valeska e Cristiano Zanin não se manifestaram.

CIDADE DE SÃO PAULO

TikTok

tvglobo

MULTI SHOW

MIX

89 A RÁDIO ROCK

FOLHA

Itaú

Porto Seguro

vivo
RIACHUELO

KitKat

Seara

Coca-Cola

Caixa das joias apreendidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos, da marca suíça Chopard Danilo Verpa/Folhapress

Ex-ministro muda versão e diz à PF que joias seriam do Estado

Bento Albuquerque disse na chegada ao Brasil que presente era para Michelle

Julio Wiziack

BRASÍLIA Em depoimento à Polícia Federal nesta terça (14), o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque mudou sua versão sobre as joias recebidas em viagem à Arábia Saudita, em 2021, e disse que o conjunto que não foi apreendido pela Receita foi trazido ao Brasil em sua bagagem.

Albuquerque disse que só abriu a caixa, contendo um relógio e outras joias masculinas, após chegar a Brasília, onde os objetos ficaram no cofre do ministério por sete meses até deixar o comando da pasta, em maio do ano passado.

O estojo fazia par com outro que foi apreendido na alfândega do aeroporto de Guarulhos (SP) e que foi pego na mala de seu auxiliar Marcos Soeiro —um dos três integrantes da comitiva oficial que voltava da Arábia Saudita.

Albuquerque afirmou que, como o conjunto da Chopard de R$ 16,5 milhões apreendido na mala de seu auxiliar, "apenas supôs" serem presentes para o ex-presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama Michelle, já que ambos tinham sido convidados para a viagem.

Disse ainda que foi ao evento representando o presidente. À PF, disse que eram presentes para o governo brasileiro, mudando sua versão inicial.

O ex-presidente Jair Bolsonaro com seu então ministro Bento Albuquerque Adriano Machado - 21.mar.22/Reuters

Informou ter mantido os supostos presentes para Bolsonaro no ministério enquanto aguardava o desfecho da Receita Federal para a apreensão das joias femininas.

O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Mesmo sem um desfecho, no último dia 29 de novembro, a praticamente um mês de Bolsonaro encerrar o mandato, o assessor especial do Ministério de Minas e Energia Antônio Carlos Ramos de Barros Mello entregou o estojo não fiscalizado pela Receita ao Palácio do Planalto.

Naquele momento, o ministério de Minas e Energia já era comandado por Adolfo Sachsida, amigo de Bolsonaro e ex-integrante da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Após reportagem da **Folha** sobre a entrega do suposto presente a Bolsonaro, a Receita afirmou não ter sido avisada sobre a existência desse estojo e informou que tomaria as providências legais. O Tribunal de Contas da União já proibiu Bolsonaro de usar ou vender esse conjunto não apreendido.

O ex-ministro disse aos delegados da PF que, no momento da apreensão das joias femininas, foi chamado de volta à alfândega por Marcos Soeiro, que trazia outros presentes na mala.

Albuquerque explicou que a comitiva –chefiada por ele e que contava com Marcos Soeiro e Chistian Vargas– recebeu diversos presentes. E que, ao ver as joias, supôs serem presente para a primeira-dama, já que a comitiva só carregava presentes para o governo.

Já à PF sustentou que, mesmo sendo presente supostamente destinado à primeira-dama, eram artigos encaminhados ao governo brasileiro.

A nova versão do ministro foi sustentada pelo documento que ele assinou no momento da apreensão dos objetos na alfândega do aeroporto de Guarulhos. Nele, Albuquerque declarou que todos os objetos dados na Arábia Saudita eram para o governo brasileiro. Ele usou a existência do vídeo gravado durante a inspeção para confirmar seu depoimento.

Disse que foi à Arábia Saudita representando o então presidente Bolsonaro.

O ex-ministro também alterou sua versão para o segundo estojo, que entrou no país sem declaração.

À **Folha** ele havia afirmado que os artigos tinham sido embarcados na mala de outro integrante, Cristian Vargas, um servidor do Ministério de Relações Exteriores hoje indicado para ser embaixador em Cuba.

À PF, assumiu que estava com a caixa que entrou sem inspeção. Comandada por Albuquerque, a comitiva viajou entre 20 e 26 de outubro de 2021.

Ele afirmou que os dois pacotes foram dados por integrantes do governo saudita quando a comitiva já estava saindo do hotel, em Riade.

O ex-ministro disse que as duas caixas estavam seladas e que ninguém suspeitou se tratar de objetos de valor já que, no evento, vários presentes foram trocados pela comitiva.

Disse ter recebido azeites, tâmaras e bebidas. Por esse motivo, afirmou ter mantido o pacote selado sem conhecer seu conteúdo.

O ex-ministro afirmou que os dois pacotes foram distribuídos nas malas e que não fizeram as declarações porque, supostamente, não acharam que passariam de US$ 1.000 – cota máxima permitida pela lei para a entrada de itens livres de declaração.

Integrantes do governo Lula têm feito uma série de críticas a Bolsonaro e ao ex-ministro por causa do episódio.

O ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, já tachou a tentativa de trazer as joias como "contrabando ilegal".

No Tribunal de Contas, o ministro Augusto Nardes escreveu em decisão na semana passada que os fatos "revelam-se de elevada gravidade, seja pelo valor dos objetos questionados, seja pela relevância dos cargos ocupados pelos eventuais autores das irregularidades tratadas".

Ele também determinou diligências à PF e à Receita Federal. A Polícia Federal passou a investigar o episódio após pedido do ministro da Justiça, Flávio Dino, no início do mês. Dino disse na ocasião que pode ter havido no caso crimes como descaminho e peculato.

O ex-presidente Bolsonaro tem dito que não cometeu nenhuma irregularidade.

Receita intima Bento Albuquerque sobre 2º presente de árabes

Artur Rodrigues e Camila Mattoso

SÃO PAULO A Receita Federal intimou o ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) a explicar a entrada no Brasil de um segundo estojo de joias depois entregue ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os auditores de Guarulhos querem saber por que a comitiva não seguiu o roteiro tradicional, pelo regime de importação, voltado a casos de incorporação de bens públicos.

Para eles, se um presente foi dado com esta finalidade não haveria a possibilidade de declará-lo como bem próprio.

O caso das joias, tanto as interceptadas quanto as que passaram despercebidas, é considerado atípico em tudo. No caso do governo a praxe é que os materiais venham como bagagem diplomática, e o pedido de incorporação ao patrimônio deve ser feito via Secretaria-Geral da Presidência.

Normalmente, para agilizar o processo de importação, a Receita é avisada com antecedência. O material, necessariamente, seria retido por algumas horas, mas em geral a liberação ocorre no mesmo dia.

"Eu nunca participei de um caso [de presente] que tenha vindo com o passageiro. Em geral, vem como bagagem diplomática, pela própria embaixada. Para ser sincero, também nunca peguei algo de valor tão elevado. Então, não é o comum. Agora, não é proibido. Se ele fizesse certo, não seria proibido. A questão foi a forma que foi feita", afirma Mario de Marco, delegado da Alfândega do aeroporto de Guarulhos.

Ele não deu detalhes específicos da investigação. Mas disse que não é cabível alegar desconhecimento de normas. Ainda mais autoridades com assessoria à disposição.

No caso da comitiva de Bento Albuquerque, como ocorre rotineiramente, a abordagem não é realizada de maneira casual. É feito um cruzamento de 50 pontos para que a decisão seja tomada.

Soeiro não se manifestou sobre o caso. Vargas afirma ter retornado ao Brasil carregando apenas artigos pessoais e que, ao desembarcar no aeroporto de Guarulhos, não portava itens oferecidos como presentes oficiais ao governo Bolsonaro.

Abin usou programa secreto para rastrear pessoas durante a gestão Bolsonaro, diz jornal

SÃO PAULO E BRASÍLIA | UOL Nos três primeiros anos do governo Jair Bolsonaro (PL), a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) usou um programa secreto para monitorar a localização de cidadãos a partir de dados do celular.

As informações foram divulgadas pelo jornal O Globo, que acessou documentos e ouviu o relato de servidores da Abin.

Na prática, qualquer celular poderia ser monitorado sem justificativa oficial. Há relatos de que o programa foi usado até mesmo contra agentes da Abin, e um procedimento interno foi aberto para apurar os critérios de uso da tecnologia.

O programa é a ferramenta FirstMile, que permite monitorar os passos de até 10 mil pessoas a cada 12 meses. Para iniciar o rastreio, basta digitar o número de celular da pessoa, e a partir daí se forma um histórico de deslocamentos que permite criar "alertas em tempo real" da movimentação de alvos em diferentes endereços.

O software foi comprado por R$ 5,7 milhões da israelense Cognyte, com dispensa de licitação, no final do governo Michel Temer (MDB). A ferramenta foi usada pelo governo Bolsonaro até meados de 2021.

Sob anonimato, um integrante do alto escalão da Abin disse a O Globo que o sistema podia ser usado "sem controle" e que não era possível identificar acessos indevidos.

Acrescentou que o sistema era operado sob a justificativa de haver um "limbo legal", já que o acesso a metadados do celular não está expressamente proibido na lei brasileira. A Abin de Bolsonaro operava a ferramenta alegando "segurança do Estado".

O Globo procurou Alexandre Ramagem, ex-chefe da Abin e eleito deputado federal com apoio de Bolsonaro. Ele não quis falar do uso do programa.

"Isso é com a Abin. Tem contrato, tem tudo. A contratação está toda regular. Se tiver algum questionamento, tem que fazer à Abin."

Procurada pelo UOL, a Abin disse que o contrato, de caráter sigiloso, teve início em 26 de dezembro de 2018 e foi encerrado em 8 de maio de 2021.

"A solução tecnológica em questão não está mais em uso na Abin desde então", afirmou em nota. "A agência está em processo de aperfeiçoamento e revisão de seus normativos internos, em consonância com o interesse público e o compromisso com o Estado democrático de Direito."

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta terça (14) que todas as denúncias de ilegalidades serão levadas a órgãos como a Controladoria-Geral da União e à Justiça, para que as medidas cabíveis sejam tomadas. E que pretende mudar a agência, que está sob a responsabilidade de seu ministério, assim que a nova direção for definida.

"E nós, assim que tivermos a nova direção da Abin, vamos reformá-la e o que eu posso dizer é que, sob nova direção, toda lei será respeitada no trabalho da Abin. E se algo foi feito no passado, no outro governo, que não tem conformidade com a lei, isso será levado a quem for responsável, à CGU, aos órgãos de justiça para que as providências cabíveis e a responsabilização devida seja feita quem praticou esses atos no passado", afirmou o ministro.

Costa afirmou que não iria comentar o caso, por orientação do presidente de que o governo não deve gastar energia sobre questões e problemas criados do governo anterior.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, classificou como "grave" o caso. Disse que os responsáveis têm que ser "fortemente punidos".

"Mais uma questão a ser apurada das profundas irregularidades cometidas não só por Bolsonaro, mas por agentes do governo anterior. A própria Abin e outros órgãos, como o Ministério da Justiça, certamente irão apurar essas situações", afirmou a jornalistas durante evento da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos).

Senado defende que STF ignore pedido de CPI sobre 8 de janeiro

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que rejeite o pedido da senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS) para instalação imediata da CPI dos atos antidemocráticos.

Logo após os ataques de 8 de janeiro, ela conseguiu o número mínimo de assinaturas para a criação da CPI, inclusive com o apoio de parlamentares da base de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mas Lula disse ser contra a abertura da investigação e, agora, o governo trabalha para barrar a iniciativa do Senado e da Câmara —que já tem as assinaturas necessárias para a criação de uma CPI mista, com participação também de deputados.

Apesar de apresentado em janeiro, com o aval de senadores que já tiveram os mandatos encerrados, o requerimento de Thronicke reúne o apoio de 42 parlamentares desta legislatura —15 a mais que o necessário.

Assim, ela acionou o STF para que Pacheco seja obrigado a abrir a investigação —como durante a CPI da Covid, em 2021, por ordem do ministro Luís Roberto Barroso. Desta vez, o caso está com o ministro Gilmar Mendes.

Na manifestação a Gilmar, Pacheco defende que o pedido da senadora seja rejeitado. A Advocacia do Senado afirma que o regimento interno determina que os requerimentos sejam arquivados ao final da legislatura.

Assim, o Senado diz que não há possibilidade "jurídico-política de seu aproveitamento automático pela legislatura subsequente", como quer Thronicke. Ressalta, porém, que a nova legislatura "é livre para aprovar nova peça de criação de CPI com o mesmo objeto".

A senadora divulgou nota dizendo que a justificativa apresentada não se aplica ao caso da CPI dos atos antidemocráticos e que vai rebater os argumentos no Supremo.

Thaísa Oliveira e José Marques

As virtudes da Receita Federal

Seus burocratas defendem a Viúva

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Se e quando a turma que tentou liberar as joias das Arábias na Receita Federal do aeroporto de Guarulhos for assistir a "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", os doutores terão um momento de satisfação quando Evelyn (Michelle Yeoh, que levou o Oscar de melhor atriz) acerta um soco na boca da auditora Deirdre, da Receita americana (Jamie Lee Curtis levou a estatueta de atriz coadjuvante).

O filme lida com realidades paralelas numa comédia. O caso das joias das Arábias lida com realidades paralelas da trágica vida real dos poderes de Brasília.

O assessor do ministro-almirante achava que podia passar com as peças pela alfândega de Guarulhos. Não conseguiu. O ministro-almirante achou que indo ao auditor que havia apreendido as joias resolveria a questão. Nada feito. Tempos depois, o tenente-coronel do Planalto achou que desembaraçaria as joias e mandou um sargento a Guarulhos. Outro auditor recusou-se a liberar o mimo. O sargento ligou para o tenente-coronel e explicou que sua missão estava encalhada. Ofereceu ao auditor seu telefone para que falasse com o poderoso tenente-coronel, braço direito do então presidente da República. O auditor explicou que não falava ao telefone em situações daquele tipo.

Do almirante ao tenente-coronel, passando pelo sargento, todos viviam uma realidade, a dos poderosos. Já os auditores da Receita viviam a realidade de uma burocracia rígida. Ela é treinada no exemplo do secretário da Receita Osíris Lopes Filho, aquele que deixou o cargo em 1994, depois de peitar os bancos e de ter sido impedido de cobrar os tributos devidos pelos passageiros do avião que transportou a seleção tetracampeã do mundo. Ou ainda no exemplo de Lina Maria Vieira, submetida a um processo de fritura durante o mandarinato do ministro Guido Mantega. Foi dela a seguinte frase: "O bom contribuinte se sente um otário".

A Receita tem mais de 10 mil auditores fiscais, todos chegaram por concurso e todos têm uma carreira de Estado. Num universo desse tamanho há de tudo, mas nele vigora a Lei de Serpico. Frank Serpico era um policial de Nova York que levou um tiro na cara, dado por traficantes associados a policiais corruptos. Ele denunciou as malfeitorias da polícia da cidade e sua lei reza assim: É o policial corrupto quem deve temer o honesto, não o contrário.

Os auditores de Guarulhos travaram as joias das Arábias porque foram temperados em bons exemplos e não temem, são temidos. Seguem as normas e raramente falam. Quando falam, às vezes dão sono.

Vale lembrar que meses antes da apreensão das joias das Arábias um hierarca da Receita visitava o Planalto a bisbilhotar a vida de inimigos do Rei. Em pelo menos duas ocasiões hierarcas da Receita foram contatados por poderosos interessados na liberação das joias. Nada feito. É um efeito da Lei de Serpico.

A realidade paralela dos poderosos costuma prevalecer. Se não fosse assim, a turma das joias das Arábias jamais teria tentado atropelar os auditores com suas carteiradas.

Resta à turma das joias o consolo de ver o filme "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo".

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Regra que permitiu indulto a Luiz Estevão surgiu com Torres

Ex-ministro da Justiça determinou reunião em que artigos foram incluídos

Lucas Marchesini e Ranier Bragon

BRASÍLIA Os artigos utilizados pelo empresário Luiz Estevão para conseguir o indulto da sua pena entraram no último decreto natalino de Jair Bolsonaro (PL) após uma reunião interna determinada pelo então ministro da Justiça, Anderson Torres.

Estevão, 73, proprietário do portal de notícias Metrópoles, foi condenado por corrupção ativa, peculato e estelionato. O ex-senador, que em 2016 começou a cumprir 26 anos de prisão pelo desvio de verbas públicas destinadas à construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, pediu e conseguiu o perdão com base no decreto de Bolsonaro.

A **Folha** obteve por meio da Lei de Acesso à Informação as 141 páginas do processo interno de elaboração do decreto pelo Ministério da Justiça.

A proposta inicial, feita pelo CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), não continha o artigo 4º, que estabeleceu o indulto natalino às pessoas maiores de 70 anos, desde que cumprido um terço da pena, além de trecho que exclui idosos da vedação de perdão a condenados por corrupção ativa e peculato, entre outros crimes.

Em 2014, Estevão, preso em Brasília, chega à sede da PF em São Paulo Danilo Verpa - 27.set.14/Folhapress

Esses trechos só passaram a constar na minuta após uma reunião entre a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos, a Assessoria Especial do Ministro e a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça.

"Por ordem do ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, foi determinada a realização de reuniões entre esta Assessoria Especial de Assuntos Legislativos, a Assessoria Especial do Ministro e a Consultoria Jurídica, no intuito de ser debatido o tema. Dessa forma, com base na minuta apresentada nos autos, foram sugeridas alterações, devidamente aprovadas pelo ministro de Estado", diz o processo de elaboração do decreto.

Os trechos usados para obtenção de indulto por Estevão são atípicos em relação aos três decretos natalinos editados por Bolsonaro nos anos anteriores, que tinham redação relativamente condizente com seu discurso público punitivista sobre segurança pública, reduzindo o alcance do perdão —exceção feita quase sempre a presos oriundos das forças policiais ou das Forças Armadas.

Nas gestões anteriores a Bolsonaro, o indulto natalino para presos idosos era comum, mas com condicionantes e mais restritivos a depender dos crimes cometidos.

Em determinado ponto do processo interno de elaboração do decreto de 2022, áreas técnicas opinam ser "imperativo que eventual benefício não contemple condenados por crimes contra a administração pública, em especial aqueles condenados por peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa e tráfico de influência".

Essa recomendação foi ignorada no caso de presos com mais de 70 anos. O decreto foi publicado em 23 de dezembro. A defesa de Estevão entrou com pedido de indulto três dias depois. No último dia 7, a Justiça do DF concedeu o perdão ao empresário.

A inclusão dos artigos atípicos no decreto ocorreu em meio à coincidência da atuação de um mesmo grupo de advogados para o ex-presidente, o empresário e Torres, que hoje está preso por suposta omissão nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Até poucos dias atrás, os advogados Eustáquio Silveira e Vera Carla Silveira, que atuam desde 2005 para Estevão em mais de 100 ações, também compunham o time de defesa de Torres.

Segundo os advogados, o motivo da saída da defesa de Torres não pode ser revelado por "cláusula de confidencialidade". Dizem que foram escolhidos para a equipe pela "atuação exitosa em ação civil pública proposta contra Anderson Gustavo Torres" em 2011.

Já o advogado Marcelo Bessa, que também representa Estevão, advoga para o PL e assumiu recentemente vários casos relativos a Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal. Foi Bessa quem assinou a petição bancada pela sigla questionando o funcionamento das urnas eletrônicas nas eleições de 2022.

Luiz Estevão disse à **Folha** que os indultos concedidos desde o governo Fernando Henrique Cardoso até o primeiro ano do governo Michel Temer "eram muito mais abrangentes".

"Não vejo nada de inovador, está repetindo parcialmente o que constou nos indultos durante 20 anos no Brasil", afirmou, acrescentando que não considera haver diferença, no seu caso.

"A única diferença do indulto é que não preciso chegar em casa meia-noite e esperar 6h para sair. Como não sou disso, não muda nada."

Em 2019, o empresário passou para o regime semiaberto e, em 2021, para o aberto, em prisão domiciliar.

A defesa de Torres não se manifestou.

Marcelo Bessa disse que desconhece os trâmites que resultaram na edição do decreto por Bolsonaro e que jamais tratou do assunto com pessoa do governo ou fora dele.

O indulto —perdão da pena, ou "clemência"— significa que condenados por crimes não vão precisam cumprir as punições às quais foram sentenciados. A condenação continua na ficha do réu.

Previstos tanto na Constituição quanto na legislação penal, eles geralmente são coletivos e beneficiam diversos condenados que cumpram requisitos objetivos, como tempo de prisão.

Jornalistas são censurados por documentário sobre 'Lava Jato da Paraíba'

Artur Rodrigues

SÃO PAULO Os jornalistas Eduardo Reina e Camilo Toscano são alvo de processos movidos pelo desembargador Ricardo Vital de Almeida, devido ao documentário "Justiça Contaminada – O Teatro Lavajatista da Operação Calvário na Paraíba", lançado no ano passado.

Entidades de jornalistas classificam o episódio como perseguição judicial contra os profissionais.

Em 2022, o juiz Adhemar de Paula Leite Ferreira Néto, da 3ª Entrância, determinou a retirada do vídeo dos canais onde foram divulgados, sob risco de multa de R$ 500 por dia até o limite de R$ 30 mil.

O documentário tem tom crítico ao que classifica como lavajatismo durante a Operação Calvário, deflagrada em 2019, que apontou o ex-governador paraibano Ricardo Coutinho (ex-PSB, hoje no PT) como líder de organização criminosa que arrecadava propina em contratos estaduais na área da Saúde.

O ex-governador diz que a operação foi uma armação com perseguição política.

O documentário cita que o desembargador Ricardo Vital de Almeida e o promotor Octávio Paulo Neto, do Ministério Público (MP-PB), eram chamados pela imprensa local de "Moro e Dallagnol da Paraíba", em referências ao ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil) e ao ex-procurador e hoje deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos), que atuaram na Operação Lava Jato.

Na ação, o desembargador sustenta que o filme contém "diversas palavras ofensivas à sua imagem e à sua honra". Ele pede pagamento de compensação por danos morais de 40 salários mínimos, que os jornalistas se abstenham de veicular comentário ofensivo à imagem do magistrado e que seja suspendida a veiculação do "ilícito vídeo".

> O processo contra Eduardo Reina e Camilo Toscano é, na verdade, mais uma absurda e inaceitável tentativa de cerceamento à atividade jornalística
>
> **Rede de Proteção de Jornalistas e Comunicadores** em nota

O juiz Ferreira Néto rejeitou pedido para que os jornalistas se abstenham de comentários ofensivos ao magistrado, justificando que se trataria de censura prévia. O mérito da ação principal ainda não foi julgado.

De acordo com o jornalista Eduardo Reina, há três ações correndo sobre o assunto. Ele afirmou à **Folha** considerar que se trata de cerceamento à liberdade de expressão e de imprensa.

"Procurei o magistrado inúmeras vezes. Eu mandei, por exemplo, três emails para o endereço pessoal dele, procurei via assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, procurei a chefia de gabinete dele, enviei uma lista com dez perguntas que ele pudesse responder se ele não quisesse dar entrevista pessoalmente", disse.

Para entidades de jornalistas, a ação e a censura constituem perseguição judicial contra Reina e Toscano.

"Todo o processo movido contra Eduardo Reina e Camilo Toscano é, na verdade, mais uma absurda e inaceitável tentativa de cerceamento à atividade jornalística", diz uma nota publicada pela Rede de Proteção de Jornalistas e Comunicadores, liderada pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Artigo 19.

A entidade repudia a censura ao documentário. "Como se não bastasse, a criminalização da injúria, calúnia e difamação oferece risco à liberdade de expressão, principalmente quando se trata de pessoas públicas, políticos e temas de interesse público", diz a nota da rede.

A reportagem procurou o desembargador Ricardo Vital desde sábado (11), por telefone, email do gabinete e assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, mas não obteve resposta.

O documentário em questão trata a Operação Calvário como um caso de "lawfare", o uso do direito com objetivo de perseguir pessoa ou grupos, e relata uso de delações premiadas em moldes similares aos da Lava Jato.

Coutinho chegou a ser preso na ação que apurava suposto desvio de R$ 134,2 milhões da área de saúde. Em 2020, foi denunciado na Justiça estadual. Decisão do STF em 2021 enviou o caso à Justiça Eleitoral paraibana.

A corte decidiu devolver o processo à Justiça comum. Em 2022, o ministro Gilmar Mendes reafirmou a atribuição da Justiça Eleitoral.

A deputada estadual Dani Monteiro (PSOL-RJ), da Bancada Marielle Eduardo Anizelli/Folhapress

Parlamentares se unem em bancada por pautas de Marielle

Grupos são formados por parlamentares de partidos de esquerda na Câmara dos Deputados e em Assembleias

Priscila Camazano e Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO Defender as propostas que eram encampadas por Marielle Franco e cobrar a conclusão das investigações sobre a morte dela. Esses são os principais objetivos dos deputados para formar a Bancada Marielle.

O grupo é composto por parlamentares de partidos de esquerda eleitos no último pleito, tanto para a Câmara dos Deputados como para as Assembleias Legislativas de diferentes estados.

A primeira agenda foi editada para as eleições municipais de 2020. A intenção era divulgar uma carta de compromissos e ajudar a eleger mais mulheres negras. Em 2022, as pautas foram atualizadas para dialogar com o contexto da eleição nacional. Dos 145 candidatos comprometidos com as propostas, 44 foram eleitos.

Há cinco anos, na noite de 14 de março de 2018, Marielle e o motorista Anderson Gomes foram assassinados a tiros em uma emboscada no centro do Rio de Janeiro. Ela havia sido eleita em 2016 pelo PSOL e foi a vereadora mais bem votada do Rio naquela disputa.

Os ex-policiais militares Ronnie Lessa, acusado de ser o autor dos disparos, e Élcio de Queiroz, acusado de dirigir o carro usado no crime, foram presos em março de 2019 e se tornaram réus pelos homicídios. Desde então, as autoridades tentam identificar possíveis mandantes do crime.

Para manter o legado político de Marielle e lutar por justiça foi criado o Instituto Marielle Franco, que era liderado por sua irmã, Anielle Franco. Ela deixou o cargo para ser ministra da Igualdade Racial do atual governo Lula.

Em 2020, a organização criou a Agenda Marielle Franco, com um conjunto de práticas antirracistas, feministas, LGBTQIA+ inspiradas no que a vereadora defendia. O texto foi construído com apoio de mais de cem organizações e conta com oito pautas prioritárias.

Os eixos são justiça econômica e social; justiça racial e segurança pública; gênero, sexualidade e justiça reprodutiva; direito à cidade, à favela e à periferia; saúde pública gratuita de qualidade e integral; educação pública gratuita; cultura e memória e justiça ambiental, climática e direito à terra e ao território.

Segundo Lígia Batista, nova diretora executiva do instituto, a agenda é uma ferramenta de compromissos políticos dos parlamentares signatários. Seu objetivo é dar continuidade ao legado que Marielle construiu em sua atuação política.

"A ideia da agenda é que esses eixos prioritários possam inspirar as parlamentares a produzir reflexão de política pública através de seus mandatos", afirma. Segundo ela, o documento foi elaborado ouvindo movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

A deputada estadual Dani Monteiro (PSOL-RJ) é uma das parlamentares que compõem a bancada. Para ela, o instituto, além de ser espaço para preservar o legado, é um lugar de fomento de novas lideranças.

"Na filosofia africana há um pássaro chamado Sankofa que voa para o futuro, mas sua cabeça é virada para o passado. Este é um pouco do trabalho do instituto, construir na conjuntura atual as pautas que Marielle deixou germinando", afirma.

A deputada diz que a política no Brasil sempre foi marcada por violência, mesmo após a redemocratização.

"Quando nós mulheres negras e faveladas ocupamos esses espaços de poder e começamos a chegar nas casas legislativas, a reação da estrutura do poder foi violenta, porque eles nunca aceitaram dividir [o espaço]."

Ela afirma ainda que o assassinato da vereadora diz respeito também sobre como é produzida a política pública para a população mais vulnerável. Segundo ela, o recado que fica por trás da morte de Marielle é o de que o corpo de uma mulher negra, favelada e lésbica não poderia ocupar aquele espaço.

"Quem cometeu esse brutal e bárbaro assassinato atacou também a nossa democracia e o nosso direito de existir. A resposta [de quem mandou matar] é necessária. O Estado brasileiro nos deve essa resposta", diz.

Sâmia Bomfim, deputada federal (PSOL-SP), vai na mesma linha e cobra uma solução sobre a existência ou não de mandantes para o crime.

"São cinco anos do assassinato da Marielle. É um crime que ainda choca o Brasil e o mundo e o fato de não haver respostas, coloca urgente a necessidade de dar visibilidade com ainda mais força sobre o que aconteceu."

Na avaliação da parlamentar, que também aderiu à agenda, o ministro da Justiça, Flávio Dino, tem dado declarações e tomado iniciativas importantes no sentido de encaminhar uma resolução para o crime.

A deputada estadual Laura Sito (PT-RS) também é uma das signatárias do documento. Para a parlamentar, fazer parte da bancada significa ajudar a construir uma agenda feminista e antirracista no Brasil.

Entre as ações como membro da bancada, Sito destaca o combate à violência política de gênero. "Nós fizemos articulações junto ao Ministério Público Federal e ao TSE para que pudéssemos avançar em expedientes de fiscalização, controle e punição desse tipo de violência", afirma.

Como signatária da Agenda, a deputada afirma que pretende priorizar na sua atuação parlamentar questões relacionadas a promover vida digna às mulheres e ações de combate à fome.

"Quando falamos em comunidades tradicionais, contra grilagem de terra, arrendamento de terra, povos indígenas, quilombolas, contra o trabalho escravo, nós estamos falando de setores que movimentam milhões de reais no Brasil. E esses são temas do nosso povo, que falam da condição de subcidadania do negro no Brasil", diz.

Outra parlamentar que aderiu à bancada foi a deputada federal Carol Dartora (PT-PR). "A Marielle foi o símbolo dessa luta, que não começou agora", diz.

Para ela, a pauta que pretende priorizar na atuação na Câmara é a de combate à violência política de gênero e raça. "Não é mais possível que a gente sofra tanta violência para chegar e ao chegar a gente fique só pensando em nunca mais voltar", afirma.

Segundo Dartora, é imprescindível a presença de mulheres negras nos espaços de poder para que se tenha o avanço democrático que o país precisa. "Porque as decisões passam por aqui. Se nós não estivermos aqui existe toda uma população que está silenciada junto com a gente", diz.

Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), Suplicy (PT-SP), Célia Xakriabá (PSOL-MG), Benedita da Silva (PT-RJ) e Talíria Petrone (PSOL-RJ) são outros parlamentares que formam a Bancada Marielle.

Morre Eliseu Padilha, ministro em 3 gestões e braço direito de Temer

Paula Sperb

PORTO ALEGRE O ex-ministro Eliseu Padilha morreu nesta segunda-feira (13) aos 77 anos em Porto Alegre. Ele fazia tratamento contra um câncer de estômago descoberto havia um mês e estava internado em um hospital da capital gaúcha.

Eliseu Padilha, então chefe da Casa Civil, durante reunião no Planalto Pedro Ladeira - 21.mai.18/ Folhapress

> **Foi um companheiro de todas as lutas, sempre ao meu lado e ocupando diversos cargos importantes na República**
>
> **Michel Temer (MDB)** ex-presidente da República

Padilha foi ministro nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). Neste último, seu papel foi o mais importante. Foi ministro da Casa Civil, braço direito do presidente em um momento turbulento da política brasileira, especialmente após o impeachment de Dilma.

Gaúcho nascido em Canela, na região da serra, foi eleito para seu primeiro cargo, como prefeito de Tramandaí, cidade litorânea no Rio Grande do Sul, nos anos 1980.

Na juventude, Padilha tinha sido líder estudantil e ajudou a criar o partido em 1966, quando vigorava o bipartidarismo da ditadura militar, para se opor à governista Arena. Ministro de governos de diferentes espectros ideológicos, ficou na legenda por toda a vida.

No governo petista, assumiu a Secretaria da Aviação Civil. Seu pedido de demissão, em dezembro de 2015, foi lido como prenúncio do rompimento de Dilma e o MDB que acabaria se confirmando.

Logo depois, foi divulgada a famosa carta em que Temer reclamava à então presidente de ser apenas um "vice decorativo", citando especificamente "desfeitas" sofridas por seu aliado e amigo na gestão petista.

Antes, com os tucanos, Padilha foi ministro dos Transportes (1997-2001). Sua trajetória também teve quatro mandatos como deputado federal eleito pelo Rio Grande do Sul.

Temer publicou em rede social mensagem lembrando a amizade de "de longa data" e afirmando que o amigo "desempenhou brilhantemente" a coordenação dos ministérios em sua gestão, de 2016 a 2018.

"Foi um companheiro de todas as lutas, sempre ao meu lado e ocupando diversos cargos importantes na República."

Em entrevista à **Folha** em 2017, Padilha resumiu como via a gestão Temer: "O governo não é bem avaliado pela população, mas também não é um governo que esteja sendo execrado". Disse também: "Sabemos que a crise ainda não foi revertida por inteiro, logo, a população não está contente".

Formado em direito pela Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) em 1973, exerceu a advocacia e tinha um escritório em Porto Alegre com vista para o lago Guaíba, cartão-postal da cidade, conhecido pelo seu belo pôr do sol.

No escritório, tinha inúmeros quadros que decoravam as paredes dos corredores e salas.

As pinturas do artista Marciano Schmitz mostram cenas da história do Rio Grande do Sul, especialmente da Revolução Farroupilha (1835-1845) e da Revolução de 1930, com as figuras de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, e Oswaldo Aranha.

Em setembro de 2017, Padilha foi denunciado com Temer e outros emedebistas sob acusação de integrar organização criminosa. A acusação, formulada pelo então procurador-geral Rodrigo Janot, veio na esteira de delações firmadas no âmbito da Operação Lava Jato. O delator Cláudio Melo Filho, da Odebrecht, por exemplo, o mencionava ao falar do financiamento do MDB na campanha de 2014.

A tramitação da acusação seria barrada pela Câmara dos Deputados semanas depois. Quando os envolvidos perderam o foro especial, em 2019, o caso foi para a primeira instância, que decidiu pela absolvição dos réus, em 2021.

A defesa do ex-ministro dizia haver uma tentativa de criminalizar "a atividade política", como se tivesse entrado nesse meio apenas para "se associar com terceiros no cometimento de crimes".

O ex-ministro carregava um apelido popularizado por um desafeto: "Eliseu Quadrilha". Foi na edição de 16 de fevereiro de 2001 da **Folha** que a expressão foi usada como forma de relacioná-lo a atividades ilícitas.

O trocadilho com o sobrenome Padilha foi feito por Antônio Carlos Magalhães (ACM), poderoso senador baiano pelo PFL, em entrevista ao jornalista Josias de Souza. Desde então, o apelido "pegou".

ACM estava irritado por ser sucedido na presidência do Senado por Jader Barbalho (MDB), considerado seu rival com apoio do então presidente FHC. O político baiano afirmou que Jader tinha sido rejeitado por FHC para o Ministério dos Transportes, que acabou ocupado por Padilha. "Ou seria Eliseu Quadrilha? Nunca sei direito. Acho que é quadrilha mesmo", disse.

Padilha atribuiu a provocação às derrotas que o senador vinha sofrendo e respondeu: "Sua manifestação é uma tentativa de me arrastar para o terreno onde ele já está há muito tempo. Não vou descer até ele".

Nesta terça-feira (14), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), lamentou a morte e lembrou a participação do ex-ministro em três governos federais, caracterizando-o como "líder habilidoso e dedicado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil".

O vice-governador, Gabriel Souza, também do MDB, disse que o correligionário era um "emedebista raiz, político nato e um líder que sempre acreditou nos seus".

O governador paraense, Helder Barbalho (MDB), seu antigo colega de ministério, manifestou-se nas redes sociais após a morte, afirmando ser seu "grande amigo e conselheiro", e "certamente um dos melhores quadros políticos" que conheceu.

Roberto Freire, presidente do partido Cidadania e ex-deputado federal, lançou nota lamentando a morte de Padilha, e prestou condolência à família e aos amigos em nome da sigla.

Filho do casal Solon e Olinda, Padilha deixa a mulher, a advogada Simone Camargo, e seis filhos.

mundo

EUA acusam Rússia de derrubar drone em colisão no mar Negro

Americanos denunciam manobras perigosas, e Kremlin nega contato entre os aparelhos

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO No mais grave incidente entre aeronaves da Rússia e do Ocidente desde o começo da Guerra da Ucrânia, um drone americano caiu no mar Negro após o que os Estados Unidos acusaram ser uma colisão com um caça de Moscou, não muito distante do teatro do conflito.

O drone caiu no mar no começo da manhã desta terça (14), segundo a Força Aérea dos EUA, que acusou a Rússia de conduta antiprofissional e de tentar interferir na operação do modelo de vigilância que operava na área, mas não de deliberadamente derrubar o aparelho. Já o Departamento de Estado convocou o embaixador russo para se explicar.

O Ministério da Defesa da Rússia disse em seu canal no Telegram que dois de seus caças Sukhoi Su-27 interceptaram o drone MQ-9 Reaper após ele ter violado seu espaço aéreo. A pasta negou ter havido uso de armas ou contato entre as aeronaves, dizendo que o aparelho caiu devido a uma manobra abrupta.

Segundo o relato americano, os russos interceptaram o Reaper sobre águas internacionais do mar Negro, onde ficam as costas sul da Rússia e da Ucrânia —e a disputada península da Crimeia, anexada em 2014 por Vladimir Putin.

Segundo o porta-voz do Pentágono, general Patrick Ryder, um dos caças voou na frente do drone e despejou combustível em seu caminho, uma forma nunca antes vista de tentar afetar os sistemas do rival. Ao fazer manobras perigosas, diz o militar, a aeronave russa atingiu a hélice do Reaper, que fica na parte anterior do veículo não tripulado.

O dano levou o drone a fazer um pouso na água, mas não está claro se houve alguma tentativa de resgate. Ryder disse que há imagens em vídeo provando a versão, e que elas estão em processo de liberação, o que não é imediato.

O Reaper é um dos principais drones americanos, com 20 metros de envergadura e 11 de comprimento, sendo capaz de missões de vigilância e ataque a solo. Versão mais poderosa do famoso Predator, é capaz de ficar 14 horas no ar e custa cerca de US$ 30 milhões (R$ 157 milhões).

A Força Aérea disse que o modelo derrubado não estava armado. O assessor de Segurança Nacional dos EUA, Jack Kirby, tentou reduzir a tensão acerca da intencionalidade dos russos. "Mesmo nas últimas semanas houve outras interceptações, mas esta é notável por ter sido tão insegura e não profissional", afirmou. Ele disse que está em contato e que já se queixou com os russos.

O mar Negro é um dos pontos de maior atrito entre Forças Aéreas do mundo, ao lado do Báltico, do estreito de Taiwan, do mar do Sul da China e das águas do Pacífico Ocidental. Em todas elas, russos e chineses se opõem a americanos e seus aliados.

Interceptações são semanais, quando não diárias, e sempre há o risco de uma colisão acidental ser lida como um ato de agressão. Recentemente, os EUA acusaram a China de quase provocar a queda de um avião-espião em uma ação dessas —em 2001, um choque derrubou um caça de Pequim e avariou um aparelho de espionagem americano, que teve de pousar em solo rival.

Com o contexto da Guerra da Ucrânia, as interceptações ficaram ainda mais perigosas. As incursões não visam apenas testar a rapidez da reação dos rivais, como é usual, mas o espaço aéreo em locais como o mar Negro de fato está congestionado de aparelhos de reconhecimento e vigilância.

A Rússia considera seu o espaço aéreo da Crimeia, bem como as águas a seu redor, o que o Ocidente rejeita. Um caça russo inclusive disparou um míssil perto de um avião-espião britânico em outubro, em um incidente que Moscou qualificou de acidente.

Enquanto a tensão se avoluma e russos intensificam o bombardeio sobre a cidade de Bakhmut, que Kiev tenta defender na região de Donetsk (leste), Putin voltou a elevar o tom contra o Ocidente na guerra —que ele desenha como um conflito com EUA e aliados, que armam a Ucrânia.

Visitando uma fábrica de aviões na Buriácia (Sibéria), Putin disse que a guerra "não é uma tarefa geopolítica, mas uma tarefa para a sobrevivência do Estado russo, criando condições para o desenvolvimento futuro do país".

O tom é o mesmo de outros pronunciamentos, mas a clareza sobre risco existencial para a Rússia é feita para ecoar a doutrina nuclear do país, que prevê o emprego de armas atômicas apenas em dois casos: quando alguém as usa contra os russos ou quando há uma ameaça à existência do Estado.

Em entrevista posterior à TV estatal russa, Putin disse que a explosão de 3 dos 4 ramais dos gasodutos Nord Stream, que ligam Rússia à Alemanha, ocorrida no ano passado, foi obra em "nível de Estado". "Quem estaria interessado? Teoricamente, claro, os EUA estariam interessados", disse.

O ucraniano Volodimir Zelenski, por sua vez, afirmou que "o futuro da guerra" está sendo lutado em Bakhmut.

Incidente entre aeronaves de Washington e Moscou é o mais grave desde o início da guerra

1 • EUA dizem que o drone caiu no mar Negro e que Moscou agiu de forma antiprofissional
• Rússia alega que seus caças interceptaram o drone americano após violação de espaço aéreo

Fontes: Forças Armadas dos EUA, Reuters, BBC e Graphic News

Pequim e Moscou criticam pacto do Ocidente no Indo-Pacífico

SÃO PAULO China e Rússia, aliadas na Guerra Fria 2.0 contra o bloco ocidental liderado por Washington, fizeram críticas nesta terça-feira (14) ao pacto militar Aukus, que une EUA, Reino Unido e Austrália para conter a ascensão de Pequim no Indo-Pacífico.

"Esses três países, em nome de seus interesses geopolíticos, desconsideram completamente as preocupações da comunidade internacional e estão caminhando mais e mais rumo a uma via de erro e perigo", disse Wang Wenbin, porta-voz da chancelaria chinesa.

O pacto em si havia sido anunciado de surpresa em setembro de 2021, estabelecendo uma nova dinâmica na disputa em torno daquilo que Pequim vê como seu quintal geopolítico —mais de 80% de seu fluxo comercial passa por rotas marítimas de seus portos no sudeste do país para o Índico.

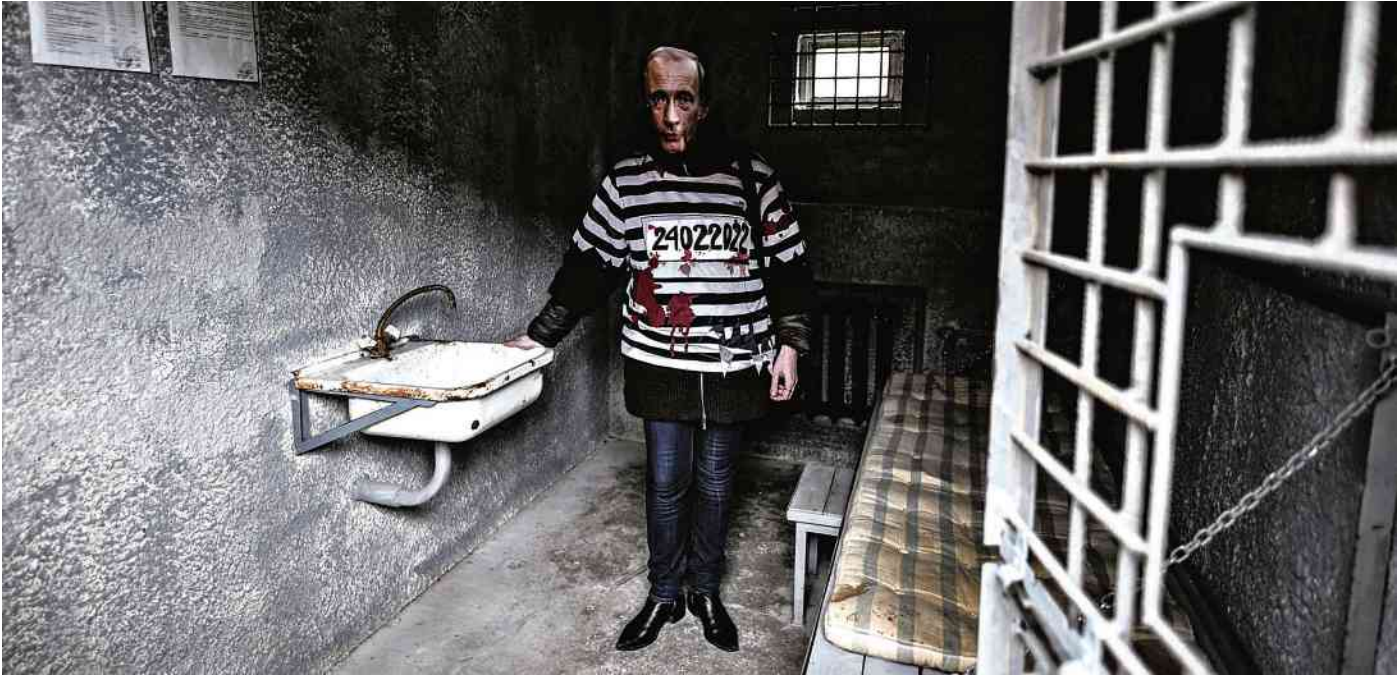
O Aukus (acrônimo com as iniciais dos aliados) somou-se ao Quad, um grupo mais político liderado por EUA com a mesma Austrália, Índia e Japão como instrumento de pressão americana contra as pretensões chinesas de proteger tais rotas e ter maior profundidade estratégica contra bloqueios e ataques.

O ponto principal do acordo é transformar Camberra na sétima operadora mundial de submarinos com propulsão nuclear. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do país, o projeto todo pode custar 0,15% do PIB do país por ano, chegando a US$ 245 bilhões (R$ 1,3 trilhão).

Primeiramente, o país irá já a partir de 2027 acomodar submarinos nucleares americanos e britânicos em Perth, porto na costa ocidental, mirando o flanco sul chinês. Depois, a Austrália irá comprar de três a cinco modelos americanos de ataque da classe Virginia, que poderão ser de segunda mão —de 2000 para cá, os EUA construíram 21 dos 66 barcos previstos.

Por fim, os três países trabalharão de forma conjunta para, até o fim da década de 2030, equipar Londres e Camberra com um novo modelo de submarino de ataque de última geração, com desenho britânico.

Tudo isso é um "plano militar e econômico de longo prazo", como disse o premiê australiano, Anthony Albanese, que assinou o pacto com o americano, Joe Biden, e o colega britânico Rishi Sunak na segunda (13).

Por sua vez, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que o Aukus gera "questões acerca da não proliferação nuclear". **IG**

INSTALAÇÃO EM PARIS SIMULA PRISÃO DE ALEXEI NAVALNI
Ativista ligado ao opositor usa máscara com o rosto de Vladimir Putin para defender a ideia de que o líder russo é quem deveria estar preso Stephane de Sakutin/AFP

TODA MÍDIA | *Nelson de Sá*
nelson.sa@grupofolha.com.br

Dias depois, mídia financeira disparou alarme nos EUA

O choque com o pacto mediado pela China, entre Arábia Saudita e Irã, acordou a mídia americana, que correu para noticiar que Xi Jinping vai buscar, ele próprio, um acordo entre Rússia e Ucrânia.

Foi o que publicaram Wall Street Journal e outros, ao mesmo tempo em que destacavam os novos exercícios e vendas militares de Joe Biden, em seu esforço de cerco à China, com Coreia do Sul e Austrália.

Passando por cima do teatro de guerra e paz, as manchetes ocidentais são agora financeiras, com a corrida que fechou dois bancos nos Estados Unidos e derrubou as análises iniciais, dos mesmos veículos, de uma crise isolada.

Desapareceu, por exemplo, o destaque do Financial Times para chamadas como "Tudo que temos a temer é o próprio medo", que garantiam que o Silicon Valley Bank "não é emblemático de um problema maior" nos bancos americanos.

Desde o fim de semana, com os vídeos das filas para retirada nas agências do First Republic e outros bancos, os enunciados nos EUA estão num crescendo de alarme sobre uma "crise financeira maior", manchete até no New York Times.

Agora são chamadas que vislumbram culpados, como "Crise bancária questiona a trajetória do Fed para os juros", no Wall Street Journal e outros, ou que tentam confortar, como "O sistema bancário é seguro, garante Biden aos americanos", no NYT.

Também já se destaca o efeito pelo mundo, com "Startups asiáticas perdem a confiança nos bancos dos Estados Unidos", no WSJ, e até "O capitalismo dos EUA está quebrando diante dos nossos olhos", para entrevista do Financial Times com um investidor.

Por outro lado, no fim da reunião anual do legislativo chinês, o Partido Comunista "surpreendeu" e manteve o presidente do Banco Popular da China, o BC do país. Bloomberg, South China Morning Post e outros saudaram como "um sinal de estabilidade" e "prudência".

EM TODO LUGAR
Por trás do Oscar para o filme sobre imigrantes chineses, prossegue a violência contra a comunidade nos EUA. O tabloide NY Post e o canal 4 (NBC) destacaram o ataque a um restaurante chinês em Nova York, a partir de um vídeo da rede social chinesa WeChat (acima, reproduzido no Twitter).

Ignacio Ybáñez

Guerra da Ucrânia acelera necessidade do acordo UE-Mercosul

Embaixador diz que cúpula entre bloco e Celac em julho seria momento ideal para anunciar que tratativa foi bem-sucedida

ENTREVISTA

Mayara Paixão

SÃO PAULO O prazo estipulado pelo governo Lula 3 para tirar o acordo entre Mercosul e União Europeia (UE) do papel —até metade do ano— pode parecer ambicioso para uma negociação que se arrasta há mais de 20 anos. O embaixador do bloco no Brasil afirma, porém, que a própria UE vê uma conclusão como urgente.

Um dos motivos, indica Ignacio Ybáñez em entrevista à **Folha**, é o cenário criado pela Guerra da Ucrânia, que catalisou a necessidade europeia de buscar novos parceiros confiáveis —trocando em miúdos, fugir da dependência de países como a Rússia.

O espanhol diz que a área energética é uma das que provocam maior interesse do bloco no Brasil. Ainda sobre o conflito no Leste Europeu, discorda que países do Sul Global tendam à neutralidade. Mas reconhece as cobranças de países da região. "O chamado a ser coerente no âmbito internacional é sempre válido. O que ele não pode nunca é ser usado como desculpa."

*

O governo Lula 3 colocou o acordo entre a UE e o Mercosul como prioridade na agenda externa. Chegou a propor um prazo até a metade deste ano. Mas países como a Argentina já manifestaram incômodo com alguns meandros. Pode-se falar em algum prazo? O acordo sempre foi necessário, e, na situação internacional atual, com a agressão da Rússia à Ucrânia e a convicção de que temos de buscar parceiros confiáveis, este é o momento certo para fazer avançá-lo.

Compartilhamos com o Mercosul valores de democracia, direitos humanos e economia de mercado. O ponto principal que não conseguimos avançar em 2019 era a agenda ambiental. Acordamos um instrumento adicional para assegurar que todas as partes cumpriam o Acordo de Paris.

A chegada de Lula que, ainda como presidente eleito, foi à COP27, sinalizou que as preocupações que tínhamos podiam ser deixadas de lado. Isso nos anima. Já apresentamos ao Mercosul os elementos centrais desse instrumento adicional. Temos a ambição de que, em julho, quando ocorre a cúpula UE-Celac, possamos fazer o anúncio de que o acordo está finalizado.

Acha que o Brasil está preparado para lidar com os requisitos ambientais de países do bloco para permitir que exportações entrem em suas fronteiras? A legislação que a UE vem adotando é fruto da convicção da opinião pública e das instituições de que não podemos criticar o desmatamento, seja no Brasil ou em outros países, e ao mesmo tempo contribuir indiretamente com isso.

Se um produto que foi resultado do desmatamento chega livremente ao mercado europeu, essa atividade está sendo favorecida. A legislação não tem que ser vista como protecionista. Visa contribuir com a responsabilidade comum que temos de reduzir o desmatamento.

O Brasil tem instrumentos suficientes para se preparar para essa situação. Há programas, como os de selo verde, para rastreabilidade do produto. Isso faz a distinção da grande maioria dos produtores, que cumprem a legislação ambiental, daquela minoria que não cumpre a lei.

A crise dos yanomamis mostrou que há áreas onde nem sequer o governo tem controle. Como avalia a resposta do governo Lula? Sempre manifestamos nossas preocupações respeitando a soberania brasileira. Mas o exercício pleno da soberania se cumpre quando o Estado pode fazer cumprir a legislação em todo o seu território.

O que ocorre no território yanomami é uma boa demonstração disso. Estamos cientes de que a situação não muda de um dia para o outro, de que resultados radicais não são imediatos, mas o importante é que a mensagem do presidente Lula e de seu governo é de que a ilegalidade não pode ser respeitada.

Ignacio Ybáñez, 60
Embaixador da União Europeia no Brasil, foi secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da Espanha, onde também ocupou o cargo de diretor-geral de Política Externa e Assuntos Globais Multilaterais e diretor-geral para África, Mediterrâneo e Oriente Médio. Também foi embaixador da Espanha na Rússia.

A ausência de gás russo fez alguns países como a Alemanha darem passos atrás no plano de criar uma economia neutra. A Guerra da Ucrânia atrasou as metas europeias? Os objetivos se mantêm. Reduzimos as datas para cumprir metas de economia zero. Mas deixamos certa flexibilidade aos Estados para se adaptarem a essa situação.

A situação de guerra criada pela Rússia nos ajuda a dar passos mais rápidos na boa direção. Não podemos utilizar essa situação como desculpa para atrasar nosso objetivo. Nosso desejo é fazer o contrário.

Estamos buscando parceiros confiáveis em outros lugares do mundo, e obviamente no campo energético o Brasil é um país muito interessante, tem recursos naturais, grandes possibilidades no campo do hidrogênio verde.

Países do Sul Global tiveram posicionamento bem diferente dos países do Norte e da Otan. Preferiram adotar certa neutralidade e não cortar laços com a Rússia. Como avalia isso? Uma coisa são as declarações, outra é quando têm de votar. A última resolução da Assembleia-Geral da ONU apresenta números esmagadores [de países que condenaram a guerra].

Não diria que o Sul Global é neutro. Está preocupado com seu próprio desenvolvimento e insiste na necessidade de procurar soluções, porque a guerra, além de causar muita dor nos países afetados, tem implicações no mundo todo. Permitir que um país membro do Conselho de Segurança, como a Rússia, não respeite o direito internacional resulta em um mundo de selva, não de civilização. Diria que a resposta do Sul Global e da comunidade internacional foi muito forte.

Temos preocupações alinhadas às dos países do Sul, como a necessidade de buscar soluções, e estamos trabalhando nessa direção, por exemplo ao deixar fertilizantes e produtos alimentares fora das sanções.

O presidente Lula em breve viaja a Pequim. E a China tem tentado ampliar laços com a América Latina. Como o sr. vê esse movimento? Com normalidade. Com a expansão da China, é normal que o país esteja mais presente em todo o mundo. Antes éramos o primeiro parceiro comercial do Brasil, agora somos o segundo, com a China à frente. Respeitamos o crescimento deles. Obviamente, temos uma forma diferente de fazer as coisas. Com o Brasil, temos elementos distintos, como história comum e valores compartilhados.

O Brasil em dezembro deste ano vai assumir a presidência do G20, o que vai dar a ele uma responsabilidade extra. Também segue membro não permanente do Conselho de Segurança. Os contatos do Brasil com seus parceiros, incluindo a China, são perfeitamente compreensíveis.

Como vê a ampliação do número de assentos permanentes no Conselho de Segurança e o possível ingresso do Brasil nessa categoria? É tempo de discutir o funcionamento do Conselho de Segurança. O abuso do direito de veto está limitando as funções do colegiado.

A UE segue desejando a possibilidade de participar do Conselho, mas, enquanto isso não acontece, reforçamos o trabalho conjunto. A preparação da recente resolução da Assembleia-Geral foi exemplo disso. A UE teve um contato próximo com o Brasil para acomodar as posições de ambos, e o resultado foi muito bom.

Paris se transforma em lixão a céu aberto após 10 dias de greve de garis

BELO HORIZONTE Quase seis toneladas de lixo se acumulam em Paris, o cartão-postal da França. A cidade sofre os efeitos da greve dos coletores, categoria que paralisou atividades há dez dias a fim de pressionar o governo de Emmanuel Macron a recuar de seus planos de reforma da Previdência.

A legislação atual dita que garis e motoristas de caminhões de lixo podem se aposentar aos 57 anos sem bonificações. A mudança proposta, que volta ao Parlamento nesta quinta (16) após ser aprovada no Senado, aumentaria essa idade mínima para 59 anos.

O sindicato da categoria considera a reforma inaceitável, e usa como argumento o fato de que profissionais da área tem uma expectativa de vida de 12 a 17 anos menor que a média francesa. Outras cidades do país, como Nantes, Antibes e Montpellier, também aderiram ao movimento.

O jornal Libération foi até uma estação de incineração de lixo na comuna de Ivry-sur-Seine, no subúrbio de Paris, bloqueada por funcionários há mais de uma semana. Um gari identificado pela reportagem apenas como Pascal, 64, afirmou que desenvolveu hipertensão e problemas na tireoide depois de recolher lixo nas ruas por 36 anos. "As pessoas não fazem ideia do que é ser lixeiro", disse ele.

"Faz tempo que Macron não escuta as ruas, mas se aceitarmos a derrota, não vamos conseguir nada", afirmou Karim, 39, ao mesmo jornal. "É fácil ir fazer festa na África, como o presidente fez na semana passada, mas é muito mais difícil vir conversar com os sindicalistas", acrescentou —Macron se recusou a se reunir com líderes sindicais nos últimos dias.

No geral, a reforma proposta no início de janeiro pelo governo prevê aumentar a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos a partir de 2030. Com a aprovação do texto, o tempo de contribuição exigido para receber uma pensão integral também cresceria, de 42 para 43 anos.

O governo francês argumenta que a medida é necessária para evitar o colapso do sistema previdenciário do país. No fim de janeiro, o ministro do Trabalho, Olivier Dussopt, afirmou que a mudança geraria uma economia de € 18 bilhões (cerca de R$ 101 bilhões) aos cofres do Estado até 2030.

A reforma é, porém, extremamente impopular entre a população, que realizou greves e manifestações massivas desde o anúncio da proposta. Muitos dos atos terminaram em confrontos com a polícia.

Na terça, outra paralisação, esta dos funcionários de usinas nucleares, térmicas e hidrelétricas, resultou em uma redução de 18 gigawatts no fornecimento de energia em todo o país de acordo com o sindicato CGT (Confederação Geral do Trabalho). O corte não afetou a demanda nacional de energia.

Com Reuters

Lixo acumulado nos arredores da catedral de Notre-Dame, em Paris Alain Jocard/AFP

mercado

Obras inacabadas do trecho norte do Rodoanel; consórcio Via Appia Fundo de Investimento vence leilão Danilo Verpa/Folhapress

Trecho norte do Rodoanel é leiloado em disputa acirrada

Previsão do governo é que obra, parada desde 2018, acabe até junho de 2026

Lucas Bombana

SÃO PAULO O consórcio Via Appia Fundo de Investimento em Participações foi o vencedor do leilão para a conclusão das obras do trecho norte do Rodoanel. O certame foi realizado na tarde desta terça (14) na sede da B3, em São Paulo.

Na avaliação de especialistas, a disputa foi bem-sucedida, considerando o tamanho dos descontos e a quantidade de participantes, com quatro consórcios interessados.

A gestora Starboard, focada em investimentos em empresas em dificuldades financeiras, é a responsável pelo Via Appia. O grupo vencedor ofereceu desconto de 23,1% sobre o valor a ser pago pelo governo paulista, estimado em R$ 1,4 bilhão, como aporte público para a conclusão das obras.

Como o valor do pedágio não deve ser suficiente para remunerar adequadamente a concessionária, o governo se comprometeu a fazer pagamentos em prestações para compensar as despesas do consórcio vencedor.

O modelo da PPP (Parceria Público-Privada) previa que o maior desconto oferecido sobre essas prestações, previstas em R$ 51,4 milhões por ano, seria um dos critérios para escolher o vencedor.

Duas participantes ofereceram propostas com 100% de desconto. Com isso, a disputa passou para uma segunda fase, entre Via Appia FIP e o consórcio Infraestrutura SP, formado pelas empresas EPR 2 e Voyager Participações.

Nessa segunda etapa, foi levado em conta o maior desconto sobre o aporte público previsto para finalizar a obra, outro pagamento a ser feito pelo governo. O Via Appia propôs abater 23,1% e superou o Infraestrutura SP, que descontaria 5,11%.

Também concorreram no leilão o consórcio SP Flow, liderado pela XP, e a Acciona, mas que ofereceram descontos sobre a contraprestação de 60,03% e 12,90%, respectivamente, e não passaram para a segunda fase da disputa.

O certame chegou a ser suspenso pela Justiça na véspera, mas o governo paulista conseguiu derrubar a liminar.

Presente no leilão, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou ter a confiança de que, com o martelo batido, o trecho norte deve estar pronto até junho de 2026.

"É um trecho que está há muito tempo abandonado, que merecia recursos e pessoas para entrar para trabalhar", disse Marcus Bitencourt, sócio da Starboard, que fará seu primeiro investimento em rodovias.

Diretor da FGV Transportes, Marcus Quintella afirma que, do ponto de vista do estado de São Paulo, o resultado do leilão pode ser considerado excelente, "desde que tudo aconteça como está previsto".

Quintella diz ainda que o fato de as empresas abrirem mão da contraprestação do poder público é uma situação peculiar e que os participantes do leilão devem ter feito todos os cálculos para confirmar a viabilidade disso.

Sócio da consultoria Radar PPP, Guilherme Naves também afirma que considera o leilão bem-sucedido. "Em nenhum dos 14 leilões de concessões de rodovias nos últimos dois anos, houve a quantidade de licitantes que se apresentaram hoje [terça]", afirma Naves.

As condições anunciadas preveem prazo da concessão de 31 anos, com um valor estimado em investimentos de aproximadamente R$ 3,4 bilhões, segundo o edital publicado em agosto de 2022.

Desse montante, cerca de R$ 2 bilhões devem ser destinados à conclusão das obras, com o restante usado na operação e na manutenção da rodovia, que terá a supervisão da Artesp (Agência de Transportes do Estado de São Paulo).

A última etapa que falta do anel viário paulista tem 44 km, abrangendo os municípios de Arujá, Guarulhos e São Paulo. Sua entrega deverá desafogar o trânsito na marginal Tietê, ao servir de alternativa para veículos que entram na capital apenas para acessar outras rodovias.

Ao todo, o Rodoanel terá cerca de 176 quilômetros de extensão. O primeiro trecho inaugurado foi o Oeste, em 2002, seguido pelo Sul, em 2010, e pelo Leste, em 2014.

A construção do trecho norte do Rodoanel foi iniciada em 2013 e está paralisada desde 2018. A obra foi orçada inicialmente em R$ 4,3 bilhões, mas, até 2019, já tinha consumido cerca de R$ 6,85 bilhões, tendo se tornado alvo de investigação por suspeitas de superfaturamento e corrupção.

As empreiteiras que integravam os consórcios, como Coesa (ex-OAS) e Mendes Júnior, foram fortemente atingidas financeiramente pela Lava Jato, entraram em recuperação judicial e foram declaradas como inidôneas pela União.

Rafael Benini, secretário estadual de Parceria em Investimentos, preferiu não cravar o quanto de obras ainda faltam para concluir o trecho norte, mas estimativas feitas há cinco anos apontavam para um percentual de 85% dos trabalhos já concluídos.

De acordo com o modelo projetado, o trecho norte do Rodoanel não terá praças de pedágio. Haverá cobrança por sensores que medirão as distâncias percorridas por cada veículo. A previsão inicial é que o valor da tarifa seja de R$ 0,15 por quilômetro rodado.

176 km será a extensão completa da obra do Rodoanel

Vencedor é especialista em empresas com dificuldade financeira

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A vencedora do leilão do trecho norte do Rodoanel tem experiência com empresas em dificuldades financeiras. A especialidade da Starboard, gestora do Via Appia FIP (sigla para Fundo de Investimento em Participações) Infraestrutura, é o que a companhia chama de "situações especiais" ou negócios que precisam de fôlego financeiro para se recuperar.

A PPP do fundo com o governo de São Paulo será o primeiro negócio da Starboard em rodovias. O trecho arrematado começou a ser construído há dez anos. As obras estão paradas há cinco anos.

Quem bateu o martelo que simboliza a conclusão do leilão com o governador Tarcísio de Freitas foram dois executivos da Starboard, Marcus Bitencourt, diretor da Starboard Asset, e Brendon Ramos, que responde pela área de private equity e situações especiais da Starboard Restructuring (o braço de reestruturações da empresa de mesmo nome).

O fundo que ganhou o leilão foi constituído no último dia de fevereiro, segundo dados da Receita e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A administração dele será feita pela corretora Singulare.

A Starboard assume o trecho de olho em outras partes do complexo viário.

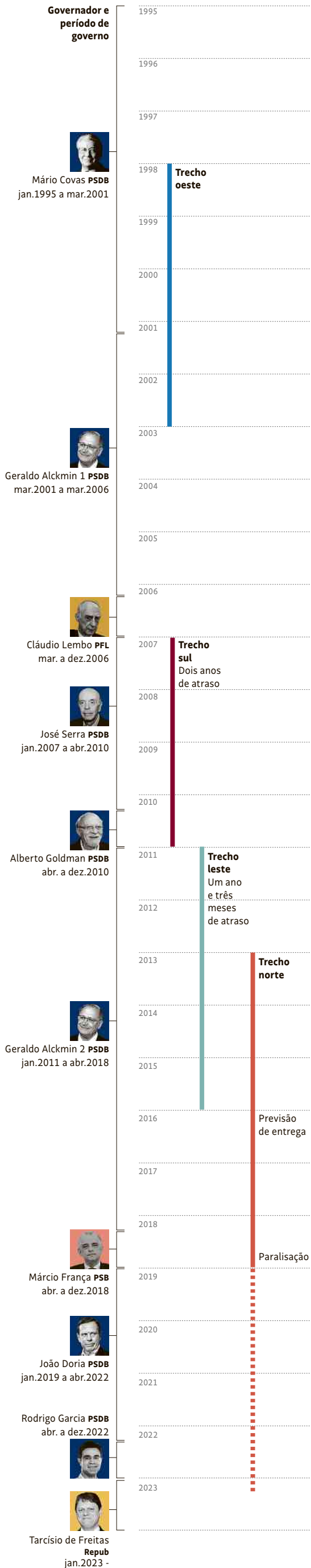
Os trechos leste e sul são operados pela SPMar, em recuperação judicial (o pedido foi apresentado em 2017 e o plano começou a ser executado em 2019). Juntos, os segmentos leste e sul respondem por 76% do Rodoanel.

A parte leste se conecta com o trecho norte, leiloado nesta terça. Bitencourt, da Starboard, disse que a concessionária quer ter uma "boa interação" com a vizinha de operação e não descartou a possibilidade de investir na SPMar. "Tudo depende do preço."

A Starboard foi criada em 2017 por executivos que trabalhavam com reestruturação de empresas na Brasil Plural. Em 2018, o fundo assumiu o controle da Máquina de Vendas, dona da Ricardo Eletro.

Colaborou Lucas Bombana

Leia mais na pág. A17

Obras do Rodoanel em cada governo

Tarcísio de Freitas dá meia dúzia de pancadas com martelo no leilão do Rodoanel, na B3 Rubens Cavallari/Folhapress

Em busca de liderança, Tarcísio faz aposta de risco e assume privatizações

Com arcabouço montado por antecessores, governador quer marca de obras, mas prioridade dada à venda da Sabesp preocupa aliados

ANÁLISE

Igor Gielow

Na **Folha** desde 1992, é repórter especial, foi correspondente, editor, secretário de Redação e diretor da Sucursal de Brasília

SÃO PAULO Tornar-se o "governador das privatizações" está no centro das pretensões de Tarcísio de Freitas (Republicanos) à frente do Palácio dos Bandeirantes para firmar-se como o líder emergente da centro-direita no Brasil.

Aliados do ex-ministro da Infraestrutura, pinçado por Jair Bolsonaro (PL) para disputar pela primeira vez um cargo público e desde o começo do mandato buscando distância regulamentar do tóxico criador, dizem que a cena de Tarcísio esmurrando o martelo no leilão do Rodoanel na B3 será, a depender do governador, uma marca de mandato.

A negociação feita pelo governo, que cedeu aos concorrentes para manter a atratividade do negócio o pagamento de até R$ 1,4 bilhão da obra, foi lida no meio político paulista como um compromisso dessa disposição.

O trecho assumido em parceria com o estado da obra pelo consórcio Via Appia havia sido iniciado em 2013 e estava parado desde 2018, impedindo a finalização do projeto lançado no distante 1998. Nem mesmo o governo francamente pró-mercado de João Doria (então no PSDB) destravou o processo.

O leilão já estava previsto, assim como há uma carteira de cerca de 8.000 obras deixada pelo programa de investimentos tocado por Doria e seu sucessor, Rodrigo Garcia (PSDB), atropelado por Tarcísio na disputa do voto conservador paulista —no segundo turno, o ex-ministro derrotou o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

Tarcísio, assim, poderá surfar, mas seu plano de privatizações e parcerias lançado em pleno Carnaval se mostra mais ambicioso. E é aí que mora o perigo, como dizem mesmo aliados próximos, a começar pela joia de sua coroa estadual: a toda-poderosa Sabesp.

A companhia de saneamento do São Paulo é uma empresa valiosa, cuja privatização esteve dentro e fora do radar de Doria, que, aliás, homenageou Tarcísio na segunda (13) em almoço de seu grupo, o Lide.

Pesaram contra a venda, e muito, resistência política e os resultados mistos da operação: os anos 2010 viram uma onda de reestatização na Europa, basicamente devido à majoração das tarifas sem contrapartida de qualidade.

[...]

Aliados de Tarcísio viram na negociação para manter o leilão do trecho norte do Rodoanel atrativo um sinal de comprometimento do governador com a ideia de ser um apoiador das privatizações

Por óbvio, cada caso é um caso, mas na própria campanha eleitoral de 2022 o tema foi levado por Haddad à sua propaganda, ameaçando água mais cara caso seu rival cumprisse a promessa de vender a Sabesp, usando o exemplo da privatização operada no Rio.

Entra também aqui um fator cultural em evolução na população. Em setembro de 2019, na mais recente pesquisa Datafolha disponível sobre o tema, 67% dos brasileiros se opunham à simples ideia da privatização de bens públicos.

Por outro lado, levantamento feito em 2021 com outras questões apontou que 63% dos entrevistados não se opunham à oferta de serviços públicos tanto pelo governo como pela iniciativa privada.

Seja como for, é marca do PT ora ocupando o Palácio do Planalto o combate à agenda liberal, seja na retórica, seja na prática —os limites do namoro entre Tarcísio e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) poderão ser medidos no sucesso da tentativa do governador de ver privatizado o porto de Santos.

Mas é a Sabesp, marca universal entre paulistas, que deverá fazer da missão de Tarcísio um desafio político redobrado, não menos pelos riscos objetivos nele embutidos.

Eletrobras tem lucro de R$ 3,6 bi em 2022 e abre novo PDV para reduzir quadro em até 20%

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Eletrobras registrou lucro de R$ 3,6 bilhões em 2022, ano em que passou a operar como uma corporação sem acionista controlador. O resultado é 36% inferior ao verificado em 2021 e, segundo a empresa, foi impactado por aumento nas provisões e menor resultado de empresas controladas.

No quarto trimestre, o segundo completo após sua privatização, a empresa teve prejuízo de R$ 479 milhões, com provisões de R$ 2,5 bilhões para perdas com a Amazonas Energia, R$ 1,2 bilhão para despesas com o novo plano de demissão e R$ 900 milhões para obrigações da privatização.

No balanço divulgado no fim da noite de segunda (13), a administração da empresa diz que "o ano de 2022 é o segundo mais crucial da história da Eletrobras, precedido em importância só por 1962, ano em que a empresa foi fundada".

"O processo de capitalização da companhia, concluído no ano passado, representa uma segunda fundação, seis décadas depois da primeira, e foi fundamental para deixar a empresa mais preparada para enfrentar as mudanças sistêmicas que estão em curso nos setores de energia brasileiro e global."

A Eletrobras também anunciou que deve lançar até abril um novo plano de demissão voluntária para reduzir em até 20% seu quadro de funcionários, que hoje é de cerca de 14 mil pessoas. Atualmente, a companhia já tem um programa do tipo em curso, com foco em aposentados.

Os dois planos fazem parte de um processo de reorganização da estrutura da empresa após a privatização. A companhia vai concentrar seu processo decisório na sede do Rio e reduzir o número de empresas em que tem participação.

Em teleconferência nesta terça (14), o presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior, disse que o novo plano de demissão foi negociado com sindicatos e olha a nova estrutura da empresa.

O processo de capitalização criou perspectiva econômica e financeira para que a Eletrobras possa investir focada num círculo virtuoso

Wilson Ferreira Junior
presidente da Eletrobras

No primeiro plano, em curso, o objetivo era desligar empregados já em idade de se aposentar. Foram 2.494 inscritos, com um custo de demissão de R$ 1,2 bilhão e economia estimada em R$ 95 milhões mensais. O custo foi uma das causas do prejuízo de R$ 479 milhões no quarto trimestre de 2022.

Para o segundo PDV, ele espera um custo menor de desligamento, já que os salários dos empregados em idade de se aposentar tendem a ser maiores.

Ferreira defendeu a privatização, alvo de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seus aliados. Diz que deu maior agilidade às operações da empresa, maior flexibilidade para renegociar dívidas judiciais e lhe fortalecerá para ampliar investimentos.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Turbulência

Depois da divulgação dos balanços das companhias aéreas na semana passada, as declarações sobre preço de passagem feitas pelo presidente da Latam, Jerome Cadier, em entrevista a jornalistas repercutiram no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A autarquia decidiu abrir um procedimento de investigação para averiguar as falas do executivo no sentido de que a empresa não vai reduzir os preços dos bilhetes para ganhar mais fatia de mercado.

AEROPORTO Procurada pelo Painel S.A., a Latam Brasil disse que não comentará eventuais procedimentos sobre os quais não foi notificada.

ARREMETIDA Na ocasião, Cadier afirmou que dificilmente a Latam será vista "destruindo preço" e que o plano de cinco anos da empresa ainda requer um crescimento de margem."Precisamos garantir que a gente encontre um equilíbrio rentável entre crescimento, colocação de capacidade e market share. Não está nas minhas metas ser líder", disse o executivo.

PILOTO O ex-banqueiro João Amoêdo e o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, entraram em um embate de rede social depois da repercussão da proposta de um programa de passagens aéreas a R$ 200 defendido pelo chefe da pasta.

ASSENTO O debate começou com uma mensagem de Amoêdo dizendo que França defende a gestão estatal de aeroportos e do porto de Santos, além de querer que as companhias aéreas ofereçam passagens mais baratas à custa dos outros passageiros.

TECLADO O ministro reagiu. Negou que defenda a gestão estatal de aeroporto e a passagem barata bancada pelos outros. Mas pediu que Amoêdo desse um exemplo de porto privado bem sucedido. O ex-banqueiro respondeu citando o porto Itapoá (SC).

LÂMPADA O estado de São Paulo ultrapassou Minas Gerais em potência instalada de geração própria de energia, segundo o levantamento que a ABGD (associação que representa o setor) vai divulgar nesta semana. No fim do ano passado, SP já havia superado Minas em número de consumidores que geram a própria energia, impulsionados por painéis solares em telhados.

INTERRUPTOR Agora, com a ultrapassagem em potência instalada, São Paulo chega a 2.587 gigawatts, patamar ligeiramente acima de MG. São Paulo é também o estado com mais usinas de micro e minigeração distribuídas no Brasil. São cerca de 300 mil unidades, segundo o levantamento.

MATEMÁTICA Depois que o Conselho Nacional de Previdência Social aprovou nesta segunda (13) a queda dos juros do empréstimo consignado do INSS, executivos do setor financeiro que acompanham o caso fizeram as contas e estimam que uma parte da demanda pode acabar excluída desse mercado.

ACESSO NEGADO Com o corte de 2,14% ao mês para 1,70% no teto do empréstimo pessoal, a avaliação é que a margem do produto tende a ficar negativa, o que pode tornar inviável a concessão de crédito para parte dos aposentados, especialmente aqueles com maior risco de inadimplência, ou seja, os que têm renda menor e a camada mais idosa.

PARCELA Procurada pelo Painel S.A., a Febraban diz, em nota, que "os patamares de juros fixados não suportam a estrutura de custos do produto e os novos tetos têm elevado risco de reduzir a oferta do crédito consignado, levando um público, carente de opções de crédito acessível, a produtos que possuem em sua estrutura taxas mais caras (produtos sem garantias), pois uma parte considerável já está negativada".

BAGAGEM A deputada Rosângela Moro, mulher de Sergio Moro, endossou o movimento do setor de turismo contra a decisão de Lula de retomar a exigência do visto para visitantes dos EUA, Canadá, Austrália e Japão. "Quando falamos em retomar a exigência de vistos de países ricos, aumentamos a burocracia para que o turista venha para o Brasil", escreveu ela em rede social.

FÉRIAS Rosângela Moro questiona a reciprocidade e argumenta que a exigência do visto americano para brasileiros se justifica pela quantidade de pessoas que tentam migrar para os EUA ilegalmente, o que não acontece no Brasil.

ELEVADOR O mercado de escritórios corporativos de alto padrão na América Latina teve crescimento de 200% no segundo semestre do ano passado em relação ao período anterior, de acordo com o novo relatório da consultoria imobiliária Newmark, que será divulgado nesta semana.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Pacote de Haddad completa dois meses sob riscos no Congresso

Governo recebe alerta de que articulação é falha e pode gerar reveses em votações de medidas provisórias

Victoria Azevedo e Cézar Feitoza

BRASÍLIA O pacote apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para melhorar as contas públicas completou nesta semana dois meses desde o anúncio em meio a dificuldades de articulação do governo. Os problemas vêm gerando alertas à equipe econômica quanto aos riscos de desidratação das medidas no Congresso —e a consequente frustração da melhora das contas públicas prometida pelo ministro.

As dificuldades nas negociações ocorrem em um momento considerado crucial para Haddad, já que o governo apresenta neste mês a proposta de regra para substituir o teto de gastos —que também depende de aprovação dos parlamentares. O tema é um dos mais aguardados pelo mercado, por interferir de forma direta nas expectativas quanto à sustentabilidade fiscal do país nos próximos anos.

O cenário é observado em meio à tentativa de o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formar uma base sólida de apoio no Legislativo, em especial na Câmara. Até o momento, o petista tem apoio firme de menos da metade do total de integrantes da Casa.

Parlamentares ouvidos pela **Folha** reconhecem a atuação do ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) nas negociações, em movimentos como encontros com bancadas, liberação de emendas e nomeações nas estruturas de governo. Mesmo assim, têm a avaliação de que é preciso dar mais celeridade ao processo.

Entre os itens do pacote apresentado por Haddad em 12 de janeiro, o que mais gera apreensão é a MP (medida provisória) que restabelece o chamado voto de qualidade do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) —tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a Receita Federal. O instrumento faz com que, em casos de empate, um representante do governo decida sobre o tema.

Ante o risco de derrota, o governo costurara um novo texto em acordo com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Mas o assunto não é dado como encerrado por deputados, e na Fazenda há dúvidas quanto à aprovação da medida nos moldes negociados.

As MPs do governo têm força imediata de lei, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso em até quatro meses —caso contrário, perdem a validade.

À **Folha** líderes afirmam, sob reserva, que causou mal-estar o Congresso ter sido alijado das negociações entre governo e OAB e dizem que é preciso discutir outros pontos da MP. Do jeito que está, dizem, ela será derrubada.

Até deputados da base do governo apresentaram emendas para acabar com o voto de qualidade do Carf. Eles defendem que, em caso de empate no julgamento, o resultado seja favorável ao contribuinte (como funciona desde 2020).

"O equilíbrio das contas públicas caminha, necessariamente, pela reorganização de despesas obrigatórias, pela redução de subsídios e incentivos fiscais setoriais e pela instituição de arcabouço fiscal saudável. Não é medida adequada ao fim desejado —aumento de arrecadação— o retorno do voto de qualidade pró-fisco", disse o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), vice-líder do governo, em emenda apresentada contra a MP (na verdade, o voto de qualidade pode ser tanto pró-fisco como pró-contribuinte).

Um cacique do centrão afirma, no entanto, que há margem para diálogo com o Executivo na tentativa de se encontrar um meio termo.

Segundo relatos, o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ficou insatisfeito por ter sido escanteado nas negociações sobre a MP. Em conversas com aliados, Lira disse que o acordo não deve ser levado em consideração pelo Congresso, que tem autonomia para decidir o tema.

Lira também deixou clara sua insatisfação em reunião com o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, na semana passada.

Ciente dos problemas na relação, o presidente Lula se reuniu com Lira na quinta-feira (9) e, segundo participantes do jantar, disse que todos os ministros do governo estão à disposição para conversar e esclarecer todos os assuntos.

Apesar dos impasses e diante da falta de base parlamentar aliada ao governo, o presidente da Câmara está dando tempo para o Planalto se organizar na Casa. Ele tem colocado pautas menos polêmicas para votação no plenário e intermediou acordos de interesse do governo para a distribuição das comissões.

No entanto, na avaliação de lideranças parlamentares, a boa vontade de Lira pode se esgotar em breve, e as primeiras derrotas para o governo podem sair entre março e abril.

Em encontro com empresários na segunda passada (6), o presidente da Casa disse que Lula não tem votos no Congresso para aprovar reformas econômicas. Ele afirmou que o petista precisa de tempo para se estabilizar internamente, organizar uma base parlamentar e encontrar um rumo para tocar suas pautas.

Por outro lado, parlamentares afirmam ainda que outro impasse a ser superado e que incide no andamento das matérias de governo gira em torno da disputa entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o retorno das comissões mistas que analisam as MPs.

Desde fevereiro, Pacheco articula com lideranças partidárias o retorno das comissões mistas. A medida agrada a senadores, que têm reclamado que recebem as medidas com pouco tempo para análise, perto de caducar, com a demora da Câmara em votar as propostas.

O presidente da Câmara, no entanto, é contrário ao retorno de imediato. Parlamentares afirmam que a cúpula da Câmara defende que as comissões sejam instaladas somente em agosto. Na prática, essa estratégia dá mais poder a Lira, que mantém a indicação dos relatores das MPs e define o ritmo das votações.

Como a **Folha** mostrou, o impasse foi tratado em reunião entre Lula e Lira na quinta. O governo tem interesse em superar essas divergências.

Dentre as MPs assinadas por Haddad há dois meses, também corre risco de ser derrubada a que transfere o Coaf (Controle de Atividades Financeiras) do Banco Central para o Ministério da Fazenda.

A MP dos combustíveis também pode ser modificada, o que, conforme mostrou a **Folha**, já fez o governo traçar a estratégia de postergar ao máximo sua votação.

Se uma MP não for aprovada no prazo de 45 dias, tranca a pauta de votações da Casa em que se encontra até que seja votada ou perca sua validade.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad; voto de qualidade do Carf é medida que mais gera apreensão Gabriela Biló - 13.mar.23/Folhapress

+ Folha e Ibre-FGV debatem tendência para a inflação de alimentos

A **Folha** e o Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) promovem nesta quarta (15), às 10h, seminário online para discutir a tendência da inflação de alimentos em 2023. "Os impactos da alta dos alimentos" terá a participação de André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Ibre-FGV, Daniela Campello, cientista política e professora da FGV-Ebape, e Silvia Matos, pesquisadora e coordenadora do Boletim Macro Ibre-FGV. A moderação será do repórter especial da **Folha** Fernando Canzian.

Senado aprova convite para chefe do BC explicar juros

BRASÍLIA A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou nesta terça-feira (14) um convite para que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, dê explicações sobre os juros. A audiência está prevista para 4 de abril.

O convite vem em reação às críticas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e integrantes do governo à taxa Selic, que está em 13,75% ao ano, diante de um cenário de desaceleração da economia, aumento da inadimplência e sinais de maiores dificuldades financeiras enfrentadas por empresas.

O requerimento estava acertado com o próprio presidente do BC desde fevereiro. **Thaísa Oliveira e Nathalia Garcia**

Lula critica ministros que divulgam 'genialidades' sem aval

Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) cobrou duramente seus ministros nesta terça (14) para que não anunciem políticas públicas que não tenham sido apresentadas e recebido o aval da Casa Civil.

Lula afirmou que não quer "propostas de ministros", mas de governo. Em um tom mais duro, sem citar nomes, pediu que os titulares da pasta que sejam autores de alguma "genialidade" as apresentem para que recebam o trâmite adequado dentro do governo antes de as tornarem públicas.

"Não queremos propostas de ministros. Todas as propostas de ministros deverão ser transformadas em propostas de governo, e só será transformada em proposta de governo quando todo o mundo souber o que vai ser decidido", afirmou o presidente.

"Por isso que é importante que toda e qualquer posição, qualquer genialidade que alguém possa ter, é importante que, antes de anunciar, faça uma reunião com a Casa Civil para que a Casa Civil discuta com a Presidência da República, para que a gente possa chamar o autor da genialidade e possa anunciar publicamente como se fosse uma coisa do governo", completou.

A fala de Lula aconteceu durante reunião ministerial no Planalto, cujos primeiros minutos foram transmitidos pelos canais do governo federal.

Lula não citou nomes, mas a fala foi percebida como um recado para o ministro da Secretaria dos Portos e Aeroportos, Márcio França.

No domingo (12), em entrevista ao jornal Correio Braziliense, França afirmou que o governo federal pretende fechar acordo com companhias aéreas para vender passagens a R$ 200 o trecho para aposentados, estudantes e servidores públicos. Isso seria possível com a ocupação de assentos ociosos em voos de carreira.

No entanto, na própria entrevista, França ressaltou que a proposta não havia sido acordada com o governo.

"Pedido do presidente Lula é ter mais passageiros e aeroportos, com mais pousos de aviões de carreira. O plano está montado, agora é uma questão de o governo concordar. Será uma revolução na aviação brasileira. A meta é encontrar passagens a R$ 200 [o trecho], R$ 400 ida e volta, de qualquer lugar do país."

"O que estamos buscando é comprar a ociosidade dos espaços. As companhias brasileiras chegam na faixa de 30 milhões de passageiros, cada uma delas, operando com 78% a 80% de vagas ocupadas. Outras 20% saem vazias. Eu quero essas vagas para as pessoas que não voam", afirmou ao jornal.

Lula, no entanto, afirmou que iria apresentar os casos de medidas que foram apresentadas sem o aval da Casa Civil no decorrer da reunião, que depois teve a transmissão interrompida.

Logo após a reunião, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, buscou colocar panos quentes nas críticas de Lula, recusando-se a responder a jornalistas quais os ministros eram os destinatários do recado. No entanto, reconheceu que a sua pasta ainda não recebeu de França e sua equipe mais informações sobre a proposta das passagens aéreas a baixo custo.

Outro caso de medida não acordada com a cúpula aconteceu ainda nos primeiros dias do governo. O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, anunciou publicamente a intenção do governo de rever alguns pontos da reforma da Previdência.

Lupi foi desautorizado no dia seguinte. Costa disse que qualquer proposta passará necessariamente pela sua pasta antes de sua análise e que isso foi algo tratado com o próprio Lula. Ele afirmou ainda que qualquer proposta só será encaminhada após aprovação do presidente.

"Não há nenhuma proposta sendo analisada e pensada neste momento para revisão de reforma", afirmou Costa.

+ Mercadante quer dobrar tamanho do BNDES até 2026

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, falou nesta terça (14) em dobrar o nível de financiamentos do banco até 2026 e defendeu uma redução do patamar de repasses ao Tesouro. Uma das propostas é reduzir em até R$ 14 bilhões o valor a ser pago em dividendos à União no ano de 2023. Além disso, o petista defendeu subsídios no crédito a setores específicos, como os voltados à inovação. "Não é só o problema de encolher, é o banco não cumprir sua função, que é induzir o crescimento", afirmou Mercadante.

Café ‘sustentável’ é autuado por trabalho análogo ao escravo

Fiscalização do governo federal resgatou 7 trabalhadores que colhiam o grão em propriedade em Minas em 2022

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE Os pacotes de café chamam a atenção pela beleza nos sites em que são vendidos na internet. Os nomes dos produtos incluem palavras como “gourmet”, “premium” e “especial”. O preço é bem mais alto que o de marcas encontradas em qualquer supermercado, chegando a R$ 112 o quilo. Por trás de tudo isso, porém, trabalho análogo ao escravo, aponta o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Fiscalização do GMóvel (Grupo Especial de Fiscalização Móvel) do ministério resgatou na última colheita de café em Minas Gerais, em julho de 2022, sete trabalhadores —três mulheres e quatro homens— em condições análogas ao escravo em uma propriedade da Fazendas Klem Importação e Exportação de Cafés em Manhumirim, na Zona da Mata, em Minas Gerais.

A reportagem entrou em contato com a Fazendas Klem por telefone e recebeu pedido para que fosse enviado email com as perguntas sobre a fiscalização do MTE. A mensagem foi enviada na segunda (13) às 15h59, mas não houve resposta até as 12h desta terça (14).

Durante audiência no Ministério do Trabalho e Emprego na regional da pasta em Manhuaçu, depois do resgate, o proprietário das Fazendas Klem, Cesar Viana Klem, que em uma rede social se apresentava como “terrivelmente cristão”, fez todos os pagamentos devidos aos trabalhadores resgatados, que retornaram para a Bahia.

Em publicação no dia 7, ao comentar a prisão do líder da FNL (Frente Nacional de Lutas Campo e Cidades), José Rainha, no Pontal do Paranapanema, o dono da Fazendas Klem escreveu o seguinte texto: “Nós tivemos nossa propriedade ‘invadida’ por ‘supostos trabalhadores’, que criaram uma narrativa de ‘trabalho análogo a escravo’ que está nos levando à falência. Se nada for feito no sentido de auxiliar o agricultor, essa esquerda vai destruir o agronegócio brasileiro”!!!!!!!!

A Fazendas Klem estava dentro de um seleto grupo de produtores de café no Brasil que ostenta o selo Rainforest Alliance, uma ONG com atuação em todo o mundo que atesta a sustentabilidade de produtores agrícolas.

O site da organização afirma que seu selo “significa que o produto (ou um ingrediente específico) foi produzido por agricultores, silvicultores, e/ou empresas trabalhando em conjunto para criar um mundo onde as pessoas e a natureza prosperam em harmonia”.

A Rainforest informou que a empresa Fazendas Klein não tem mais com a certificação.

Depoimentos dos sete trabalhadores e trabalhadoras aos fiscais do GMóvel, aos quais a **Folha** teve acesso, mostram a situação precária pela qual passaram na propriedade. Todos são de Caetanos, região centro-sul da Bahia. O grupo chegou a Manhumirim na madrugada do dia 20 de junho de 2022, depois de desembarcarem em Realeza, distrito da cidade vizinha de Manhuaçu.

Um carro da fazenda, conforme relataram, os buscou em Realeza. Nos depoimentos, os trabalhadores dizem que a decisão de partir para Manhumirim ocorreu depois de um vídeo que circulou entre os trabalhadores rurais do município mostrando uma fazenda com muitos pés de café por serem colhidos.

A propriedade seria essa para a qual se dirigiram. No entanto, ao chegarem, notaram que não havia tanto café pronto para ser colhido. Um dos trabalhadores rurais disse ter acertado a ida para a fazenda com um homem que se apresentou como Gimaílson “a mando das Fazendas Klem”, como afirmou aos fiscais. Uma das perguntas feitas no email enviado à Fazendas Klem foi sobre qual a função do homem citado pelos trabalhadores na propriedade.

O relatório dos fiscais fala, a partir dos depoimentos e da fiscalização feita na propriedade, em banheiro sem descarga, esgoto correndo a céu aberto próximo à casa em que foram colocados, não fornecimento de ferramentas, material de proteção e de abrigo para alimentação quando estavam na lavoura.

“Os trabalhadores residiam em alojamento precário na própria fazenda, com portas com rachaduras, sem estar totalmente forrado e janelas vulneráveis, instalações sanitárias em condições precárias, sem papel higiênico e material de enxugo”, aponta o relatório da fiscalização, feito com base nos depoimentos e nas vistorias que fizeram na fazenda.

Influenciador lucra no Dia do Consumidor ao indicar promoções

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A gigante do varejo Amazon torna-se “armarinho Jefferson Beijos”, nas publicações do influenciador Ouriço de Cartola. No Twitter, ele divulga links afiliados da loja, que geram comissão a cada venda. Outros personagens relevantes nas redes seguem a tendência.

A multinacional de Jeff Bezos vai ofertar mais de 90 mil itens com desconto de até 70% nesta Semana do Consumidor, até o dia 20. Estão em promoção dispositivos Amazon, como Kindle e Alexa, celulares e acessórios, computadores, games, eletrônicos em geral, livros, e artigos de cuidados pessoais e da casa.

A Semana do Consumidor começou como homenagem ao CDC (Código de Defesa do Consumidor), que completa 32 anos no sábado (11). Hoje, repercute mais pelas oportunidades de comprar barato. O Dia do Consumidor é celebrado nesta quarta (15) em todo o mundo.

O perfil do Ouriço de Cartola, com 44 mil seguidores, voltado originalmente à elegância masculina, divulga de shakes de proteína a notebooks para o público gamer. O filtro é ter promoção na Amazon.

A conta Dani, com 16 mil seguidores e que costuma comentar desfiles de moda, também divulga os links da Amazon pelo Twitter. No perfil, tem sabão em pó para lava-louças, hidratantes importados, livros infantis e roupas femininas.

De acordo com a Amazon, seu Programa de Associados ajuda criadores de conteúdo, editores e blogueiros a monetizar seus sites e redes sociais. A comissão pelas vendas pode chegar a até 15% para produtos de beleza. A fatia para o influenciador depende da categoria do item vendido —para celulares, fica em 7%.

A Amazon também oferece recompensa para cada assinatura que o influenciador conseguir para os seus serviços. Um assinante do clube de livros do Kindle, por exemplo, rende R$ 15.

Os consumidores ainda podem acessar páginas individuais e personalizadas de seus influenciadores favoritos dentro da loja da Amazon.com.br e comprar a partir de listas lá criadas.

A big tech impõe uma série de condições para seus influenciadores: não podem promover materiais de sexo explícito, violência, desinformação ou quaisquer materiais discriminatórios ou ligados a discurso de ódio. A Amazon também afirma no regulamento que não tem responsabilidade pelos conteúdos de seus associados.

A decisão mais importante de Lula

Plano para gastos e dívida vai definir o destino da economia e do governo

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Luiz Inácio Lula da Silva vai tomar a decisão mais importante de seu governo por estes dias. Vai decidir como será o seu "teto de gastos", um limitador qualquer de despesa e dívida pública. Fernando Haddad diz que o plano está pronto.

Não vai ser um teto à maneira de Michel Temer, que teve vida curtíssima e amaldiçoada por vários motivos, também pelos seus defeitos. Vigorou mesmo apenas em 2018 e 2019, um tanto em 2021, quando foi implodido pelo governo das trevas.

O assim chamado "novo arcabouço fiscal" de Lula também terá algum limite para gastos, bastante para controlar o aumento da dívida pública, com um outro plano anexo ou de apêndice, o de aumento da receita.

Esse limitador de dívida e, pois, em alguma medida, do crescimento da despesa não será uma bala de prata. Não vai matar o vampiro do baixo crescimento. Mas deve determinar se as perspectivas serão positivas. Isto é, se é possível que a economia cresça mais do que o 1,5% do ano que se viu depois da Grande Recessão.

É difícil que o país aguente esse ritmo. Talvez a democracia não aguente. Não é possível aliviar o sofrimento social, tirar gente da pobreza e da miséria, apenas "colocando as pessoas no Orçamento".

Um bom plano fiscal vai frustrar a expectativa de gastos imaginada pela esquerda; tem de incomodar os mais ricos com mais impostos.

É difícil ver como acomodar em tal programa aumentos acelerados de salário mínimo (por terem impacto no gasto da Previdência) ou o corte do Imposto de Renda da Pessoa Física, por exemplo. Mas um crescimento algo maior pode compensar a frustração.

Será preciso mais do que um plano fiscal para acelerar o crescimento a curto prazo (nos anos de Lula 3). Uma boa reforma tributária tem efeito maior em prazo mais longo, mas pode ser um animador. Um plano bem pensado de política industrial para a "transição verde" também. Isto é, um plano ágil, leve, que explore as oportunidades que se abrem para o país, dados o risco de desastre climático e a nova configuração da política mundial.

Ter uma economia de mercado mais funcional contribui para que se descubram necessidades e oportunidades de intervenção inteligente. Reforma tributária, mudanças regulatórias ou garantias para investimento produtivo podem tornar a economia mais funcional, elevar o crescimento e indicar o caminho da ação do governo.

Mas a cada semana se ouve uma ideia de intervenção contraproducente. Muita gente no governo e entorno imagina que o problema se resume a decisão política, a jogo de perde e ganha de soma zero, como se decretos sobre preços, salários e rendas resolvessem a questão. Parece caricato, mas não raro é o que vaza do governo ou se ouve nos ditos bastidores.

A Petrobras tem de mudar mesmo. Mas qual mudança? Por ora, intervenções em preços e tentativas de asfixiar o dinheiro que a empresa rende para o governo, que precisa de recursos para investir. Infraestrutura, ciência e tecnologia estão em ruínas.

Agora mesmo, o governo decidiu baixar a taxa de juros do consignado. Sabe-se lá qual a intenção. Mas a medida vai diminuir a oferta de crédito desse tipo, a não ser que as taxas básicas de juros despenquem pelas tabelas e o nível de emprego suba correndo as escadas. Não vai acontecer.

Como o governo mal começou, a gente pode esperar que a turma apareça com ideias novas, imprevistas, em vez de reedições mal revistas (ou nem isso) do desastre de Dilma 1.

O primeiro passo, porém, a pedra fundamental, vai ser o "novo arcabouço fiscal". O assunto parece esotérico ou motivado por uma conspiração de austericidas. Francamente, é um tédio obscuro para quase qualquer criatura humana. Mas vai ser um momento decisivo, crítico, de Lula 3.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Entrega da declaração do IR começa hoje e vai até 31 de maio

Modelo pré-preenchido está disponível a partir desta quarta-feira (15)

Cristiane Gercina

SÃO PAULO O contribuinte já pode entregar, a partir desta quarta-feira (15), a declaração do Imposto de Renda 2023. O prazo vai até 31 de maio.

O programa da Receita Federal havia sido liberado na quinta-feira (9), mas só a partir desta quarta está disponível o modelo pré-preenchido.

Neste ano, a intenção da Receita é ampliar o número de contribuintes que optam pelo modelo pré-preenchido para 25% dos que são obrigados a declarar. Em 2022, 7,6% escolheram essa opção. São esperados entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Tem acesso a essa modalidade os contribuintes com conta prata ou ouro no Gov.br.

Para evitar erros e facilitar ainda mais para o contribuinte, a Receita aprimorou a declaração pré-preenchida, com ao menos sete novidades.

Dentre as principais vantagens de escolher esse modelo está a possibilidade de entrar na fila de prioridade para receber a restituição, assim como ocorrerá com os contribuintes que utilizarem Pix para receber os valores.

O preenchimento e a entrega da declaração são feitos no mesmo programa. Os computadores da Receita Federal recebem as declarações quase que 24 horas por dia, com uma pausa entre a 1h e as 5h para manutenção.

A entrega começa às 9h no primeiro dia do prazo e vai até as 23h59 do último dia. É importante respeitar esse limite final da prestação de contas, porque quem atrasa e estava obrigado a declarar paga multa. O valor mínimo é de R$ 165,74, mas pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Além disso, o CPF de quem não entrega a declaração fica "Pendente de regularização". Nesse caso, a pessoa poderá ter problemas com contas bancárias, emissão de passaportes, programas sociais e empréstimos, entre outros.

F SAIBA MAIS SOBRE O IR folha.com.br/impostoderenda

Vantagens de entregar a declaração rápido

1. RECEBER ANTES A RESTITUIÇÃO
Quanto mais rápido o contribuinte declara corretamente o IR, mais rápido a declaração entra na base de dados da Receita para receber a restituição. Com isso, é possível entrar nos primeiros lotes

2. CORRIGIR ERROS RAPIDAMENTE
24 horas após a entrega, o cidadão consegue consultar o e-CAC (Centro de Atendimento Virtual), da Receita, e verificar no extrato do processamento do IR se há pendências que possam ser corrigidas a tempo, para evitar cair na malha fina

3. EVITAR PERDER O PRAZO E TER DE PAGAR MULTA
Quem é obrigado a declarar o IR e envia depois do prazo paga multa; o valor mínimo é de R$ 165,74, mas pode chegar a 20% do imposto devido no ano

4. MUDAR O MODELO DE TRIBUTAÇÃO
Caso seja necessário corrigir algum erro e as correções ocorram antes do fim do prazo de entrega, que vai até 31 de maio, o contribuinte pode mudar o modelo de tributação (simplificado ou por deduções legais) para aquele que ofereça o maior valor de restituição ou o menor imposto a pagar

5. FAZER COM CALMA A DECLARAÇÃO
Checar se todos os recibos e informes necessários estão em mãos e revisar a declaração com tranquilidade antes do envio é uma vantagem contra erros e possível malha fina

6. PERDER O MEDO DO LEÃO
Se você aprende a fazer a declaração, não vai precisar pagar um contador e vai perder o medo de prestar contas à Receita Federal

---

Convocação para Assembleia Extraordinária de Sócios Venice Agente Autônomo de Investimento S.S.
CNPJ nº 35.220.463/0001-43

A partir da previsão das cláusulas 16 e 17 de seu Contrato Social e em linha com o quanto prevê o artigo 1.085 do Código Civil, a Venice Agente Autônomo de Investimento S.S. convoca seus sócios para a realização de Assembleia Extraordinária de Sócios para o fim de avaliação de exclusão, por justa causa, do sócio Kaleb Ali Fakih. Os motivos que justificam a deliberação são dois – o abandono da sociedade desde o início de dezembro de 2.022 e o recebimento de notificação, enviada pelo Banco BTG Pactual S.A., com denúncia de descumprimento, pelo sócio, da regra do artigo 25 da Resolução CVM 35/2021 (recebida pelo sócio e não respondida). A ordem do dia será a seguinte: (i) análise do abandono da sociedade; (ii) análise de riscos regulatórios e contratuais imediatos para a Venice e para seus demais sócios; (iii) deliberação sobre a possibilidade de exclusão por justa causa de Kaleb Ali Fakih; (iv) deliberação sobre os valores devidos por Kaleb Ali Fakih para a sociedade, por conta de incentivos recebidos; e, (v) autorização para que os Sócios Administradores pratiquem todo e qualquer ato, como representantes da Venice. A Assembleia será realizada no próximo dia 29 de março às 10h00, em primeira convocação, e no próximo dia 06 de abril, às 10h00, em segunda convocação, na sede da Venice - Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, conjunto 131, sala 1, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-000, São Paulo/SP. Se necessário, será possível a participação por vídeo, a partir de link que será disponibilizado oportunamente. K-15/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
SECRETARIA DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 066/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico especializado abrangendo a disponibilização de solução integrada, recursos computacionais e manutenção corretiva, adaptativa e preventiva para sustentação dos trabalhos que compõem a modernização tecnopedagógica da rede municipal de ensino, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 067/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e entrega de livros de Educação de Jovens e Adultos - EJA, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - EDITAL: Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Clésia de Souza Soares - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 068/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de equipamentos de proteção individual, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Amélia Bastos de Lemos - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 069/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de materiais de consumo odontológico, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Walquiria Furlan - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 070/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de materiais de protetor Solar, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Raphael Rocha Cantowitz - Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 071/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de flor artificial, vela votiva, lacre de papelão, algodão não hidrófilo e véu simples, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Mônica Jurema Heringer Gonçalves - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 072/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de procedimentos técnicos, operação e gestão continuada de central de teleatendimento, ativa e receptiva, destinada à comunidade escolar da Secretaria de Educação de Barueri, abrangendo os recursos necessários à sua operacionalização, Plataforma de Atendimento e conexão com os sistemas e aplicativos hospedados na Secretaria, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 14h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 16/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 073/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de materiais para almoxarifado, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 29/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 17/03/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

EON

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
1ª; 2ª e 3ª Convocação

A **EONCOOP - Cooperativa de Trabalho de Profissionais Autônomos de Consultoria, Gestão de Empresas e Atividades Socioculturais Educativas**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 26.030.524/0001-19, e na JUCESP sob n.º 3.540.017.786-1, com sede e foro no município de São Paulo, Capital, no uso de suas atribuições conforme artigo 21º do estatuto social convoca seus cooperados, **aptos a votar**, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que fará realizar em sua sede social à **Av. Senador Casimiro da Rocha nº 182, Mirandópolis, São Paulo Capital**, em **30 de março de 2023**, às 17h00 em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados; em segunda convocação às 18h00 com metade mais 1 (um) dos seus cooperados, ou em terceira convocação às 19h00 com mínimo de 50 (cinquenta) ou 20% (vinte por cento) dos cooperados, para tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1. Apresentação do Balanço Anual do ano calendário de 2022; 2. Destinação das Sobras/Perdas apuradas no exercício; 3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4. Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 15 de março de 2023. **Elizabeth Christofoli Santana -** Diretora Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
COOPERATIVA NACIONAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Convoca se todos os interessados para a Assembleia Geral de sua Constituição (fundação), a realizar se em: DATA e HORA: 27/03/2023 as 10:00. LOCAL: São Paulo/SP. ENDEREÇO: Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 2631, Sala 103, Jardim Paulistano. CEP: 01452-903, com os seguintes assuntos: 1. Leitura, Análise e aprovação do estatuto social; 2. Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal; 3. Aprovação de constituição da associação; 4. Assuntos gerais. São Paulo, SP, 15/03/2023.
CARLOS EDUARDO DE SAMPAIO FREITAS - Presidente

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2023, do tipo menor preço, destinado à aquisição de MEROPENEM INJETAVEL.. OC Nº: 092201090562023OC00147; nº 125/2023, ALTEPLASE INJETAVEL.... OC Nº: 092201090562023OC00149 e nº 150/2023, aquisição de ACIDO PERACETICO.. OC 092201090562023OC00150. A realização da Sessão será no dia 27/03/2023, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 15/03/2023.. O edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Ribeirão Preto, 14 de março de 2023
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2023

Objeto: Outorga de concessão para prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo público no município de Cajamar, com sistema de gerenciamento e emissão de tíquetes eletrônicos de estacionamento e ainda inserção via telefonia celular, através da utilização de sistemas informatizados, conforme descrito neste Edital e seus anexos. P.A. 1467/2023.
Critério de Julgamento da Licitação: Maior Percentual de Repasse.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 18/04/2023 às 09:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.
Cajamar, 14 de março de 2023
Leandro Morette Arantes
Secretário Municipal de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PÚBLICO Nº 14/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de tecnologia educacional contendo: livros paradidáticos com projetos integradores no formato impresso e virtual, com acesso à plataforma digital, para uso pedagógico na implementação do ensino remoto, destinados aos alunos do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), das unidades municipais de ensino da Secretaria de Educação do Município de Cajamar-SP, de acordo com as especificações e condições, conforme especificações constantes do Termo de Referência. P.A. 16.786/2022
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço Global.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 27/03/2023 às 09:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.
Cajamar, 14 de março de 2023
Régis Luiz Lima de Souza
Secretário Municipal de Educação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0003762-21.2022.8.26.0077. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, de Birigui/SP Dra. Cassia de Abreu, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **MARIELLY SALVADOR NATAL**, Brasileira, RG 48.847.063-8, CPF 401.162.058- 06, que por este Juízo tramita uma ação de **Cumprimento de Sentença** movida por **MSMT - UNISALESIANO ARAÇATUBA**. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, conforme art. 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o valor de R$10.291,57, em jul/22, sob pena de incidir multa de 10% e honorários advocatícios de 10%. Fica ciente, ainda, que nos termos do art. 525 do CPC, transcorrido o prazo acima sem o pagamento, inicia-se o prazo de 15 dias para que independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Birigui, aos 10 de agosto de 2022.

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Itapira
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Edital N.º 02/2023 | OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PEDRAS. Licitação Ampla Concorrência. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento das Propostas: das 10h00 do dia 17/03/2023 às 09h00 do dia 27/03/2023; Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h30 do dia 27/03/2023 no endereço eletrônico: http://pregaoeletronico.cebi.com.br, horário de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.saaeitapira.com.br - licitações. Itapira, 14 de março de 2023. Laís Alves Martins, Pregoeira.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2023 - A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto o Registro de Preço para prestações de serviços de Operação Tapa-Buracos, com fornecimento de materiais (CBUQ e Emulsão), mão de obra e equipamentos necessários para conservação das vias públicas no perímetro urbano do Município de Itápolis. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 de Março de 2023 às 8 horas e 30 minutos no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br e http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
1ª; 2ª e 3ª Convocação

A **CNA - Cooperativa de Trabalho Nacional de Profissionais Autônomos de Consultoria e Gestão de Atividades Artísticas, Socioculturais e Educativas**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 21.070.813/0001-28, e na JUCESP sob n.º 3.540.017.235-5, com sede e foro no município de São Paulo, Capital, no uso de suas atribuições conforme artigo 21º do estatuto social convoca seus cooperados, **aptos a votar**, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que fará realizar em sua sede social à **Av. Senador Casimiro da Rocha nº 182 B Fundos, Mirandópolis, São Paulo Capital**, em **29 de março de 2023**, às 14h00 em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados; em segunda convocação às 15h00 com metade mais 1 (um) dos seus cooperados, ou em terceira convocação às 16h00 com mínimo de 50 (cinquenta) ou 20% (vinte por cento) dos cooperados, para tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA: 1.** Apresentação do Balanço Anual do ano calendário de 2022; **2.** Destinação das Sobras/Perdas apuradas no exercício; **3.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **4.** Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 15 de março de 2023. **Elizabeth Christofoli Santana -** Diretora Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - ASSEMBLEIA EXCLUSIVA DOS LEITURISTAS - Convocamos todos os trabalhadores que atuaram na leitura e entrega de contas de energia elétrica e foram desligados a partir de março de 2021 das suas atividades na Empresa **ENEL Distribuição São Paulo** (CNPJ: 61.695.227/0001-93), a participarem da assembleia que será realizada no próximo dia **18 de março de 2023, às 10h,** em convocação, com qualquer número presente, na sede do Sindicato na Rua Thomaz Gonzaga, 50 - Liberdade - São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Atualizar e avaliar junto aos presentes sobre a implantação de medidores digitais anunciados pela ENEL e firmado em Termo de Intenção ao Acordo Coletivo 2020/2021 atividade de Leitura e entrega compromisso entre as partes (Sindicato e ENEL), inclusive observando sobre reintegração, e/ou nova indenização, e/ou reaproveitamento dos Trabalhadores; **2)** Deliberação de possível Plano de Luta diante das discussões a serem encaminhadas na Assembleia, inclusive com a judicialização. **São Paulo, 14 de março de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023
(PROCESSO Nº 720/2023)

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Jundiaí, designado pela Portaria nº 4.488/23, FAZ SABER, que se acha aberto na Diretoria Administrativa o PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2023, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação, tipo CARTÕES ALIMENTAÇÃO "RÍGIDOS" (eletrônicos, magnéticos ou outros provenientes de tecnologia "on line" ou equivalente) para até 135 (cento e trinta e cinco) servidores. Os interessados poderão obter o Edital completo no site http://www.jundiai.sp.leg.br ou na recepção do Prédio Anexo da Câmara Municipal, à Rua Barão de Jundiaí, nº 128, Centro, Jundiaí - SP, nos dias úteis das 8h00 às 17h00. A sessão do pregão terá início **às 09h00 do dia 29 de março de 2023**, no endereço acima descrito, momento em que os envelopes já deverão estar protocolizados na recepção da Câmara Municipal. Câmara Municipal de Jundiaí, em treze de março de dois mil e vinte e três (13/03/2023).
PEDRO H. O. FERREIRA - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 – Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial**, para **AQUISIÇÃO DE MAQUINA FORRAGEIRA**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **28 de Março de 2023**, até às 09h00min, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217, site: https://www.moncoes.sp.gov.br/ e-mail: licitacao@moncoes.sp.gov.br
Monções (SP), 14 de Março de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2023
ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; OBJETO: MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO; MODALIDADE: Pregão Presencial; ENCERRAMENTO: 24.03.2023 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado no Paço Municipal de Boituva, no depto. de licitação à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 14 de março de 2023. **Adriano M. Ferraris Fernandes Secretário Municipal de Administração, Desenvolvimento Econômico e Inovação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

TOMADA PREÇO Nº 001/2023 – Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA PRAÇA MATRIZ NO MUNICÍPIO DE MONÇÕES**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **04 de Abril de 2023**, até às **09h00min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217, site https://www.moncoes.sp.gov.br/, email: licitacao@moncoes.sp.gov.br
Monções (SP), 14 de Março de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 8/2023 VOLTADO PARA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO HOSPITALAR PARA O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 28/03/2023 ÀS 9 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, NO PAÇO MUNICIPAL. IPERÓ/SÃO PAULO, TEL.: (15) 3459-9999. IPERÓ, 14 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 9/2023 PARA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ANIMAL NO CONTAINER PET MUNICIPAL". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 28/03/2023 ÀS 14 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, NO PAÇO MUNICIPAL. IPERÓ/SÃO PAULO, TEL.: (15) 3459-9999. IPERÓ, 14 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023 - PROCESSO Nº 32/2023
Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de Pneus, Câmaras de ar, válvulas, rodas e protetores, para atendimento da frota veicular pertencente à Prefeitura Municipal de Fartura, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até as 08:00 do dia 04 de abril de 2023. INICIO DA DISPUTA 09:00 do dia 04/04/2023. LOCAL: Plataforma BLL Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.
FARTURA, 14 de março de 2023. Luciano Peres - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023 – PROCESSO PMT Nº 200000222/2022. A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Tapiraí torna público que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS nº 02/2023, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e pela Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, para contratação de empresa especializada para a execução das obras, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de construção de pista de skate. A pasta contendo o Edital de inteiro teor será fornecida a qualquer interessado no site www.tapirai.sp.gov.br, opção licitações. O recebimento dos envelopes nº 01 e 02 serão até as 14 horas do dia 31 de março de 2023, e a abertura dos envelopes nº 01 ocorrerá imediatamente após o término do prazo de recebimento dos envelopes, em sessão pública. Mais informações pelo telefone nº (15) 3277-1481. Tapiraí, 14 de março de 2023. – Jailson Muniz Sanches – Pres. da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2023
O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 010/2023 – Processo nº 016/2023, objetivando o fornecimento de combustíveis para os veículos e máquinas da municipalidade. O Edital Minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 27/03/2023, às 9 horas.
Iacri, 14 de março de 2023.
Carlos Alberto Freire – Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 – PROCESSO PMT Nº 200000191/2022. A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Tapiraí torna público que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS nº 01/2023, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e pela Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, para contratação de empresa especializada para a execução das obras, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de calçamento no entorno da Praça Central, trechos da Av. Santa Catarina e Rua Raul Leite Magalhães. A pasta contendo o Edital de inteiro teor será fornecida a qualquer interessado no site www.tapirai.sp.gov.br, opção licitações. O recebimento dos envelopes nº 01 e 02 serão até às 10 horas do dia 31 de março de 2023, e a abertura dos envelopes nº 01 ocorrerá imediatamente após o término do prazo de recebimento dos envelopes, em sessão pública. Mais informações pelo telefone nº (15) 3277-1481. Tapiraí, 14 de março de 2023. – Jailson Muniz Sanches – Pres. da C.P.L.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA

AVISO DE CONVITE Nº 03/2023– PROCESSO Nº 27/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para a execução da reforma do banheiro do Horto Florestal "Sérgio Ramalho Matta", localizado na Estrada Municipal Mário Dorna, s/nº, Votuporanga/SP, Latitude: -20.408540º e Longitude: 49.952859º, conforme projeto, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memorial de cálculo em anexo. **ENTREGA DOS ENVELOPES (Protocolo):** Documentos de Habilitação e Propostas no dia **23 de março de 2023, às 14h00. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, **de 15 a 23 de março de 2023**, das 8h às 16h, nos dias úteis, ou ainda pelo site www.saev.com.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9195. Votuporanga, 14 de março de 2023. Luiz Gustavo Gallo Vilela - Superintendente

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Aviso de Licitação
Tomada de Preços nº 004/2023 - Processo DAAE nº 604 de 10/03/2023
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de portaria (controle de acesso) nos pontos de entrega de resíduos e volumosos (PEV's) e na Estação de Tratamento de Resíduos da Construção Civil (ETRCC). Data limite para realização da visita técnica (opcional) dia 30/03/2023. Data e horário da abertura: Dia 31/03/2023, às 10h00min (Dez Horas). LOCAL: Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaearaquara.com.br – link: Painel de Licitações.
Araraquara, 13 de Março de 2023.
Delorges Mano - Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2023
O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 009/2023 – Processo nº 015/2023, para a aquisição de piso de granito verde candeias ou São Francisco, tamanho (60cmx 60cm), espessura (2cm), destinado ao Prédio da Prefeitura Municipal. O edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 24/03/2023, às 14:00h.
Iacri, 14 de março de 2023.
Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023
O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 011/2023 – Processo nº 017/2023, para o fornecimento parcelado de materiais de enfermagem, destinados ao Centro de Saúde e ao P. A. (Pronto Atendimento Municipal), pelo período de 12 meses. O Edital Minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, ou pelo site: www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 28/03/2023, às 9h00min.
Iacri, 14 de março de 2023. Carlos Alberto Freire – Prefeito Municipal

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA,** a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023**, OC. **102401100632023oc00058**, referente ao Processo nº **2022/39836**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM AMBIENTE ESCOLAR** a realização do pregão será no dia **28 de março de 2023**, a partir das **09 horas**. O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2023
O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital do Pregão Presencial (Registro de Preços) nº 008/2023 – Processo nº 014/2023, para o fornecimento parcelado de fitas com área reagente para verificação de glicemia capilar (Fundo Municipal de Saúde), pelo período de 12 meses. O edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 24/03/2023, às 9h00min.
Iacri, 14 de março de 2023
Carlos Alberto Freire– Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo
Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal Obras e Serviços do Município de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomadas de Preços Nº 33/2022**, para Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de Obra de Ampliação da Creche EMEB Benedita dos Reis Apollinário, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, com encerramento dia 31/03/2023 às 09:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831 (das 13:00 as 17:00h), no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

Condomínio Conj. Res. Santo Antonio

Rua Celina Guinle de Paula Machado, 130 - Fone (11) 2231-0357 - CEP 02422-150 - SP
Edital de Convocação
1 - Na qualidade de Síndica do "Condomínio Conj. Res. Santo Antônio, em conformidade com as cláusulas da Convenção, convoco os Srs. Condôminos para participar da Assembleia Geral Ordinária que fará realizar-se no **dia 25/03/2023, às 8:30 horas** com presença de todos ou às **09:00 horas** com qualquer numero de Condôminos presentes no **Salão Paroquial da Igreja Santo Antônio,** sito á **Rua Salvador Tolezano, 164**, para deliberarmos sobre as seguintes **Ordens do Dia: A)** Prestação de contas do exercício de 2022; **B)** Previsão orçamentária para 2023; **C)** Assuntos Gerais. **D)** Eleição síndico, subsíndico e conselho consultivo. Não poderão participar da Assembleia, Condôminos em atraso com as cotas de despesas Ordinárias e Extraordinárias (cláusula 24ª da Convenção). São Paulo, 14 de Março de 2023. **Arlete Terezinha Brenneisen -** Síndica.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 08/2023** - Processo nº 1142/2022, destinado **aquisição de conexões galvanizadas diversas**, pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 28/03/2023, às 09:00 horas**. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 991522)**, pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 13 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/23
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SETORES DA ADMINISTRAÇÃO.
O Prefeito de Lavínia/SP, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório em face da Adjudicação da Pregoeira, e acolhe o presente objeto em favor das empresas: **THADS SERVIÇOS EIRELI-ME**, sito a Avenida Barão do Rio Branco, nº. 1.459 – Bairro Centro na cidade de Andradina/SP, inscrita no CNPJ/MF nº. 27.120.037/0001-00, vencedor dos itens 01 e 03 no valor total de R$ 302.850,00 - **DAVI TELES DE SOUZA ROCHA**, sita na Rua Artur Humberto de Araújo, nº. 565 – Bairro Conjunto Habitacional Álvaro Gasparelli na cidade de Andradina/SP, inscrita no CNPJ/MF nº. 14.832.012/0001-97 vencedor do item 02 no valor total de R$ 79.600,00.
Lavínia/SP, 14/03/23.
Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito

TIJUCA TÊNIS CLUBE – TTC/ 34.055.590/0001-71

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº1/2023
Objeto: Aquisição de Uniformes de Viagem, Passeio, Treino e Competição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. A aquisição será realizada em "menor preço por lote", formado por 1 lote, conforme tabela constante no Termo de Referência. Recebimento de propostas: Até 28/03/2023 às 09h00min. Abertura e análise das propostas e início da sessão de disputa de preços: 28/03/2023 – 09h01min (Horários de Brasília). Edital completo e seus anexos: https://tijucatenis.com.br/processos-compras-contratacoes.html e na plataforma BBM NET https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/ Mais informações: Rua Conde de Bonfim, 451 Tijuca/RJ, cep 20520051, 09h às 17h, de segunda a sexta-feira. Autoridade do clube: Hildo Magno da Silva. E-mail para contato: projeto@tijucatenis.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

DECISÃO PREFEITO
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023 - ASSUNTO: RECURSO
Acolho *in totum* o parecer da Comissão de Licitação no sentido de não conhecer do recurso apresentado pela empresa **SAN CONRADO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, uma vez que o mesmo foi protocolado intempestivamente no dia 28/02/2023 e o prazo para apresentação do recurso se exauriu em 27/02/2023 e receber os recursos das empresas América e Fernando Leite, pois tempestivos, para, no mérito: **a)** Dar provimento ao recurso da empresa **AMÉRICA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** para inabilitar a empresa EMR por falta de documento previsto no item 14.4.1.2, alínea "c"; **b)** Negar provimento ao recurso da empresa **FERNANDO LEITE ENGENHARIA LTDA** pelo motivo de: (i) uma vez que a empresa SAN CONRADO já foi inabilitada conforme fls. 455; (ii) cláusula 13.2 prevê uma preferência e não uma obrigação de que os participantes apresentem o documento da forma como apresentada no texto; (iii) uma vez que a empresa **AMÉRICA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** apresentou regularmente os documentos dos itens 14.6 e 14.4.1.3, respectivamente, as fls. 302 e fls. 311/317. Ciência ao(s) interessado(s). Após a regularização, dê-se prosseguimento ao certame. Ao Setor de Licitação para providências necessárias.
Óleo, 14 de março de 2023.
JORDÃO ANTONIO VIDOTTO - PREFEITO DE ÓLEO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023**, OC. **102401100632023OC00051**, referente ao Processo nº **2022/31466**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE QUADRO NÃO MAGNÉTICO, PARA DIVERSAS UNIDADES DO CEETEPS**, a realização do pregão será no dia 28 de março de 2023, a partir das 09:00 horas. O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://dca.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023
PRAZO PARA CADASTRAMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES: DE 17/03/2023 ATÉ 11/04/2023, DAS 08h00min ÀS 11h00 E DAS 13h00min ÀS 16h00. DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA: DIA 12/04/2023 ÀS 09h00, NO SETOR DE LICITAÇÕES, NA SEDE DESTA PREFEITURA. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS, SP, situada na Rua Dr. Luiz Vergueiro, 151. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Secretaria da Educação, comunica a quem possa interessar que estará cadastrando Agricultores Familiares interessados em fornecer FLV (Frutas, Legumes e Verduras), para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O cadastramento poderá ser realizado na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, localizado à Praça Coronel José Machado, nº 151, Centro, Município de Pereiras, Estado de São Paulo, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, para a alimentação escolar dos alunos matriculados na rede de ensino pública do município de Pereiras, por período de 12 (doze) meses. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (14) 3888-1262 / 3888-1734, com Silvana. Pereiras/ SP, 14 de Março de 2023. MIGUEL TOMAZELA - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DO CONTRATO
TERMO DE CONTRATO N. 19/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA MARIA EDUARDA CORREIA DE OLIVEIRA**, sediada na cidade de Manduri à Rua Rio de Janeiro nº 394 sala 02, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.777.473/0001-19, neste ato representada pelo seu proprietário Maria Eduarda Correia de Oliveira, residente na cidade de Cerqueira César, portador da Cédula de Identidade RG n. 58.007.147-9 SSP/SP e do CPF n.475.121.748-88. **OBJETO:** Contratação de empresa para assessoria e consultoria na prestação de serviço para realização de processo seletivo para a escolha processo seletivo e eleitoral para a SUPLEMENTAR e TITULAR/ SUPLENTE dos membros do Conselho Tutelar e Capacitação inicial dos membros, pelo período de 12 (doze). **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão eletrônico nº05/2023- Proc. 23/2023. **VALOR:** (R$): R$ 8.660,00 (Oito mil, seiscentos e sessenta reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 13 de março de 2023.
ÓLEO 14 DE MARÇO DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberta no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS a licitação na modalidade Concorrência nº 002/2023, Processo CEETEPS-PRC-2022/40541 cujo objeto refere-se à **OBRAS DE CONSTRUÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO EM TERRENO DOADO PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR**. Os interessados poderão consultar o edital e seus anexos no site do Diário Oficial do Estado de São Paulo, endereço eletrônico: www.imprensaoficial.com.br, no sitio do CEETEPS, endereço eletrônico - **www.cps.sp.gov.br – Licitações – Concorrência**, onde, inclusive, **todos os arquivos da pasta técnica estarão disponíveis para download**, ou consultá-lo na sede da Administração Central do CEETEPS - 4º Andar, Unidade de Infraestrutura, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, em dias de expediente, no horário das 10h às 12h e das 14h às 18h, mediante agendamento prévio por intermédio do e-mail: atlicita@cps.sp.gov.br, pelo período de **35 dias** até o dia **20 de abril de 2023**. Os envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO, assim como as declarações e documentos pertinentes, que deverão vir FORA deles nos termos do item 3 do edital, deverão ser entregues no dia **24 de abril de 2023**, em sessão pública conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação, das 10h às 11h30min, **durante 1h30min**, na **Portaria** da Administração Central do CEETEPS, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, sendo que na sequência no Auditório Verde serão abertos os Envelopes 1 – Propostas, apresentados pelas empresas licitantes. A comissão receberá os documentos, conforme informações indicadas.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13442/2022
COMUNICADO DE SUSPENSÃO
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição e instalação de equipamentos sistema de segurança, compreendendo: câmeras, gravador de vídeo, nobreak, poste de concreto de 9m, monitor 23,8", central de alarme monitorada, dispositivo de segurança de rede tipo I, switch 16 portas, painel de led para videowall e dispositivo de segurança de rede tipo II para um sistema integrado de segurança para as unidades de ensino e vinculadas, de acordo as especificações, quantidades e projetos anexos do edital, a cargo da Secretaria de Educação. A Comissão Permanente de Licitação comunica a SUSPENSÃO da referida licitação para adequações de exigências do Edital. Os interessados deverão acompanhar o tramite do processo pelo site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br – licitação.
Estância Turística de Salto, 14 de março de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO N. 026/2022
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. **CONTRATADA: AUTO POSTO TRÊS IRMÃOS DE ÓLEO LTDA**, com sede à rua João Fausto Giraldes, n. 544, Centro, cidade de ÓLEO-SP, CNPJ N. 72.026.065/0001-17. **OBJETO:** Aditamento de contrato, cujo objeto refere-se à aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL:** PREGÃO, Nº 4/2022 – Proc. 18/2022 – Lei federal n. 8.666/93. **ITEM:** Gasolina aditivada: R$ 5,59, Etanol: R$ 3,95, Diesel: 6,29, Diesel S10: 6,34. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 02 de MAIO de 2022.
Óleo, 14 de março de 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS
Pregão (Eletrônico) nº 011/2023. Edital nº 016/2023. Processo nº 018/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL. Abertura: 28/03/2023 às 08:00h. O(s) Edital(is) na íntegra encontra(m)-se disponível(is) no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br. Ptal, 14 de março de 2023. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

LEILAO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dia 24/03/23 às 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas.
Acesse:
www.filatelicabrasil.com.br

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PC.3072/2022 – CP.10.007/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, PARA A CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, VISANDO ATENDER OS CONTRATOS DE TARIFAÇÃO PARA ENTIDADES PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA (PURA), CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SABESP.– O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/04/2023 às 10h00**. – S. B. Campo, 14 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

DECISÃO PREFEITO
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2023
ASSUNTO: RECURSO
Acolho *in totum* o parecer da Comissão de Licitação no sentido de não conhecer do recurso apresentado pela empresa **SAN CONRADO**, uma vez que o mesmo foi protocolado intempestivamente no dia 28/02/2023 e o prazo para apresentação do recurso se exauriu em 27/02/2023 e receber os recursos das empresas América e Fernando Leite, pois tempestivos, para, no mérito: **a)** Dar provimento ao recurso da empresa **AMÉRICA** para inabilitar a empresa EMR por falta de documento previsto no item 14.4.1.2, alínea "c"; **b)** Negar provimento ao recurso da empresa **FERNANDO LEITE** pelo motivo de: (i) uma vez que a empresa SAN CONRADO já foi inabilitadas conforme fls. 455; (ii) cláusula 13.2 prevê uma preferência e não uma obrigação de que os participantes apresentem o documento da forma como apresentada no texto; (iii) uma vez que a empresa **AMÉRICA** apresentou regularmente os documentos dos itens 14.6 e 14.4.1.3, respectivamente, as fls. 302 e fls. 311/317. Ciência ao(s) interessado(s). Após a regularização, dê-se prosseguimento ao certame. Ao Setor de Licitação para providências necessárias.
Óleo, 14 de março de 2023.
JORDÃO ANTONIO VIDOTTO - PREFEITO DE ÓLEO

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Aviso de licitação aberta. Pregão Eletrônico 004/2023 - Proc. 008/2023. Registro de Preços para compra eventual de 24 veículos ambulância tipo furgão para 13 municípios consorciados ao CIVAP. Tipo: menor preço. Regência: Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993 e demais aplicáveis à matéria. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital e sua abertura dar-se-á no dia 28 (vinte e oito) de março de 2023 a partir das 09h00m. Edital e anexos disponíveis em www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368. Assis, 13 de março de 2023. José Benedito Camacho - Presidente.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO VOTORANTIM -

Encontra-se aberta na **Diretoria de Ensino - Região Votorantim, Pregão Eletrônico nº 01/2023 - Processo SEDUC--PRC-2023/02324**, do tipo Menor Preço, destinado a Prestação de Serviços de LIMPEZA EM AMBIENTE ESCOLAR. Oferta de Compra **080348000012023OC00011** – A realização da sessão será no dia 27/03/2023 as 09:00 Edital disponível no site: www.bec.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/005/2023-SMOP/OPP
O MUNICIPIO DE CURITIBA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA torna público, para conhecimento dos interessados que em virtude de equívoco na elaboração do edital, no que se refere às exigências de qualificação técnica operacional da empresa, está promovendo a REPUBLICAÇÃO da CONCORRÊNCIA, cujo objeto é a execução de obras de engenharia objetivando a requalificação Urbana da rua David Tows (trecho entre a rua Izaac Ferreira da Costa e rua José Bassa) – Programa Caminhar Melhor. **Os ENVELOPES** de "**Proposta de preços**" e dos "**Documentos de Habilitação**" deverão ser protocolados simultaneamente no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, até às **14:15h** do dia **18/04/2023** com abertura das Propostas de Preços às **14:30h** do mesmo dia. **O EDITAL RETIFICADO** encontra-se disponível para "download", juntamente com seus anexos, no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à Gerência de Licitações da SMOP, sito a rua Emílio de Menezes, 450, bairro São Francisco – Curitiba – Paraná.
RODRIGO ARAUJO RODRIGUES
Secretário Municipal de Obras Públicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023 - PROCESSO Nº 047/2023 – D.A. – D.C.L.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar – Seção Técnica de Nutrição e Dietética – Departamento de Educação do Município de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO UNITÁRIO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Lotes 01 ao 45: Do dia 14/03/2023 até o dia 04/04/2023 às 09:00 horas.
Abertura das "Propostas" dos Lotes 01 ao 45: Dia 04/04/2023 às 09:00 horas.
Início da Disputa de Preço dos Lotes 01 ao 45: Dia 04/04/2023 a partir das 09:05 horas.
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br - www.mirassol.sp.gov.br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, CEP nº 15130-065, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.
Mirassol/SP, 14 de março de 2023.
Edson Antonio Ermenegildo
Prefeito Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO DE LEILA CLAUDIA CAVALCANTE DA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO DE LEILA CLAUDIA CAVALCANTE DA SILVA, com prazo de 20 dias. Processo 1001446-47.2019.8.26.0554. O MM. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTO ANDRÉ, NA FORMA DA LEI, **FAZ SABER** a todos, especialmente a **LEILA CLAUDIA CAVALCANTE DA SILVA**, RG 40.046.576-0 – SP e CPF/MF 356.572.928-71, que a **FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ**, pessoa jurídica inscrita no CPNJ 57.538.696/0001-21, **lhe ajuizou AÇÃO MONITÓRIA, no valor de R$ 12.298,88 (doze mil e duzentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)**, em 28.01.2019, visando a cobrança de mensalidades escolares vencidas entre fevereiro e dezembro do ano letivo de 2016. Por se encontrar o ré **LEILA CLAUDIA CAVALCANTE DA SILVA** em local incerto e ignorado, fica ela devidamente **CITADA** dos termos da ação e **INTIMADA** para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da importância acima com correção monetária e juros de mora, acrescida de honorários advocatícios na quantia equivalente a cinco por cento do valor atribuído à causa, ou, embargar a ação monitória, tudo nos termos dos artigos 701 e 702 do Código de Processo Civil, sob pena de se constituir, de pleno direito, um título executivo judicial, com o prosseguimento do processo segundo o disposto no Título II do Livro I da Parte Especial do Código de Processo Civil, no que for cabível. Fica ainda a ré advertida de que lhe será nomeado Curador Especial, em caso de revelia, bem como de que, pagando a importância devida acrescida de honorários advocatícios no prazo de 15 dias, ficará isenta do pagamento das custas processuais adiantadas pela autora, ou cargo dela. Os prazos fluirão após 20 dias. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Santo André, 10 de outubro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA Nº 024/2022
Objeto: Execução de obras de construção e instalação, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, de poço artesiano para atender as unidades escolares CEI / EMEI / e EM "Prof.ª Oscarlina Pires Turato". A Comissão Permanente de Licitação por meio de sua Presidente torna público a todos os interessados que fica agendada Sessão Pública relativa ao procedimento em epígrafe para abertura do envelope recebido da empresa Master Drill Poços Artesianos LTDA – CNPJ 35.557.415/0001-45, para avaliação de adequação aos parâmetros previstos no Edital, em razão da abertura de prazo para regularização de Certidão Negativa de Débitos Municipal da empresa, para o dia 16 de março de 2023 às 14:00 horas.
Comissão Permanente de Licitação, 02 de março de 2023.
Ariana Aparecida de Almeida – Presidente CPL

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023
Objeto: Prestação de serviços de recapeamento asfáltico e implantação de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para o recapeamento de trecho da Rua Souza, entre a Avenida Alexandre Marion e a Praça Colombini, na zona urbana do Município de Jaguariúna – conforme Convênio Estadual nº 1219428/2021. No décimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três às 09:30 horas, na sala das Comissões da Secretaria de Gabinete, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações e técnico da Secretaria de Obras e Serviços para analisar os envelopes habilitação, análises e consequente julgamento. Após as análises a Comissão Permanente de Licitações resolveu unanimemente habilitar as empresas: CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ 02.647.165/0001-85 e CONSTEL CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI – CNPJ 52.770.039/0001-91. Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I, alínea "a" da lei 8666/93, de 05 dias úteis, com relação a este julgamento, começando ele a correr a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.
Ariana Aparecida de Almeida - Presidente Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

BOULEVARD TAMBORÉ EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ 09.000.546/0001-17, vem **NOTIFICAR NICOLAS NICOLICH NICOLI** - CPF/RFB 417.861.558-00, **estando o mesmo em lugar ignorado, conforme Certidão Nº 5.437.169, expedida pelo 4º RTD de São Paulo/SP, em 02/02/2023 e Certidão Nº 1.912.317, expedida pelo 1º RTD de Barueri/SP, em 03/02/2023 para que, no prazo de quinze (15) dias efetue o pagamento em favor da notificante, das parcelas VENCIDAS E NÃO PAGAS, ATUALIZADAS ATÉ 18/01/2023, no valor total de R$ 121.296,08**, sendo decorrente do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e Outros Pactos de Unidade Autônoma, firmado na cidade de São Paulo, em 08/09/2016, relativos aos direitos sobre a fração ideal de terreno e partes construídas e R$ 59.401,25 decorrente aos débitos em atraso IPTU, que corresponderá ao **APARTAMENTO 12 – 1º ANDAR, da TORRE C – DE LA CHAPELLE, integrante do EMPREENDIMENTO ''BOULEVARD TAMBORE'', com direito a 03 vagas indeterminadas de garagem**, em construção à **– ALAMEDA CANTO DOS PÁSSAROS, Nº 95, TAMBORÉ, SANTANA DE PARNAÍBA/SP, CEP Nº 06.543-006**, objeto da matrícula nº 197.379 do Registro de Imóveis de Barueri/SP. O valor será atualizado até a data do pagamento, acrescidos das cominações legais e contratuais, despesas e honorários advocatícios. **O pagamento deverá ser realizado em horário comercial, de 2ª à 6ª feira, na AV ROTARY, Nº 187, JARDIM DAS PAINEIRAS, CAMPINAS/SP, CEP 13.092-509, Telefone: (19) 3794.2030**, sob pena de aplicação do artigo 63 da Lei 4.591/64, e seus parágrafos, c/c artigo 1º, VI e VII, da Lei nº 4.864/65, e cláusula contratual VII – 3.1, letras c, c.1, c.2 e c.3 , com a realização dos **PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS**, para venda dos direitos sobre o referido instrumento particular de promessa de venda e compra. A presente notificação editalícia tem o caráter de prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de direitos.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão – 21/03/2023 às 10h00 | 2º Público Leilão – 23/03/2023 às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **ARAGUAÍNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** - CNPJ nº 26.751.038/0001-90, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04, nº 13.043/14 e nº 13.465/17, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 301, LOCALIZADO NO 3º ANDAR DO BLOCO Nº 01, DO CONDOMÍNIO "VILA FELICITÀ BONSUCESSO"**, à Rua Maria Antonietta de Campos Arruda, nº 265, Jardim Angélica, Guarulhos/SP. Áreas: Construída Privativa: 42,350m²; Construída Comum: 5,245m²; Construída Total: 47,595m². Coef. Prop.: 0,38462%. Com direito ao uso de 01 vaga de garagem coletiva. Matrícula nº 140.711 – 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 094.74.04.0477.00.000 (área maior). **OCUPADO. VALORES: 1º LEILÃO: R$ 276.713,96. 2º LEILÃO: R$ 172.530,06. Encargos do arrematante: i)** O arrematante pagará à vista o valor da arrematação e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** arcará com as custas cartoriais, todos os impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** arcará com os eventuais débitos de IPTU existentes antes e após as datas dos leilões; **iv)** arcará com todas as demais despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** todas as despesas com a desocupação. A venda é feita em caráter *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica a Fiduciante **REGINA ALVES FERREIRA -** CPF: 012.055.468-20, comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo com as regras dos leilões, disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295.9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

E se usássemos criptomoeda?

Regulação do setor financeiro é assunto complicado, mas não há solução fácil

Bernardo Guimarães
Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

O banco SVB quebrou na sexta-feira (10). Os acionistas perderam tudo, mas, no domingo (12), as autoridades anunciaram garantias aos depositantes e outras medidas para evitar problemas com outros bancos. Intervenções desse tipo em geral têm custos para o Estado.

Quais as políticas ideais nesse caso? Um caminho é aperfeiçoar a regulação existente. Essa solução requer atenção aos detalhes e será sempre imperfeita.

Aí, abre-se espaço para alternativas radicais. Uma dessas é a criptomoeda. Foi assim com a crise financeira de 2008. Bitcoin surgiu em 2009, na onda da insatisfação com as medidas para socorrer os bancos.

Mas por que poderia ser diferente com criptomoedas?

Criptomoedas são em geral baseadas na tecnologia blockchain. Essa tecnologia nos permite realizarmos transações usando moeda digital sem intermediários e sem a supervisão de bancos centrais.

Usando essa tecnologia, as pessoas podem realizar operações de crédito sem a intermediação de instituições financeiras. É a onda da DeFi (do inglês para Finanças Descentralizadas). Há aplicativos explorando essas possibilidades.

Mas que problema isso resolve?

Grandes instituições surgem quando há ganhos de escala.

Mercados financeiros são complicados porque trocamos dinheiro hoje pela promessa de dinheiro amanhã. Essa troca requer confiança. Grandes instituições têm menos dificuldade para estabelecer reputação.

Além disso, gerir recursos financeiros é uma atividade com muito ganho de escala. Para detectar possíveis oportunidades de lucros, é preciso ter pessoas altamente qualificadas e equipamentos. Esse custo só se paga quando há grandes quantias para investir.

Por essas e outras, muita intermediação financeira é feita por grandes instituições, reguladas por autoridades com o intuito de evitar tomada de risco em excesso.

A tecnologia de blockchain não muda nada disso.

Assim, não é de surpreender que grandes intermediários existam também no mundo das criptomoedas.

O caminho entre o mundo das finanças tradicionais e das criptomoedas é em geral trilhado por meio de grandes instituições, como a Voyager e a Celsius, que foram à falência em julho passado, e a FTX, que quebrou no final do ano e ocupou as manchetes.

Muito da segunda maior criptomoeda, ethereum, está efetivamente custodiado em poucas organizações, como Lido e Coinbase.

Hoje, o estoque mundial de criptomoedas vale cerca de US$ 1 trilhão —e chegou a US$ 3 trilhões no final de 2021. O valor total de criptomoedas no mundo é parecido com o valor total das empresas listadas na Bolsa de São Paulo, a B3.

Ainda assim, a quebra de grandes instituições nesse mundo não tem efeitos tão grandes na economia real. Não compramos pão com bitcoins, e as operações de crédito que alimentam o setor produtivo não são feitas com criptomoedas, em geral (pelo menos a parte que opera legalmente e podemos observar).

Enquanto for assim, reguladores não vão resgatar instituições quebradas.

Mas, se um dia a criptomoeda for importante para a economia real e uma grande instituição quebrar, o objetivo central das autoridades será evitar corridas e contágio. Se preciso, dinheiro público será usado. Na hora da crise, vem a intervenção que aguente a paulada, e não adianta a gente bater o pé no chão.

Não adianta o governo prometer que não intervirá na quebra de instituições financeiras. Nunca adiantou no mundo das finanças tradicionais, não adiantaria num mundo de criptomoedas, assim como não adianta ameaçar nossos filhos com castigos que não executaremos.

Regulação do setor financeiro é assunto complicado, mas não há solução fácil.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | **QUI. Cida Bento**, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Como um banco pode quebrar fazendo o investimento mais seguro do planeta?

Entenda os erros de estratégia que levaram à falência do SVB, na semana passada, nos EUA

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

O Banco do Vale do Silício (SVB) tinha muito dinheiro aplicado em títulos do governo americano e similares. Como pode ter quebrado fazendo o investimento mais seguro do planeta, emprestando dinheiro ao Tesouro dos Estados Unidos, em tese com risco zero de calote? É o que muita gente se pergunta.

O SVB não quebrou apenas porque tinha um excesso de dinheiro em títulos do Tesouro americano etc. Além do mais, o investimento em títulos, do governo dos EUA ou outros menos reputados, tem risco, sim, mesmo que não seja o risco de calote (o risco de crédito: de não pagamento).

O Banco do Vale do Silício entrou em crise porque os títulos que possuía perderam valor (o risco de mercado) e teve de vendê-los (o que não pretendia fazer: queria carregar a maior parte deles até o vencimento). MAS TAMBÉM porque o banco não tinha estratégia financeira para compensar essas perdas ("hedge") ou capital suficiente para cobrir eventuais perdas com esses investimentos, em situação de "estresse" (alta de juros, por exemplo). Mas tem mais.

Clientes na frente da sede do SVB (Silicon Valley Bank), em Santa Clara, Califórnia Li Jianguo/Xinhua

O banco entrou em crise também porque a base de seu financiamento (dos recursos que captava) era composta de depósitos de clientes que não eram cobertos por fundo garantidor (ou outro seguro), mais propensos a sacar dinheiro em caso de rumor sobre a saúde do banco. Em geral, são também depositantes (empresas) que procuram alternativas melhores se o banco não remunera bem os depósitos. Não para aí.

O SVB entrou em crise ainda porque seus clientes (depositantes) eram parecidos, empresas "tech" e seus financistas. Isto é, havia mais risco de que passassem pelos mesmos problemas financeiros e econômicos, ao mesmo tempo, precisando sacar seu dinheiro. O mundo "tech" vem mal das pernas desde 2022. De resto, como sugerem relatos da crise, têm comportamento de manada (vivem em uma "bolha" que intensifica apreensões e estimula reações em grupo).

O banco, quebrou, enfim, porque não conseguiu conter o pânico detonado pelo efeito conjunto de tais problemas.

Os títulos que o SVB comprou perderam valor porque as taxas básicas de juros nos Estados Unidos subiram muito de março do ano passado para cá (de quase zero para quase 4,5%, no caso da taxa básica do Fed, o BC dos EUA).

Assim foi com todos os títulos em poder de bancos americanos, uma baixa total de talvez US$ 2 trilhões no valor dos ativos ora registrados nos balanços, perda calculada para o último ano. Os bancos que viram seus ativos perder valor não quebraram, obviamente, embora alguns possam estar em risco. Essa estimativa de perdas potenciais, ainda meio por cima, é de um interessante e recentíssimo estudo de pesquisadores americanos ("Monetary Tightening and U.S. Bank Fragility in 2023: Mark-to-Market Losses and Uninsured Depositor Runs?", de Erica Jiang, da Universidade do Sul da Califórnia e mais quatro autores.

Qualquer título perde valor de mercado se as taxas de juros sobem (vide explicação elementar para um caso simples no final deste texto), assim como outros ativos, aliás.

Se o investidor fica com seu título até o vencimento e não leva calote, recebe o valor contratado (o que investiu e o rendimento, os "juros"). Se tiver de vendê-lo antes, "desaplicar", perde parte do capital se os juros do mercado de títulos tiverem aumentado (ou ganha, se tiverem caído).

Se a leitora tem certos títulos do Tesouro Direto (em geral de prazo mais longo e que não sejam "Selic"), poderá ter notado no seu extrato que seu investimento perdeu valor de mercado com a alta de juros. Se ficar com o título até o vencimento, receberá o que contratou.

Outros ativos, haveres, dos bancos também perdem valor com a alta de juros (como empréstimos para financiamento de moradias ou imóveis comerciais).

Qual o provável problema do SVB, além do excesso de títulos na carteira, títulos que pretendia manter até vencimento? O modo pelo qual captava recursos, a composição de seu financiamento. Receber depósitos de clientes, depósitos remunerados ou não, é um modo de levantar dinheiro. Parte desses depósitos pode ser garantida.

Por exemplo, nos EUA, depositantes com até US$ 250 mil na conta não perdem dinheiro se o banco quebra (são cobertos pelo seguro do fundo garantidor). O cliente que não tem garantia de que não vai perder seu dinheiro é muito mais propenso a sacar seus recursos do banco, em caso de rumor ou sinais de crise. O SVB era um ponto da curva por ter relativamente muito depósito sem garantia.

O SVB padecia de uma confluência de problemas, portanto. A notícia de que o banco teve de vender títulos de sua carteira a fim de cobrir saques, com prejuízo, provocou mais medo em sua clientela, já assustada pela crise no setor, com demissões, seca de crédito etc. Sócios de seus clientes, "investidores de risco" ("venture capital") estimularam os saques, com alertas alarmistas.

Na semana final da crise, o SVB ainda tentou levantar capital (vender novas ações etc.), a fim de cobrir o prejuízo com a venda de seus títulos. Teve a assessoria do banco Goldman Sachs. Mesmo assim não colou. Quase ninguém apareceu como comprador firme dos novos papéis. A corrida para sacar dinheiro do banco aumentou. Da quinta-feira (9) para sexta-feira (10) da semana passada, o banco perdeu quase um quarto de seus depósitos (US$ 42 bilhões). Fim.

Altas de juros sempre deixam mortos e feridos na finança (para não falar das pouco faladas pessoas que perdem o emprego e muito mais). Desta vez não foi diferente.

Criadora do ChatGPT anuncia GPT-4, capaz de gerar textos de 25 mil palavras

SÃO PAULO A inteligência artificial (IA) por trás do ChatGPT —robô capaz de gerar textos sobre diversos assuntos— ganhou uma versão mais segura e precisa nas respostas, chamada GPT-4, de acordo com anúncio da startup OpenAI desta terça-feira (14).

O modelo anterior tinha um limite de 3.000 palavras por texto gerado —o novo entrega artigos coerentes com até 25 mil palavras.

Esse recurso, porém, não está disponível em uma interface aberta, como o ChatGPT. Os assinantes do plano ChatGPT Plus, disponível por US$ 20, já têm acesso à nova tecnologia. Demais usuários podem se inscrever em uma lista de espera para ter acesso à versão para desenvolvedores da inteligência artificial.

O GPT-4 era antecipado pelo setor da tecnologia como um passo em direção à inteligência artificial geral, quando a máquina passaria a se comunicar melhor do que humanos.

De acordo com a OpenAI, o GPT-4 entrega respostas similares ao ChatGPT, que era equipado com o GPT-3.5. A diferença estaria em detalhes, como menor chance de cometer erros factuais e entregar respostas perigosas. O ChatGPT, por exemplo, gera biografias de personalidades com erros grosseiros e pode dar informações de como sintetizar substâncias perigosas ao homem.

A nova tecnologia tem 82% menos chance de dar réplicas que ferem as diretrizes da empresa e 45% de chances maiores de entregar uma resposta factual. **Pedro S. Teixeira**

+

Gmail e Google Docs terão ferramenta de IA que escreve no lugar dos usuários

Quem usa Google Docs e Gmail poderá recorrer a inteligência artificial para gerar e resumir textos, de acordo com anúncio do Google desta terça-feira (14). Os usuários poderão dar diretrizes de assunto e estilo do texto para receber um rascunho, aos moldes de como funciona o ChatGPT. Apenas um grupo de testadores de Inglaterra e Estados Unidos selecionados pela empresa começaram a ter acesso às novidades nesta terça.

Meta demitirá 10 mil em segunda rodada de cortes de empregos

BANGALORE | REUTERS A Meta Platforms informou nesta terça (14) que cortará 10 mil empregos, apenas quatro meses depois de demitir 11 mil funcionários. A dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp é a primeira grande empresa de tecnologia a anunciar uma segunda rodada de demissões em massa.

"Esperamos reduzir o tamanho da equipe em cerca de 10 mil pessoas e fechar 5.000 funções adicionais abertas que ainda não contratamos", disse o presidente-executivo, Mark Zuckerberg.

As demissões fazem parte de uma reestruturação mais ampla, em que nivelar sua estrutura organizacional, cancelará projetos de menor prioridade e reduzirá suas taxas de contratação.

A medida ressalta o esforço de Zuckerberg para transformar 2023 no "Ano da Eficiência", com cortes de custos prometidos de US$ 5 bilhões em despesas para algo entre US$ 89 bilhões e US$ 95 bilhões.

A indústria de tecnologia demitiu mais de 280 mil trabalhadores desde o início de 2022, 40% dos quais neste ano.

Saúde perdeu 39 mi de vacinas de Covid avaliadas em R$ 2 bi

Atual gestão afirma que 20 milhões de doses podem ser descartadas em seis meses

SAÚDE PÚBLICA

Mateus Vargas, Raquel Lopes e Constança Rezende

BRASÍLIA O Ministério da Saúde perdeu ao menos 38,9 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, avaliadas em cerca de R$ 2 bilhões.

Desse total, cerca de 2 milhões de unidades foram descartadas e 31 milhões estão encaminhadas para incineração. Os 5,9 milhões restantes ainda serão encaminhados para descarte, de acordo com o Ministério da Saúde.

Em seu site, a pasta afirma que 399 milhões de doses contra a Covid foram aplicadas até esta terça-feira (14) no país.

Integrantes da Saúde culpam o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo acúmulo de doses. Afirmam que estudam doar vacinas a outros países como uma das formas de evitar novas perdas.

A pasta diz que 20 milhões de unidades podem ser descartadas nos próximos seis meses. Desse total, 5 milhões vencem nos próximos 90 dias.

Estados e municípios ainda costumam rejeitar lotes com validade curta. Justamente pelo risco de o produto vencer.

Atual secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel diz que a gestão Bolsonaro nem sequer compartilhou os dados sobre os estoques com a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a transição.

"A gente pegou um governo com estoque de vacinas vencidas e para vencer, enquanto aquelas que precisávamos não tinham estoque. Não havia nem contrato [encomendando as doses] no caso das vacinas pediátricas e bivalentes", disse Maciel.

"Se não fosse o negacionismo, essas doses não estariam nos estoques. Se tivesse acontecido um esforço, como estamos fazendo agora, com campanhas educativas, alinhamento com gestores municipais e estaduais, essas vacinas não teriam vencido", acrescentou a secretária.

Vacinação contra a Covid-19, em São Paulo Amanda Perobelli - 23.dez.21/Reuters

Segundo o ministério, cerca de 2 milhões de doses perderam a validade ainda em 2021. São lotes doados pelos Estados Unidos, já incinerados.

Outros 9,9 milhões de vacinas expiraram em 2022. A partir de janeiro de 2023, perderam a validade mais 27,1 milhões de imunizantes.

Procurado, o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga disse que seus secretários eram os responsáveis pelo controle dos estoques.

"As vacinas foram adquiridas em função da população brasileira, como sabemos, a adesão às vacinas diminuiu depois do controle sanitário da doença em todo o mundo. Pelo que fui informado, a maior parte das vacinas vencidas são da Fiocruz", afirmou.

Em nota, a Saúde afirma que "a atual gestão do Ministério da Saúde se deparou [ao assumir o governo] com um cenário de 27,1 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 sem tempo hábil para distribuição e uso".

A **Folha** pediu, via Lei de Acesso à Informação (LAI), dados sobre vacinas perdidas e recebeu a resposta de que 33 milhões de doses já foram descartadas ou enviadas para incineração. Depois, ao questionar o Ministério da Saúde, a assessoria de imprensa da pasta informou que há outras 5,9 milhões de doses vencidas, que ainda serão encaminhadas para incineração.

Desse grupo, cerca de 13 milhões de imunizantes, avaliados em R$ 415 milhões, perderam a validade até o fim de 2022. O resto, mais de 20 milhões de unidades, compradas por R$ 740 milhões, venceram em 2023.

A tabela enviada pelo Ministério da Saúde não detalha se todas as vacinas foram perdidas por causa do fim da validade ou se, por exemplo, algum lote foi reprovado em testes de qualidade. A reportagem confirmou, porém, com profissionais que atuam na pasta que todas as doses venceram.

Os dados enviados pela pasta não confirmam o modelo de vacina que perdeu a validade. A partir dos números de lote, é possível verificar que ao menos doses da Coronavac e da AstraZeneca/Fiocruz foram ou serão descartadas.

A equipe de Saúde do governo de transição tratou o estoque de vacinas prestes a vencer como uma espécie de herança maldita. No relatório, o grupo disse que havia "grande quantidade de vacinas com prazo de vencimento muito curto, por falha no planejamento, monitoramento e gerenciamento dos estoques".

Desde 2018 as informações sobre estoques do Ministério da Saúde, inclusive de produtos vencidos, estão sob sigilo. A **Folha** fez diversos pedidos de acesso durante a gestão Bolsonaro, todos negados.

Maciel complementa que a pasta se preocupa com as doses que vencem nos próximos três meses. "As outras têm prazo de um ano, seis meses, e não temos preocupação com elas porque a gente está nesse movimento nacional pela vacinação e várias ações estão sendo pactuadas", disse.

Órgãos de controle, além de gestores do SUS, fizeram diversos alertas na gestão Bolsonaro sobre o risco de as vacinas perderem a validade.

Como mostrou a **Folha** em junho de 2021, documentos de auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) apontavam o risco de a Saúde perder cerca de 28 milhões de doses até agosto daquele ano.

A Saúde já havia deixado vencer um estoque avaliado em R$ 243 milhões de vacinas, além de testes e outros itens, como também revelou a **Folha**, em 2021. Quase todos os produtos perderam a validade na gestão Bolsonaro.

O TCU confirmou que cerca de 2 milhões de doses de vacinas doadas pelos Estados Unidos foram descartadas. Os ministros decidiram aplicar multa de R$ 1 milhão ao general da reserva Ridauto Ribeiro, ex-diretor de logística da Saúde, e a Rosana Leite, ex-secretária extraordinária de enfrentamento à Covid-19, sob argumento de que faltou planejamento ao aceitar a doação.

Procurado, Ridauto disse que todas as doses recebidas em sua gestão foram mantidas em "perfeitas condições de armazenagem", "não tendo havido qualquer perda de vacinas de Covid por dano ou armazenagem inadequada".

"Quanto à decisão de se adquirir ou receber vacinas (e das quantidades a serem adquiridas), ou a utilização desse material, ou seja, a decisão de enviá-lo ou não aos estados e DF, não competia ao órgão que eu dirigia, o Dlog." Ele declarou que os "gestores competentes" devem responder por compras e período em que as doses ficaram estocadas.

Rosana Leite foi procurada, mas não se manifestou.

Estudo levanta questões sobre a eficácia do uso de máscaras contra doenças respiratórias

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A publicação de uma pesquisa sobre o uso de máscara para barrar infecções respiratórias, como no caso da Covid-19, levantou dúvidas a respeito da eficácia do acessório. Para os autores da análise, não é possível concluir de forma plena que ela reduz a disseminação de vírus.

O ponto destoa de outras evidências que indicam a eficácia e a importância da utilização de máscara para barrar a transmissão do Sars-CoV-2. Além de criar uma barreira que evita a inalação de partículas potencialmente virais, ela faz com que alguém doente não propague o vírus.

A pesquisa foi publicada pela Cochrane Library, iniciativa que analisa evidências científicas para orientar a adoção de medidas de saúde pública.

O estudo foi publicado inicialmente em 2007 e passou a ser atualizado com o passar dos anos —essa é a quinta versão e pela primeira vez apresenta dados da Covid-19.

A publicação é o que se chama de revisão sistemática. A metodologia se debruça sobre dados de pesquisas já publicadas, elencando o grau de confiança dessas evidências.

No caso das máscaras cirúrgicas, os pesquisadores exploraram 12 artigos. Em nove deles, feitos em diferentes contextos sociais e com mais de 270 mil pessoas, os autores não observaram vantagem significativa para evitar infecções respiratórias semelhantes à Covid, como gripe.

Para as do tipo N95, o número de pesquisas compiladas na revisão foram cinco. Além de não identificar um benefício claro do uso delas em comparação às cirúrgicas, a revisão apontou que as N95 não parecem exercer papel central contra doenças respiratórias: em três das pesquisas analisadas, com a soma total de 7.000 participantes, o item não apresentou vantagem para barrar as infecções.

A variedade entre os estudos é um aspecto que chama a atenção de Vitor Mori, pesquisador da Universidade de Vermont, nos EUA, e membro da iniciativa Observatório Covid-19 BR. Ele afirma que, por ser uma revisão sistemática, a publicação compilou estudos com características diferentes sem considerar as especificidades de cada um deles.

"Quando se faz isso, você tira um pouco da nuance e do impacto de cada trabalho", diz o pesquisador, que não assina a revisão da Cochrane Library.

Os resultados também não são necessariamente um indicativo final de que máscaras não funcionam. Existem evidências em prol do equipamento já publicadas em outras pesquisas, como uma brasileira que avaliou 227 modelos da peça. Partículas de aerossol menores que as do Sars-CoV-2 foram emitidas e, então, foi possível medir a filtragem das máscaras —o tipo PFF2/N95 atingiu o melhor resultado, entre 90% e 98%.

Além disso, uma revisão sistemática pode concluir que não há informações suficientes e nem com um alto grau de confiança para chegar a uma resposta acertada em torno da pergunta que guia a pesquisa. Esse é o caso da revisão da Cochrane Library.

Os cientistas apontam que não se sabe se o uso de máscaras cirúrgicas ou do tipo N95 "ajudam a retardar a propagação de vírus respiratórios com base nos estudos que realizamos", mas adicionam que "os resultados podem mudar quando mais evidências estiverem disponíveis".

Um exemplo de que a conclusão do estudo é passível de alterações são as próprias versões anteriores da revisão. A feita em 2020, por exemplo, indica uma falta de confiança na eficácia da máscara. No entanto, outras versões do levantamento concluíram que ela poderia ser uma medida útil contra infecções respiratórias.

"A implementação de barreiras à transmissão, tais como isolamento e medidas de higiene (uso de máscaras, luvas e aventais), pode ser eficaz na contenção das epidemias de vírus respiratórios", os autores escreveram na versão veiculada em 2011.

Para a revisão mais recente, os cientistas que assinam o estudo notam algumas causas para explicar a falta de exatidão dos achados da pesquisa.

Uma delas é a baixa adesão das pessoas ao uso das máscaras. Ou seja, mesmo compondo a amostra para um estudo sobre a eficácia do equipamento, muitos não aderiram de forma constante e correta a ele. Segundo os autores, esse aspecto "pode ter afetado os resultados dos estudos".

Esse fator é igualmente relatado por Erick Sousa, pesquisador do ITPS (Instituto Todos Pela Saúde). Ele explica que a revisão analisou ensaios clínicos randomizados. Nesses estudos, a intervenção que é investigada —um remédio, por exemplo— não deve sofrer variações entre os participantes para se chegar a um resultado exato. Ou seja, as pessoas que participam do ensaio precisam ter acesso semelhante e estarem expostas a circunstâncias próximas ao que o estudo investiga para que os efeitos da intervenção sejam confiáveis.

Mas utilizar essa mesma metodologia no caso das máscaras pode acarretar problemas. É difícil, por exemplo, padronizar o uso dos equipamentos entre todos os participantes.

Também é complexo uniformizar a exposição que essas pessoas teriam a partículas virais —algumas podem ter mais, enquanto outras, menos. "Ao escolher os indivíduos para fazer o estudo, eu não consigo garantir que a exposição da intervenção seja igual", afirma Sousa, que não participou da revisão.

Para Mori, a atualização no material da Cochrane Library pode ser um indicativo da necessidade de se pensar como criar intervenções e políticas públicas com esses equipamentos para que seus benefícios sejam bem aproveitados.

"Talvez a conclusão que a gente possa tirar desse estudo é que, se você não tiver adesão ideal ao uso da máscara, se não contar com políticas mais focalizadas, se simplesmente falar para pessoas 'use máscara' sem entrar em detalhes sobre onde isso é mais necessário, qual tipo de máscara é melhor, como usar corretamente, você pode perder potencial [do equipamento] de evitar e diminuir a transmissão."

> Talvez a conclusão que a gente possa tirar desse estudo é que, se você não tiver adesão ideal ao uso da máscara [...], você pode perder potencial [do equipamento] de evitar e diminuir a transmissão
>
> **Vitor Mori**
> pesquisador da Universidade de Vermont (EUA) e membro do Observatório Covid-19 BR

Alta de mortes maternas é marcada por iniquidades raciais e regionais

Acesso a pré-natal adequado é maior entre brancas em comparação a negras e indígenas

Cláudia Collucci

A série de reportagens sobre mortalidade materna é uma parceria com o Pulitzer Center

A venezuelana Genny, 22, da etnia warao, passou por consulta de pré-natal em UBS de Boa Vista (RR) Henrique Santana/Folhapress

BOA VISTA (RR) Mesmo com uma política pública voltada à saúde maternoinfantil há mais de uma década, o Brasil não conseguiu reduzir as iniquidades raciais e regionais associadas às mortes maternas, que foram agravadas na pandemia de Covid-19.

Dados preliminares mostram que em 2019 e 2021, a RMM (razão de mortalidade materna) teve aumento em todos os grupos, inclusive entre as mulheres brancas, que, historicamente, são menos afetadas em comparação às pretas, às pardas e às indígenas.

Análise da Vital Strategies, com base em sistemas de informação do Ministério da Saúde, revela que, entre 2018 e 2021, a RMM entre brancas passou de 49,9 para 118,6 mortes por 100 mil nascidos vivos.

A hipótese é que o aumento esteja relacionado ao colapso enfrentado por hospitais, ao negacionismo em relação às medidas preventivas e à resistência inicial na vacinação das grávidas.

No mesmo período, entre as mulheres pretas, a RMM passou de 104 para 190,8 mortes por 100 mil. Entre as pardas, foi de 55,5 para 96,5, e entre as indígenas, de 99 para 149.

"O que vemos na vigilância da morte materna é a crônica de uma morte anunciada. A gestante não é de alto risco, mas é muito pobre, tem pouco acesso ao pré-natal. Muitas vezes, no pré-natal, o médico prioriza o ultrassom e não pede um VDRL [exame que identifica a sífilis] ou exame de urina", diz a médica Fátima Marinho, pesquisadora sênior da Vital Strategies.

Complicações no final da gestação, como infecção urinária, mesmo em uma gestante de baixo risco, pioram o prognóstico. "Ela procura o hospital e não se identifica o problema, ela vai a outro e outro até complicar muito e ser hospitalizada de urgência. Se não morrer, vai chegar perto. Todos os casos contam a mesma história", afirma.

O alto número de mortes reflete desigualdades no acesso à saúde. Em 90% dos casos, são causas evitáveis. Por isso, é considerada uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres.

O Brasil é signatário de um acordo internacional para reduzir as mortes de gestantes e puérperas até 2030 a um patamar de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos, mas um relatório de 2019 do Ministério da Saúde mostra que há 95% de probabilidade de o país não conseguir atingir essa meta.

Um novo boletim do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) que analisa as principais causas do aumento da mortalidade materna aponta que as disparidades raciais ligadas às mortes já começam no pré-natal.

No primeiro ano da pandemia, por exemplo, o número de gestantes brancas que realizaram um pré-natal adequado caiu 0,54%. Entre as negras, a queda foi de 1,44%. É considerado pré-natal inadequado quando a assistência médica começa apenas após o terceiro mês ou que foram realizadas menos de seis consultas durante toda a gravidez.

"Houve piora do indicador de morte materna para todas as mulheres, mas, para as mulheres negras, a piora foi mais intensa. Essa diferença de acesso ao pré-natal entre brancas e negras vinha se reduzindo, mas com a pandemia tudo piorou. É urgente que haja políticas de fortalecimento da atenção primária e de ações voltadas ao cuidado das mães e mulheres negras", diz Rony Coelho, pesquisador do Ieps.

Segundo ele, as desigualdades raciais marcam as diferentes regiões do país e são anteriores à pandemia. Em 2014, por exemplo, 52,9% das gestantes pretas do Norte não tiveram acesso adequado ao pré-natal, contra 21,7% entre mulheres brancas do Sudeste.

Uma outra pesquisa realizada na UFBA (Universidade Federal da Bahia) mostra que a cor da pele também interfere no acompanhamento de adolescentes grávidas. Enquanto 64% das meninas brancas têm acesso adequado ao exame pré-natal, esse índice cai para 50% entre as meninas negras e para 30% entre as indígenas, segundo dados preliminares da pesquisa sobre gravidez e maternidade na adolescência.

> "O que vemos na vigilância da morte materna é a crônica de uma morte anunciada. A gestante não é de alto risco, mas é muito pobre, tem pouco acesso ao pré-natal
>
> **Fátima Marinho**
> médica e pesquisadora sênior da Vital Strategies

De acordo com Agatha Eleone, analista de políticas públicas e uma das autoras do documento do Ieps, embora exista uma política pública voltada desde 2011 para apoiar e financiar ações de atendimento às gestantes e bebês (Rede Cegonha), isso não foi suficiente para resolver as taxas de mortalidade nem as disparidades regionais.

Ano passado, a gestão Jair Bolsonaro (PL) extinguiu a Rede Cegonha e a substituiu por uma outra rede de atenção maternoinfantil (Rami). Esta, por sua vez, já foi extinta pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início deste ano e houve a retomada da Rede Cegonha.

No final de 2022, havia previsão de corte de R$ 18 milhões no orçamento de 2023 para implementação de políticas maternoinfantis. Mas, segundo o Ministério da Saúde, ainda não há uma definição de quanto será de fato o orçamento para a área neste ano.

Uma das principais complicações obstétricas que levam à morte materna é a hipertensão (pré-eclâmpsia e eclâmpsia), que aumentou a sua participação nas mortes. Em 2014, a razão foi de 25,2 por mil partos. Em 2021, subiu para 33,3 (alta de 34%).

O cumprimento de metas de realização das seis consultas de pré-natal está atrelado à parte do financiamento da atenção primária, dentro do Programa Previne Brasil, mas 35% dos municípios brasileiros não atingiram esse objetivo em 2022, segundo dados da Impulso Gov.

Boa Vista (RR) foi um deles. Nos dois primeiros anos da pandemia, a cidade também teve a maior taxa de letalidade de gestantes e puérperas hospitalizadas por Covid (47,7%) entre as capitais brasileiras, segundo análise do OOBr (Observatório Obstétrico Brasileiro). Palmas (TO) aparece em segundo lugar, com 31%, e Rio Branco (AC) tem 29,4%. A média do país como um todo foi de 9,4%.

"Essas gestantes passavam pelo pronto-atendimento e vinham direto para a UTI em estado muito crítico. Estávamos preparados? Não, não estávamos. A maternidade não tem UTI e houve momentos [no HGR, Hospital Geral de Roraima] de olharmos para os pacientes, ver a superlotação e dizer: 'onde colocar o próximo'?, lembra Helinana Barros Machado Machado, enfermeira intensivista do HGR.

Segundo Gabrielle Almeida Rodrigues, responsável técnica de Boa Vista da área de saúde da mulher, a alta mortalidade em 2021 esteve relacionada à Covid: dos 28 óbitos registrados, 21 foram por complicações da infecção. "A gente só tem uma maternidade pública no estado, e não temos nenhuma UTI materna. Hoje, ela está funcionando de forma precária, em local improvisado. Além de não ser um local apropriado, tem um déficit grande de profissionais."

Roraima tem 15 municípios, mas só Boa Vista dispõe de uma maternidade e de um único hospital público de alta complexidade. Todos os casos graves são encaminhados para a capital, que se somam aos das gestantes venezuelanas e indígenas. O estado liderou as mortes maternas no país em 2021, com 282 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Na 31ª semana de gestação, a venezuelana Genny, 22, indígena da etnia warao, passou pela primeira consulta de pré-natal no mês passado, em uma UBS em Boa Vista. É a sua terceira gestação, e a primeira em que é acompanhada, graças a uma parceria da UBS com o UNFPA (Fundo de Populações das Nações Unidas).

A Secretaria de Saúde de Roraima disse que o Estado vem registrando aumento nas demandas de atendimentos maternoinfantis e que o principal desafio do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth tem sido garantir atendimento às venezuelanas, que chegam sem pré-natal e com quadro de alto risco.

A secretaria diz que as obras da maternidade estão em fase de conclusão e que há projetos de construção de uma unidade na zona oeste de Boa Vista, além da ampliação do Hospital Délio de Oliveira Tupinambá, em Pacaraima.

Nésio Fernandes, secretário de atenção primária do Ministério da Saúde, afirma que a meta de reduzir as mortes maternas até 2030 é factível de ser alcançada desde que os investimentos na rede maternoinfantil aconteçam em um curto espaço de tempo.

"Todos os diagnósticos já foram feitos. Agora depende de uma carteira de decisões estruturantes que levem investimentos às regiões de saúde."

Segundo ele, as condições que levam às mortes maternas vão muito além de ações que podem ser executadas na atenção primária.

Fernandes afirma que, neste primeiro semestre, a gestão federal está desenvolvendo um ciclo de planejamento estratégico e intersetorial, para a definição de alocação de recursos financeiros. Mas as mudanças na Rede Cegonha e os valores envolvidos só devem ser anunciados no segundo semestre, diz o secretário.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Referência em malária, foi de estagiário a diretor do Butantan

ERNEY PLESSMANN DE CAMARGO (1935-2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O fanatismo de Erney Plessmann de Camargo pelo São Paulo Futebol Clube tinha motivo: na década de 1940, acompanhava o tio, Pedro Penteado, o Doutor, goleiro do time, nos treinos.

Ali começava a formação de um crítico de futebol que nos tempos atuais divertia a família com seus comentários e reclamações dos jogadores.

O humor com pitadas de ironia era outra marca de Erney. "Meu pai era divertido, informal. Até nas coisas mais sérias encontrava alguma coisa hilária para contar", relata o médico Luís Fernando Aranha Camargo, 60, um dos filhos.

Filho único de um bancário e uma professora, ele nasceu em Campinas (a 93 km de São Paulo), mas logo se mudou para a capital com a família.

Médico formado pela Faculdade de Medicina da USP (1959), era considerado um dos principais pesquisadores em malária e doenças negligenciadas do mundo.

Em 1962, como auxiliar no Departamento de Parasitologia da USP, começou a estudar o *Trypanosoma cruzi*, causador da doença de Chagas.

Foi cassado duas vezes. A primeira, em meados de 1964, pelo AI-1; a segunda, anos depois, pelo AI-5. Na época, passou uma temporada em Madison (EUA). Lá, iniciou o estudo de um fungo aquático, que virou tema da sua tese de doutorado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Erney criou o curso de pós-graduação em microbiologia, parasitologia e imunologia na Escola Paulista de Medicina —atual Unifesp. Ficou 15 anos na instituição. No período, fez livre-docência no Departamento de Bioquímica da USP (1979) e o pós-doutorado no Instituto Pasteur (1984).

Também na década de 1980, realizou pós-doutorado na França, sobre biologia molecular, estudando a malária.

De volta à USP, foi pró-reitor de pesquisa entre 1988 e 1993.

No Butantan, Erney foi estagiário em 1959. De 2002 a 2003, dirigiu o instituto.

O pesquisador presidiu o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), de 2003 a 2007, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) e a Fundação Zerbini-Incor.

Erney integrou, ainda, os conselhos superiores da Fiocruz, da Capes e da Fundação Antonio Prudente.

Professor Emérito da Faculdade de Medicina e do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, ele era presidente da Fundação Conrado Wessel, que apoia atividades culturais, artísticas e científicas no Brasil.

Erney Felicio Plessmann de Camargo morreu no dia 3 de março, aos 87 anos, em decorrência de complicações causadas por uma cirurgia na coluna. Deixou a esposa, quatro filhos e netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

cotidiano

Juiz vira alvo da PF por decisão a favor de grupo de traficantes

Desembargador do TRF-1, Cândido Ribeiro afirma em nota que caso corre em sigilo e não tem nada a declarar

Fabio Serapião

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu na manhã desta terça-feira (14) mandados de busca e apreensão em endereços relacionados ao juiz federal Cândido Ribeiro, do TRF-1 (Tribunal Regional Federação da 1ª Região), após ele soltar um integrante da organização criminosa liderada por uma traficante apontada como a "Rainha do Pó" do Brasil.

Karine Campos, segundo investigadores ouvidos pela **Folha**, é hoje a maior traficante de cocaína do país e teria custeado parte dos valores utilizados para comprar a decisão do juiz que soltou Leonardo Nobre, integrante do seu grupo criminoso.

A traficante é vista como responsável por enviar toneladas de cocaína para a Europa por via marítima, se valendo dos portos brasileiros.

De acordo com a investigação da operação Habeas Patter, parentes do traficante negociaram por R$ 3,5 milhões a concessão de um habeas corpus por meio advogado Ravik Ribeiro, filho do juiz.

A reportagem procurou o juiz e seu filho. Em nota, o gabinete do juiz Cândido Ribeiro disse que a investigação corre em sigilo e não tem nada a declarar.

A PF detalha a compra no pedido encaminhado ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que autorizou as buscas em endereços do juiz e de seu filho. Os investigadores chegaram a pedir a prisão do magistrado, mas a ministra Laurita Vaz negou a solicitação.

A investigação começou após uma apreensão de 175 quilos de cocaína em Lisboa, Portugal, traficados por pessoas ligadas a Nobre, apontado como integrante do grupo de tráfico internacional de drogas.

Ao longo da apuração, mensagens, dados armazenados na nuvem dos investigados e monitoramentos feitos pela PF indicaram a procura de parentes do traficante por advogados para soltá-lo. Um dos encontros foi com o filho do juiz.

Segundo a PF, na conversa com uma irmã do traficante, Ravik Oliveira propôs R$ 3,5 milhões pela liberdade, "podendo os valores serem pagos após a concessão do alvará de soltura". Após esse encontro, um habeas corpus cujo julgamento estava previsto para 7 de março de 2022 foi tirado da pauta do TRF-1 —à época o juiz Cândido Ribeiro estava de férias.

O juiz federal Cândido Ribeiro durante sessão no TRF-1 Divulgação/TRF-1

> A fundada suspeita de ter havido uma composição entre os investigados para obtenção de decisão favorável a Leonardo [integrante de organização criminosa] é robustecida
>
> **Laurita Vaz**
> ministra do STJ

No dia 19 do mês seguinte, no entanto, Nobre teve a prisão revogada com base no voto de Cândido Ribeiro. A prisão foi substituída pelo monitoramento eletrônico.

A PF continuou com a investigação e dias depois soube, por meio de ligações telefônicas, do planejamento de uma reunião entre o traficante, agora solto, sua irmã e o filho do juiz. O encontro aconteceu 19 dias após a decisão.

A suspeita dos investigadores é de que o encontro serviu para o pagamento da propina combinada para a venda da sentença.

"O encontrou se deu exatamente 19 dias depois de Leonardo Nobre obter decisão favorável à sua liberdade exarada pelo desembargador Cândido Ribeiro, pai de Ravik, e chamou atenção que no início do encontro Leonardo estava com uma caixa em suas mãos que ao final do encontro passou para as mãos de Ravik", diz a PF.

Na decisão em que autorizou as buscas, a ministra Laurita Vaz cita a retirada de pauta do habeas corpus durante as férias do juiz e o fato de a liberdade ter sido concedida. "A fundada suspeita de ter havido uma composição entre os investigados para obtenção de decisão favorável a Leonardo é robustecida, ainda, pelo fato de que a ordem foi efetivamente concedida, a partir de voto favorável do desembargador, depois de o respectivo habeas corpus ter sido adiado, quando este estava de férias, circunstância que vai ao encontro do conteúdo dos diálogos e mensagens interceptadas entre os investigados", diz a ministra.

Parte do teto do CTA Água Rasa, na zona leste de São Paulo, que cedeu Leitor

Chuva forma cachoeira e alaga albergue entregue há três meses em São Paulo

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O temporal que atingiu a cidade de São Paulo na tarde de segunda-feira (13) afetou a estrutura de dois albergues da prefeitura usados por pessoas em situação de rua. Um deles fica no Catumbi e outro na Água Rasa, ambos na zona leste da capital.

A grande quantidade de água que vazou pelo teto e pelos canos do Centro de Acolhida para Adultos Cidade Refúgio 1, na rua Marcos Arruda, transformou o local em uma cachoeira, como mostra um vídeo obtido pela reportagem. Diante do problema na estrutura, vários pontos do abrigo foram alagados.

O albergue Cidade Refúgio 1 foi inaugurado em dezembro passado, com a presença do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e do secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra Jr.

O local, que possui 130 vagas, segundo a prefeitura, deve ser uma das unidades a receber usuários do CTA (Centro Temporário de Acolhimento) Água Rasa, que está na iminência de ser desativado.

"A gente está fazendo um trabalho verdadeiro de acolhimento, com espaço para a pessoa poder dormir, comer, viver, com boa alimentação e de uma forma muito humanizada", disse Ricardo Nunes ao inaugurar o centro, de acordo com publicação no portal da Prefeitura de São Paulo.

Conforme a gestão municipal, a equipe de manutenção foi acionada e está fazendo os reparos necessários no equipamento.

No texto publicado pela prefeitura na época da inauguração, há a informação de um repasse público mensal para a Organização da Sociedade de Civil Centro de Capacitação para Vida Projeto Neemias no valor de R$ 326,7 mil. O valor deve ser utilizado para manutenção e operacionalização do serviço.

A cerca de sete quilômetros dali, o CTA Água Rasa, sofreu novos danos além dos reportados pela **Folha** em publicação na segunda-feira (13), como banheiros entupidos, ausência de chuveiro e infestação de percevejos.

> No momento da chuva, os usuários abriram as janelas dos quartos e, por isso, algumas camas ficaram molhadas
>
> **Prefeitura de São Paulo**
> em nota

O peso da água da chuva fez com que parte do teto cedesse, conforme relato de um dos albergados. Dormitórios ficaram alagados, com colchões e camas molhadas.

Fotos mostram vários baldes para conter as goteiras. Um homem que mora no centro disse que os conviventes dormiram com roupas de cama sujas ou molhadas, além de ficarem no escuro, devido à queda de energia.

Em nota, a Smads (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) disse que o piso inferior do CTA Água Rasa está desativado há três meses.

A gestão Ricardo Nunes culpou os próprios albergados pelas camas molhadas. "No momento da chuva, os usuários abriram as janelas dos quartos e, por isso, algumas camas ficaram molhadas". A prefeitura ainda negou ter havido desabamento de parte do teto.

Ainda segundo a pasta, dentro de quatro dias, o último grupo de acolhidos que ainda está no CTA será encaminhado para o Centro de Acolhida Cidade Refúgio 3.

Parentes e amigos acompanham a missa em homenagem a Marielle no Rio Mauro Pimentel/AFP

Pedidos de Justiça marcam missa por Marielle no Rio

RIO DE JANEIRO Lágrimas e pedidos de Justiça marcaram a missa em memória de Marielle Franco e Anderson Gomes, realizada nesta terça-feira (14), na Igreja Nossa Senhora do Parto, no centro do Rio de Janeiro. A cerimônia faz parte das homenagens aos cinco anos dos assassinatos.

A vereadora do PSOL e seu motorista foram mortos a tiros em 2018.

Na primeira fileira, a filha de Marielle, Luyara, e os pais, Marinete da Silva e Antônio Francisco da Silva Neto, acompanharam a celebração ao lado da viúva da vereadora, vereadora Monica Benicio (PSOL).

Por diversas vezes, Monica chorou e foi amparada pela mãe de Marielle. "Infelizmente, o Estado brasileiro ao não responder [quem matou Marielle] faz com que a gente precise não só revisitar as saudades, mas também revisitar a violência para seguir cobrando justiça, para que nunca mais aconteça nada parecido", disse, ao final da missa.

Agatha Arnaus, viúva de Anderson, também acompanhou a celebração. Ela vestia uma blusa que pedia Justiça. Quando Anderson morreu, o filho deles tinha um ano de idade. "Depois de cinco anos acaba que a saudade toma um lugar diferente. Meu filho tem seis anos, foco nele, então a vida vai sendo tocada, né? É inevitável, só seguir. Mas estou aqui em memória do Anderson, pelo Anderson, para que ele tenha muito orgulho da gente também", disse.

A vereadora Mônica Cunha, do mesmo partido, a deputada estadual Marina do MST (PT), o vereador Edson Santos (PT) e os ex-deputados Waldeck Carneiro e Mônica Francisco também participaram da missa.

Os cinco anos do crime são marcados também por atividades culturais pela cidade e por reuniões do Comitê Justiça por Marielle e Anderson com autoridades responsáveis pela investigação do crime. O comitê é formado pelo Instituto Marielle Franco, pela vereadora Monica Benício, por Agatha Reis e pelas organizações Justiça Global, Terra de Direitos Coalizão Negra por Direitos e Anistia Internacional.

Na praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro, uma escultura gigante em homenagem a Marielle foi montada em frente ao Museu de Arte do Rio. "Corte Seco - Marielle", de 11 metros de altura, foi doada pelo artista Paulo Nazareth para o Instituto Marielle Franco e ficará nos pilotis do museu.

Só a convivência reverte aversão às diferenças

A gente se apega ao que nos comove, nos faz companhia e nos faz rir

Jairo Marques

Jornalista, é especialista em jornalismo social pela PUC-SP. Cadeirante desde a infância

Uma vez uma moça das mais formosas me disse assim: "Quanto mais eu convivo com você, mais bonito você fica pra mim".

Tenho um corpo com muitas diferenças e bem distante do que se convenciona atraente, lindo. Minhas pernas são finas, os braços são longos, o abdome —pelo eterno estar sentado— meio disforme, a coluna um pouco curvada.

Com tudo isso, já me senti potente pela boniteza, sempre associada ao que consigo revelar de mim para além do meu pé torto. A oportunidade de vencer uma certa repulsa ao que é diferente —seja em formas, cores, imperfeições, trejeitos— mora na abertura da janela para novos olhares, afetos, profundidas humanas e de caráter.

Nas microrrelações, a costura que faz do franzido na aparência um belo vestido rodado costuma ser mais fácil. A gente vê beleza genuína na pele manchada, no olhar sempre perdido, na vagareza de uma resposta, nas confusões mentais.

Na amizade, nos romances, no convívio familiar, reduzir alguém a sua condição de deficiência, de aparência incomum, geralmente, não se perpetua. A gente se apega é àquilo que nos comove, nos faz companhia, nos faz rir, nos movimenta em dança, pensamento e desejo de mais.

A questão é que para viver com plenitude no "mundo bão do Sebastião" é fundamental desenvolver relações mais amplas e é aqui que tudo muda e o impacto da diferença chega e cobra seu preço, muitas vezes, de forma violenta, com o peso do preconceito.

Quando, "de repente", alguém com uma diferença física, sensorial, intelectual ou mental surge com seu ineditismo de ser no trabalho, na escola, na balada, na sauna, na novela, no show, na sala do juiz, na igreja, na casa da luz vermelha, na praia, na floresta costuma-se, como se fosse algo natural, acionar um leque que venta em sentidos muito próximos: só uma tolerância, a indiferença, o desconforto, a aversão, o medo de "pegar", o incômodo.

Sem ser injusto, há também quem celebre a "coisa boa" da inclusão, o efeito da pressão pelo diverso e, mais reduzidamente, os que vibram de maneira genuína porque, enfim, algo está mudando. Em geral, quem pensa dessa última maneira, guarda uma microrrelação "diferente" entre seus valores.

No encontro com o coletivo —algo ainda bastante inédito, pois a regra é a exclusão— a pessoa com deficiência, sobretudo, vai ficar exposta ao desejo alheio de ser mais "normal", pois na diferença é muito complicado reconhecer valor, pois isso pode implica repensar o que entendemos bonito, prazeroso, competente, atraente, talentoso, capaz.

Dar a chance de manifestação é uma forma interessante de enfrentar a aversão ao que se vê como muito incomum, muito fora da curva de nossos padrões pessoais. Reconhecer que há maneiras plurais de estar vivo, ser feliz e ser bom no que faz, também, assim como admitir ganhos disso.

Mas nada é semente mais promissora para se vencer a forma obtusa como lidamos com galhos ditos desarmônicos nas nossas árvores sociais e de trocas, que ter a constante mentalidade de estar junto e querer estar junto a folhas e flores que emprestam sombra, aconchego, cores e aromas múltiplos a nossos quintais.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Ônibus é incendiado durante ataques no Rio Grande do Norte Reprodução/TV Globo

Ônibus são incendiados em ataques em 14 cidades do RN

Ministro da Justiça, Flávio Dino autorizou o uso da Força Nacional no estado

Renata Moura

NATAL Ao menos 14 cidades do Rio Grande do Norte registraram ataques criminosos nesta terça-feira (14), com ônibus incendiados e alvo de tiros e prédios públicos depredados.

A onda de violência começou na madrugada, logo depois da meia-noite, e se estendeu durante o dia. De acordo com o governo do estado, a suspeita é que os ataques tenham sido coordenados pelo crime organizado como resposta a ações policiais recentes que culminaram na prisão e morte de criminosos e na apreensão de armas e drogas.

Até as 18h50 desta terça, ao menos 20 pessoas tinham sido presas, e um adolescente, apreendido. Um suspeito foi morto em confronto com policiais, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do estado.

Os ataques foram registrados em Natal, Acari, Boa Saúde, Caicó, Campo Redondo, Cerro Corá, Jaçanã, Lajes Pintadas, Montanhas, Mossoró, Parnamirim, Santo Antônio, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso.

Diante da violência, empresas do transporte coletivo tiraram seus ônibus de circulação durante a tarde.

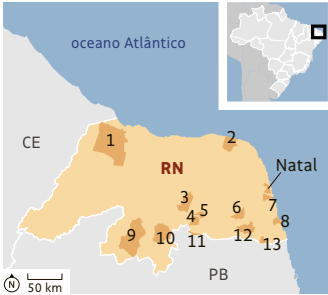
Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Rio Grande do Norte, Gilvan Silva, ao menos oito ônibus foram atacados no estado desde a madrugada desta terça —segundo ele, seis foram incendiados e dois foram alvejados a tiros. Outros três veículos sofreram tentativas de incêndio, sem sucesso.

Um motorista de ônibus chegou a ser atingido de raspão por disparos em Parnamirim, ainda de acordo com o diretor do sindicato. Ele foi socorrido e passa bem.

Balanço das ações

- 20 suspeitos presos
- 1 adolescente apreendido
- 5 armas de fogo apreendidas
- 1 simulacro de arma de fogo apreendido
- 18 artefatos explosivos apreendidos
- 6 galões de gasolina apreendidos
- 5 motos apreendidas
- 1 carro apreendido
- Dinheiro
- Drogas
- Munições

Cidades que registraram ataques

1 Mossoró
2 São Miguel do Gostoso
3 Cerro Corá
4 Campo Redondo
5 Lajes Pintadas
6 Boa Saúde
7 Parnamirim
8 Tibau do Sul
9 Caicó
10 Acari
11 Jaçanã
12 Santo Antônio
13 Montanhas

"O clima é de insegurança para a classe trabalhadora, a gente não sabe de onde vem nem para onde vão os bandidos. Foi por isso que toda a frota foi recolhida", disse Silva.

No início da madrugada, em Acari (cerca de 200 km de Natal), veículos que estavam no pátio da Secretaria de Obras foram incendiados. Uma empresária de 39 anos, que pediu anonimato, conta que ouviu os primeiros estrondos e afirma ter visto fogo e fumaça da janela de casa.

Em Caicó, principal cidade da região do Seridó, um empresário de 35 anos, dono de uma loja, disse à **Folha** que o clima de medo no comércio é generalizado. Um posto de combustíveis e uma agência bancária da Caixa Econômica foram alvo de tiros e uma concessionária foi incendiada.

Por causa dos ataques, universidades públicas do estado anunciaram a suspensão das atividades ao menos nesta terça-feira (14).

Na Ufersa (Universidade Federal Rural do Semi-Árido), a suspensão de aulas atinge o campus sede, em Mossoró, além dos campi de Pau dos Ferros, Angicos e Caraúbas e um polo localizado na cidade de Serra de São Bento.

Campi da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte) em seis municípios também tiveram atividades presenciais canceladas.

Professores de escola pública de Parnamirim, na região metropolitana de Natal, contam terem recebido por WhatsApp um aviso de aulas suspensas após os ataques.

A Secretaria de Segurança Pública disse que a Polícia Civil investiga a origem de um comunicado que circula no WhatsApp convocando atos contra órgãos públicos. A mensagem diz ainda que "o crime do Rio Grande do Norte se uniu contra opressões, humilhação e desrespeito".

Em meio à crise, a governadora Fátima Bezerra (PT), que cumpre agenda em Brasília, disse que anteciparia sua volta para Natal. Em um vídeo, a governadora descreveu os episódios de violência como "inaceitáveis" e afirmou que "todo o trabalho está sendo feito para os que os criminosos sejam presos, julgados e punidos com o rigor da lei".

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que autorizou o uso da Força Nacional no Rio Grande do Norte para colaborar com a ação das forças estaduais de segurança.

Yanomamis cobram hospital de Lula e dizem ser contra hidrelétrica

Vinicius Sassine

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL (RR) A visita do presidente Lula (PT) e de uma comitiva de ministros à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, na região de fronteira do Brasil com a Guiana, em Roraima, durou pouco mais de duas horas na segunda-feira (13).

Lula desceu do helicóptero ao lado do lago Caracaranã, centro do território, e conheceu os produtos de uma feirinha. Depois, dirigiu-se ao palco principal da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima e ouviu discursos breves de lideranças. O presidente falou por 20 minutos. Mais alguns minutos e ele dava início ao caminho de volta a Brasília.

A visita breve —a primeira de um presidente à assembleia geral, segundo os organizadores— serviu para lideranças indígenas apresentarem ao petista uma lista de problemas antigos e reivindicações históricas.

Além disso, líderes como Davi Kopenawa, um dos principais representantes do povo yanomami, aproveitavam a assembleia para expor reivindicações já relacionadas ao terceiro mandato de Lula.

Entre os pontos levantados por Kopenawa estão a necessidade de montagem de um hospital de campanha na região de Surucucu, na terra yanomami —uma promessa até hoje sem data, feita após a declaração de emergência em saúde no território—, a necessidade de borrifação contra a malária e a urgência em se alcançar comunidades onde crianças continuam com desnutrição grave.

Segundo o líder yanomami, essas urgências ainda não foram contempladas.

Na carta entregue a Lula pelos organizadores da assembleia geral estão outras reivindicações tratadas como urgentes pelos povos representados. A assembleia reúne na Raposa Serra do Sol até esta terça (14), cerca de 2.500 indígenas de nove etnias —yanomami, macuxi e wapichana, entre elas— e lideranças das principais associações em Roraima.

Os indígenas querem uma ação do governo federal contra a iminência de invasão de territórios por fazendeiros, especialmente interessados em plantação de soja.

Além disso, as associações dizem no documento entregue ao presidente que não aceitam a construção da usina hidrelétrica Bem Querer, no rio Branco, um dos principais rios que cortam o estado.

Segundo a carta, capitaneada pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima), os indígenas não foram consultados sobre o empreendimento, mesmo com impacto a nove territórios e à vida de ribeirinhos e pescadores.

A oposição a hidrelétricas em território amazônico é uma constante entre indígenas e ribeirinhos diretamente atingidos e, mesmo assim, os governos Lula e Dilma Rousseff (PT) levaram adiante projetos de grande impacto. O mais emblemático é Belo Monte, no médio rio Xingu, no Pará. A usina matou trechos do rio, especialmente na Volta Grande. Até hoje Lula defende a usina.

Sobre os yanomamis, representados na assembleia geral na Raposa Serra do Sol, a carta entregue ao presidente aponta a necessidade de responsabilização do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), por incentivo ao garimpo na área. Os indígenas são contrários a qualquer tipo de anistia.

As associações dizem ainda que a retirada dos garimpeiros da terra yanomami —mais de 20 mil invasores estiveram na região no auge da atividade ilegal— representa um risco de invasão a outros territórios. Essa invasão já se materializou em alguns lugares, conforme as lideranças indígenas, como na própria Raposa Serra do Sol.

Um garimpo funciona dentro do território e envolve cerca de 450 pessoas, entre indígenas e não indígenas, segundo o grupo de proteção e vigilância territorial indígena da Raposa Serra do Sol. A atividade ilegal tem, pelo menos, três anos.

Além disso, a terra indígena vem sendo usada como rota de ex-invasores da terra yanomami rumo a garimpos na Guiana, país que faz fronteira com o Brasil, em Roraima. A rota é feita por rios da região, especialmente à noite, para driblar a fiscalização.

As duas situações chegaram a ser comunicadas previamente a equipes de segurança de Lula, como alertas de risco ao presidente.

Os indígenas reunidos em assembleia cobram que a pista de pouso da região de Surucucu, na terra yanomami, seja reformada.

Cientistas examinam filhote de macaco para teste de vacina contra a Covid-19, na Tailândia Mladen Antonov - 23.mai.20/AFP

Próximos medicamentos poderão ser feitos sem animais

Bioengenharia e modelos de computador prometem substituir cobaias em testes

Emily Anthes

THE NEW YORK TIMES Em 1937, uma empresa farmacêutica dos Estados Unidos lançou um novo remédio para garganta inflamada e involuntariamente provocou um desastre de saúde pública. O produto, que não havia sido testado em humanos ou animais, continha um solvente que se revelou tóxico. Mais de cem pessoas morreram.

No ano seguinte, o Congresso aprovou a Lei Federal de Segurança de Alimentos, Medicamentos e Cosméticos, exigindo que as empresas farmacêuticas apresentassem dados de segurança à Administração de Alimentos e Drogas (FDA) antes de vender novos medicamentos. Isso ajudou a inaugurar uma era de testes de toxicidade em animais.

Agora, um novo capítulo no desenvolvimento de drogas medicinais pode estar começando. A Lei de Modernização 2.0 da FDA, sancionada no final do ano passado, permite que os fabricantes de medicamentos reúnam dados iniciais de segurança e eficácia usando novas ferramentas de alta tecnologia, como órgãos feitos por bioengenharia, órgãos em chips e até mesmo modelos de computador, em vez de animais vivos. O Congresso também destinou US$ 5 milhões à FDA para acelerar o desenvolvimento de alternativas aos testes em animais.

Outras agências e países estão fazendo mudanças semelhantes. Em 2019, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA anunciou que reduziria e, com o tempo, eliminaria os testes em mamíferos. Em 2021, o Parlamento Europeu pediu um plano para eliminar gradualmente os testes em animais.

Esses movimentos foram impulsionados por uma confluência de fatores, incluindo a evolução das opiniões sobre animais e o desejo de tornar o desenvolvimento de medicamentos mais barato e rápido, disseram especialistas. Mas o que finalmente os torna viáveis é o surgimento de alternativas aos testes em animais.

Ainda é cedo para usar essas tecnologias, muitas das quais precisam ser refinadas, padronizadas e validadas antes que possam ser usadas habitualmente no desenvolvimento de remédios. E mesmo os defensores dessas alternativas reconhecem que os testes em animais provavelmente não terminarão tão cedo.

Mas está aumentando o movimento contra testes em animais, o que poderá ajudar a acelerar o desenvolvimento de medicamentos, melhorar os resultados para os pacientes e reduzir o sofrimento dos animais de laboratório, disseram especialistas.

"Os animais são simplesmente um substituto para se prever o que vai acontecer no ser humano", disse Nicole Kleinstreuer, diretora do Centro Interinstitucional do Programa Nacional de Toxicologia para Avaliação de Métodos Toxicológicos Alternativos.

"Se pudermos chegar a um ponto onde realmente tenhamos um modelo totalmente relevante para o ser humano, não precisaremos mais da caixa preta dos animais."

Atitudes sobre animais

Grupos de direitos dos animais há décadas fazem pressão contra os testes em animais e encontram um público cada vez mais receptivo. Em uma pesquisa Gallup de 2022, 43% dos americanos disseram que os testes médicos em animais eram "moralmente errados", contra 26% em 2001.

Reduzir os testes em animais "é importante para muitas pessoas por muitas razões diferentes", disse Elizabeth Baker, diretora de políticas de pesquisa do Comitê de Médicos para Medicina Responsável, grupo sem fins lucrativos que defende alternativas aos testes em animais. "A ética com os animais é na verdade um grande estímulo."

> "Se pudermos chegar a um ponto onde realmente tenhamos um modelo totalmente relevante para o ser humano, não precisaremos mais da caixa preta dos animais
>
> **Nicole Kleinstreuer**
> diretora do Centro Interinstitucional do Programa Nacional de Toxicologia para Avaliação de Métodos Toxicológicos Alternativos

Mas não é o único. Os testes em animais também são demorados, caros e sujeitos a escassez. O desenvolvimento de medicamentos, em particular, está cheio de falhas, e muitas drogas que parecem promissoras não funcionam em humanos. "Não somos ratos de 70 quilos", disse Thomas Hartung, diretor do Centro Johns Hopkins para Alternativas a Testes em Animais.

Alguns novos tratamentos de ponta se baseiam em produtos biológicos, como anticorpos ou fragmentos de DNA, que podem ter alvos específicos em humanos.

"Há muita pressão, não apenas por razões éticas, mas também por razões econômicas e para realmente diminuir as brechas de segurança, para nos adaptarmos a coisas que são mais modernas e relevantes para o ser humano", disse Hartung. Hartung é o inventor citado em uma patente da Universidade Johns Hopkins sobre produção de organoides cerebrais. Ele recebe royalties e presta consultoria para a empresa que licenciou a tecnologia.

Admirável nova biologia

Nos últimos anos, cientistas desenvolveram maneiras mais sofisticadas de replicar a fisiologia humana em laboratório.

Eles aprenderam a persuadir as células-tronco humanas a se agruparem em um pequeno aglomerado tridimensional, conhecido como organoide, que exibe algumas das mesmas características básicas de um órgão humano específico, como um cérebro, um pulmão ou um rim.

Os cientistas podem usar esses miniórgãos para estudar as bases de doenças ou para testar tratamentos, mesmo em pacientes individuais. Em um estudo de 2016, os pesquisadores fizeram mini-intestinos a partir de amostras de células de pacientes com fibrose cística e, em seguida, usaram os organoides para prever quais pacientes responderiam a novas drogas. Eles também estão usando impressoras 3D para produzir organoides em escala e imprimir tiras de outros tipos de tecido humano.

Outra abordagem se baseia em "órgãos em um chip". Esses dispositivos, que têm aproximadamente o tamanho de pilhas elétricas AA, contêm pequenos canais que podem ser revestidos com diferentes tipos de células humanas. Os pesquisadores podem bombear medicamentos pelos canais para simular como eles percorreriam uma determinada parte do corpo.

Modelos computacionais

Nem todas as novas ferramentas exigem células reais. Existem também modelos computacionais que podem prever se um composto com determinadas características químicas pode ser tóxico, que quantidade dele atingirá diferentes órgãos e com que rapidez será metabolizado.

Os modelos podem ser ajustados para representar diferentes tipos de pacientes. Por exemplo, um desenvolvedor de medicamentos poderia testar se um remédio que funciona em adultos jovens seria seguro e eficaz em adultos mais velhos, que geralmente têm função renal reduzida.

"Se você puder identificar os problemas o mais cedo possível usando um modelo computacional, evita que siga o caminho errado com esses produtos químicos", disse Judith Madden, especialista em testes químicos "in silico" (baseados em computador) na Universidade John Moores em Liverpool, na Inglaterra. (Madden também é a editora-chefe da revista Alternatives to Laboratory Animals.)

Algumas abordagens existem há anos, mas os avanços na tecnologia de computação e inteligência artificial as estão tornando cada vez mais poderosas, disse Madden.

As células virtuais também se mostraram promissoras. Por exemplo, os pesquisadores podem modelar células cardíacas humanas individuais usando "um conjunto de equações que descrevem tudo o que está acontecendo na célula", disse Elisa Passini, gerente do programa de desenvolvimento de medicamentos no Centro Nacional de Substituição, Refinamento e Redução de Animais em Pesquisa, ou NC3Rs, na Grã-Bretanha.

Reduzir ou substituir

Muitas potenciais alternativas a animais exigirão mais investimento e desenvolvimento antes que possam ser usadas amplamente, disseram especialistas. Elas também têm suas próprias limitações. Os modelos de computador, por exemplo, são tão bons quanto os dados sobre os quais são construídos, e há mais dados disponíveis sobre certos tipos de compostos, células e resultados do que outros.

Por enquanto, esses métodos alternativos são melhores para prever resultados relativamente simples e de curto prazo, como toxicidade aguda, do que complexos e de longo prazo, como câncer.

E especialistas discordam sobre até que ponto essas abordagens alternativas podem substituir os modelos animais. "Estamos absolutamente trabalhando para um futuro em que queremos substituí-los totalmente", disse Kleinstreuer, embora reconheça que isso pode levar décadas, "ou mesmo séculos".

Mas outros disseram que as tecnologias devem ser vistas como um complemento, e não um substituto para testes em animais. Drogas que se mostram promissoras em organoides ou modelos de computador ainda devem ser testadas em animais, diz Matthew Bailey, presidente da Associação Nacional de Pesquisa Biomédica, grupo sem fins lucrativos que defende o uso responsável de animais em pesquisas.

"Os pesquisadores ainda precisam ser capazes de ver tudo o que acontece num organismo mamífero complexo antes de serem autorizados a passar para os ensaios clínicos em humanos", disse ele.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto no Fundo Social de São Paulo, o **Pregão Eletrônico nº 01/2023, Processo CC-PRC-2023/00041, Oferta de Compra nº 510032000012023OC000004**, tipo menor preço, objetivando a contratação de prestação de serviços de segurança patrimonial - Praças da Cidadania de Santos e Cubatão. **A realização da sessão será no dia 28/03/2023 às 09h00m.**, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. **Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 15/03/2023.** O edital na íntegra encontra-se disponível para consulta ou download nos sítios www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br, opções e-negócios-públicos.

Encontra-se aberta na Divisão de Transportes do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo, situada na Rua Vergueiro,7072 - Vila Firmiano Pinto, São Paulo/SP, CEP 04272-300, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 02/2023**, processo PCSP-PRC-2023/01131 visando SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, OC **180120000012023OC00001 para aquisição 1500 (um mil e quinhentos) veículos novos, ano de fabricação e modelo não inferior ao vigente,** para a Delegacia Geral de Polícia. A entrega das propostas será a partir das 00h00 do dia 15/03/2023 no site www.bec.sp.gov.br, com abertura da sessão pública para o dia 30/03/2023 às 10h00, onde poderá ser obtido o edital. Maiores esclarecimentos poderão ser realizados de segunda a sexta-feira das 10h00 às 17h00 pelo telefone (11) 3331-6353, ramal 200/201/213 ou por e-mail "transportes.dap@policiacivil.sp.gov.br"

Encontra-se aberta na Divisão de Transportes do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo, situada na Rua Vergueiro,7072 - Vila Firmiano Pinto, São Paulo/SP, CEP 04272-300, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 01/2023**, processo **PCSP-PRC-2023/00657**, visando SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, OC **180120000012023OC00002 para aquisição 2600 (dois mil e seiscentos) veículos novos, ano de fabricação e modelo não inferior ao vigente,** para a Delegacia Geral de Polícia. A entrega das propostas será a partir das 00h00 do dia 15/03/2023 no site www.bec.sp.gov.br, com abertura da sessão pública para o dia 29/03/2023 às 10h00, onde poderá ser obtido o edital. Maiores esclarecimentos poderão ser realizados de segunda a sexta-feira das 10h00 às 17h00 pelo telefone (11) 3331-6353, ramal 200/201/213 ou por e-mail "transportes.dap@policiacivil.sp.gov.br"

PREFEITURA DE **Guararema**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 12/2023, PROCESSO: 80/2023, OBJETO RESUMIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E RESTAURO DE PEÇAS E ENFEITES NATALINOS, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DESTINADOS AO PROGRAMA GUARAREMA CIDADE NATAL 2023. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 28/03/2023 às 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8086. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0060/2023/1.1816-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, joias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) DIADEMA, SP, SAO CAETANO DO SUL, SP, BROOKLIN, SP, ITAPECERICA DA SERRA, SP, MAGNOLIA, SP, JABAQUARA, SP, VIEIRA DE MORAES, SP, GRANJAJULIETA, SP, SENADOR FLAQUER, SP, PRACADABIBLIA, SP, METRO CONCEICAO, SP, JARDIM SUL, SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 15/03/2023 a 31/03/2023, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br. A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 28/03/2023 a 31/03/2023, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br. As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 31/03/2023, horário de funcionamento da agência. A divulgação do resultado do Leilão será efetuada no dia 03/04/2023, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 06/04/2023, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br, opção Resultados. São Paulo, 14/03/2023 . **A COMISSÃO**

Del Rey Empreendimentos e Participações S/A

NIRE 35300120035 - CNPJ/MF 59.227.819/0001-39

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Cumulativamente Realizadas no dia 24 de Abril de 2021

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, convocadas e cumulativamente realizadas em 24 de abril de 2021, às 9:00 horas, na sede social sita na Avenida Marginal nº 1234, Cidade Ariston, Carapicuíba, SP, CEP 06395-010, lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos. **Requisitos da Realização da Assembleia: 1.** Convocação: edital de convocação publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo", nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2021. **2.** Relatório da Diretoria e Demonstrativos Financeiros, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Folha de São Paulo", no dia 25 de março de 2021. **3.** Quorum: Acionistas presentes representando 57,06% (cinquenta e sete inteiros e seis centésimos por cento) do capital social com direito a voto, de acordo com o assentamento de assinaturas às folhas 42, 42v e 43 do livro "Presença de Acionistas" nº 1, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 507.797, em 08.05.90. **4.** Ordem do Dia constante do edital de convocação: **(I) - Assembleia Geral Ordinária: a)** - Apreciação do relatório da administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **b)** - Proposta para referendar a distribuição antecipada de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020; **c)** - Eleição dos membros do Conselho de Administração para o período de 2021 a 2024 e fixação de sua remuneração; **e d)** - Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período 2021 a 2022 e fixação de sua remuneração. **(II) - Assembleia Geral Extraordinária: a)** - Proposta de reestruturação societária da Companhia e de suas controladas, Rápido Del Rey Transportes e Turismo Ltda., Del Rey Turismo Ltda. e Del Rey Ambiental Ltda., mediante incorporação das mesmas, cujo patrimônio líquido será vertido para a Del Rey Transportes Ltda. **5** - Composição da Mesa Diretora: Presidente - João Batista Costa, Secretário - Clayton Mamoru Hassegawa, escolhidos pelos acionistas por aclamação. **Documentos Apresentados e Arquivados na Companhia: 1.** Edital de Convocação, Relatório da Diretoria e Demonstrativos Financeiros do exercício findo em 31.12.2020, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e na "Folha de São Paulo". **2.** Procurações outorgadas: **(i)** - ao acionista Marcelo Riberi, pelos acionistas Erika Riberi, Thiago Riberi e Dulce Macuco Riberi; **(ii)** - ao acionista Antonio Adonis Braga de Oliveira Filho, pelo acionista Antonio Adonis Braga de Oliveira; **(iii)** - à acionista Ana Paula Alvarenga, pelos acionistas Vera Lucia Martins e Luiz Ramon Rodrigues; **(iv)** - ao acionista Venâncio Wagner Palermo Sorreano, pelos acionistas Lourdes Palermo e Renato Augusto Palermo Sorreano; **(v)** - à acionista Izilda Aparecida Franco de Souza, pelos acionistas Leila Franco de Souza Morelli e Izilda Ap Franco de Souza; **e (vi)** - aos advogados Octavio Souto Vidigal Filho (OAB SP 245.047) e Samy Garson (OAB SP 143.977), pelos acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior; **(vii)** - ao acionista Marcel Alves Guimarães, pelo acionista Leandro Alves Guimarães; e **(viii)** - ao acionista Waldivino da Silva, pela acionista Ligia da Silva. **Sumário dos Fatos Ocorridos na Assembleia Geral Ordinária: 1.** Leitura, pelo secretário, a pedido do presidente, do Edital de Convocação. **2.** Comunicado pelo secretário, a pedido do presidente, da publicação das Demonstrações Financeiras nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo", no dia 25 de março de 2021. **3.** Leitura, pelo secretário, a pedido do presidente, do Parecer do Conselho Fiscal, firmado por seus membros efetivos, Henrique Antonio de Nicola Peres, João Moyses Seba Neto e Jaqueline Franco de Souza, relativo à gestão e às contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, recomendando aos acionistas sua integral aprovação. **Assembleia Geral Ordinária:** Deliberações tomadas na ordem do dia: **"A"** - Os acionistas aprovaram, por maioria de votos, com voto contrário dos acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior, titulares de ações ordinárias nominativas, representando 4,58% (quatro inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) das ações com direito a voto, o Relatório da Diretoria e dos Demonstrativos Financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compostos do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido, documentos esses publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e na "Folha de São Paulo". **"B"** - Os acionistas, por maioria de votos, com voto contrário dos acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior, representando 4,58% (quatro inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) das ações com direito a voto, referendaram a distribuição de dividendos realizada em 2020, no montante de R$ 4.254.701,82 (quatro milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e um reais e oitenta e dois centavos). **"C"** - Reeleitos membros do Conselho de Administração da Companhia, concomitantemente com o mandato da Diretoria em vigor, para cumprir mandato de 24 de abril de 2021 até 23 de abril de 2024, **João Batista Costa**, brasileiro, casado, empresário, residente na Alameda Marquesas nº 153, Residencial 2, Tamboré, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06543-160, portador da CI/RG nº 3.229.706-6 SSP/SP e inscrito no CPF do MF sob nº 270.782.998-68, para o cargo de Presidente; **Marcelo Riberi**, brasileiro, casado, empresário, residente na Alameda das Camélias nº 397, Residencial 6, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06539-105, portador da CI/RG nº 13.973.6558-X e inscrito no CPF do MF sob nº 143.045.938-70, para o cargo de Vice-Presidente; e **Ana Paula Alvarenga**, brasileira, divorciada, empresária, residente na Alameda Canário nº 360, Viçoso, Aracariguama, SP, CEP 18147-000, portadora da CI/RG nº 11.652.967-3 e inscrita no CPF do MF sob nº 061.323.308-52, para o cargo de Conselheira. Aprovado a manutenção da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração no montante de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior, que representam 4,58% (quatro inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) das ações com direito a voto, se abstiveram de votar esse item da Convocação. **"D"** - Eleitos, para compor o Conselho Fiscal para o período 2021/2022, por maioria de votos, como membros efetivos: (I) - **Henrique Antonio de Nicola Peres**, brasileiro, casado, empresário, CI/RG 5.734.218 SSP/SP e CPF (MF) 184.021.358-20, residente na Rua Nelson Domingos Madeira nº 681, Parque Residencial Eldorado, Bebedouro, SP, CEP 14706-124; (II) - **Jaqueline Franco de Souza**, brasileira, solteira, maior e capaz, empresária, CI/RG 13.282.247-7 SSP/SP e CPF (MF) 045.370.968-02, residente na Avenida Universitário nº 585, Bloco 6, Apto 24, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06542-089; e (iii) - **Meuri Ana Souza Peres Cardoso**, brasileira, casada, empresária, CI/RG 25.933.037-1 SSP/SP e CPF (MF) 295.961.698-74, residente na Rua Vitório Tafarello nº 681, Apto. 192, Km 18, Osasco, SP, CEP 06192-150. **"E"** - Como membros suplentes foram eleitos: (i) - **João Moyses Seba Neto**, brasileiro, casado, empresário, CI/RG 12.233.253-2 SSP/SP e CPF (MF) 049.049.268-11, residente na Avenida Caiubá nº 40, Centro, Carapicuíba, SP, CEP 06322-000; (ii) - **José Norberto do Nascimento**, brasileiro, casado, empresário, CI/RG 6.446.245-6 SSP/SP e CPF (MF) 677.070.768-34, residente na Rua Maria Catur nº 56, Vila Cretti, Carapicuíba, SP, CEP 06317-290 e (iii) - **Venâncio Wagner Palermo Sorreano**, brasileiro, casado, empresário, CI/RG 29.948.077 SSP/SP e CPF (MF) 269.111.508-92, residente na Rua Antônio Guerra nº 157, Jardim Tucunduva, Carapicuíba/SP, CEP 06317-200. Abstiveram de votar os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior. **"F"** - Os acionistas deliberaram, sem voto contrário, pela manutenção da atual remuneração aos membros efetivos do Conselho Fiscal, nos termos e forma deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2004, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração atribuída à Diretoria. Abstiveram de votar os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior. **Assembleia Geral Extraordinária:** Deliberação tomada na ordem do dia: **"A"** - Aprovada pela maioria de votos dos acionistas a incorporação das sociedades empresárias limitadas, Rápido Del Rey Transportes e Turismo Ltda., Del Rey Turismo Ltda. e Del Rey Ambiental Ltda. Votaram contra os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Junior. **"B"** - Nenhum acionista manifestou-se a respeito de outro assunto de interesse da sociedade, encerrando-se, assim, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. Carapicuíba, 24 de abril de 2021. Mesa: João Batista Costa - Presidente, Clayton Mamoru Hassegawa - Secretário. Acionistas: Ana Paula Alvarenga, Anderson Akira Hassegawa, Antonio Adonis Braga de Oliveira, Antonio Adonis Braga de Oliveira Filho, Clayton Mamoru Hassegawa, Dulce Macuco Riberi, Emerson Takeshi Hassegawa, Erika Riberi, Gabriel Rodrigues Lucato, Helena Alexandrina da Silva, Henrique Antonio de Nicola Perez, Izilda Aparecida Frano de Souza, Jaqueline Franco de Souza, João Batista Costa, João Bulbow, João Moyses Seba Neto, José Norberto do Nascimento, José Pereira da Silva, José Roberto de Nicola Perez, Leandro Alves Guimarães, Leila Franco de Souza Morelli, Ligia da Silva, Lourdes Palermo, Luiz Augusto Lima da Cunha, Luiz Ramon Rodrigues, Manuel Lima da Cunha Junior, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Marcel Alves Guimarães, Marcelo Riberi, Marcos Roberto Camargo Sorreano, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha, Maristela Rodrigues de Vicenzo, Meuri Ana Souza Perez Cardoso, Natal Rodrigues, Rafael Rodrigues Lucato, Renato Augusto Palermo Sorreano, Ronaldo Guilherme da Silva, Suzan Cler Souza Peres Achar, Thiago Riberi, Venâncio Wagner Palermo Sorreano, Vera Lucia Martins, Waldivino da Silva e Yasumi Ida Hassegawa. A presente é cópia fiel da lavrada no livro "Registro de Atas de Assembleias Gerais" nº 02, autenticado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 33.360. A Diretoria fica encarregada de providenciar as publicações e registros do presente instrumento. Todos os documentos apresentados são autenticados pela Mesa e arquivados na sua sede. Os termos desta ata foram lidos e aprovados pelos acionistas da Companhia. Carapicuíba, 24 de abril de 2021. **João Batista Costa** - Presidente; **Clayton Mamoru Hassegawa** - Secretário. **JUCESP** nº 657.394/22-1 em 11/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE - DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL. Núcleo de Compras e Gestão de Contratos. Processo nº: SES-PRC-2022/33264. **Interessado:** Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital. **Assunto: Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados de Apoio Diagnóstico e Terapia em Oftalmologia no Núcleo de Gestão Assistencial - 63 Várzea do Carmo.** Chamamento Público nº 003/2023. O Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital torna público que se encontra aberto o Chamamento Público **Nº: 003/2023**, promovido para seleção de entidade privada sem fins lucrativos interessada na celebração de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde para o **"Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados de Apoio Diagnóstico e Terapia em Oftalmologia no Núcleo de Gestão Assistencial - 63 Várzea do Carmo"**, cuja sessão será no dia **27/03/2023, às 09h.** O edital, na íntegra, estará disponível pelo sítio www.e-negociospublicos.com.br e http://www.saude.sp.gov.br. Visita Técnica facultativa mediante agendamento por meio do telefone (11) 3385-7045.

Fundação Zerbini

CNPJ/ME nº 50.644.053/0001-13

Aviso de Licitação

A Fundação Zerbini torna público o processo abaixo, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor-HCFMUSP, a saber: Processo 0215/2023 – P.P. 001/2023 para Desenvolvimento de sistema de importação e geração de gráficos e Dashboard's que será realizado em 28/03/2023 às 09:30 hrs. O edital poderá ser obtido na íntegra no site: www.zerbini.org.br. São Paulo, 14 de março de 2023. **Rafael Miranda** – p/ Equipe de Apoio.

TERMO DE RENÚNCIA

São Paulo, 8 de março de 2023. PREZADO(A) Sr.(a) **MAAS GLOBAL OY** - CNPJ 45.833.317/0001-47, **TORONTO DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA** - CNPJ 31.485.344/0001-61. **Ref.:** Procurador e Representação Legal. Prezados Senhores, **PRISCILA DE ALMEIDA CAMPOS**, brasileira, solteira, contadora, portadora do RG nº 43.297.383-7, inscrita no CPF/MF sob nº 306.559.029-90, residente e domiciliada à Rua Guarani, 784, apto 33, Guarulhos - SP, CEP 07074-010, em virtude da nomeação de representante legal da **TORONTO DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA** e procuradora de **MAAS GLOBAL OY**, vem por meio dessa expor e requerer o quanto segue. Considerando que o representante legal do grupo **MAAS GLOBAL OY** não apresenta nenhum tipo de suporte, quer operacional, quer financeiro. Considerando que a empresa Toronto Desenvolvimento e Participações Ltda. não tem qualquer liquidez para honrar e cumprir qualquer obrigação legal e/ou contratual. Tendo em vista que sua nomeação foraj feita exclusivamente para elaborar o plano de dissolução da sociedade, que já estava definida, e que todas as obrigações trabalhistas e contratuais, e que a partir deste momento não se teve qualquer repasse financeiro advindo de nenhuma empresa sócia ou responsável, vem a renunciante Priscila de Almeida Campos informar que **RENUNCIA**, nos termos do artigo 1.063, §3º, CC, todos os poderes outorgados por Maas Global Oy e Toronto Desenvolvimento e Participações Ltda. a partir de 09 de março de 2023. Informa nesta oportunidade que todo o passivo existente e por vir a existir em nome das outorgantes foram contraídos exclusivamente antes da contratação da renunciante, não sendo de sua responsabilidade qualquer passivo existente. De mesmo modo, informa nesta oportunidade que a Renunciante tomará todas as medidas judiciais cabíveis para ter seus direitos garantidos. **PRISCILA DE ALMEIDA CAMPOS** – 306.559.828-09.

SINDICATO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS DE BAURU E REGIÃO - SINDADVS

Edital de Convocação

O Presidente do Sindicato das Sociedades de Advogados de Bauru e Região - SINDADVS, no uso de suas atribuições estatutárias, pelo presente edital, Convoca todas as associadas em dia com suas contribuições para Assembleia Geral Extraordinária prevista no artigo 22 do Estatuto Social, a se realizará **no dia 11/04/2023, às 17.30 hs, de forma virtual, através da plataforma eletrônica Microsoft Teams, por meio do link de acesso** https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2Fl%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZGYyOGI4YjItZjMwNi00N2JkLWJiNGQtY2QzODFkNTZlNWEx%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%2522e80ad73d-8292-4a00-8f14-88a7ff1f3513%2522%252c%2522Oid%2522%253a%252278a35db3-f124-4f55-9351-359970440ec3%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=c2f57223-fa37-4e2c-a000-9ddff5e2eab7&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true, que irá tratar da seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas desde a data do registro sindical até 31.12.2022; 2) Autorização para locação de sala comercial em conjunto com outra instituição. Bauru, 10, de março de 2023. **Antonio Carlos** Fardin - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 035/2023 – Proc. Adm. n.º 042/2023

Objeto: Registro de Preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E CORRELATOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, DE FORMA PARCELADA,** em próprios municipais ou de responsabilidade do município. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 15/03/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do portal do município no endereço: https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 28/03/2023, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 14 de março de 2023.

ORDENADOR DE PREGÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3047/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3048/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 08/03/2023 até 17/04/2023, no primeiro leilão, e de 28/04/2023 até 02/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. MARIA APARECIDA DE FREITAS FUZO, Rua T 37, nº 3314, Qd 141, Lote 15/17, Apt. 2701, Edifício Piazza 25, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP nº 74.230-022, Fones 0800-707-9339/0800-707-9272 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.leiloescentrooeste.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 18/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 03/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.leiloescentrooeste.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

Del Rey Empreendimentos e Participações S.A.

NIRE 35300120035 - CNPJ/MF 59.227.819/0001-39

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada no dia 23 de Abril de 2022

Ata da Assembleia Geral Ordinária, convocada e realizada em 23 de abril de 2022, às 9:00 horas, na sede social sita na Avenida Marginal nº 1234, Cidade Ariston, Carapicuíba, SP, CEP 06395-010, lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos. Requisitos da Realização da Assembleia: **1.** Convocação: edital de convocação publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo", nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2022. **2.** Relatório da Diretoria e Demonstrativos Financeiros, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Folha de São Paulo", no dia 24 de março de 2022. **3.** Quorum: Acionistas presentes representando 63,93 % (sessenta e três inteiros e noventa e três centésimos) por cento do capital social com direito a voto, de acordo com o assentamento de assinaturas às folhas 42, 42v e 43 do livro "Presença de Acionistas" nº 1, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 507.797, em 08.05.90. **4.** Ordem do Dia constante do edital de convocação: Assembleia Geral Ordinária: **a)** - Apreciação do relatório da administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b)** - Proposta para a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **c)** - Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período 2022 a 2023, e fixação de sua remuneração. **5**. Composição da Mesa Diretora: Presidente - João Batista Costa, Secretário - Clayton Mamoru Hassegawa, escolhidos pelos acionistas por aclamação. Documentos Apresentados e Arquivados na Companhia: **1**. Edital de Convocação, Relatório da Diretoria e Demonstrativos Financeiros do exercício findo em 31.12.2021, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e na "Folha de São Paulo". **2**. Procurações outorgadas: **(i)** - ao acionista Marcelo Riberi, pelos acionistas Erika Riberi, Thiago Riberi e Dulce Macuco Riberi; **(ii)** - ao acionista Antonio Adonis Braga de Oliveira Filho, pelos acionistas Antonio Pereira da Silva e Antonio Adonis Braga de Oliveira; **(iii) -** à acionista Ana Paula Alvarenga, pelos acionistas Gilberto Luiz Nicola Peres e Luiz Ramon Rodrigues; **(iv) -** ao acionista Venâncio Wagner Palermo Sorreano pelos acionistas Lourdes Palermo e Renato Augusto Palermo Sorreano; **(v) -** ao advogado Octavio Souto Vidigal Filho, OAB SP 245.047, pelos acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha de Camargo, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Lima Junior; e **(vi)** - ao acionista Waldivino da Silva, pela acionista Ligia da Silva. Sumário dos Fatos Ocorridos na Assembleia Geral Ordinária: **1**. Leitura, pelo secretário, a pedido do presidente, do Edital de Convocação. **2**. Comunicado pelo secretário, a pedido do presidente, da publicação das Demonstrações Financeiras nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo", no dia 24 de março de 2022. **3**. Leitura, pelo secretário, a pedido do presidente, do Parecer do Conselho Fiscal, firmado por seus membros efetivos, Henrique Antonio de Nicola Perez, Jaqueline Franco de Souza e Meuri Ana Souza Peres Cardoso, relativo à gestão e às contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, recomendando aos acionistas sua integral aprovação. **Assembleia Geral Ordinária:** Deliberações tomadas na ordem do dia: **"A" -** Os acionistas aprovaram o Relatório da Diretoria e dos Demonstrativos Financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compostos do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido, documentos esses publicados no "Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo" e na "Folha de São Paulo". Votaram contra a aprovação das contas os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Lima Junior. **"B" -** Os acionistas, por maioria de votos, referendaram a distribuição de dividendos realizada em 2021, no montante de R$ 3.253.545,36 (três milhões e duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos). Abstiveram de votar os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Lima Junior. **"C" -** Eleitos, para compor o Conselho Fiscal para o período 2022/2023, por maioria de votos, como membros efetivos: (I) - **Henrique Antonio de Nicola Peres,** brasileiro, casado, empresário, CI/RG 5.734.218 SSP/SP e CPF (MF) 184.021.358-20, residente na Rua Nelson Domingos Madeira nº 681, Parque Residencial Eldorado, Bebedouro, SP, CEP 14706-124; (II) - **Jaqueline Franco de Souza,** brasileira, solteira, empresária, CI/RG 13.282.247-7 SSP/SP e CPF (MF) 045.370.968-02, residente na Avenida Universitário nº 585, Bloco B, Apto. 24, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP 06542-089; e (iii) - **Meuri Ana Souza Peres Cardoso,** brasileira, casada, empresária, CI/RG 25.933.037-1 SSP/SP e CPF (MF) 295.961.698-74, residente na Rua Vitório Tafarello nº 681, Apto. 192, Km 18, Osasco, SP, CEP 06192-150. **"D" -** Como membros suplentes foram eleitos: (i) - **Benedito Evangelista de Faria,** brasileiro, casado, empresário, CI/RG 5.681.410 SSP/SP e CPF (MF) 615.044.838-04, residente na Rua Dona Nazareth, nº 42, Vila Mercês, Carapicuíba, SP, CEP 06380-010; (ii) - **Marcos Roberto Camargo Sorreano,** brasileiro, casado, empresário, CI/RG 29.029.405-8 SSP/SP e CPF 173.092.368-23, residente na Rua Simpliciano dos Santos nº 22-B, Jardim Rosa Maria, Carapicuíba SP, CEP 06331-050; e (iii) - **Marcel Alves Guimarães,** brasileiro, casado, empresário, CI/RG 23.653.045-8 SSP/SP e CPF 273.039.988-70, residente na Av. Presidente Vargas nº 158, Vila Caldas, Carapicuíba, SP, CEP 06310-100. **"E" -** Os acionistas deliberaram, sem voto contrário, pela manutenção da atual remuneração aos membros efetivos do Conselho Fiscal, nos termos e forma deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2004, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração atribuída à Diretoria. Abstiveram de votar os acionistas Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima da Cunha, Maria Inês Saldanha Ariente da Cunha e Manuel Lima da Cunha Lima Junior. **"F" -** Nenhum acionista manifestou-se a respeito de outro assunto de interesse da sociedade, encerrando-se, assim, a Assembleia Geral Ordinária. Carapicuíba, 23 de abril de 2022. Mesa: João Batista Costa - Presidente, Clayton Mamoru Hassegawa - Secretário. Acionistas: Natal Rodrigues, João Batista Costa, Espólio José Pereira da Silva, Waldivino da Silva, Yasumi Ida Hassegawa, Ana Paula Alvarenga, Antonio Adonis Braga de Oliveira, Antonio Adonis Braga de Oliveira Filho, Antonio Pereira da Silva, Clayton Mamoru Hassegawa, Anderson Takeshi Hassegawa, João Moysés de Seba Neto, Dorothy de Souza Dufner, Benedito Evangelista de Faria, Ligia da Silva, Lourdes Palermo, Luiz Ramon Rodrigues, João Bulbow, Dulce Macuco Riberi, Marcelo Riberi, Erika Riberi, Mariana Dufner Julian, Mause de Lourdes Ungaro, Orlando Guimarães Junior, Rosangela Dufner Julian, Sandra Maria Ungaro Arnos, Thiago Riberi, Meuri Ana Souza Peres Cardoso, Vera Lucia Martins, Cleusa de Oliveira Milami, Maria Inês Saldanha Ariente Cunha, Manuel Lima da Cunha Junior, Luiz Augusto Lima Cunha, Manuela Lima Cunha, Jaqueline Franco da Silva, Paulo Mauricio Martins, Izilda Aparecida Franco Souza, Venâncio Wagner Palermo Sorreano, Renato Augusto Palermo Sorreano, Marcel Alves Guimarães, Maristela Rodrigues de Vicenzo, Gabriel Rodrigues Lucato, Rafael Rodrigues Lucato, Marcos Roberto Camargo Sorreano, Elisângela da Silva Moraes, Gilberto Luiz de Nicola Peres, Henrique Antonio de Nicola Peres e Ronaldo Guilherme da Silva. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro "Registro de Atas de Assembleias Gerais" nº 02, autenticado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 33.360. Carapicuíba, 23 de abril de 2022. João Batista Costa - Presidente; Clayton Mamoru Hassegawa - Secretário. **JUCESP** nº 663.380/22-4 em 23/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO DOS ESLOVENOS DO BRASIL

A UNIÃO DOS ESLOVENOS DO BRASIL CONVOCA OS SENHORES ASSOCIADOS A PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA QUE SE REALIZARÁ DE FORMA HÍBRIDA, PRESENCIALMENTE NA AVENIDA DR. GASTÃO VIDIGAL, n. 1132, 7º. ANDAR, SALA DE REUNIÕES, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO - SP, E DE FORMA VIRTUAL NA PLATAFORMA ZOOM, LINK DE ACESSO HTTPS://US06WEB.ZOOM.US/J/8484078813, ID DA REUNIÃO: 848 407 8813, NO DIA 15 DE ABRIL DE 2023, ÀS 10 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E CASO NÃO HAJA QUORUM ÀS 10H30, EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, COM QUALQUER NÚMERO DE PRESENTES, PARA TRATAR DA SEGUINTE PAUTA: 1º. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA DO PERÍODO DE 2019 A 2023; 2º. RETIFICAÇÃO OU RATIFICAÇÃO DAS NORMAS APROVADAS PELA DIRETORIA PARA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE, DIRETORES ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E SEUS SUPLENTES, SECRETÁRIO, 03 (TRÊS) MEMBROS TITULARES E 03 (TRÊS) MEMBROS SUPLENTES PARA O CONSELHO FISCAL; 3º. ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE, DIRETORES ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E SEUS SUPLENTES, SECRETÁRIO E 03 MEMBROS PARA O CONSELHO FISCAL, COM INICIO ÀS 12H; 4º. POSSE DOS ELEITOS; 5º. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA ASSOCIAÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE NORMAS ELEITORAIS NO SITE DA UNIÃO DOS ESLOVENOS DO BRASIL – http://eslovenia.org.br/. SÃO PAULO, 08 DE MARÇO DE 2023, BORIS KRAJNC ALVES, VICE -PRESIDENTE.

Representação no Brasil

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL - UNESCO 914/BRZ/3051

EDITAL Nº 1898/2023

OBJETIVO DA SELEÇÃO: contratação de pessoa jurídica para diagnóstico sobre utilização dos meios de pagamento aos beneficiários atendidos (Pix, Open Banking, Conta Digital) e elaboração de proposta de inovação.

Para acesso a informações e ao Edital completo, acesse o link http://fornecedor.brasilia.unesco.org/processes/3342.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Av. Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora Fiduciária **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA,** inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de Empréstimo, com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, firmado em 07/11/2019 e Cédula de Crédito Imobiliário nº 8773-4, Série 2019, conforme averbações nºs 07 e 08 da referida matrícula, no qual figura como Fiduciante **ANDRESSA MARTINS ROSA,** brasileira, solteira, maior, empresária, RG nº 49.428.896-6-SSP/SP, CPF/MF nº 407.042.398- 25, residente em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 24 de março 2023, às 10:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 578.321,38 (quinhentos e setenta e oito mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por **Um terreno urbano,** designado "Lote 05-A", parte do lote 05 da quadra 18, do loteamento denominado "Chácaras do Remanso – Glebas II", situado em Cotia/SP, assim descrito: mede 10,00 metros de frente para a Rua Bariloche; 90,00 metros do lado direito de quem da rua olha, confrontando com o lote 05-B; 90,00 metros do lado esquerdo, confrontando com o lote 04; e 10,00 metros nos fundos, confrontando com o parte do lote 02, encerrando a área de 900,00 metros quadrados. **Av. 01/119.901** - Para constar que foi construída uma residência unifamiliar, com área total de 193,44m², sendo: pavimento térreo com 129,58m², abrigo para auto removível com 24,10m², varanda com 2,70m², edícula com 5,05m² e piscina com 32,00m², situada na Rua Bariloche, nº 365. **Imóvel objeto da matrícula nº 119.901 do Oficial de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **31 de março 2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 731.207,28 (setecentos e trinta e um mil, duzentos e sete reais e vinte e oito centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, fica intimada a alienante fiduciante: ANDRESSA MARTINS ROSA,** já qualificado, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

LB 2017 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S/A

CNPJ nº 26.236.120/0001-86 - NIRE 35300538544

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Data, Hora e Local. Em 02 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede da companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000. **2. Convocação.** Dispensada a convocação ante a presença da totalidade dos acionistas detentores do direito de voto da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976. **3. Presença.** Assembleia instalada em primeira convocação, ante a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas ao final e apostas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa.** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, sendo a mesma secretariada pela Sra. **Sigrid Amantino Barcelos**. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (i) Redução do capital social da Companhia em R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) Autorizar os administradores da Companhia a assinar e firmar todos os documentos necessários para a prática dos atos relacionados ao aumento e redução do capital social da Companhia. **6. Deliberações**: Feitos os debates prévios e cumpridas todas as formalidades legais, foi colocada em votação os itens da Ordem do Dia, sendo adotada, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, as seguintes deliberações: 6.1. Por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, a acionista aprova, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), passando o capital social **de** R$ 7.239.282,00 (sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais) **para** R$ 239.282,00 (duzentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais), dividido em 433.497 (quatrocentas e trinta e três mil, quatrocentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 22.850 (vinte e duas mil, oitocentas e cinquenta) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, mediante o cancelamento de 21.000 (vinte e uma mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo todas de propriedade da acionista **CYRELA BRAZIL REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES,** a qual receberá em moeda corrente do país o valor das ações canceladas a título de capital excessivo. 6.2. Em virtude da redução de capital social, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 239.282,00 (duzentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais), dividido em 433.497 (quatrocentas e trinta e três mil, quatrocentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 22.850 (vinte e duas mil, oitocentas e cinquenta) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. (...).*" 6.3. A acionista autoriza os administradores da Companhia a assinar e firmar todos os documentos necessários para a prática dos atos relacionados ao aumento e redução do capital social ora deliberados e aprovados. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ninguém mais se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro. **8. Assinaturas**: *Mesa*: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti (presidente) e Sigrid Amantino Barcelos (secretária). *Acionista*: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações por sua Diretora Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, e por sua procuradora Sigrid Amantino Barcelos. A presente é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. **ASSINATURA ELETRÔNICA:** Os acionistas reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do presente instrumento e seus termos, nos moldes do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de plataformas eletrônicas, bem como expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de autoria das partes signatárias deste instrumento por meio de suas respectivas assinaturas por meio de quaisquer meios eletrônicos validos emitidos ou não pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.220-2"), e ainda com a devida aprovação do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), conforme sua Instrução Normativa nº 75, de 2020, incorporada ao texto da Instrução Normativa nº 81, de 2020. São Paulo, 02 de março de 2023. **Mesa: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti** - Presidente, **Sigrid Amantino Barcelos -** Secretária. **Acionista: CYRELA BRAZIL REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES** - Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Diretora, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora

---

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP MN 00193/23 - Prestação de serviços de engenharia para execução de levantamentos planialtimétricos, cadastro de áreas, faixas de servidão, identificação e avaliação de propriedades - UN Norte - Diretoria Metropolitana. Edital completo disponível para download a partir de 15/03/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Recebimento de Propostas a partir de 00h00 do dia 03/04/2023 até às 09h30 do dia 04/04/2023. Abertura das propostas às 09h30 do dia 04/04/2023 no sítio www.sabesp.com.br. SP 15/03/2023 MN.

PG SABESP RM 00582/23 - Prest. Serv. Engª p/ manut. corretiva Conj. Motobomba tipo submersível marca SULZER-ABS no âmbito da UN Médio Tietê RM, Dir. Sist. Regionais R. Edital completo disponível para download a partir de 14/03/2023 em www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso "Cadastro de Fornecedores". Envio das "Propostas" a partir da 00h00 (zero hora) do dia 30/03/2023 até às 09h00 do dia 31/03/2023, no sítio da Sabesp: www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h00 do dia 31/03/2023 será dado início a sessão pública. Btu., 15/03/2023 - UN Médio Tietê RM.

PG SABESP ML 00148/23 - Prestação de Serviços Técnicos de Engenharia para Detecção e Confirmação de Vazamentos Visíveis e Não Visíveis, com Remuneração por Desempenho, para Redução de Perdas de Água na Unidade de Gerenciamento Regional Itaquera - UN Leste - Dir. Metropolitana M. Edital disponível para download a partir de 15/03/2023 em http://licitacoes.sabesp.com.br - mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Envio das Propostas: a partir da 00:00h de 31/03/2023 até as 09:00h de 03/04/2023, em http://licitacoes.sabesp.com.br. Abertura das Propostas: 03/04/2023 às 09:15h, pelo Pregoeiro. SP, 15/03/2023 ML.

PG SABESP CSS 00170/23 - Prestação de serviços de inspeção e manutenção de equipamentos de combate a incêndio dos Complexos Administrativos Costa Carvalho, Ponte Pequena e Central de Atendimento Telefônico - site Itapetininga. Edital para "download" a partir de 15/03/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 29/03/23 até as 09h00 de 30/03/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 15/03/23 - (CP) A Diretoria.

PG SABESP RV 00677/23 - Aquisição de medidores eletromagnéticos de vazão para UN Vale do Paraíba RV. Edital completo disponível para download a partir de 15/03/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Envio das propostas a partir da 00h00 de 24/03/2023 até as 09h00 de 27/03/2023 no site acima. As 09h00 será dado início a sessão do Pregão - UNVParaíba,15/03/2023.

PG SABESP MN 04801/22 - Prestação de serviços de engenharia para manutenção de 14 bombas submersas EBARA - UN Norte - Diretoria Metropolitana M. Edital completo disponível p/ download a partir de 16/03/23, através do sítio SABESP na Internet: www.sabesp.com.br/fornecedores. Rec. das Prop. a partir das 00:00h do dia 29/03/23, até as 09:00h do dia 30/03/23. Abertura das propostas as 09:01h do dia 30/03/23 no sítio da SABESP na Internet acima. SP, 15/03/23 MN.

sabesp

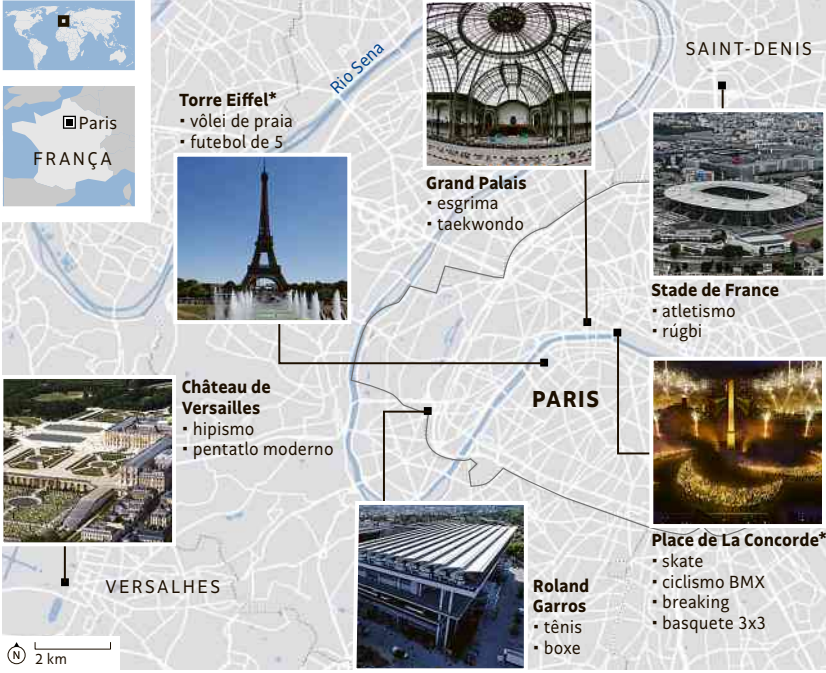
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESPORTE AO VIVO | **17h Real Madrid x Liverpool** Champions, HBO MAX | **17h Napoli x Frankfurt** Champions, TNT E HBO MAX | **21h30 Atlético-MG x Millonarios** Libertadores, GLOBO (MG), ESPN E STAR+

A 500 dias das Olimpíadas, Paris aposta em locais icônicos

França tenta driblar polêmica com atletas da Rússia e Belarus; país vive greve geral

Marina Izidro

Cenários icônicos em Paris-2024

* Arena temporária
Kenzo Tribouillard - 11.jul.2019/AFP, Francois Guillot - 12.jul.2017/AFP, Stefano Rellandini - 3.ago.2022/AFP, Divulgação/Comitê Olímpico Paris 2024/AFP, Thomas Samson - 17.mai.2022/AFP, Joel Saget - 17.ago.2015/AFP

PARIS Vôlei de praia aos pés da torre Eiffel. Hipismo nos jardins do Palácio de Versalhes. Skate e estreia do breaking na Place de la Concorde, onde o rei Luís 16 e a rainha Maria Antonieta foram decapitados durante a Revolução Francesa. É assim que Paris planeja Jogos Olímpicos e Paralímpicos dos sonhos: unindo a tradição de uma das cidades mais belas do mundo à realeza do esporte.

Caminhando pela capital francesa, nem parece que daqui a 500 dias começa o maior evento multiesportivo do planeta. Em frente à prefeitura, os símbolos dos Jogos — os anéis olímpicos e os agitos paralímpicos— atraem turistas e curiosos, mas não há grandes obras de construção de arenas. Planejamento atrasado? Nada disso.

Usar lugares icônicos como cenário costuma ser uma receita de sucesso de anfitriões olímpicos. Paris tem opções de sobra e quer integrar as competições à cidade, gerando menos custo do que em edições anteriores e indo ao encontro da meta do Comitê Olímpico Internacional de ter Jogos mais enxutos. Do total de instalações esportivas, 70% já existem e 25% serão temporárias. Só uma será construída do zero: o Centro Aquático Olímpico de Saint Denis, que vai receber polo aquático, saltos ornamentais e nado sincronizado e ficará de legado.

"Um dos motivos pelos quais Paris teve sucesso na candidatura foi o fato de ter instalações fantásticas e infraestrutura prontas, sem precisar de grandes novas construções", informou à **Folha** o Comitê Organizador Paris-2024.

"Vamos entregar um novo modelo de Jogos baseado na tradição através de inovação e imaginação. Usando instalações existentes, estabelecemos um novo padrão e demonstramos que é possível organizar uma celebração espetacular priorizando economia, social e sustentabilidade."

"Usando arenas famosas mundialmente e criando outras temporárias no coração da cidade, promovemos o melhor da França." Duas delas têm relação com o Brasil, por motivos diferentes: o Stade de France, onde a seleção perdeu a final da Copa de 1998, vai receber atletismo e rúgbi; Roland Garros, onde Gustavo Kuerten foi tricampeão, será o cenário do tênis e do boxe.

Os Jogos impulsionaram reformas de vias e espaços públicos, locais de treinamento e competição. Um grande projeto de expansão do metrô foi acelerado, e joias da arquitetura francesa estão sendo renovadas —caso do Grand Palais, que será sede da esgrima e do taekwondo.

A Catedral de Notre Dame, atingida por um incêndio em 2019, não estará totalmente recuperada a tempo, mas terá uma exposição aberta ao público. Paris vai reinventar a cerimônia de abertura, que pela primeira vez não será em um estádio. O desfile dos atletas será em barcos no rio Sena, com 600 mil espectadores em um percurso de 6 km.

Com 10,5 mil atletas nos Jogos Olímpicos e 4.400 nos Paralímpicos em um evento onde tudo é superlativo, multidões geram preocupação com segurança. O caos na final da Liga dos Campeões entre Liverpool e Real Madrid, no Stade de France, no ano passado, quando a polícia atingiu torcedores com spray de pimenta e gás lacrimogêneo, deixou lições e acendeu um sinal de alerta.

Além disso, há meses, milhões de franceses têm ido às ruas protestar contra a reforma da Previdência, projeto do governo que pretende alterar a idade mínima da aposentadoria de 62 para 64 anos. A data dos 500 dias para os Jogos será marcada por mais uma série de greves em todo o país. As paralisações têm afetado o funcionamento de escolas, o sistema de transportes ferroviário e aéreo, o fornecimento de combustível das refinarias e até o trabalho dos garis, deixando toneladas de lixo acumuladas nas ruas de Paris.

Há ainda a questão financeira. A Guerra na Ucrânia deixou a economia global mais frágil e, historicamente, orçamentos olímpicos não são cumpridos. Um estudo recente revelou que os Jogos poderiam custar aos franceses até 3 bilhões de euros (R$ 16,8 bilhões) em dinheiro público, três vezes mais que na época da candidatura.

Como referência, o custo total da Olimpíada do Rio, em 2016, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), foi de R$ 43,75 bilhões, em valores da época, sendo R$ 21,52 bilhões em recursos públicos (R$ 37,56 bilhões em valores corrigidos).

A invasão russa da Ucrânia também traz uma controvérsia esportiva. Ucranianos ameaçam boicotar Paris-2024 se russos e belarussos não forem banidos. O COI (Comitê Olímpico Internacional) deu a entender que os atletas poderiam disputar os Jogos como neutros, sem bandeira ou hino.

Para Heather Dichter, professora de Gerenciamento e História do Esporte na Universidade de Montfort, os maiores prejudicados em boicotes acabam sendo os atletas.

"A maioria só compete uma vez nas Olimpíadas, [atletas como] Michael Phelp ou Usain Bolt são a exceção. Se a chance é tirada deles, muitos nunca mais terão outra oportunidade", disse à **Folha**.

"Boicotes com objetivo político raramente dão resultado. O de Moscou em 1980 [liderado pelos Estados Unidos, em retaliação à invasão soviética ao território afegão] não fez com que a União Soviética deixasse o Afeganistão."

"Teve, sim, impacto financeiro no número de turistas e venda de ingressos na União Soviética. Desta vez, não seria um boicote ucraniano ao país-sede, e a França está alinhada com a Ucrânia."

A pressão internacional cresce. Em uma carta, mais de 30 países, incluindo a anfitriã França, expressaram preocupação com "fortes ligações entre atletas russos e suas Forças Armadas" e pediram explicações ao COI.

"Será interessante ouvir os atletas daqui para frente. A voz deles teve muito poder em 2020 para que os Jogos de Tóquio fossem adiados por causa da pandemia", afirmou. "Ucranianos estão se manifestando, mas ouvir outros competidores ao redor do mundo pode servir para pressionar por uma mudança de postura do COI, que sempre diz que os Jogos são para os atletas."

> "A maioria [dos atletas] só compete uma vez nas Olimpíadas. Se a chance é tirada deles, muitos não terão outra oportunidade
>
> **Heather Dichter**
> professora de História do Esporte na Universidade de Montfort

Palmeiras e Flamengo têm presença garantida no Mundial de Clubes de 2025

SÃO PAULO O Conselho da Fifa decidiu nesta terça-feira (14) o formato do novo Mundial de Clubes, a ser disputado a partir de 2025 e depois disso, a cada quatro anos. Pelas normas determinadas, Flamengo e Palmeiras estão garantidos na primeira edição.

A resolução foi aprovada durante congresso da entidade, realizado em Kigali, em Ruanda. As confederações com mais de quatro representantes terão os campeões continentais das quatro edições anteriores. Além de Palmeiras (campeão da Libertadores de 2021) e Flamengo (2022), os vencedores da Libertadores de 2023 e 2024 estarão classificados.

A informação foi revelada pelo site ge.com e confirmada pela Fifa. As equipes adicionais serão resolvidas por um ranking que englobe o mesmo período de quatro anos.

A Conmebol terá direito a mandar seis clubes. O maior número será da Uefa: 12. Pelos mesmos critérios, o Chelsea (ganhador da Champions League de 2021) e o Real Madrid (2022) estão garantidos.

Confederações com quatro vagas enviarão seus campeões continentais e as com menos lugares escolherão os times de melhor ranking entre os últimos vencedores da mais importante competição local.

O país anfitrião terá direito a um representante. No caso do mesmo clube ganhar duas ou mais vezes a Libertadores ou Champions League, terá de ser elaborado um ranking com critérios para definir outros classificados.

A Fifa determinou que o máximo permitido será de dois times de cada país, a não ser que um terceiro (ou quarto) também vença o principal torneio do continente entre 2021-2024. As últimas duas Libertadores tiveram finais exclusivamente brasileiras. Dos últimos 10 campeões, seis foram do país.

A última edição do Mundial no formato atual será referente a esta temporada, possivelmente disputado no final deste ano.

Copa do Mundo de 2026 terá 12 grupos e número recorde de jogos

SÃO PAULO A Fifa definiu que a Copa do Mundo de 2026 terá número recorde de jogos. No primeiro torneio com 48 seleções, serão 104 partidas. O número de grupos, com quatro times cada, salta de 8 para 12.

No Mundial do Qatar, foram 64 jogos, 48 na primeira fase.

A entidade considerou dividi-las em 16 chaves, com três equipes cada, mas mudou de ideia. O anúncio foi feito após aprovação do conselho da Fifa.

Pelo regulamento, os dois primeiros de cada grupo avançam para o mata-mata; assim como os oito melhores terceiros colocados. Com 32 seleções classificadas, a Copa do Mundo terá pela primeira vez um mata-mata com 16 partidas antes das oitavas de final.

Segundo a Fifa, o formato foi escolhido por levar em conta o bem-estar dos jogadores, as viagens e o divertimento da torcida.

A Copa de 2026 terá o maior número de representantes da história. No primeiro torneio, em 1930, eram 13 seleções. Entre 1954 e 1978 foram 16. Em 1998, o número saltou para 32.

Cabral, o primeiro olheiro no Brasil

E ele logo escreveu a d. Manuel: 'Em se treinando, bom futebol dá'

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

A formação de um bom elenco é fundamental para o sucesso de uma equipe. Não basta ter 11 ótimos jogadores.

Alguns treinadores preferem grupos grandes, por causa do excesso de jogos, das muitas contusões, suspensões e também porque os técnicos gostam de trocar jogadores, deliram com os esquemas táticos.

Outros técnicos preferem elencos menores, com uns 15 titulares, que se revezam a cada partida. Durante emergências, escalam outros atletas.

A troca frequente de treinadores no Brasil dificulta a formação de bons elencos. Os clubes costumam ser pressionados por conselheiros, redes sociais e opiniões de comentaristas. Isso, muitas vezes, ocasiona a chegada de jogadores fracos ou de custo-benefício muito alto. Alguns clubes contratam demais e mal.

O elenco ideal é o que tem alguns jogadores que atuem bem em mais de uma posição e que conte com dois jogadores bons e iguais para a mesma função. É difícil, pois atletas especiais não costumam ter um substituto à altura, como Renato Augusto.

O PSG, com alguns jogadores milionários, não tem um bom elenco, como ficou evidente na eliminação da Copa dos Campeões para o Bayern de Munique.

Os jogadores do time francês que entraram no segundo tempo estão muito abaixo dos titulares. Enquanto isso, o Bayern colocou vários jogadores durante o jogo do mesmo nível dos titulares.

Não entendi por que o Manchester City perdeu dois excelentes laterais amadores: Zinchenko, que atua hoje no Arsenal, e Cancelo, que está no Bayern. Os dois jogam do jeito que Guardiola gosta. O elenco do City ficou enfraquecido.

O Flamengo possui o melhor elenco do Brasil, mas o Palmeiras é mais forte, pelo conjunto e por ter um time titular tão bom quanto ou melhor que o do Flamengo. Nenhuma equipe brasileira possui uma linha de quatro defensores e mais o goleiro do nível do Palmeiras.

Além disso, jogadores como Zé Rafael, Dudu, Rony e Raphael Veiga estão entre os melhores de suas posições entre os times brasileiros.

O Flamengo perdeu a nítida superioridade que possuía anos atrás. Agora, jogos contra o Vasco e contra várias equipes brasileiras são duríssimos, equilibrados.

O elenco do São Paulo é grande e bom, mas não há um jogador especial. Por isso discordo da importância que dão às frequentes substituições por contusões como principal causa de maus desempenhos e resultados. O São Paulo continua intenso e apressado, com falta de elaborações de jogadas no meio campo.

No passado, personagens populares, espécie de folclore na formação de um elenco, eram os olheiros, que viajavam de ônibus para observar e descobrir futuros craques.

Há várias lendas sobre isso. Alguns olheiros eram tratados como sábios. Certamente muitos fizeram indicações equivocadas.

Com o tempo, os olheiros foram substituídos pelos atuais analistas de desempenho, membros das comissões técnicas. São profissionais que usam todas as informações e conhecimentos modernos.

Porém, eles precisam também ser observadores, olheiros, para descobrir os detalhes de cada atleta. O fascínio de um craque não pode ser medido nem calculado.

O primeiro olheiro no Brasil foi Pedro Álvares Cabral.

Logo que avistou a terra viu os índios jogando uma pelada. Cabral gritou: "BOLA à vista". A tripulação desceu e jogou uma partida, vencida pelos índios por 7 x 1.

Cabral escreveu para o rei dom Manuel: "Em se treinando, bom futebol dá".

A matemática que foi marquesa

Émilie du Châtelet fazia música e canto, mas matemática e física eram sua paixão

Marcelo Viana
Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Tinha nome de aristocrata, Gabrielle Émilie Le Tonnelier de Breteuil, e era: filha do barão de Breteuil nascida em 1706, ela se tornou marquesa ao se casar com Florent Claude du Châtelet, em 1725. Desde cedo foi encorajada pelos pais a adquirir uma educação sofisticada, rara para uma jovem da época: música, dança, canto, teatro, ginástica, equitação, línguas (aos 12 anos era fluente em alemão, italiano, latim e grego) e sua grande paixão, a matemática e a física.

O marquês du Châtelet era um homem de guerra, 11 anos mais velho e com pouco em comum com sua esposa, mas o casamento foi surpreendentemente feliz. Três filhos depois, a relação já evoluíra para uma amizade cúmplice com as liberdades do outro, que durou pelo resto de suas vidas. Para Émilie, as liberdades de aprender e de amar.

Estudou matemática com Maupertuis, autor do famoso princípio da mínima ação, que lhe apresentou as ideias de Newton, e com Clairaut, pioneiro das equações diferenciais. Manteve correspondência com matemáticos como Leonhard Euler e Johann II Bernoulli, e até com o rei da Prússia, Frederico 2º, o Grande.

Émilie ajudou a provar experimentalmente que a energia cinética é proporcional ao quadrado da velocidade, como afirmara Leibniz. Em 1738, tornou-se a primeira mulher a ter um ensaio científico, sobre a natureza do fogo, publicado pela Academia de Ciências da França. Seu trabalho mais conhecido, publicado postumamente em 1756, é a primeira tradução dos "Principia Mathematica" na França, com comentários, que permanecem na base das traduções da obra de Newton para o francês. Em seus escritos, ainda tratou de temas tão diversos quanto filosofia, finanças, estudos bíblicos, e a defesa da educação para mulheres. Vários de seus textos foram copiados diretamente na "Enciclopédia", a grande obra do Iluminismo.

Assim mesmo, ela ainda é mencionada sobretudo no contexto de sua relação, romântica e intelectual, com o mais brilhante (e polêmico) dos iluministas, o filósofo Voltaire, que durou por quase toda a sua vida adulta. Embora Voltaire reconhecesse a superioridade dela no âmbito das ciências ("Eu costumava ensinar a mim mesmo com você. Agora você voou para onde eu não posso mais segui-la"), a história buscou relegá-la à sombra do homem, fazendo esquecer a influência e prestígio de que desfrutou em vida.

A injustiça vem sendo corrigida. O Instituto Émilie du Châtelet foi criado na França, em 2006, para apoiar e desenvolver a pesquisa sobre mulher, sexo e gênero, e tanto a Sociedade Francesa de Física quanto a Universidade Duke, nos Estados Unidos, oferecem prêmios científicos com o seu nome.

Émilie morreu em 10 de setembro de 1749, aos 42 anos, devido a complicações do parto de sua quarta criança, uma menina, fruto da relação com o poeta Jean-François de Saint-Lambert.

CARACOL FOSSILIZADO, QUE VIVEU NA ÉPOCA DOS DINOSSAUROS, ESTÁ EXPOSTO EM MUSEU FRANCÊS
Com 99 milhões de anos, o espécime preso em âmbar abre uma janela para cientistas estudarem a biodiversidade do período; o fóssil, e outros insetos, serão exibidos no Museu de História Natural de Colmar, no leste da França Sebastien Bozon/AFP

GUIA NEGRO | **Guilherme Soares Dias**
folha.com/guianegro

Moradores de Boipeba (BA) resistem à construção de resort de luxo

CAIRU (BA) A grande extensão de praia, rodeada por povoados, sem carros, com muita natureza e tradições de povos nativos fazem da ilha de Boipeba, na Bahia, um cenário único. O aparente equilíbrio entre a presença humana e as belezas naturais está ameaçado pela construção de um resort em uma das praias mais bonitas e isoladas: a Ponta de Castelhanos.

No último 7 de março, o Inema (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), órgão do governo da Bahia para preservação do meio ambiente, autorizou a implantação de um empreendimento chamado Mangaba cultivo de coco. O loteamento de luxo fica em uma área preservada de Mata Atlântica que pertence à União.

A portaria 28.063 autoriza o projeto imobiliário que conta com 69 lotes, 25 casas, duas pousadas de 25 quartos, aeroporto, grande estrutura náutica e um campo de golfe que substituirá dezenas de Mangabeiras, árvores frutíferas típicas da região. O empreendimento pode ocupar uma área equivalente a 1.700 campos de futebol, correspondendo a cerca de 20% do território da ilha.

A autorização gerou uma movimentação entre os moradores de Boipeba, contrários à construção, que lançaram um abaixo-assinado e fizeram um perfil no Instagram para dar visibilidade ao caso. De acordo com o movimento, "os danos causados seriam irreparáveis para o ecossistema do local, indo na contramão do turismo ecológico e sustentável".

O empreendimento ainda traz riscos à pesca artesanal, a pequena agricultura e o extrativismo, atividades que ajudam a manter a identidade coletiva e o modo de vida dos moradores.

De acordo com o documento divulgado pelos moradores, a implementação do projeto funcionaria como agravante de racismo ambiental, uma vez que os impactos negativos não seriam sentidos por quem chega de helicóptero na ilha, mas pela população historicamente marginalizada e invisibilizada, em sua maioria, negra.

O embate vem desde 2012 quando a ideia do empreendimento veio à público. Em 2019, o MPF (Ministério Público Federal) afirmou nas recomendações 01 e 02/2019 do processo 1.14.001.000322/2014-10, que "não existe fundamento legal para o Inema realizar o licenciamento ambiental de um empreendimento sem a concordância do proprietário do imóvel em que será instalado, especialmente em se tratando de imóvel da União, insuscetível de usucapião ou desapropriação".

Praia Ponta dos Castelhanos, uma das mais bonitas da ilha de Boipeba (BA) Danilo Verpa/Folhapress

A postura dos órgãos como o Ministério Público será fundamental para sabermos se haverá ou não a continuidade do empreendimento. E a pressão popular já chama por audiências públicas para debater o assunto.

O Inema informa que o projeto tem Autorização de Supressão de Vegetação Nativa (ASV) para uma área de 2,9 hectares, 2% do total da propriedade, de 1.651 hectares, para implantação do condomínio.

"O projeto foi licenciado com a mais perfeita lisura e transparência dos atos adotados pelo Instituto, de acordo com a lei, seguindo o código florestal, atendendo a Lei da Mata Atlântica, os marcos legais e as resoluções federais e estaduais", diz o órgão.

O processo tramita há cerca de 11 anos e, segundo o Inema, foi analisado "com todos os cuidados necessários, criteriosos estudos e relatórios de impactos ambientais, obedecendo a todas as exigências quanto a realização das audiências públicas e de diversas reuniões com as comunidades locais" e considera ainda que "pode ser considerado como um marco positivo na atividade turística da região, contribuindo para a preservação, através da ocupação controlada e ordenada, de baixíssima densidade, dentro dos conceitos mais avançados de construção sustentável, gerando, inclusive, ganhos e infraestrutura para a comunidade nativa".

O turismo é carro chefe da economia da ilha, oferecendo o tradicional passeio volta à ilha, recebendo turistas da vizinha Morro de São Paulo, que é mais badalada e fica na mesma península, e que passam o dia na "prima" mais calma. Há ainda opções como a Caminhada Boipeba Roots, da Quase Nativa, que oferece a possibilidade de conhecer o interior da ilha com acompanhamento de moradores-referência da localidade.

Sem grandes resorts ou construções que ameacem sua tranquilidade, Boipeba foi se mantendo intocada ao longo dos anos muito por não ser tão fácil de chegar de Salvador, por exemplo, de onde o viajante vai precisar atravessar a balsa, pegar estrada e depois um barco.

Toda a extensão da ilha é área de preservação nacional e os moradores são considerados povos tradicionais. Há ainda a comunidade quilombola de Monte Alegre, que mantem antigos costumes da pesca e mariscagem e realiza festas de cultura popular.

ACERVO FOLHA
Há 100 anos
15.mar.1923

Morre conde de Serra Negra, cafeicultor de SP

O fazendeiro Manoel Ernesto da Conceição, o conde de Serra Negra, morreu aos 72 anos nesta quarta-feira (14), em São Paulo. Ele foi um dos maiores lavradores de café do estado de São Paulo e muito contribuiu para a propaganda na Europa do produto brasileiro.

Nascido em Piracicaba (SP), era filho do barão de Serra Negra (Francisco José da Conceição) e irmão da baronesa de Resende (Anna Cândida da Conceição). Com avultado acompanhamento, o caixão com o corpo do conde foi transportado do Sanatório de Santa Catarina ao cemitério da Consolação.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2023

Mão pesada

No livro de memórias 'Mil Anos de Alegrias e Tristezas', Ai Weiwei vê piora na perseguição a artistas na China, mas reconhece que o seu trabalho foi moldado pela censura do governo

Retrato do artista chinês Ai Weiwei Daryan Dornelels/Folhapress

João Perassolo

SÃO PAULO Quando Ai Weiwei foi preso pelo governo chinês, oficiais puseram o artista no banco traseiro de um carro e o forçaram a esconder o rosto com um capuz no qual estava escrita a palavra "suspeito". Depois de dias de interrogatórios, ele foi levado a um quarto de 25 metros quadrados num centro de detenção.

Naquele espaço, ficaria por diversos meses, sempre acompanhado de agentes de segurança, sem poder se comunicar com sua mãe e sua família. "Ser cortado de qualquer contato com o mundo exterior era a pior parte de estar preso, tornando os ideais e pensamentos políticos sem sentido e em vão", diz o artista, em entrevista por email.

"A humanidade e os direitos humanos são bens públicos partilhados que requerem a defesa de todos. Sem o contato mais básico com o mundo exterior, seria ridículo falar em fazer arte", acrescenta.

O episódio da prisão é narrado em detalhes por Weiwei, defensor contumaz dos direitos humanos, num livro com as suas memórias lançado agora pela Companhia das Letras, "Mil Anos de Alegrias e Tristezas". A tradução para o português foi feita a partir da versão original da obra, em inglês, publicada em 2021.

Em 19 capítulos e cerca de 350 páginas, o volume conta a história dos 65 anos da vida do artista em ordem cronológica, incluindo descrições das visitas intimidadoras de agentes de segurança do Partido Comunista Chinês ao seu ateliê em Pequim, que culminariam na sua prisão, em 2011.

Por mais que tenha feito carreira internacional com trabalhos denunciando a mão pesada de Pequim, Weiwei é taxativo ao afirmar que o governo, a política e a cultura de seu país natal foram as principais influências que moldaram o seu trabalho. "Sem essas experiências formativas, eu não seria o artista que sou hoje."

As suas experiências com o Partido Comunista afastam esses escritos de serem só uma sucessão de fatos na vida do artista, um diário confessional, e emprestam à história interesse geopolítico, já que o contexto reflete também aquele de muitos de seus conterrâneos. O leitor vê mais concretamente como é crescer e viver no regime comunista.

Weiwei nasceu em 1957, ano em que o regime de Mao Tsé-Tung desencadeou uma campanha de expurgo de intelectuais críticos ao governo. Seu pai, o poeta Ai Qing, era um deles —o título do livro é um verso de um poema seu.

Exilado em um campo de trabalho em Xinjiang, Ai Qing limpava latrinas com fezes que viravam uma coluna de gelo nos meses de inverno e sofria todo tipo de humilhação por parte dos agentes chineses. Enquanto isso, seu filho, então com dez anos, buscava água para a comida.

Continua na pág. C2

HERANÇA MALDITA
A família de Ai Weiwei vive conflitos e censuras por parte do governo chinês desde a época da Revolução Cultural de 1966, quando Ai Qing, poeta e pai do dissidente, fazia trabalho forçado como uma forma de punição política

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

TUDO CERTO

O ministro Márcio França (Portos e Aeroportos) afirma que o presidente Lula (PT) está correto ao dar uma bronca em integrantes do primeiro escalão que anunciam o que chamou de "genialidades" antes de discutirem seus projetos com a Casa Civil e com ele próprio.

CORREIO Lula chamou a atenção de seus auxiliares na reunião ministerial de terça (14). O entendimento imediato foi o de que França era o destinatário da mensagem.

CORREIO 2 No fim de semana, ele anunciou um programa para fechar acordo com companhias aéreas e vender passagens por R$ 200 a aposentados, estudantes e servidores públicos.

ORELHA Posteriormente, outros ministros entraram na lista dos que deveriam entender o recado, como o da Previdência, Carlos Lupi. Ele anunciou que o governo poderia rever a reforma das aposentadorias e pensões, e foi desautorizado pelo ministro Rui Costa, da Casa Civil.

EU ENTENDO França disse a interlocutores que ele entendia Lula, pois também não gostaria que seus auxiliares diretos anunciassem programas sem que ele soubesse direito do que se trata.

POR CIMA O programa das passagens tinha sido exposto por ele em uma outra reunião ministerial, mas de forma superficial.

NO AR A ideia de lançá-lo, no entanto, segue firme. O ministro já conversou com companhias aéreas como Azul e Gol e com entidades que representam o setor.

NO AR 2 As empresas vendem hoje, de acordo com a pasta, cerca de 120 milhões de passagens por ano —mas para apenas 20 milhões de viajantes. A ideia é incorporar pelo menos mais 10 milhões de consumidores ao mercado aéreo.

DESEMBARQUE O Metrô de São Paulo decidiu mudar o nome de uma futura estação da linha 2-verde de Paulo Freire para Fernão Dias. A decisão foi tomada por dirigentes da empresa controlada pelo governo estadual em janeiro, após Tarcísio de Freitas (Republicanos) assumir como governador.

BIOGRAFIAS Patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1921-1997) é considerado um dos principais educadores do mundo. O bandeirante Fernão Dias (1608-1681), por sua vez, ficou conhecido como "Caçador de Esmeraldas" e teve uma trajetória atrelada à exploração de indígenas.

FALA QUE TE ESCUTO O Metrô justifica a medida afirmando que ela se deu após uma pesquisa de opinião ser feita com moradores de regiões próximas da futura estação. A consulta teria sido concluída no final de 2022. O nome Fernão Dias teria tido 57% das preferências, ante 29% de Paulo Freire e 14% de Parque Novo Mundo.

FALA 2 Em nota, o Metrô ainda afirma que o nome em homenagem a Paulo Freire era provisório. A mudança surpreendeu funcionários da empresa.

DEDICATÓRIA

Fotos Ronny Santos/Folhapress

O economista e colunista da Folha Joel Pinheiro da Fonseca 1 recebeu convidados para o lançamento de seu novo livro, "Deus Não É Mais Brasileiro", realizado na Drummond Livraria, em São Paulo, no domingo (12). A cantora e compositora Lia Levin 2 e o advogado e apresentador Sergei Cobra Arbex 3 estiveram lá

PARE O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) quer que a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e a Secretaria de Comunicação Social do governo federal suspendam a decisão do Twitter de cobrar pela autenticação de dois fatores via SMS.

SÓ VOCÊS A empresa de tecnologia anunciou que permitirá apenas aos assinantes do serviço pago da plataforma usar mensagens de texto como autenticação. A ONG de defesa do consumidor chama a mudança de "abusiva" e pede que as secretarias abram uma investigação. O Idec quer que a Senacon instaure processo administrativo e condene o Twitter.

À CASA TORNA O ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo André Sturm foi escolhido pela gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), para assumir a direção do MIS (Museu da Imagem e do Som) na capital paulista. Ele ficará no lugar de Marcos Mendonça, que estava no cargo desde 2019.

À CASA 2 A indicação, adiantada pela coluna em janeiro, foi confirmada por Sturm na terça (14). Dono do cinema Petra Belas Artes, o cineasta foi diretor-geral do MIS entre 2011 e 2016.

AMPULHETA O cantor Vitor Fadul, marido do historiador e apresentador Leandro Karnal, lançará na próxima sexta (17) seu novo single, "Parei o Tempo". "Quero transmitir leveza com essa música", diz o artista. Produzida por Rique Azevedo, a faixa ganhará um clipe dirigido por Pedro Burgerbrau e Thomas Henne e gravado no centro de São Paulo.

É PIQUE! Os Correios vão lançar um selo para comemorar os 35 anos da publicação do livro "Alquimista", best-seller do escritor Paulo Coelho.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Performance em que Ai Weiwei quebra uma urna de 2.000 anos da dinastia Han Ai Weiwei Studio

Mão pesada

Continuação da pág. C1

A formação artística de Ai Weiwei se daria em Nova York, para onde ele se mudou nos anos 1980, num período em que poucos chineses viajavam para o exterior. Em Manhattan, ele ganhou uma bolsa para estudar na Parsons School of Design, da qual foi expulso por entregar uma prova de história da arte em branco.

Enquanto vivia uma vida errante, em meio à sujeira, à degradação e à desordem na parte sul da ilha, como escreve, ganhava a vida desenhando retratos de pessoas na Times Square —há uma série de fotos daqueles anos no livro.

Ele conta que nos seus anos em Nova York tinha pouco dinheiro e um inglês mais básico, mas não via essas limitações como impeditivos. "Observei o mundo como se observa peixes num aquário, o que me forneceu uma perspectiva única como espectador. Essa perspectiva permaneceu comigo mesmo depois que eu voltei para a China."

Continua na pág. C3

Lula, em 1979, em sua casa, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo Fotos Bob Wolfenson

Livro e exposição de Bob Wolfenson dão panorama de grande obra fotográfica

Em 'O Livro Falado', artista comenta trabalhos marcantes com Lula, Rita Lee e Pelé e momentos infelizes da carreira

Continuação da pág. C2

No Museu de Arte da Filadélfia, o artista escreve ter entrado em contato com o trabalho de Marcel Duchamp, quando descobriu que não queria ser pintor. Weiwei diz no livro que o surrealista francês dava ênfase à arte como uma experiência intelectual e não meramente visual, e isso se tornaria uma inspiração para ele ao longo de toda a sua carreira.

Quem conhece o trabalho do artista chinês vai aprender pelo livro como surgiram as ideias para algumas de suas obras mais conhecidas, a exemplo da performance em que joga no chão uma urna de 2.000 anos da dinastia Han e a fotografia em que mostra o dedo do meio para a praça da Paz Celestial, palco de um massacre histórico de estudantes pelas forças do governo em Pequim no final da década de 1980.

Segundo o artista, desde aquele período, por mais que a globalização tenha transformado drasticamente a sociedade chinesa, a política local segue a mesma. "Através do rápido desenvolvimento, a China se tornou mais rica e forte do que nunca, mas isso resultou na cegueira prevalente na sociedade. O principal objetivo do Partido Comunista Chinês é manter seu poder de governo, o que significa que é improvável que ocorram mudanças."

Ou seja, não ficou mais fácil seguir a carreira de artista em seu país natal. "A censura e o controle do Estado se tornaram mais rigorosos e eficazes em vários meios, como texto, arte, filmes e internet, impactando a qualidade de vida de todos", afirma Ai Weiwei.

Questionado sobre como encarou os enormes protestos contra a política de Covid zero do líder Xi Jinping, um raro levante público contra o regime, ele afirma que é precioso ver os jovens expressando abertamente as suas opiniões.

Naqueles atos do fim do ano passado, grupos iam às ruas de várias cidades da China protestar com folhas de papel em branco, sem mensagem alguma, para evitar a represália das forças de segurança.

Mas o otimismo do artista para por aí. Muitos manifestantes foram detidos e desapareceram, possivelmente acusados de estimularem a subversão do poder do Estado, ele diz. "É provável que esse tipo de rebelião ocorra repetidamente, mas o governo chinês usará medidas rigorosas para dissolver e prender indivíduos que se rebelarem, não importa quão frequentes e em grande escala sejam os protestos. Hong Kong [onde protestos em massa em 2019 foram duramente reprimidos pelo poder central em Pequim] é o melhor exemplo."

Mil Anos de Alegrias e Tristezas

Autor: Ai Weiwei. Trad.: Camilo Adorno Ed.: Companhia das Letras. R$ 99,90 (384 págs.); R$ 49,90 (ebook)

A cantora Iza, em fotografia de ensaio que faz parte de 'O Livro Falado'

A cantora e compositora Patti Smith

Caio Delcolli

SÃO PAULO Anitta, Lula, João Cabral de Melo Neto, Fernanda Torres, Fernando Henrique Cardoso, Pelé, Caetano Veloso, Gisele Bündchen e por aí vai.

O panorama da cultura brasileira que Bob Wolfenson faz há 53 anos com suas lentes é tema de "Bob Wolfenson: o Livro Falado", lançado pelo Instituto Olga Kos, dedicado à inclusão de pessoas com deficiência. Com organização de Kiko e João Farkas, ambos editores dos livros fotográficos do instituto, a novidade são as histórias de bastidores das imagens.

A seleção inclui figuras de peso do Brasil —e várias internacionais, como Patti Smith e Nina Simone—, cenários urbanos, nu artístico e ensaios de moda. A obra perpassa diversos gêneros, sempre trazendo um quê de revelador.

Os textos que acompanham as fotos, por sua vez, trazem a voz de Wolfenson com as anedotas que precedem a produção das imagens. "O passado tem cheiro de éter", diz Wolfenson, de 69 anos. "Você fica pensando 'o que fazer com o futuro e o presente?'. Vou vivendo ao sabor dos acontecimentos. Estou quite com isso."

Uma das memórias de maior expressão está vinculada à ideia de que o retratado deve estar descontraído. O preconceito é rechaçado pelas fotos de João Cabral de Melo Neto.

Wolfenson escreve que um estava com medo do outro. João Cabral não queria ser fotografado e estava desconfortável diante da câmera. A produtora teve de convencer o poeta a fazer o ensaio. Nasceu assim o icônico retrato do autor.

Mas nem todas as lembranças são felizes. O livro aborda os estragos feitos por uma inundação no estúdio do fotógrafo há cerca de três anos. Ele decidiu registrar o estado em que seus trabalhos e o local ficaram —e considerar os danos uma camada a mais de memória naquelas imagens.

Outro episódio desconfortável foi o ensaio com o músico Lenny Kravitz para a revista GQ. Na hora, o cantor criticou o fundo branco escolhido pelo fotógrafo —seria entediante.

Wolfenson, por sua vez, achava entediante o fundo grafitado preferido por Kravitz. Para completar, duas câmeras falharam, e a foto teve de ser feita com uma terceira, pior. O resultado ficou insosso. "Artistas não comentam seus erros e fracassos, mas eles são importantes", diz João Farkas.

O livro é lançado em paralelo a uma mostra no Museu da Imagem e do Som, o MIS, em São Paulo, até 16 de abril. A exposição traz oito imagens de Wolfenson, enquanto todas as outras são de beneficiários do Instituto Olga Kos, pessoas cegas ou quase cegas, com síndrome de Down, nanismo e autismo, que participaram de uma oficina de fotografia com o artista homenageado.

"Tentei transmitir a eles o que as imagens tinham, como eram as composições, as cores, o que aparecia nas imagens", diz Wolfenson. "Fiquei muito comovido com um deles, que estava muito interessado mesmo sem poder enxergar. Ele imaginava as coisas."

Bob Wolfenson

Museu da Imagem e do Som - av. Europa, 158, São Paulo. De ter. a sex., das 11h às 20h; sáb., dom. e feriados, das 10h às 19h. Até 16 de abril. Grátis

O Livro Falado

Autor: Bob Wolfenson. Ed.: Instituto Olga Kos. R$ 120 (164 págs.)

Obras da artista Lia D Castro, agora em exposição na galeria Jaqueline Martins, em São Paulo Divulgação

Artista trans faz programas e pinta seus clientes

Lia D Castro, que atende em sua maioria homens brancos e heterossexuais, constrói quadros com sêmen e camisinhas

Eliane Trindade

SÃO PAULO O lençol ainda amassado pelos movimentos dos corpos recém-saciados vira suporte da tela intitulada "Colo de Mãe/Resíduo da Noite Anterior", em que Lia D Castro divide a tela com um jovem branco retratado nu, deitado de costas no sofá da sala do apartamento da pintora em São Paulo, uma espécie de "Pietà" trans.

O quadro faz parte da série "Seus Filhos Também Praticam" que integra a mostra "A Cumplicidade Refletida", em cartaz na galeria Jaqueline Martins, em São Paulo, até sábado.

Quem assina o trabalho é Castro, de 44 anos, uma mulher trans negra, profissional do sexo e educadora antirracista, que usa a prostituição como fonte de renda e como instrumento de pesquisa.

Os quadros incorporam preservativos, esparadrapos e fotografias de clientes e amantes.

"Bruno é um menino branco, pobre e rapper. Saímos há uns três anos", ela conta, diante do quadro pintado sobre um lençol estampado, que extravasa a tela e cai até o chão.

A ideia de usar o suporte inusitado foi dele. "A gente tinha acabado de transar quando ele perguntou 'Bia, não tem como você pintar em cima desse lençol?'", conta a artista, tratada pelo diminutivo de Bianca, nome de guerra na noite.

Assim nascia mais uma das 300 obras criadas por Castro no apartamento-ateliê do Parque São Domingos, zona norte paulistana, onde há sete anos ela recebe clientes, em sua maioria homens brancos, de classe média alta e heterossexuais, na faixa de 18 a 25 anos.

A pesquisa de campo abrange um universo de 50 homens, entre os 700 clientes que Castro calcula já ter recebido desde 2015 quando tomou a decisão de se prostituir.

"A partir do momento que eles voltam duas, três vezes, eu proponho que, em vez de me pagarem em dinheiro, me paguem com informação."

Aqueles que aceitam são convidados a escolher um livro entre os 500 títulos da biblioteca da dona da casa, repleta de autores negros.

Castro tem como livro de cabeceira "O Caminho de Casa", de Yaa Gyasi, destaque na cena literária americana com narrativa que vai de uma tribo africana aos Estados Unidos para mostrar as consequências do comércio de escravos nos dois lados do Atlântico.

Entre as obras ofertadas para leitura conjunta com os clientes e objetos de estudo está "Ignorância Branca", de Charles S. Mills, inspiração para o quadro "Daltonismo", um nu com uma mescla de tons.

"Quero entender esse processo de embranquecimento que leva ao racismo", diz.

"É muito tocante no trabalho da Lia essa capacidade de transformar todas as pautas em recursos e capital intelectual e artístico", afirma a galerista Jaqueline Martins. "Ela cava assim seu lugar no mundo e não se deixa definir pela pobreza nem pela prostituição."

A dona da galeria foi apresentada à artista plástica desconhecida por Digg Franco, um dos fundadores da Casa Chama, de apoio à comunidade trans. "Lia é uma referência genial, combinação de talento e sabedoria", diz ele.

Uma pintura da artista enfeita uma das paredes da ONG, retratando uma mulher trans nua e de pernas abertas. Segundo ele, é a "Origem do Mundo" travesti, referência ao quadro do francês Gustave Courbet, que pintou o close de uma vagina no século 19.

A transfobia aparece na série "Atravessando o Rubicão", alusão à faixa etária, de 20 a 30 anos, em que a maioria das travestis são vítimas de violência.

Continua na pág. C5

Adriel Visoto pinta mundo gay solitário e urbano em quadros monocromáticos

João Perassolo

SÃO PAULO Um rapaz bebe refrigerante sozinho em uma rede de fast food. Outro joga videogame sentado no canto de um longo sofá, absorto pelo personagem de Mario Bros. Nas pinturas de Adriel Visoto, rapazes solitários habitam metrópoles como São Paulo ou são retratados na intimidade de seus apartamentos.

É como se o artista, com suas telas figurativas em pequenos formatos, chegasse perto de vidas anônimas. Um conjunto de 14 delas pode ser visto agora na galeria Verve, em São Paulo, na exposição "Estranho Comum", que reúne a produção recente do mineiro.

"Toda a minha pesquisa está nessas narrativas mais íntimas. Mesmo quando as imagens se situam numa paisagem urbana, num espaço público, elas têm uma certa interioridade. São cenas de contemplação", afirma o artista.

Visoto, de 35 anos, conta que suas pinturas nascem a partir de fotografias armazenadas no celular. Essa influência fica nítida para quem olha, tanto porque é possível reconhecer alguns lugares retratados quanto porque as telas são fiéis a situações do cotidiano. Os trabalhos do artista trazem à mente a estética dos pintores Edward Hopper e David Hockney, que Visoto reconhece serem influências.

De acordo com o artista, o primeiro é uma referência para ilustrações com personagens solitários, e o segundo, para a temática do homoerotismo.

É notável a ausência de mulheres nas pinturas, assim como a presença de corpos masculinos nus, seja tomando banho, seja escolhendo uma camisa no armário. Há também detalhes, como um calendário de padres italianos preso numa parede ao lado de uma imagem de um rapaz na praia.

Talvez muitos não pesquem as referências ao universo gay, mas, para o artista, isso não é um problema. Visoto afirma ver o erotismo em suas pinturas em segundo plano.

As pinuras têm aspecto monocromático, com um tom de cor predominante. É possível enxergar nessa luminosidade artificial uma relação com as publicações das redes sociais, escreve o crítico Ivo Mesquita, organizador da mostra. Assim como as pinturas de Visoto, os posts mostram uma narrativa ficcionalizada de cada um. "É um artifício para como você quer ser visto", diz o artista.

Adriel Visoto
Galeria Verve - av. São Luís, 192, sala 6, São Paulo. De ter. a sex., das 11h às 18h; sáb., das 12h às 17h. Até 4 de abril. Grátis

'Encontro', pintura a óleo de Adriel Visoto realizada neste ano Divulgação

Livro sobre homem de micropênis detona gays de olhar preconceituoso

'Johnny, Você me Amaria Se o Meu Fosse Maior?' aborda violência de estereótipos dos encontros automatizados

LIVROS
Johnny, Você me Amaria Se o Meu Fosse Maior?
★★★★☆
Autor: Brontez Purnell. Trad.: Regiane Winarski. Ed.: Planeta. R$ 46,90 (176 págs.); R$ 32,90 (ebook)

Renan Quinalha

"Johnny, Você me Amaria Se o Meu Fosse Maior?" é a versão brasileira de um livro underground que ocupa lugar de destaque na literatura queer desde que ele foi publicado nos Estados Unidos.

O título original, mais explícito e menos ambíguo, remete ao tamanho do pênis como uma das grandes manifestações do falocentrismo dentro da comunidade gay.

A escolha da tradução, contudo, em nada altera o conteúdo contundente. Em linguagem crua e pornográfica, Purnell traça um retrato ácido das diversas camadas de precariedade que marcam a trajetória de um jovem saído do Alabama diretamente para o epicentro da liberdade sexual, San Francisco.

Seu lugar de observação e de fala é o de um negro vivendo à margem de uma plêiade de hippies, yuppies, hipsters e outros tantos descolados em um território supostamente acolhedor à diversidade, mas que é atravessado por outras tantas desigualdades e exclusões, sobretudo de raça e de classe.

O texto vai tomando a forma de um conjunto de relatos curtos de experiências, quase como exercícios de escrita criativa em torno de situações cotidianas, organizados sem ordem cronológica definida, mas costurando uma biografia em caleidoscópio envolvente e intrigante. Para leitores afeiçoados a uma narrativa tradicional e coesa, a leitura pode soar cansativa e caótica.

Mas caos talvez seja a melhor definição do modo de existir do narrador, um homossexual autoproclamado "old school" e que não consegue acompanhar as transformações intensas na subcultura queer. Ainda que não se trate exatamente de uma autobiografia, há muitas semelhanças entre o protagonista e o próprio autor.

O narrador não se adapta à normalização do estilo de vida gay, gentrificado e capturado pela homonormatividade —que é definida como troca de um modo eroticamente subversivo de estar no mundo por um desejo pastiche de casar, constituir família, acumular patrimônio e exercer direitos civis reconhecidos pelo Estado.

Todo o livro é permeado por essa operação de converter estigmas socialmente impostos aos desvios — que deveriam provocar vergonha— em algo que se assume com naturalidade e até com dose de orgulho indiferente.

A todo momento, o protagonista descreve impulsivamente suas vivências sem filtro, em verborragia capaz de chocar até os olhares mais permissivos e libertinos.

Exemplo é a maneira como se retratam os diversos encontros sexuais casuais e já automatizados. A maior parte dos personagens, aliás, entra em cena para algum ato sexual sem afeto —na sauna, nos banheiros públicos, nos bares e até em lugares tradicionais como a cama.

Outro ponto recorrente, sempre relacionado ao anterior, é o do estado sorológico do narrador, que pertence à geração que enfrentou parte do auge da epidemia de Aids e que vive com o espectro do vírus em complexa relação de culpabilização, moralidades e autopenitência.

Gay das antigas, negro sulista, viciado em drogas, vivendo com HIV e com um pinto pequeno. É a intersecção de diversas condições que o põem na marginalidade na sociedade e mesmo em sua comunidade.

Somemos a tudo isso a precariedade dos laços pessoais e a insegurança das relações de trabalho. De um lado, a vida parece ser só solidão em meio a tantos encontros fortuitos. Afinal, poucos são os afetos que restaram da família e, no mundo social ampliado, todo mundo está buscando sexo e drogas.

De outro, emerge a dura realidade de um trabalhador que vive de bicos e outros tantos trabalhos informais e mal remunerados, de garçom a garoto de programa.

O livro, apesar de limitado enquanto obra pelo caráter fragmentário das memórias e que é agravado pelo estilo narrativo, tem o grande mérito de evidenciar a densidade e a pluralidade das identidades gays, contrariando o discurso hegemônico de que gays são todos iguais, sempre felizes e divertidos, em geral promíscuos e narcisistas.

O estereótipo da homogeneidade, como se fôssemos idênticos a um "outro" do suposto universal —homem cisgênero, heterossexual e branco—, é das maiores violências impostas à comunidade LGBTQIA+. É ótimo ter um livro como este para lembrar, sem pudores, o quanto somos diversos e violentos.

Continuação da pág. C4

As telas remetem à transição da artista. Quando Castro se descobriu soropositiva, pintou sobre bulas de remédios e hormônios. Num autorretrato, aparece nua com os braços amarrados e a cabeça coberta por esparadrapos e escreveu na tela minúscula "quer saber quem sou vista minha pele".

Ela não contou com suporte de familiares. "Quando começa a terapia hormonal e se coloca silicone, a família não aguenta", diz. Ela não tem contato com os pais há dez anos.

Castro, porém, criou uma família para si e adotou um jovem, hoje com 30 anos. "Chegou um momento que queria amar e ser amada por alguém. Foi quando falei para meu filho, um homem branco gay, 'você quer ser cuidado por uma travesti preta?'."

Ela foi criada de fazenda em fazenda, de Mirandópolis, no interior paulista, onde nasceu, a Aquidauana, em Mato Grosso. "Eu era chamada de 'mariquinha', 'mulherzinha'. Era misoginia, mas eu não entendia o porquê de me xingarem." Ela saiu de casa com 20 anos.

Aos 30, já em São Paulo, foi fazer faculdade de artes. Estudou na Ítalo-Brasileira, a mais barata que achou, onde se deparou com o que chama de embranquecimento intelectual.

Além dos clientes brancos, Castro também retrata amantes negros na série "Aos Nossos Filhos", em pinturas assinadas por Davi, Brian, Marcelo. "Não tem só o corpo de um homem negro fetichizado. Está ali também a assinatura e o DNA deles. Como parte da pintura, eu pego o esperma de cada um e passo na tela."

Numa série de trípticos, foram enquadrados um preservativo, a imagem do livro escolhido e uma fotografia de uma parte do corpo do retratado, tudo colhido depois do sexo.

Os quadros continuarão expostos a partir de 15 de abril, desta vez em Bruxelas, onde Jaqueline Martins mantém uma segunda sede da galeria.

"O amor é uma combinação de cuidado, compromisso, conhecimento, responsabilidade, respeito e confiança", escreve Castro, ao retratar um dos amantes, uma citação emprestada de bell hooks, teórica feminista, artista e ativista antirracista americana.

"Talvez todos os trabalhos de Lia D Castro sejam ancorados no amor", afirma a curadora Mariana Leme. "Não o amor burguês, mas aquele definido por bell hooks como 'espaço de despertar crítico e de dor'."

Lia D Castro
Galeria Jacqueline Martins - r. Dr. Cesário Mota Júnior, 443, São Paulo. De ter. a sex., das 10h às 19h; sáb., das 12h às 17h. Até 18 de março. Grátis

'Chuvisco (Banhista)', outra pintura a óleo do artista, na mesma mostra Divulgação

Novo romance de Garth Greenwell triunfa com contos delicados de sexo masoquista

LIVROS
Pureza
★★★☆☆
Autor: Garth Greenwell. Tradução: Fabricio Waltrick. Ed.: Todavia. R$ 74,90 (224 págs.); R$ 48,90 (ebook)

Guilherme Magalhães

Quando "O Que te Pertence" figurou em diversas listas de melhores livros de 2016 e foi indicado a prêmios do calibre do National Book, poucas dúvidas restaram do talento de Garth Greenwell.

Em seu romance de estreia, o autor fez uso de uma prosa elegante e excitante para narrar o relacionamento entre um americano e um garoto de programa na cinzenta capital da Bulgária. Sem perder de vista um certo lirismo romântico, Greenwell está mais interessado nas estradas do desejo percorridas pelos homens gays.

Esse atrito de amor e desejo vem à tona com nitidez em "Pureza", que novamente retrata os relacionamentos de um jovem americano em Sófia. Desta vez, porém, a força contida no livro anterior é diluída em nove histórias, organizadas em três partes. O resultado é irregular.

A primeira parte traz os excelentes "Mentor" e "Gospodar", narrativas que situam o professor em um café ouvindo o relato de um aluno —"um novato no desejo"— imerso em angústia depois de ser rejeitado pelo amigo a quem se declarou e no papel de submisso em uma experiência BDSM.

Como espelho, o segundo texto da terceira parte, "O Santinho", mostra como o protagonista se deleita com o papel de dominador ao mesmo tempo em que gatilhos da infância são acionados por um ritual sadomasoquista.

Na mente do americano, um narrador honesto ao admitir eventuais floreios no relato e imprecisões da memória, o conflito de amor e desejo é ressignificado quando analisa o parceiro submisso que aceita tudo no sexo, desde que sem camisinha.

O estágio precavido, segundo a concepção do narrador, corresponde ao período em que ele namorou um estudante português que fazia intercâmbio em Sófia. "Amando R." é a parte que ocupa o centro do romance e, não por acaso, é nela que mora o texto que dá nome ao livro.

Greenwell aparece em seu melhor quando se ocupa de iluminar espaços, na intimidade dos personagens ou no mundo exterior, banheiros onde rapazes podem satisfazer suas vontades reprimidas ou quartos onde é tênue a linha entre prazer e abuso.

Nem tanto, porém, quando o foco se perde e o autor narra manifestações que tomaram as ruas da Bulgária em 2014, na esteira da Primavera Árabe e de junho de 2013 no Brasil —inclusive citado.

Em "Gente Decente", que fecha a primeira parte, o americano participa de um dos protestos e tece comentários sobre a jovem democracia búlgara, a herança autoritária das décadas de regime comunista e a situação vulnerável da população LGBTQIA+ num país pouco interessado em proteger a comunidade de ataques.

Dois textos da última parte, "Porto" e "Uma Saída à Noite", e outro da segunda, "O Rei Sapo", foram publicados nas páginas de ficção da New Yorker entre 2017 e 2019. "O que te Pertence" teve origem parecida, sendo a versão ampliada e aprofundada da novela "Mitko", de 2011.

Mas enquanto ali o autor cultivou matéria-prima que naturalmente se expandiu, "Pureza" parece nascido da costura de bons textos semiautônomos que não chegam à coesão do romance, mesmo o cenário e o protagonista sendo denominadores comuns.

Apesar da obra, Greenwell se firmou como intérprete dos códigos do sexo entre homens. Com pinceladas de autoficção, seu projeto literário prospera no equilíbrio entre excitação e sensibilidade.

'Ted Lasso' volta com otimismo e um vilão real

Xodó da pandemia, trama premiada da AppleTV+ sobre técnico de futebol retorna para a sua terceira e última temporada

SÃO PAULO Há dez anos, a NBC Sports, ligada à rede de TV americana NBC, comprou os direitos de transmissão dos jogos da Premier League, a primeira divisão do futebol britânico. Para promover um esporte até hoje não muito conhecido pelo público dos Estados Unidos, foi criada uma série de comerciais com o comediante Jason Sudeikis, então recém-saído do elenco do humorístico "Saturday Night Live".

Sudeikis encarnava Ted Lasso, um técnico de futebol americano contratado para treinar o time do Tottenham Hotspurs. O sujeito não entendia nada de "soccer", o futebol do resto do mundo, e precisava ter aulas com Beard, um assistente feito por Brendan Hunt.

Sete anos depois, Lasso e Beard estavam de volta. A série "Ted Lasso" estreou na plataforma Apple TV+ em agosto de 2020, com a mesma premissa da campanha publicitária. Só o time que contratava o técnico americano era diferente, o fictício AFC Richmond.

E qual a justificativa para tamanho absurdo? A nova dona da equipe, Rebecca Welton, papel de Hannah Waddingham, queria se vingar do ex-marido e destruir seu projeto de estimação. Só que as coisas não saem como planejadas.

A crítica adorou, e o público também. Em 2021, "Ted Lasso" recebeu 20 indicações e sete troféus nas categorias de comédia do Emmy, o prêmio mais importante da TV. No ano seguinte, mais 20 indicações, e mais quatro vitórias.

"Ted Lasso", além de ótimas piadas, oferece uma visão positiva da vida —um reflexo da personalidade otimista de seu protagonista. Lasso sempre busca o melhor nas pessoas e geralmente encontra.

A série foi um bálsamo num mundo que enfrentava, então, o pior momento da pandemia.

"Não há nada melhor do que a sensação de ouvir alguém me dizendo que a série o ajudou a enfrentar tempos difíceis", diz Hanna Waddingham em uma videoconferência do elenco com jornalistas.

Depois de um hiato de quase um ano e meio, a terceira temporada de "Ted Lasso" finalmente chega ao Apple TV+, ao ritmo de um episódio por semana —serão 12 ao todo.

Ator Phil Dunster vive o craque vaidoso Jamie Tartt Divulgação

Até hoje, o principal adversário dos personagens eram seus próprios defeitos. Mas agora a série tem uma espécie de antagonista. Ele é Nathan, ex-assistente de Lasso e novo técnico do West Ham United, a nova aquisição do ex-marido de Rebecca.

Interpretado por Nick Mohammed, o tímido Nathan ainda traiu Lasso no final da segunda temporada, revelando à imprensa um importante segredo de seu antigo chefe.

"O mais difícil foi não ter mais cenas com esses atores maravilhosos, que se tornaram a minha família nos últimos anos", disse o ator. "Então eu tentei passar para o Nathan um pouco dessa solidão. Também acho que ele se arrepende um pouco do que fez e não sabe se tomou a decisão certa ao trocar de time."

Uma piada recorrente na primeira temporada de "Ted Lasso" era o choque cultural sentido pelo americano recém-transplantado para Londres.

O protagonista já está bem mais adaptado ao seu novo lar, mas também sorri menos do que antes —uma vulnerabilidade inédita emergiu na segunda temporada, e Lasso agora faz terapia. O personagem já figura entre os melhores da televisão, ao lado de Michael Scott de "The Office" e de Don Draper de "Mad Men".

Mesmo com reviravoltas, "Ted Lasso" mantém o tom esperançoso e aconchegante.

"Ah, eu já participei de várias séries assim", afirma Jason Sudeikis. "Isso também acontece comigo. Tem até gente que me chama de técnico. Acho que nenhum ator de 'Grey's Anatomy' já foi chamado de doutor", diz o ator. **TG**

Ted Lasso
EUA, 2023. Criação: Jason Sudeikis, Bill Lawrence, Joe Kelly. Com: Jason Sudeikis, Hannah Waddingham, Nick Mohammed. Às quartas-feiras, a partir de 15 de março. 16 anos. Disponível na AppleTV+

Chris Rock prova por que é melhor que Will Smith em bom show na Netflix

GOSTEI

Teté Ribeiro
Jornalista

Quem se lembra do documentário que levou o Oscar do ano passado? E qual foi a melhor atriz? Esse é fácil. Qual foi a melhor animação?

Difícil, né? A memória da última premiação mais relevante do cinema ficou completamente ofuscada por um episódio de violência física.

Depois de dar um tapa em Chris Rock, que caçoou do cabelo de sua mulher, Will Smith voltou à sua cadeira, sem pressa nem barreiras, e gritou para o colega nunca mais falar de sua mulher.

Chris Rock não reagiu. Fez um comentário sobre o inusitado daquele acontecimento, ouviu a gritaria que Will Smith fazia da plateia e seguiu em frente com o que tinha ido fazer naquele palco, entregar o prêmio de melhor documentário para o incrível "Summer of Soul", dirigido pelo músico Questlove.

Pouco mais de 20 minutos depois, Will Smith subiu de novo ao palco, desta vez aplaudido de pé pela maioria das pessoas da plateia, quando seu nome foi lido como o melhor ator daquela safra. Fez um discurso emocionado em que não tocou no nome do homem que tinha acabado de humilhar na frente de milhões.

Desde então, Will Smith fez tudo que parecia estar ao seu alcance para ser perdoado por Chris Rock e todo mundo. E lançou um filme, "Emancipação", em que tem o papel principal e um crédito de produtor, e pelo qual sonhava em ganhar o segundo Oscar consecutivo. Não rolou. Ele está vetado pela Academia por dez anos e o longa foi um fracasso.

Chris Rock, conhecido pelo humor bélico e inteligente, não disse uma palavra. Não processou, não deu entrevistas, não deixou que o incidente tomasse conta da vida.

Mas vingança é um prato que se come ao vivo. De Baltimore, Chris Rock apresentou o segundo especial de comédia contratado pela Netflix.

Desta vez, Chris Rock sabia que o público estava louco para ouvir seu lado da história, que aquele tapa de Will Smith tinha sido a propaganda gratuita mais valiosa que se podia fazer. O público do Oscar será sempre maior que o público de um especial de stand-up, e quanto mais o tempo passava, mais a curiosidade das pessoas parecia devorar todas elas por dentro.

Todo de branco, com colar com o símbolo de Prince no pescoço, num palco todo espelhado e casa cheia, lotada, Chris Rock dominou a noite, instigou a plateia desde a abertura fazendo insinuações a respeito do episódio, mas tinha muito mais coisas para dizer do que "Will Smith me bateu e ele é bem fortão".

O especial foi engraçado, com roteiro bem escrito, cheio de energia, e ele estava em plena forma, com o diabo no corpo. Até errou uma piada uma hora, depois consertou e comentou o acontecido, sem perder o timing.

Falou sobre ser solteiro, rico e famoso aos mais de 50 anos, de ter duas filhas muito mimadas, uma das quais ele fez ser expulsa da escola para aprender uma lição, das irmãs Kardashian, de como ganhou dinheiro na vida e gastou tudo com mulheres, de como se ele sair com uma mulher e lamber sua bunda, nunca mais vai ligar, mas se derem as mãos é namoro.

Um especial de stand-up é um ato de coragem e que tem um certo perigo. Pode dar errado, pode não ser engraçado, alguém da plateia pode vaiar. Mas Chris Rock não entrou no palco para errar. Teve tempo para pensar, ensaiou piadas em clubes de comédia pequenos em que fez aparições de surpresa nos últimos meses.

Os seis minutos finais, dedicados ao tapa, não deixaram nada a ser dito e uma pergunta sem resposta.

A covardia do ato, o que estava por trás, as complexidades do casamento de Will Smith e Jada Pinkett, se doeu, se ainda doía, se ele tinha perdoado. Não, ele diz que sempre torceu por Smith, mas assiste a "Emancipação", em que o ator vive um escravizado, para o ver apanhando.

E foi tudo engraçado, o mais importante de um especial de comédia. Menos a frase final, que responde à pergunta que Chris Rock diz ter ouvido mil vezes — por que não revidou? Não vou revelar a resposta aqui.

O comediante Chris Rock Kirill Bichutsky/Netflix

Humorista rebate ator de forma pesada demais em programa ao vivo errático

NÃO GOSTEI

Tony Goes
Colunista e crítico de TV

Há um ano, uma cerimônia do Oscar entrou para a história pelas razões erradas. O tabefe que Will Smith desferiu em Chris Rock repercute até hoje, afetando todos os envolvidos, e a mais recente consequência da bofetada está na primeira transmissão ao vivo da plataforma Netflix.

No Hippodrome Theatre, em Baltimore, Chris Rock disparou contra alvos variados, que iam de Elon Musk a Meghan Markle. Mas guardou para o final o que o público esperava —um ataque violento ao casal Smith.

Antes, uma breve recapitulação. No Oscar do ano passado, Rock disse no palco que Jada Pinkett-Smith estava pronta para interpretar a soldado GI Jane no cinema, por estar careca como a personagem. O humorista não sabia que a calvície da atriz se deve à alopecia, uma doença autoimune que provoca a queda de cabelos, e atiçou a ira do marido dela.

"A mulher dele estava transando com um amigo do filho deles. Ela o machucou muito mais do que ele me machucou", disse Rock na reta final de "Indignação Seletiva", lembrando o fato dos Smith terem um relacionamento aberto e discutirem publicamente suas relações extraconjugais. Mas a mágoa dele com o casal vem de antes.

"Foi ela quem começou essa merda toda. Foi ela quem disse que eu deveria desistir [de apresentar a cerimônia do Oscar de 2016], porque seu marido não havia sido indicado por 'Concussion' [filme que, no Brasil, se chama 'Um Homem Entre Gigantes']. Aí vem ele e me dá uma concussão."

Desde o tapa, Will Smith divulgou vídeos pedindo desculpas a Chris Rock e disse que procurou o colega várias vezes, mas nunca obteve resposta. Mesmo assim, a imagem do ator ainda não se recuperou totalmente.

A que talvez tenha sido a melhor performance de sua vida, no filme "Emancipação", lançado no final do ano passado, foi ignorada pelas principais premiações do cinema americano deste ano.

"Eu era fã de Will Smith. Agora fico assistindo a 'Emancipação' só para o ver ser chicoteado", acrescenta Chris Rock, arrancando gargalhadas da plateia predominantemente negra.

Mas nem todas as piadas da noite fizeram o mesmo sucesso. Um bloco sobre aborto gerou um audível descontentamento. "Dizem que homem não deve falar sobre aborto, porque é um assunto de mulheres", disse Rock. "Mas eu tenho lugar de fala. Ninguém pagou por mais abortos do que eu."

Pesado? Pois veja o que veio em seguida —"acho que as mulheres deveriam ter o direito de matar os filhos com até quatro anos de idade".

Esse tipo de tirada violenta é o alicerce em torno do qual Chris Rock construiu toda a sua carreira. Seu estilo abrasivo reflete a situação complexa vivida pelos homens negros americanos de sua geração —vítimas do racismo por um lado, praticantes do machismo por outro. Nascido em 1965, Rock se tornou uma estrela depois de integrar o elenco do programa "Saturday Night Live", o maior celeiro de humoristas dos Estados Unidos.

Sua trajetória inclui hits como "Golpe Baixo" e "Gente Grande". Também criou, produziu e narrou "Todo Mundo Odeia o Chris", baseada em sua própria infância.

"Indignação Seletiva" marcou a estreia tardia da Netflix nas transmissões ao vivo, algo que as concorrentes vêm fazendo com esportes.

O fenômeno é mais um sintoma da aproximação das plataformas de streaming à programação da televisão aberta. Antes do especial em si, foi exibido um "aquecimento" com diversos comediantes se apresentando num clube em Los Angeles. Depois ainda houve um pós-show, em que nomes consagrados como David Spade e Dana Carvey analisaram a performance de Chris Rock.

Divertido, mas desnecessário. Assim como o que aconteceu com o Oscar, o que ficará desta noite no fim será o tapa de Will Smith, que ainda não parou de doer.

Indignação Seletiva
Estados Unidos, 2023. Direção: Joel Gallen. Com: Chris Rock. 14 anos. Disponível na Netflix

Hmmfalemais

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série disponível no streaming faz revisão de legado de Jorge Moreno

O Repórter do Poder
Globoplay, livre
Jorge Bastos Moreno deu um grande furo logo no começo de sua carreira como jornalista —numa conversa informal, ele conseguiu que o general João Baptista Figueiredo confirmasse que seria o quinto presidente da ditadura militar. Colunista do jornal O Globo, Moreno também ficou conhecido pelas reuniões que promovia em Brasília, frequentadas por jornalistas, políticos e artistas. Esta minissérie em quatro episódios revê a sua carreira.

Pornhub: Sexo Bilionário
Netflix, 18 anos
Um dos sites pornográficos mais populares da internet, que já esteve no centro de vários escândalos e foi alvo de muitos processos, é o assunto deste documentário.

Mariachis
HBO Max, 14 anos
Sofrendo do mal de Alzheimer, um mariachi, músico tradicional mexicano, consegue restabelecer laços com sua família por meio da música. Um novo episódio toda quinta; quatro já estão disponíveis.

Cidade de Mentiras
Amazon Prime Video, 16 anos
Johnny Depp e Forrest Whitaker estrelam este drama policial baseado na extensa investigação sobre o assassinato do rapper The Notorious B.I.G., ocorrida 26 anos atrás.

Trilogia da Guerra
Telecine Cult, a partir de 20h10
O canal exibe em sequência três longas de Roberto Rossellini sobre a Segunda Guerra Mundial, rodados logo após o conflito —"Roma, Cidade Aberta", de 1947 (20h10, 14 anos), "Paisà", de 1946 (22h, 14 anos) e "Alemanha, Ano Zero", de 1948 (0h15, 16 anos).

Glauber, Claro
Curta!, 21h30, livre
Vencedor da categoria cinema no Festival & Prêmio Curta!, o documentário de César Meneghetti foca o autoexílio de Glauber Rocha em Roma, em meados da década de 1970.

FBI Internacional
Globo, 23h20, 14 anos
A sessão "Cinema do Líder" exibe os dois primeiros episódios da primeira temporada desta série de espionagem ambientada em Budapeste. Duas temporadas estão disponíveis no Globoplay.

QUADRINHOS

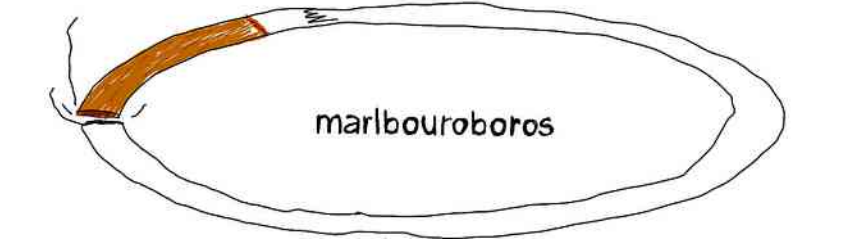
Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	3	4		2		7		
	8			9				1
					6		8	
	1	6			2			7
5				6				8
8			5			6	4	
	7		4					
9				5			7	
		5		1		8	3	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com novе lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	3	4	1	2	8	7	9	5
7	8	2	3	9	5	4	6	1
1	5	9	7	4	6	2	8	3
4	1	6	8	3	2	9	5	7
5	2	7	9	6	4	3	1	8
8	9	3	5	7	1	6	4	2
3	7	1	4	8	9	5	2	6
9	6	8	2	5	3	1	7	4
2	4	5	6	1	7	8	3	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Ferramenta de colono / As iniciais do ator Cuoco **2.** (Red., ingl.) Adolescente / Preposição que expressa o sentido de direção **3.** (Sigla) Ondas Curtas / Ferver **4.** Fazer de novo o desenho da descrição de uma região **5.** A tela do computador **6.** Um cabo náutico / Grã-Bretanha **7.** (Agnus) Um cântico da missa / Um passarinho colorido **8.** Triângulo de madeira que se coloca no pescoço de cabritos, bodes etc. para impedir que atravessem cercas **9.** Aquele que prende, atrela / A UF de Laguna e Blumenau **10.** Imperador romano que teria incendiado Roma / (Não por) Locução que significa de nada **11.** Observatório Nacional / Andar para trás **12.** Qualquer percurso sinuoso entre obstáculos **13.** Dobradura / Abreviatura de observação, usada em cartas náuticas.

VERTICAIS
1. Sufixo diminutivo / Que não é grande nem pequeno **2.** Morte de célula ou tecido orgânico / Esticado com força **3.** (Quím.) O símbolo do xenônio, gás nobre / Provocar, importunar / Lô Borges, músico **4.** Pobreza de glóbulos vermelhos / Amar muito **5.** Ato de dar nome a uma pessoa / Esclerose Lateral Amiotrófica **6.** Manifestação de desagrado / Fruto parecido com o damasco **7.** Reação do organismo (coceira, rinite etc.) a certas substâncias / Luta japonesa, disputada entre homens bastante corpulentos **8.** Desprovida de calor / Espécie de escova usada em cavalgaduras **9.** Cidade italiana famosa por seu mármore / O daltônico tem dificuldade em distingui-las.

HORIZONTAIS: 1. Enxada, FC, **2.** Teen, Para, **3.** OC, Ebulir, **4.** Remapear, **5.** Monitor, **6.** Estai, Gbr, **7.** Dei, Saíra, **8.** Cambau, **9.** Atador, SC, **10.** Nero, Isso, **11.** On, Recuar, **12.** Slalom, **13.** Dobra, Obs.
VERTICAIS: 1. Eto, Mediano, **2.** Necrose, Tenso, **3.** Xe, Enticar, LB, **4.** Anemia, Adorar, **5.** Batismo, Ela, **6.** Apupo, Abricó, **7.** Alergia, Sumô, **8.** Fria, Brussa, **9.** Carrara, Cores.

Ariel Severino

Cortem-lhe a cabeça!

Nas sociedades pluralistas, os desacordos morais são grande vantagem

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Indagado pela filha, Adelaide, por que se deitava tão tarde depois de passar as noites fora de casa, Vasconcelos, personagem de um delicioso conto de Machado de Assis, "O Segredo de Augusta", respondeu espirituoso: "Deito-me tarde porque assim o pedem as necessidades políticas".

E emendou com um argumento que haveria de levar a filha a desistir de vez de pergunta tão embaraçosa para um mundano: "Tu não sabes o que é política; é uma cousa muito feia, mas muito necessária".

Adelaide não recuou com tão pouco: "Sei o que é política, sim". Restou ao pai o desafio que deveria fechar a querela: "Ah! Explica-me lá então o que é".

A menina não se fez de rogada: "Lá na roça, quando quebraram a cabeça ao juiz de paz, disseram que era por política; o que eu achei esquisito, porque a política seria não quebrar a cabeça…".

Vivo preso no dilema de Adelaide há anos. Do ponto de vista da história da humanidade, a política é uma extraordinária inovação nas interações humanas, que substituiu a força bruta como forma de mediar a colisão de interesses e a divergência das vontades.

Política, de fato, seria não quebrar a cabeça do adversário. Por que então tantas cabeças são rebentadas por isso?

Está bem, não somos mais majoritariamente os brutos de umas décadas atrás, para os quais qualquer expediente valia —do assassinato à coação, dos espancamentos à corrupção— para ganhar mandatos e cargos e, por meio deles, acesso aos deliciosos recursos disponíveis no Estado.

Agora somos brutos civilizados, com o perdão do oxímoro, com métodos mais sofisticados de fazer calar.

A Rainha de Copas do País das Maravilhas, de Lewis Carroll, impressionou Alice porque "tinha apenas uma maneira de resolver todas as dificuldades, grandiosa ou pequena. 'Fora com a cabeça dele!' dizia ela, sem nem sequer olhar em volta". Noves fora o desconforto de Alice, o fato é que este, contudo, continua um comando efetivo, à menor contrariedade, embora o sangue não precise sempre escorrer.

As pessoas parecem não reconhecer mais que, em uma sociedade pluralista, os desacordos morais não são apenas esperados e suportados, mas reconhecidos como parte constitutiva justamente das vantagens do pluralismo.

E não se trata apenas do reconhecimento da divergência, mas de alguns impasses consideráveis, quase permanentes, sobre temas altamente sensíveis. Desacordos morais permanentes podem acontecer não por maldade, ignorância ou estupidez, mas porque os lados que discordam com relação a um tema têm um número que considera suficiente de razões para continuar sustentando a própria posição.

Evangélicos conservadores e universitários liberais, por exemplo, encontram-se em divergência permanente sobre diversos temas, mas ou se reconhece que apenas um desses grupos tem direito de existir e sustentar uma opinião —o que me parece o princípio da rainha de Alice—, ou ambos têm de reconhecer a existência do outro e se obrigar a considerar o que ele está dizendo.

Só que pior que a dificuldade de entender o desacordo como inevitável, é o uso que se faz das divergências para provocar ainda mais escaramuças.

Quando Nikolas Ferreira sobe ao plenário da Câmara para mais uma das suas performances voltadas para provocar a esquerda por meio da humilhação de alguma minoria, temos um ator que deliberadamente precisa obter o ódio e os insultos dos progressistas para se cacifar com os conservadores e ultraconservadores que representa.

Isso só é possível porque ele sabe identificar as zonas de desacordo e de desconforto moral (no caso, o juízo público sobre se mulheres trans fazem jus a todos os direitos das mulheres) e porque sabe que a esquerda não suporta a menor contrariedade e que vai responder à provocação com insultos e pedidos de cassação. Objetivo alcançado com sucesso.

É ingênuo imaginar ser possível levar todos os segmentos de uma sociedade pluralista e polarizada a se comprometer com o esforço deliberativo de ouvir todos os lados e a conversar entre si.

Ainda mais com tanto nervo exposto e tanta gente interessada, não no esclarecimento recíproco e numa troca tolerante de argumentos, mas em mexer nas feridas a ponto de obscurecer os debates de temas capitais e de torná-los impossíveis. Mas, enquanto não se avançar nessa agenda, os truques de sujeitos como este funcionarão sempre, vez que estamos furiosos e o grito "cortem-lhe a cabeça!" imediatamente nos convoca às armas.

seg. Luiz Felipe Pondé | ter. João Pereira Coutinho | qua. Wilson Gomes | qui. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | sex. Djamila Ribeiro | sáb. Mario Sergio Conti

Casa de Rui Barbosa vai rever processos contra servidores da fundação

Letícia Dornelles, ex-presidente do órgão, afirma que só processou funcionários porque teria recebido ameaças

Matheus Rocha

SÃO PAULO No ano em que a morte de Rui Barbosa completa um século, o centro cultural que leva seu nome passa por uma restruturação.

Sai do comando a jornalista Letícia Dornelles, que teve uma gestão marcada por turbulências, e entra o gestor cultural Alexandre Santini, que promete dialogar melhor com os servidores.

Localizada em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, a Fundação Casa de Rui Barbosa guarda acervo documental dos principais nomes da literatura brasileira, entre eles Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes e Clarice Lispector.

Indicada ao cargo pelo governo Bolsonaro em 2019, Dornelles processou funcionários, exonerou servidores que atuavam como chefes de pesquisa e foi acusada de perseguição e censura, já que os exonerados tinham uma postura crítica à sua gestão.

À época, alunos de mestrado da fundação lançaram um abaixo-assinado contra as atitudes da jornalista.

Sob seu comando, a fundação quase foi extinta depois que o governo federal elaborou uma proposta de medida provisória para transformar o órgão em um museu. A proposta foi arquivada depois de críticas do setor cultural.

Dornelles foi exonerada no apagar das luzes do governo Bolsonaro, em dezembro do ano passado. Ela saiu da fundação dizendo que havia sido ameaçada por Mario Frias, na ocasião à frente da Secretaria Especial da Cultura.

À reportagem a jornalista diz que são caluniosas as acusações de que ela teria censurado e perseguido servidores. Afirma ainda que Santini desconhece seu trabalho, que exoneração é uma prática comum na administração pública e que só processou servidores porque teria recebido ameaças de morte e de agressões.

A troca de Dornelles por Santini não acalmou os ânimos dos servidores imediatamente. Em janeiro, quando ele foi anunciado, a associação de servidores da fundação enviou uma carta à ministra da Cultura, Margareth Menezes, para manifestar desagrado com o modo como a indicação se deu.

No documento, eles afirmam que preferiam a volta de José Almino de Alencar, um pesquisador aposentado da Casa de Rui Barbosa, que presidiu a fundação entre 2003 e 2011, mas que, quando estavam prestes a enviar o nome ao Ministério da Cultura, a pasta indicou Santini.

"Consideramos ter havido insensibilidade do ministério, que poderia ter evitado o desgaste, tanto com o corpo funcional como com os candidatos, caso tivesse sido mais transparente desde o início sobre suas intenções", escreveram os servidores.

O gestor diz que encarou o imbróglio com naturalidade e que a atenção à demanda dos servidores será o eixo de sua gestão, o que o levou a recriar o Comitê Interno de Governança, colegiado que conta com a participação de representantes dos funcionários.

Uma das atribuições do órgão, diz Santini, é reanalisar decisões tomadas na gestão anterior, entre elas processos administrativos movidos contra servidores da fundação.

"A gente vai analisar cada um deles. Nesse período, os servidores foram os guardiões do interesse público. Eles mantiveram a instituição de pé, mesmo sob asfixia orçamentária", diz Santini, que foi Secretário das Culturas de Niterói e um dos criadores da Lei Aldir Blanc, que deu auxílio ao setor cultural na pandemia.

O orçamento de 2023 para a fundação aumentou mais de 50% em relação ao de 2022, saltando de R$ 6,8 milhões para R$ 12,7 milhões. Com esse dinheiro, Santini planeja ampliar o número de servidores —hoje, são 88, contra os 120 que a instituição já teve.

Outro plano é construir um anexo para abrigar o arquivo do Museu de Literatura Brasileira, a partir de R$ 30 milhões que devem vir do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, órgão do governo federal que tem como uma de suas funções reparar bens artísticos.

"Queremos ter mais espaço para ampliar a divulgação e o acesso da sociedade ao nosso acervo", diz o gestor cultural.

Alexandre Santini, atual presidente da Casa de Rui Barbosa Divulgação

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

Demonstrações Financeiras 2022

www.entrevias.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto prejuízo poração)

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS

Até a aprovação destas demonstrações financeiras, os indicadores financeiros demonstram a manutenção de parte substancial das suas receitas e margens. Adicionalmente, nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 a Companhia direcionou esforços principalmente à redução de despesas, custos fixos e variáveis, preservação do caixa e manutenção de sua posição de liquidez, suficientes para o atravessamento da crise instalada no Brasil.

CONTEXTO OPERACIONAL

Postergação do Reajuste Tarifário Anual

Termo aditivo modificativo coletivo n° 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426: O presente Termo Aditivo Modificativo Coletivo tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022 (data da assinatura: 17 de agosto de 2022). A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária. Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário de 11,73%, referente ao exercício de 2021-2022, vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

DESEMPENHO OPERACIONAL

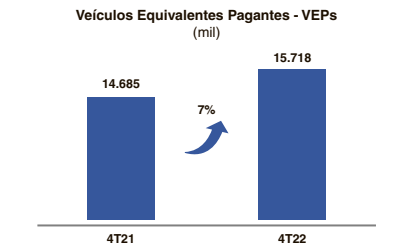
Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
VEPs[1]	**15.718**	**14.685**	**7,0%**	**61.022**	**55.478**	**10,0%**
Veículos Leves	6.132	5.866	4,5%	23.233	20.882	11,3%
Veículos Pesados	9.586	8.819	8,7%	37.788	34.596	9,2%
Tráfego[2]	**8.581**	**8.194**	**4,7%**	**32.913**	**29.951**	**9,9%**
Veículos Leves	6.264	6.003	4,3%	23.786	21.420	11,0%
Veículos Pesados	2.317	2.191	5,7%	9.127	8.531	7,0%
Tarifa Média (R$)	**10,53**	**9,38**	**12,2%**	**10,02**	**8,95**	**11,9%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo
[2] Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/22 sobre Jan-Dez/21): Brasil	15,3%	2,4%	12,3%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers
[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: https://melhoresrodovias.org.br/indice-abcr/

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 12,3% no fluxo total de veículos no exercício.

No quarto trimestre do ano, as oito praças de pedágio da Entrevias registraram 15,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 7% na comparação com o mesmo período de 2021. Os veículos pesados apresentaram aumento de 8,7%. Nos veículos leves houve um aumento de 4,5%.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	**253.237**	**211.925**	**19,5%**	**886.811**	**841.183**	**5,4%**
Receita de Construção (IFRS)	(86.905)	(72.639)	19,6%	(268.125)	(334.057)	-19,7%
Receita Bruta Ajustada[1]	**166.332**	**139.286**	**19,4%**	**618.686**	**507.126**	**22,0%**
Receitas com Pedágio	165.550	138.746	19,3%	611.183	503.899	21,3%
Receitas Acessórias	743	506	46,8%	2.870	1.655	73,4%
Outras	38	34	11,8%	4.633	1.572	1,9
Deduções da Receita Bruta	(14.384)	(12.121)	18,7%	(53.119)	(43.809)	21,2%
Receita Líquida Ajustada[1]	**151.948**	**127.165**	**19,5%**	**565.567**	**463.317**	**22,1%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

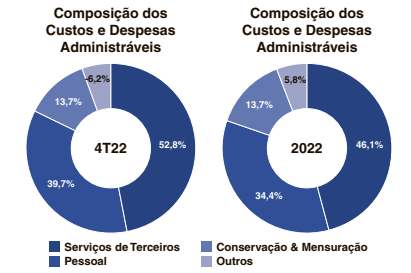
A Receita Líquida Ajustada do exercício de 2022 apresentou um aumento de 22,1% frente a verificada no exercício de 2021, em virtude da retomada da atividade econômica e do reajuste tarifário de 11,73% contabilizado a partir de 6 de julho de 2022.

Custos e Despesas

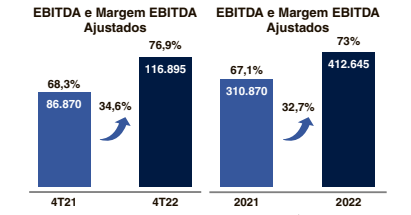
Custos e Despesas (R$ mil)[1]	4T22	4T21		2022	2021	
Pessoal	(11.952)	(9.456)	26,4%	(47.155)	(44.069)	7,0%
Conservação & Manutenção	(4.118)	(4.448)	-7,4%	(18.810)	(15.876)	18,5%
Serviços de Terceiros	(15.883)	(16.473)	-3,6%	(63.099)	(62.084)	1,6%
Seguros	(734)	(659)	11,4%	(2.870)	(2.942)	-2,5%
Locações de imóveis e máquinas	(21)	(106)	-80,2%	(116)	(298)	-61,1%
Outras despesas operacionais	2.631	(4.991)	-152,7%	(4.966)	(10.938)	-54,6%
Custos & Despesas Administráveis	**(30.077)**	**(36.133)**	**-16,8%**	**(137.016)**	**(136.208)**	**0,6%**
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(4.976)	(4.159)	19,6%	(15.907)	(16.240)	-2,1%
Depreciação & Amortização	(19.874)	(20.451)	-2,8%	(81.230)	(80.729)	0,6%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[2]	**(54.927)**	**(60.743)**	**-9,6%**	**(234.153)**	**(233.177)**	**0,4%**
Custo de Construção (IFRS)	(86.905)	(72.641)	19,6%	(268.125)	(334.057)	-19,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(17.219)	(16.783)	2,6%	(70.973)	(65.317)	8,7%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(12.872)	(1.377)	834,6%	(16.983)	(11.537)	47,2%
Custos & Despesas Operacionais	**(171.923)**	**(151.543)**	**13,4%**	**(590.234)**	**(644.087)**	**-8,4%**

[1] A abertura entre custos e despesas operacionais consta da NE 20
[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção, à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas

Os Custos & Despesas Operacionais do exercício de 2022 apresentou uma redução de 8,4% comparado ao exercício de 2021.

Na data do dia 1° de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o Termo Aditivo 01/2021, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais. Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Prejuízo Líquido	(3.843)	(47.740)	-91,9%	(47.839)	(164.193)	-70,9%
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	72.596	120.521	-39,8%	315.733	400.705	-21,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.824)	(24.522)	-92,6%	(24.436)	(83.225)	-70,6%
Depreciação e Amortização	19.874	20.451	-2,8%	81.230	80.729	0,6%
EBITDA ICVM 527	**86.803**	**68.710**	**26,3%**	**324.689**	**234.016**	**38,7%**
Margem EBITDA	**57,1%**	**54,0%**	**3,1 p.p.**	**57,4%**	**50,5%**	**6,9 p.p.**
Provisão de Manutenção (IFRS)	17.219	16.783	2,6%	70.973	65.317	8,7%
Provisão para Contingências	12.872	1.377	834,6%	16.983	11.537	47,2%
EBITDA Ajustado[1]	**116.895**	**86.870**	**34,6%**	**412.645**	**310.870**	**32,7%**
Margem EBITDA Ajustada[1]	**76,9%**	**68,3%**	**8,6 p.p.**	**73,0%**	**67,1%**	**5,9 p.p.**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Provisão de Manutenção e às Provisões para Contingências

O EBITDA Ajustado do exercício de 2022 foi de R$ 412,6 milhões, um aumento de 32,7% comparado ao exercício de 2021.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Resultado Financeiro	**(72.596)**	**(120.521)**	**-39,8%**	**(315.733)**	**(400.705)**	**-21,2%**
Receitas Financeiras	**9.286**	**4.950**	**87,6%**	**31.891**	**13.593**	**134,6%**
Juros sobre aplicações financeiras	9.172	4.837	89,6%	31.280	12.674	146,8%
Outros	114	113	0,9%	611	919	-33,6%
Despesas Financeiras	**(81.882)**	**(125.471)**	**-34,7%**	**(347.624)**	**(414.298)**	**-16,1%**
Juros e variação monetária sobre debêntures	(72.621)	(120.039)	-39,5%	(323.031)	(394.625)	-18,1%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.447)	(1.585)	-8,7%	(6.700)	(6.700)	0,0%
Juros de arrendamento	(82)	(97)	-15,6%	(304)	(635)	-52,1%
Outros	(7.732)	(3.750)	106,2%	(17.589)	(12.338)	42,6%

Inflação e Juros	2022	2021	Δ
IPCA Últimos 12 meses	5,79%	10,06%	-4,3 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	12,43%	4,40%	8,0 pp

O Resultado Financeiro do exercício de 2022 apresentou uma redução do prejuízo de 21,2%, em comparação ao exercício de 2021. A melhora do resultado financeiro ocorreu pelo aumento das receitas financeiras, impactadas pelo aumento do CDI, e pela redução das despesas financeiras devido à queda do IPCA, que incide sobre a atualização monetária das debêntures.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Resultado do Período	(3.843)	(47.740)	-91,9%	(47.839)	(164.193)	-70,9%

O resultado do exercício de 2022 foi prejuízo de R$ 47,8 milhões, uma redução de 70,9% comparado ao prejuízo do exercício de 2021.

Disponibilidades e Endividamento

Investimentos (R$ mil)	2022	2021	Δ
Dívida Bruta	**(2.522.430)**	**(2.290.431)**	**10,13%**
Curto Prazo	**(3.594)**	**(3.413)**	**5,31%**
Debêntures	(3.594)	(3.413)	5,31%
Longo Prazo	**(2.518.837)**	**(2.287.018)**	**10,14%**
Debêntures	(2.518.837)	(2.287.018)	10,14%
Disponibilidades	**237.537**	**195.789**	**21,32%**
Caixa e equivalentes de caixa	199.201	108.606	83,42%
Aplicações Financeiras Vinculadas[1]	38.335	87.183	-56,03%
Dívida Líquida Ajustada	**(2.284.894)**	**(2.094.642)**	**9,08%**

[1] Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

Principais Investimentos

Investimentos (R$ mil)	2022	2021	Δ
Investimento Total	**2.407.274**	**2.223.152**	**8,28%**
Imobilizado	**13.796**	**14.156**	**-2,54%**
Intangível	**2.393.478**	**2.208.996**	**8,35%**
Direito de Concessão (Investimento)	2.384.943	2.198.967	8,46%
Software/Direito de Uso	4.281	3.933	8,86%
Direitos de Uso - IRFS 16	4.254	6.096	-30,22%

SOBRE A COMPANHIA

A Entrevias

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., foi constituída em 4 de outubro de 2016, tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com a sede na Rodovia Attílio Balbo, KM 327,5 - Sertãozinho - SP.

O lote rodoviário administrado pela Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongaí, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal. Outros setores representativos são os de construção, alimento e bebidas e transporte e armazenagem.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Demonstração do resultado

Demonstração do Resultado (R$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	**253.237**	**211.925**	**19,5%**	**886.811**	**841.183**	**5,4%**
Receitas com Pedágio	165.550	138.746	19,3%	611.183	503.899	21,3%
Receitas Acessórias	743	506	46,9%	2.870	1.655	73,4%
Receita de Construção (IFRS)	86.905	72.639	19,6%	268.125	334.057	-19,7%
Deduções da Receita Bruta	(14.384)	(12.121)	18,7%	(53.119)	(43.809)	21,3%
Outros	38	34	12,8%	4.633	1.572	194,7%
Receita Líquida	**238.852**	**199.804**	**38,2%**	**833.692**	**797.374**	**26,7%**
Custos & Despesas	**(171.923)**	**(151.543)**	**13,4%**	**(590.234)**	**(644.087)**	**-8,4%**
Pessoal	(11.952)	(9.456)	26,4%	(47.155)	(44.069)	7,0%
Conservação & Manutenção	(4.118)	(4.448)	-7,4%	(18.810)	(15.876)	18,5%
Operacionais	(15.883)	(16.473)	-3,6%	(63.099)	(62.084)	1,6%
Locações de imóveis e máquinas	(21)	(106)	-80,2%	(116)	(298)	-61,1%
Outras despesas operacionais	2.631	(4.991)	-152,7%	(4.966)	(10.938)	-54,6%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(4.976)	(4.159)	19,6%	(15.907)	(16.240)	-2,1%
Seguros	(734)	(659)	11,4%	(2.870)	(2.942)	-2,5%
Custo de Construção (IFRS)	(86.905)	(72.641)	19,6%	(268.125)	(334.057)	-19,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(17.219)	(16.783)	2,6%	(70.973)	(65.317)	8,7%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(12.872)	(1.377)	834,6%	(16.983)	(11.537)	47,2%
Depreciação & Amortização	(19.874)	(20.451)	-2,8%	(81.230)	(80.729)	0,6%
Resultado Operacional	**66.929**	**48.261**	**38,7%**	**243.458**	**153.287**	**58,8%**

Demonstração do Resultado (R$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Resultado Financeiro	**(72.596)**	**(120.521)**	**-39,8%**	**(315.733)**	**(400.705)**	**-21,2%**
Receitas Financeiras	**9.286**	**4.950**	**87,6%**	**31.891**	**13.593**	**134,6%**
Juros sobre Aplicações Financeiras	9.172	4.837	89,6%	31.280	12.674	146,8%
Outros	114	113	0,9%	611	919	-33,6%
Despesas Financeiras	**(81.882)**	**(125.471)**	**-34,7%**	**(347.624)**	**(414.298)**	**-16,1%**
Juros e variação monetária sobre debêntures	(72.621)	(120.039)	-39,5%	(323.031)	(394.625)	-18,1%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.447)	(1.585)	-8,7%	(6.700)	(6.700)	0,0%
Juros de arrendamento	(82)	(97)	-15,6%	(304)	(635)	-52,1%
Outros	(7.732)	(3.750)	106,2%	(17.589)	(12.338)	42,6%
Resultado antes dos Impostos	**(5.667)**	**(72.260)**	**-92,2%**	**(72.276)**	**(247.418)**	**-70,8%**
Imposto de Renda Diferido	1.319	18.031	-92,7%	17.872	61.195	-70,8%
Contribuição Social Diferida	505	6.491	-92,2%	6.564	22.030	-70,2%
IR & CSL	**1.824**	**24.522**	**-92,6%**	**24.436**	**83.224**	**-70,6%**
Resultado do Período	**(3.843)**	**(47.739)**	**-92,0%**	**(47.839)**	**(164.193)**	**-70,9%**

Balanço patrimonial

Ativo (R$ Mil)	2022	2021
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	199.201	108.606
Aplicações financeiras vinculadas	38.335	87.183
Contas a receber	41.557	34.661
Contas a receber de partes relacionadas	446	1.135
Estoques	9.591	9.030
Adiantamento a fornecedores	2.868	3.681
Despesas antecipadas	2.546	1.586
Outros ativos	4.729	4.384
Total do ativo circulante	**299.274**	**250.267**
Ativo Não Circulante		
Outros ativos	11	10
Tributos a recuperar	6.555	15.894
Tributos diferidos	258.204	233.768
Imobilizado	13.796	14.156
Intangível	1.539.378	1.593.092
Infraestrutura em andamento	854.100	615.904
Total do ativo não circulante	**2.672.044**	**2.472.824**
Total do Ativo	**2.971.319**	**2.723.091**

Passivo (R$ Mil)	2022	2021
Passivo Circulante		
Fornecedores	49.555	37.971
Debêntures	3.594	3.413
Credor pela concessão	1.081	2.936
Adiantamento de clientes	4.519	2.199
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.333	7.025
Obrigações Fiscais	11.107	10.693
Outras contas a pagar	277	122
Passivos com partes relacionadas	581	419
Passivo de arrendamento	90	2.398
Provisões para manutenção	27.019	15.944
Total do passivo circulante	**105.154**	**83.120**
Passivo Não Circulante		
Debêntures	2.518.837	2.287.018
Provisões para manutenção	220.031	190.199
Passivo de arrendamento	2.038	2.991
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.691	22.354
Total do passivo não circulante	2.776.596	2.502.562
Patrimônio Líquido	-	-
Capital Social Realizado	580.628	580.628
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	11.509	11.509
Lucros/Prejuízos Acumulados	(502.569)	(454.728)
Total do patrimônio líquido	**89.568**	**137.409**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.971.319**	**2.723.091**

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Sertãozinho, 07 de março de 2023

Clara Maria da Cunha Ferraz
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Lavorini
Contador CRC 1SP241985/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	199.201	108.606
Aplicações financeiras vinculadas	4	38.335	87.183
Contas a receber	5	41.557	34.661
Contas a receber de partes relacionadas	14	446	1.135
Estoques	6	9.591	9.030
Adiantamento a fornecedores		2.868	3.681
Despesas antecipadas		2.546	1.586
Outros ativos	23	4.729	4.384
Total do ativo circulante		299.274	250.267
Não Circulante			
Outros ativos	23	11	10
Impostos a recuperar	7.a	6.555	15.894
Impostos diferidos	8	258.204	233.768
Imobilizado	9	13.796	14.156
Intangível	10	1.539.378	1.593.092
Infraestrutura em construção	10	854.100	615.904
Total do ativo não circulante		2.672.044	2.472.824
Total do Ativo		**2.971.319**	**2.723.091**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	11	49.555	37.971
Credor pela concessão	12	1.081	2.936
Adiantamento de clientes		4.519	2.199
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		7.333	7.025
Impostos, taxas e contribuições	7.b	11.107	10.693
Outras contas a pagar		275	122
Contas a pagar com partes relacionadas	14	581	419
Passivo de arrendamento	16	90	2.398
Provisão para manutenção	15	27.019	15.944
Debêntures	13	3.594	3.413
Total do passivo circulante		105.152	83.120
Não Circulante			
Provisão para manutenção	15	220.031	190.199
Passivo de arrendamento	16	2.038	2.991
Provisão para riscos processuais	17	35.691	22.354
Debêntures	13	2.518.837	2.287.018
Total do passivo não circulante		2.776.596	2.502.562
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	18	580.628	580.628
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	13	11.509	11.509
Prejuízos acumulados		(502.567)	(454.728)
Total do patrimônio líquido		89.570	137.409
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.971.319**	**2.723.091**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	2022	2021
Receita Líquida	19	**833.692**	**797.375**
Custos dos Serviços Prestados	20	**(547.521)**	**(601.086)**
Lucro Bruto		**286.171**	**196.289**
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas	20	(39.430)	(37.483)
Outras despesas	20	(3.283)	(5.518)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**243.458**	**153.287**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	31.891	13.593
Despesas financeiras	21	(347.624)	(414.298)
Despesas Financeiras Líquidas		**(315.733)**	**(400.705)**
Prejuízo do Exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(72.275)**	**(247.418)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	24.436	83.225
Prejuízo do Exercício		**(47.839)**	**(164.193)**
Prejuízo por ação - básico e diluído	22	(0,08)	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	2022	2021
Prejuízo do Exercício	**(47.839)**	**(164.193)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(47.839)**	**(164.193)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social Subscrito	Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**580.628**	**11.509**	**(290.535)**	**301.602**
Prejuízo do exercício	-	-	(164.193)	(164.193)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**580.628**	**11.509**	**(454.728)**	**137.409**
Prejuízo do exercício	-	-	(47.839)	(47.839)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**580.628**	**11.509**	**(502.567)**	**89.570**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(47.839)	(164.193)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	20	81.230	80.729
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado		135	(340)
Provisão manutenção	15	79.138	74.444
Provisão para riscos		18.620	13.177
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	13	329.731	401.325
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		(22.924)	(805)
Juros sobre contratos de arrendamento	16	304	635
Impostos diferidos	8	(24.436)	(83.225)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(6.207)	(8.233)
Estoques		(561)	(1.278)
Impostos a recuperar		9.338	(1.159)
Adiantamento a fornecedores		811	2.657
Despesas antecipadas		(960)	72
Outros ativos		(346)	(81)
Fornecedores		(50.509)	(50.921)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		308	(772)
Credor pela concessão - outorga variável		(1.855)	1.116
Impostos, taxas e contribuições		414	2.070
Provisão para riscos processuais	17	(5.283)	-
Outras contas a pagar		2.474	1.980
Juros pagos	13	(91.255)	(85.934)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		270.327	181.264
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras vinculadas		71.772	26.066
Aquisições de imobilizado	9	(3.173)	(5.972)
Aquisições de intangível	25	(238.289)	(299.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(169.689)	(279.613)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de debêntures, líquido do custo de captação	13	(6.476)	(6.149)
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	16	(3.262)	(3.241)
Pagamento (juros) dos contratos de arrendamento mercantil	16	(304)	(635)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento		(10.042)	(10.025)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**90.596**	**(108.374)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**108.606**	**216.980**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	3	**199.201**	**108.606**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**90.596**	**(108.374)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas			
Com arrecadação de pedágio e receita acessória		614.053	505.554
Com construção	19	268.125	334.057
Outras receitas	19	4.633	1.572
	19	886.811	841.183
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo de obra	20	(268.125)	(334.057)
Despesa operacional		(98.558)	(93.127)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(76.095)	(74.383)
Ônus variável da concessão		(15.907)	(16.240)
Valor adicionado bruto		428.127	323.376
Retenções			
Depreciação e amortização	20	(81.230)	(80.729)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		346.897	242.647
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	21	31.891	13.593
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		378.788	256.240
Distribuição do Valor Consumido			
Pessoal		48.759	44.100
Proventos		27.885	26.028
Benefícios		9.209	8.885
FGTS		2.038	1.946
Outros encargos		9.627	7.241
Impostos, taxas e contribuições		28.683	(39.415)
Federais		(2.012)	(64.760)
Municipais		30.695	25.344
Remuneração de capitais a terceiros		349.185	415.749
Juros e remuneração sobre debêntures - Partes relacionadas		329.731	401.510
Despesas financeiras		17.893	12.788
Aluguéis		1.560	1.451
Atribuído aos acionistas		(47.839)	(164.193)
Prejuízos acumulados		(47.839)	(164.193)
Valor consumido		378.788	256.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

entrevias
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6
Demonstrações Financeiras 2022
www.entrevias.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Companhia está localizada na Rodovia Atílio Balbo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP. A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações. As receitas de pedágio compreendem o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro - SP, Sertãozinho - SP, Ribeirão Preto - SP e Igarapava - SP, o trecho sul, entre os municípios de Borborema - SP e Florínea - SP. 1.1. Contrato de Concessão: Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa, no montante de R$1.376.512, que foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021. A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R$985.752 para obras de ampliação, R$1.917.461 na restauração de rodovias, R$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio ("Wi-Fi") para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito. **Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão:** Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais. Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifa reajustada em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado. A Companhia ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão. **Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão:** Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação de reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária. Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de março de 2023. 2.2. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. (i) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. (i) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) determinação de provisões para manutenção - nota explicativa nº 15; (b) provisões para riscos processuais - nota explicativa nº 17, (c) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros - nota explicativa nº 08 e 10.: Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. (ii) Julgamentos: As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão. Determinação das receitas de construção: De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e de acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico Percentage of Completion - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 19. Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 15. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8. Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros: As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de desconto que reflitam os riscos específicos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. 2.5. Principais práticas contábeis: A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. (i) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. (ii) Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. (iii) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Impostos diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substantivamente promulgadas no fim de cada período de relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Para fins de impostos diferidos tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. (iv) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Qualquer ganho e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes: Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. (v) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (Earnings before taxes - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (vi) Intangível: A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras. (vii) Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (viii) Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. (ix) Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. (x) Provisão para manutenção: Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2022 (9,83% em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão. (xi) Provisão para riscos processuais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (xii) Debêntures a pagar - partes relacionadas: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido. (xiii) Custos com debêntures: Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures s específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização. Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. (xiv) Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente - Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR - valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 não há instrumentos classificados como VJORA. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Reforma da taxa de juros: Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (xv) Prejuízo básico e diluído por ação: O cálculo do prejuízo básico por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. (xvi) Reconhecimento de receita - a) Receitas de serviços: As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. b) Receitas de construção: A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) - contrato de concessão (IFRIC 12). A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. c) Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. (xvii) Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. (xviii) Informação por segmento: Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). (xix) Benefícios a empregados: A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida foram descontinuadas devido a mudança do controle acionário. a) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. (xx) Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. (xxi) Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1) As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiros de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimento futuro, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º /01/2023. (c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	2.499	1.371
Bancos	3.643	1.581
Aplicações financeiras (i)	193.060	105.654
Total	199.201	108.606

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23. (i) Referem-se a CDBs - Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (100% a.a. em 31 de dezembro 2021).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 13).

	2022	2021
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	38.335	87.183
Total	38.335	87.183

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	2022	2021
Pedágio eletrônico a receber (*)	39.678	33.058
Receitas acessórias a receber	1.879	1.603
Total	41.557	34.661
A vencer	41.557	34.661
Vencidos	-	-
Total	41.557	34.661

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária. A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (forward-looking). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

6. ESTOQUE

	2022	2021
Material para Pavimentação	2.727	-
Elementos de Proteção e Segurança	1.957	6.520
Material de Sinalização	3.297	1.690
Outros	1.610	820
Total	9.591	9.030

7. IMPOSTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

7.a. Impostos a recuperar

	2022	2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	6.552	15.203
Antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre estimativa	-	688
Outros	4	3
Total	6.555	15.894
Não circulante	6.555	15.894

Compensação dos impostos	
2024	1.602
2025	4.953
Total	6.555

O cronograma de compensação dos impostos, foi elaborado com base no estudo preparado pela Administração, quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores de impostos a recuperar nos próximos anos. 7.b. Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
COFINS a recolher	5.002	6.113
PIS a recolher	908	1.140
ISS a recolher	4.081	2.829
Outros impostos a recolher	1.115	611
Total	11.107	10.693

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	160.258	155.786	4.472	64.075
Provisão para manutenção	84.082	70.089	13.993	14.377
Provisão para riscos processuais	13.577	7.600	5.977	4.480
Outras diferenças temporárias	287	293	(6)	293
TOTAL	258.204	233.768	24.436	83.225

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	155.786	4.472	160.258
Provisão para manutenção	70.089	13.993	84.082
Provisão para contingências	7.600	5.977	13.577
Outras diferenças temporárias	293	(6)	287
Total	233.768	24.436	258.204

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	91.711	64.075	155.786
Provisão para manutenção	55.712	14.377	70.089
Provisão para contingências	3.120	4.480	7.600
Outras diferenças temporárias	-	293	293
Total	150.543	83.225	233.768

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue

	2022	2021
Imposto de renda diferido	189.760	171.888
Contribuição social diferida	68.444	61.880
Total	258.204	233.768

	2022	2021
Prejuízo do exercício antes de IR e CSLL	(72.275)	(247.418)
Taxa Combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.574	84.122
Demais efeitos permanentes	(138)	(897)
Total imposto de renda e contribuição social	24.436	83.225
Alíquota efetiva	34%	34%

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de con-

continua...

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

Demonstrações Financeiras 2022

www.entrevias.com.br

cessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios da Companhia e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pela Companhia. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava. As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongaí, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2022 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

9. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96	1.162	5.468	4.178	255	6.261	238	2.341	19.999
Adições	784	7	29	2.306	-	2	45		3.173
Baixa	-	-	-	-	-	(170)	-	-	(170)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	880	1.169	5.497	6.484	255	6.093	283	2.341	23.002
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(39)	(280)	(1.350)	2.306	(169)	(1.692)	(24)	(159)	(5.843)
Adições	(39)	(118)	(548)	-	(37)	(1.556)	(19)	(80)	(3.398)
Baixa	-	-	-	6.484	-	35		-	35
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(78)	(398)	(1.898)	(3.200)	(206)	(3.213)	(43)	(239)	(9.206)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57	882	4.118	2.048	86	4.569	214	2.182	14.156
Saldo em 31 de dezembro de 2022	802	771	3.599	3.353	49	2.880	240	2.102	13.796
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96	1.125	5.225	3.565	192	1.545	197	2.245	14.190
Adições	-	37	243	776	63	4.716	41	96	5.972
Baixa	-	-	-	(163)	-	-	-	-	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96	1.162	5.468	4.178	255	6.261	238	2.341	19.999
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(21)	(163)	(818)	(1.336)	(125)	(641)	(11)	(83)	(3.198)
Adições	(18)	(117)	(532)	(798)	(44)	(1.051)	(13)	(76)	(2.649)
Baixa	-	-	-	4	-	-		-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(39)	(280)	(1.350)	(2.130)	(169)	(1.692)	(24)	(159)	(5.843)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75	962	4.407	2.229	67	904	186	2.162	10.992
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57	882	4.118	2.048	86	4.569	214	2.182	14.156
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

Em 31 de dezembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de Uso - CPC 06/ IFRS 16 (iii)	Total - intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção (iv)	Total - infraestrutura em construção
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	459.370	1.376.512	4.494	10.778	1.851.154	10.706	605.198	615.904
Adições	23.520	-	598	-	24.118	10.175	228.021	238.196
Transferências (*)	-	-	-	-	-	(16.583)	16.583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	482.890	1.376.512	5.092	10.778	1.875.272	4.298	849.802	854.100
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(59.202)	(193.617)	(561)	(4.682)	(258.062)	-	-	-
Adições	(29.853)	(45.887)	(249)	(1.842)	(77.832)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(89.055)	(239.504)	(810)	(6.524)	(335.894)	-	-	-
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400.168	1.182.895	3.933	6.096	1.593.092	10.706	605.198	615.904
Saldo em 31 de dezembro de 2022	393.835	1.137.008	4.281	4.254	1.539.378	4.297	849.803	854.100
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de Uso - CPC 06/ IFRS 16 (iii)	Total - intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção (iv)	Total - infraestrutura em construção
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	420.133	1.376.512	3.292	14.260	1.814.197	22.718	310.378	333.096
Adições	39.277	-	1.202	971	41.450	12.344	270.464	282.808
Alienações/baixas	(40)	-	-	(4.453)	(4.493)	-	-	-
Transferências (*)	-	-	-	-	-	(24.356)	24.356	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	459.370	1.376.512	4.494	10.778	1.851.154	10.706	605.198	615.904
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(30.060)	(147.728)	(354)	(2.379)	(180.521)	-	-	-
Adições	(29.138)	(45.889)	(207)	(2.846)	(78.080)	-	-	-
Alienações/baixas	(4)	-	-	543	539	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(59.202)	(193.617)	(561)	(4.682)	(258.062)	-	-	-
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	390.073	1.228.784	2.938	11.881	1.633.676	22.718	310.378	333.096
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400.168	1.182.895	3.933	6.096	1.593.092	10.706	605.198	615.904
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

(a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. . O Direito de uso - CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1.2. (iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. A Companhia avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. (iv) Refere-se a obras e serviços em construção nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativo intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. Análise de *impairment*: De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparados para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores de obras	40.879	30.320
Fornecedores operacionais	2.399	1.947
Fornecedores de tecnologia	2.770	2.121
Fornecedores diversos	3.507	3.583
Total	49.555	37.971

12. CREDOR PELA CONCESSÃO

	2022	2021
Ônus variável de concessão (*)	-	2.443
Taxa de fiscalização	1.081	493
Total	1.081	2.936

(*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 1.2 a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado.

13. DEBÊNTURES

1ª Emissão - partes relacionadas: Em 10 de maio de 2017, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"). O montante total da emissão foi de R$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação. O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures. Conversibilidade das debêntures - as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de "*impairment*" de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa). No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido. As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$10.000. O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão). Não há cláusulas de "*covenants*" financeiros sobre as debêntures. 2ª Emissão: Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado. O montante total da emissão foi de R$1.000.000 as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais). Estão classificados no passivo circulante os juros e 0,5% do principal bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2023. As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 31 de dezembro de 2024; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures. Os índices financeiros indicados a seguir são apurados semestralmente com base nas informações financeiras intermediárias da Companhia. (1) Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2024 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,2x. (2) Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,2x. (3) Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75x. A posição das debêntures está resumida a seguir:

	2022	2021
Principal (incluindo atualização monetária)	2.097.046	1.986.088
Remuneração (juros)	472.844	358.503
Custos de captação	(47.460)	(54.160)
Total	2.522.430	2.290.431
1ª Emissão de debentures	1.391.418	1.224.508
2ª Emissão de debentures	1.178.472	1.120.084
Custos de captação	(47.460)	(54.160)
Circulante	3.594	3.413
Não circulante	2.518.837	2.287.018

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2022:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	2.290.431	329.731	(6.476)	(91.255)	2.522.430

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2021:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	1.981.189	401.325	(6.149)	(85.934)	2.290.431

Vencimento longo prazo	
2024	2.500
2025	2.500
2026	110.000
2027	170.000
2028 em diante	2.233.837
Total longo prazo	2.518.837

14. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final: A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações. Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2022 em até R$7.896 (R$ 7.896 em 31 de dezembro de 2021), incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R$4.964 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$7.896).

Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante 2022	Ativo Circulante 2021
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	Coligada	163	1.109
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas	Coligada	283	26
Total			446	1.135

Contas a pagar:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante 2022	Passivo Circulante 2021
Eixo SP Concessionária de Rodovias*	Compartilhamento de despesas	Coligada	191	132
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas	Coligada	27	22
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	Coligada	363	265
Total			581	419

Debêntures

Partes relacionadas - Acionista indireta	Passivo não circulante 2022	Passivo não circulante 2021
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações - (nota 13)	1.391.418	1.224.508

Resultado

Despesa

	2022	2021
Eixo SP Concessionária de Rodovias*	137	231
Concessionária Auto Raposo Tavares	10	483
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações	(166.910)	(202.508)
IBH I Serviços e Participações	(6.215)	(2.319)
Total	(172.978)	(204.113)

* Considerado como parte relacionada em atendimento às normas contábeis.

a. Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Debêntures: As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"), nas condições especificadas na nota explicativa nº13.

15. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	2022	2021
Provisão para manutenção	292.753	246.738
Ajuste a valor presente	(45.703)	(40.596)
Total	247.050	206.142
Circulante	27.019	15.944
Não circulante	220.031	190.199

Descrição	Saldo em 2021	Adição	Consumo	Saldo em 2022
Provisão para manutenção	246.738	84.245	(38.231)	292.753
Ajuste a valor presente	(66.157)	(13.272)	-	(79.429)
AVP despesa financeira	25.561	8.165	-	33.726
Total	206.142	79.138	(38.231)	247.050

Descrição	Saldo em 2020	Adição	Consumo	Saldo em 2021
Provisão para manutenção	196.905	81.994	(32.161)	246.738
Ajuste a valor presente	(49.479)	(16.677)	-	(66.157)
AVP despesa financeira	16.434	9.127	-	25.561
Total	163.860	74.444	(32.161)	206.142

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2022, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2024 e junho de 2028, conforme "*aging*" de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2024 a junho de 2024	17.976
De julho de 2024 a junho de 2025	136.696
De julho de 2025 a junho de 2026	29.070
De julho de 2026 a junho de 2027	13.098
De julho de 2027 a junho de 2028	23.191
Total	220.031

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	2022	2021
Saldo inicial	5.389	12.112
Adições	-	971
Baixas	-	(4.453)
Juros provisionados	304	635
Pagamento de juros	(304)	(635)
Pagamento de principal	(3.261)	(3.241)
Total	2.128	5.389
Circulante	90	2.398
Não circulante	2.038	2.991

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	2022	2021
Provisão para contingência - ação cível	9.879	2.425
Provisão para contingência - ação trabalhista	3.053	445
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	22.759	19.483
Total	35.691	22.354

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	2021	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2022
Cível	2.425	9.562	(1.235)	(1.563)	690	9.879
Trabalhista	445	2.710	(63)	(365)	325	3.053
Regulatória	19.484	6.009	-	(3.355)	622	22.759
Total	22.354	18.281	(1.298)	(5.283)	1.637	35.691

b) Possível: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	2022	2021
Causas possíveis - ação cível	10.429	2.193
Causas possíveis - ação trabalhista	2.433	617
Causas possíveis - ação regulatória	59.583	46.492
Total	72.445	49.302

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R$ 580.628 (R$ 580.628 em 31 de dezembro de 2021), representado por 580.628 ações (580.628 em 31 de dezembro de 2021), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Investimento e Participação II S. A. (*)	580.628	100

(*) Em 30 de novembro de 2022, a Administração da Companhia divulgou Fato Relevante, no qual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que foi informada por seus controladores sobre a alienação de 55% das ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas pelos mesmos controladores, para a VINCI, empresa de concessões, energia e construção estabelecida na França. A efetivação da operação ainda está condicionada ao cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A segunda emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2024.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	2022	2021
Receita com arrecadação de pedágio	611.183	503.899
Receita acessória	2.870	1.655
Receitas com construção (a)	268.125	334.057
Outras	4.633	1.573
Receita bruta	886.811	841.184
Deduções de receita	(53.119)	(43.809)
Receita líquida	833.692	797.375

a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	2022	2021
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	614.053	505.554
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	18.430	15.177
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.993	3.288
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	30.696	25.344
Deduções da receita	53.119	43.809

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2022	2021
Custo de construção de obra	(268.125)	(334.057)
Provisão para manutenção	(70.973)	(65.317)
Depreciações e amortizações	(81.230)	(80.729)
Pessoal	(47.155)	(44.069)
Serviços de terceiros (*)	(63.099)	(62.084)
Poder concedente	(15.907)	(16.240)
Conservação e manutenção	(18.810)	(15.876)
Provisão para contingências	(16.983)	(11.537)
Locações de imóveis e máquinas	(116)	(298)
Seguros	(2.870)	(2.942)
Outras despesas operacionais	(4.966)	(10.938)
Total	(590.234)	(644.087)
Custo dos serviços prestados	(547.521)	(601.086)
Despesas administrativas	(39.430)	(37.483)
Outras despesas	(3.283)	(5.518)
Total	(590.234)	(644.087)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	30.424	12.132
Variação monetária sobre créditos fiscais	856	542
Outros	611	919
Total	31.891	13.593
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre debêntures	(323.031)	(394.625)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(6.700)	(6.700)
Juros de arrendamento	(304)	(635)
AVP - Provisão de Manutenção	(8.165)	(9.127)
Outras	(9.424)	(3.211)
Total	(347.624)	(414.298)
Resultado financeiro, líquido	(315.733)	(400.705)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

	2022	2021
Prejuízo básico/diluído por ação	(0,08)	(0,28)

a) Prejuízo básico/diluído por ação: O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Prejuízo referente aos doze meses atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(47.839)	(164.193)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	580.628	580.628

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco. a) Exposição a riscos cambiais: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Na data base 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Considerações gerais: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2022, conforme quadro a seguir:

		31/12/2022	Nível
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	199.201	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	38.335	-
Contas a receber	Custo amortizado	41.557	-
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	446	-
Outros ativos	Custo amortizado	4.740	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	49.555	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.522.430	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	2.128	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.081	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	277	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	581	-

		31/12/2021	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	108.606	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	87.183	-
Contas a receber	Custo amortizado	34.661	-
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	1.135	-
Outros ativos	Custo amortizado	4.394	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	37.971	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.290.431	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	5.390	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	2.936	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	122	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	419	-

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. *Hierarquia do valor justo:* A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta valores a receber de R$ 41.557 (R$ 34.661 em 31 de dezembro de 2021), sendo 95,5% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação - "OSAs", decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e incluem os pagamentos de juros contratuais:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2023	2024	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	2.644.107	2.644.107
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	99.453	98.616	1.859.862	2.057.931
Fornecedores		49.555	-	-	49.555
Passivo de arrendamento		90	2.038	-	2.128
Credor pela concessão		1.081	-	-	1.081
Outras contas a pagar		277	-	-	277
Total		150.456	100.654	4.503.969	4.755.079

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2023	2024	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	2.582.882	2.582.882
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	97.050	96.234	1.814.696	2.102.388
Fornecedores		-	-	-	37.971
Passivo de arrendamento		2.991	-	-	5.389
Credor pela concessão		-	-	-	2.936
Outras contas a pagar		-	-	-	122
Total		100.041	96.234	4.397.578	4.731.688

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

e) Análise de sensibilidade: A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Ce-

continua...

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

Demonstrações Financeiras 2022

www.entrevias.com.br

nário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável. • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização 25%	Valorização 50%	Desvalorização 25%	Desvalorização 50%
DI Ativo (% ao ano)	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%	6,25%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,48%	6,85%	8,22%	4,11%	2,74%

Os indicadores utilizados para 2023 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2022. Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:* Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2022	Risco	Cenário provável (Nível 1)		Valorização (R$) (Nivel 2)	Valorização (R$) (Nivel 3)	Desvalorização (R$) (Nivel 2)	Desvalorização (R$) (Nivel 3)
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	199.201	CDI	12,50%	24.900	31.125	37.350	18.675	12.450
Aplicações financeiras vinculadas	38.335	CDI	12,50%	4.792	5.990	7.188	3.594	2.396
Debêntures (*)	(2.581.399)	IPCA	5,48%	(141.461)	(176.826)	(212.191)	(106.096)	(70.730)
Total	(2.818.936)			(171.153)	(213.941)	(256.729)	(128.365)	(85.576)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(42.788)	(85.568)	42.788	85.568

(*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

24. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2023
Veículos - frota	13.329	Até julho de 2023
D&O	30.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	597.233	Até julho de 2023
Seguro garantia	535.061	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	291	Até fevereiro de 2024
Seguro Garantia Judicial	44.001	Até dezembro de 2027
Seguro Patrimonial - Galpões	5.500	Até novembro de 2026

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	2022	2021
Custo com aquisição intangível	262.314	323.287
Saldo de fornecedor no fim do exercício	(24.025)	(23.580)
	238.289	299.707

A DIRETORIA

Clara Maria da Cunha Ferraz
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR:

Daniel Lavorini
Contador CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
Sertãozinho - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards* Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão	
Veja a Nota explicativa nº 2.4, 2.5 (v) e 10 das demonstrações financeiras.	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R$ 2.393.478 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização dos ativos fiscais diferidos	
Veja a Nota explicativa nº 2.4, e 2.5 (iii) e 8 das demonstrações financeiras.	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R$ 258.204 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA)); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 07 de Março de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

I. APRESENTAÇÃO

Este é o 14º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP" ou "Instituição"), que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização para o exercício de 2022.

A edição de 2022 destaca as ações tomadas pela Desenvolve SP em seu plano de negócios abrangendo conceitos de sustentabilidade e inovação e o aporte de R$ 1 bilhão realizado pelo controlador no exercício.

II. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142 de 6 de setembro de 2007, tendo sido constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma Instituição pública não dependente do Tesouro, e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R$ 3,2 bilhões, a Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Cabe a Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

III. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2026 e de seu Plano de Negócios 2022, foram definidos como princípios transversais a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG).

▶ **MISSÃO**

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

▶ **VISÃO**

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

▶ **VALORES**

√ Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
√ Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
√ Buscamos a eficiência em todos os negócios;
√ Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
√ Temos orgulho de fazer parte desse time!

1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para o período de 2022 a 2026, foram definidas como diretrizes de atuação:

INOVAÇÃO:

- Inovar em todos os seus negócios, a fim de potencializar a sua presença no mercado, maximizar os seus resultados, garantindo a sua perenidade.
- Adotar modelos de negócios baseados em estruturas organizacionais inovadoras e de transformação digital.

SUSTENTABILIDADE: Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da Instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

PESSOAS: Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

EFICIÊNCIA: Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

RELAÇÃO COM GOVERNO:

- Participar dos Programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, modernização, reduzindo as diferenças regionais.
- Estar presente nos planos de retomada da economia após Covid-19.

2. PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2022

Alinhado ao plano estratégico, o Plano de Negócios, representado pela sua matriz de atuação, indica os caminhos táticos que o Desenvolve SP deve percorrer no ano.

Fundamentados em **Sustentabilidade e Inovação** como princípios transversais, cinco são os pilares de atuação, alinhados aos ODS: Inovação nos negócios; Inovação e crescimento organizacional; Ambiental; Social; e Governança.

3. APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023-2030

Em novembro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2030, tendo como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios ESG.

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição: https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/

4. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento a Deliberação Codec 04/2019, emitido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, envolvendo a participação de 11 membros, sendo nove do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e dois da Diretoria Executiva, mediante o preenchimento de formulários específicos.

A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual.

O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que atestou a sua conformidade.

5. PÚBLICO-ALVO

O foco da Desenvolve SP são microempresas, empresas de pequeno e médio porte e setor público, atendendo as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R$ 81 mil até R$ 300 milhões, atuantes no agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

6. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2022

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2022-2026, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2022.

Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram como Meta Global[1] um resultado de 85,15%[2].

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP possui uma estrutura de Governança Corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa na execução de suas atividades, bem como uma eficaz prestação de contas com a sociedade.

A Instituição baseia suas atividades nas boas práticas de governança corporativa, utilizando para isso os seguintes instrumentos de governança corporativa: Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas de transparência e de governança e intranet.

O Estatuto Social da Desenvolve SP foi elaborado em conformidade com as leis e normativas vigentes e regulamenta, em linhas gerais, o funcionamento da Instituição, os direitos e obrigações dos órgãos colegiados estatutários.

As Políticas Internas definem parâmetros, diretrizes ou orientações, que facilitam e servem de base para o processo de tomada de decisões e comportamento em qualquer nível da empresa.

Com uma estrutura de Governança Corporativa que prioriza a descentralização do processo decisório e a tomada de decisão sempre de forma colegiada, a Desenvolve SP aumentou a sua estrutura de Governança Corporativa em 2022 com a criação de dois novos comitês colegiados internos, fortalecendo o processo:

• Comitê Gerencial: O Comitê Gerencial, criado em substituição ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios, é composto pelos colaboradores da Desenvolve SP no exercício dos cargos de Superintendente, Chefe de Gabinete, Ouvidor e Gerente diretamente vinculado a Diretoria. Suas atribuições são acompanhar a formulação e execução do Plano de Metas vigente e demais atividades relacionadas, com propostas de atuação e sugestões de aprimoramento, acompanhar os Projetos Corporativos e propor alterações, prestar contas da sua atuação para os demais gestores e funcionários da Desenvolve SP, além de apresentar temas transversais da Instituição que não são da competência dos demais comitês;

• Comitê de Tecnologia da Informação: Composto por colaboradores da Desenvolve SP, o Comitê de Tecnologia da Informação tem como principal atribuição direcionar e priorizar os investimentos e projetos estratégico, arquitetura, segurança da informação e desenvolvimento de sistemas e implantações, sempre primando pela boa governança de TI.

Por fim, visando reduzir ou eliminar gradualmente o trâmite de papel entre as unidades da Desenvolve SP, bem como em seu relacionamento com órgãos externos, a Desenvolve SP iniciou sua participação, em 2022, no Programa São Paulo Sem Papel.

8. CONTROLES INTERNOS, *COMPLIANCE* E GESTÃO DE RISCOS

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pela Resolução CMN nº 4.943, de 15 de setembro de 2021, a Desenvolve SP possui uma Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC), que estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

Como parte do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático da carteira de crédito da Instituição, são utilizadas as informações dos Cenários 2040, provenientes do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo (ZEE-SP).

Além disso, faz parte da PGRSAC a Lista de Exclusão da Desenvolve SP, que contém as atividades e os empreendimentos não financiados e as situações envolvendo condenação em crimes sociais, ambientais ou climáticos. Essa lista foi revisada, passando a contemplar itens das Listas de Exclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da International Finance Corporation (IFC), do New Development Bank (NDB), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

9. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em 2022, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se as ações voltadas à promoção de treinamento dos colaboradores. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/.

10. PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

A Desenvolve SP participou da autoavaliação de aderência às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), onde foi disponibilizado um roteiro de atuação, com sugestões de aprimoramento das melhores práticas. Está em andamento a verificação dessas sugestões, para posterior definição dos procedimentos para implantação.

[1] Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.
[2] Resultado prévio.

IV. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2022 a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do Estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Criação da Superintendência de Sustentabilidade e Impacto (SUSIM), responsável pela estratégia de sustentabilidade da Desenvolve SP, com atuação transversal ao planejamento estratégico e às políticas institucionais.
- Elaboração e divulgação do Framework de Financiamento Sustentável, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo conteúdo obteve avaliação independente (SPO - *second party opinion*) da empresa NINT - Natural Intelligence.
- Atualização da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece os princípios e as diretrizes de natureza social, ambiental e climática da Desenvolve SP, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021.
- Elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2021, em conformidade com a opção Essencial, as diretrizes e recomendações das normas da organização internacional *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios.
- Continuidade da adesão ao Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), cujo objetivo é incentivar empresas públicas e privadas, associações e municípios paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em 2022, a Desenvolve SP participou da publicação do livro "Acordo Ambiental São Paulo - 91 Cases de Sucesso", com o case "Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do Plantio da Integração".
- Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP, confeccionada em parceria com o BID.
- Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados alinhados às metas dos ODS, cujo progresso se dará ao longo de 2023.

V. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

▶ **Linhas de financiamento**

• **Setor privado**

Em 2022 foi lançada a Linha Digitaliza SP. Criada em cooperação com o Senai-SP, a linha visa oferecer financiamento para implantação de projetos de transformação digital de forma rápida e simplificada. Os clientes passam por consultoria Senai para estruturação do projeto e podem solicitar o financiamento para garantir a implantação.

• **Setor Público**

Em 2022 foi realizada a assinatura de Convênio e de plano de trabalho para equalização parcial de juros da Linha Desenvolve Municípios (LDM), em parceria com o Governo do Estado de SP, tendo esta linha o objetivo de financiar projetos de infraestrutura urbana e de iluminação pública. Em 2022 foram contratadas 72 operações pela mesma, totalizando mais de R$ 920 milhões em valores contratados.

Também houve o lançamento da Linha Municípios Sustentáveis (LMS), com condições diferenciadas e focada em operações de crédito destinadas a financiar investimentos municipais destinados à projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de CO² e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, além de investimentos em infraestrutura sociais, como escolas, hospitais e destinações turísticas, desta forma contribuindo para uma carteira de crédito do setor público mais alinhada com os ODS da ONU.

▶ **Fundos Garantidores**

A Instituição opera com seis fundos garantidores: FGI, FGI CL, FGI PEAC, FDA, FAMPE e FGO/PRONAMPE.

Com o objetivo de fornecer garantias para operações de eficiência energética a Desenvolve SP implementou, no final de 2022, o Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE), com patrimônio de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela GiZ. Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados para a Desenvolve SP mais de R$ 400 milhões em operações de crédito.

▶ **Fundos de Desenvolvimento**

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados à programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

Em janeiro de 2022, a Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R$ 46 milhões. O Fundo, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional, tem como objetivo o financiamento e o investimento em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Campinas.

Em dezembro de 2022, a Instituição firmou contrato com a Secretaria da Habitação para a prestação de serviços de administração dos recursos do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R$ 30 milhões.

Ao final de 2022, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R$ 3,1 bilhões, distribuídos na gestão de 6 Fundos Garantidores e de 12 Fundos Estaduais de Desenvolvimento: BPP - Banco do Povo Paulista; FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos; FUNAC - Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo; FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista; FPHIS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social; FUNDESVAR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira; FUNDESPAR - Fundo de Des. Econ. e Soc. do Pontal do Paranapanema; FUNDOVALE - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; FUNCET - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FEPRAC - Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas; FUNDOCAMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas; e FGH - Fundo Garantidor Habitacional.

Estão sendo negociados, junto às Secretarias de Estado, a internalização dos seguintes Fundos a Desenvolve SP, previsto para ocorrer nos próximos anos: FUMEFI - Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento; FDMBS - Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista; FECOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição; FRMS - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba; FRMJ - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Jundiaí (criação já autorizada por lei); FRMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba (criação já autorizada por lei); e FSJRP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (criação já autorizada por lei).

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R$ 1,2 bilhão, por meio de 96 mil contratos, beneficiando 513 municípios. Em 2022, alcançou o montante recorde de R$ 341,1 milhões, beneficiando 19,5 mil microempreendedores. O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

VI. PARCEIROS

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Desenvolve SP atua como instrumento financeiro em diversos programas, como: Programa Vale do Futuro; Programa de Crédito Turístico; Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (ProAV); Programa Novo Rio Pinheiros; Programa Pontal 2030 (Paranapanema); Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi); Programa de Apoio à Inovação; Programa Empreenda Rápido; Transformando Cidades; Programa Frota Nova; Programa Água Limpa; Programa SP + Consórcios; Programas de Crédito Emergenciais; Programa Desenvolve Municípios.

2. ENTIDADES PARCEIRAS

Em 2022, a Desenvolve SP tornou-se membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). A Alide é um organismo internacional que representa os bancos de financiamento latino-americanos desde 1968, visando contribuir para o desenvolvimento regional, a cooperação financeira e os negócios, impulsionando setores econômicos na América Latina.

3. PUBLICIDADE, PATROCÍNIO E APOIO A EVENTOS

▶ **Campanha Publicitária**

Em 2022, realizamos campanha publicitária para divulgação de nossas linhas de financiamento sustentáveis, para inovação e capital de giro. A campanha de publicidade teve grande importância para a geração de novos pedidos de financiamento e para levar tráfego qualificado ao site.

Em períodos de maior investimento, as ações de busca que fizeram parte da estratégia da campanha foram a maior fonte de tráfego ao site da Desenvolve SP.

▶ **Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas**

A Desenvolve SP lançou em 2022 o Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas - Como se adequar ao novo mundo, com a proposta de apresentar o cenário atual e alertar sobre a importância e inevitabilidade de se adaptar. Evidenciar que a economia sustentável é benéfica não só para o bem-estar da sociedade e para a preservação do meio ambiente, mas também para o sucesso financeiro das empresas e para o desenvolvimento econômico do nosso estado e país. Incentivar e orientar os empresários na construção deste novo modelo econômico mais sustentável.

Foram mais de 7,2 mil acessos à página do guia.

▶ **Novo site**

Em novembro um novo site da Desenvolve SP foi lançado. Uma versão com visual atualizado, mais moderno e intuitivo com o objetivo de melhorar ainda mais a experiência do usuário na busca pelos produtos e informações sobre a Desenvolve SP. O site representa o compromisso da Desenvolve SP em manter-se atualizado, e gerar a melhor experiência possível ao usuário.

▶ **Patrocínios**

Como parte do posicionamento estratégico desenvolvido para o fortalecimento da marca e a difusão da cultura empreendedora, em 2022 a Desenvolve SP se mostrou mais uma vez uma parceira importante em iniciativas que reforçaram o suporte ao ambiente de retomada econômica do estado em vários setores e o alinhamento da Instituição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 da ONU.

Foram firmados os seguintes patrocínios em eventos institucionais: Projeto "Agenda São Paulo 2022", evento "Alternativas para o desenvolvimento", evento "Semana da Sustentabilidade - 2022 - BID Invest", evento "Agora é que são elas, protagonismo feminino nos negócios", Almoço de confraternização - Abimaq/Sindimaq e Encontro Nacional Absolar 2022.

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

A. MUNDIAL

O biênio 2020 e 2021 ofereceu um grande desafio para a economia mundial em função da pandemia do Covid-19. Quando a pandemia surgiu em 2020, a economia global sofreu um grande choque, saindo de uma alta de 2,8%, em 2019, para uma recessão mundial de 3,8%, em 2020. As cadeias produtivas e de logística mundiais foram afetadas, provocando desabastecimento e descontrole inflacionário. A retomada econômica em 2021 ficou condicionada à reabertura dos mercados internacionais e aos programas de vacinação, que foi essencial para o bom resultado dos principais indicadores econômicos mundiais. No biênio 2022-2023, havia expectativa de que os principais indicadores econômicos apresentassem um ritmo de retorno à normalidade, na medida em que fosse superada a pior fase da pandemia. No primeiro semestre de 2022, porém, dois acontecimentos modificaram significativamente o cenário internacional: (I) Invasão russa na região da Ucrânia e (II) a política de combate ao vírus adotada pela China, causando ruptura nas cadeias globais de suprimentos, o que pressionou a inflação em nível mundial, levando a uma desaceleração mais intensa nas principais economias. Nesse cenário, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório do World Economic Outlook (outubro/2022), as projeções para crescimento global são de 3,2%, em 2022, e de 2,7% em 2023.

B. BRASIL

Os dois primeiros anos de pandemia revelaram-se um período de resiliência para a economia brasileira. A queda de 3,9%, do PIB brasileiro em 2020 mostrou que a pandemia colocou a atividade doméstica na rota de uma recessão em níveis recordes. No entanto, as políticas fiscais, com o auxílio emergencial, monetária expansionista, com a taxa Selic em seu menor patamar, tiveram papel fundamental para atenuar esse processo ao longo de 2020. O ano seguinte, por sua vez, foi marcado pela retomada econômica, onde a economia registrou um avanço de 4,6%. Apesar deste avanço, dois indicadores importantes ficaram no radar, a inflação e a Selic. No biênio 2022-2023, mesmo com bons resultados de atividade, a economia brasileira foi afetada pelo cenário internacional. A inflação também se mostrou resiliente, com impacto determinante para o início do ciclo de alta da taxa Selic, que em outubro atingiu 13,75%. As projeções do FMI para o PIB em 2022 são de crescimento em 2,8%, e de 1% em 2023.

C. SÃO PAULO

Dentro do contexto nacional, São Paulo também foi muito impactado pela pandemia da Covid-19. No período 2020 a 2021, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), no estado houve fôlego e capacidade de resistência para atravessar o momento mais crítico da pandemia. Assim, os resultados econômicos do estado revelaram-se positivos, o que forneceu boas condições para uma expansão robusta em 2022. Em 2022, a atividade econômica apresentou bom ritmo de crescimento em relação ao ano anterior. De acordo com a Seade, dentre os fatores que esclarecem esse resultado, pode-se destacar o Auxílio Brasil e a flexibilização das medidas restritivas, muito favorável aos serviços, principalmente os segmentos mais afetados pela pandemia, como transportes, turismo, entretenimento, hospedagem e alimentação. Outro fator foi o crescimento de 10,8% na taxa de ocupação em São Paulo, em comparação com o primeiro trimestre de 2021. As projeções da Seade relativas ao fechamento do ano se direcionam para um crescimento moderado da economia paulista, com influência positiva dos pacotes de benefícios sociais e da desaceleração da inflação e negativa do cenário internacional. Desta forma, as projeções para o PIB paulista têm agora mínima de 1,7%, média de 2,1% e máxima de 2,7%.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

▶ **Desembolsos**

Os desembolsos acumulados entre 2009 e 2022, totalizaram R$ 6,1 bilhões (13.286 operações), distribuídos em 478 municípios, para 192 prefeituras e 10.072 empresas.

Em 2022, os desembolsos somaram R$ 735,7 milhões, sendo 66,6% liberados com recursos próprios e 33,4% com recursos de terceiros, atendendo 1.713 empresas e 38 prefeituras, abrangendo um total de 246 municípios.

Ainda sob efeito do reflexo do período de transição pós-pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas, mantendo a procura por capital de giro, o que representou 61,3% do valor desembolsado em 2022. Outros 33,8% foram destinados a projetos de investimento e 4,9% para máquinas e equipamentos.

Cabe destacar os pedidos de financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, com operações de até R$ 1 milhão, através de 1.559 operações, totalizaram R$ 327,2 milhões, 39,7% maior que em 2021.

Para o setor de serviços, foi desembolsado em 2022, R$ 231,5 milhões, que correspondem a 31,5% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 22,0%, comércio com 21,1%, o setor público com 19,1%, setor de construção com 5,8% e o setor do agricultura, pecuária e pesca om 0,5%.

Os desembolsos para inovação somaram R$ 20,5 milhões. No período de 2013 a 2022, a Desenvolve SP atingiu o total de R$ 271,8 milhões, sendo 48,6% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

▶ **Setor Público**

O financiamento ao setor público, um dos focos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Desenvolve SP, atingiu um de seus melhores resultados desde a constituição da empresa, principalmente no que tange aos temas de contratações e liberações de recursos.

• **Desembolsos**

Desde o início das operações com o setor público, foram realizados mais de 1.500 desembolsos, referentes à 360 contratos firmados com 192 prefeituras, totalizando mais de R$ 1 bilhão em desembolsos acumulados. No ano de 2022 foram desembolsados R$ 140 milhões, beneficiando 38 prefeituras.

• **Formalização**

Desde o início das operações com o setor público, 192 municípios paulistas já contrataram crédito para projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos, pavimentação urbana, assim como projetos sustentáveis que proporcionaram impacto ambiental positivo, contribuindo para a redução na emissão de gás carbônico.

Nesta linha, somente em 2022 foram formalizados 116 novos contratos com prefeituras, totalizando mais de R$ 1,2 bilhão em valores contratados, valor que representa mais do que o dobro sobre o que já havia sido feito desde a constituição da empresa.

Entre os novos contratos de crédito assinados em 2022, estão projetos municipais nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, como, por exemplo, o financiamento de usinas fotovoltaicas e projetos para eficiência energética em iluminação pública.

▶ **Operações de Crédito**

Neste ano, o saldo da carteira de crédito atingiu marca histórica, fechando 31 de dezembro de 2022 em R$ 2,2 bilhões, crescimento de 8,4% em relação a 2021.

Em decorrência da maior procura, em função da pandemia, as operações de crédito de capital de giro representam 52,8% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Em relação ao porte, 77,5% do total da carteira de crédito do setor privado refere-se às micro, pequenas e médias empresas, e a representatividade do saldo de carteira do setor público em relação ao total alcançou 14,4%.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 14% de operações com vencimento de até 360 dias e 86% acima de 360 dias. Vale destacar que 85,3% da carteira está classificada entre os ratings "AA" e "C".

• **Cobrança**

A Instituição contratou 5 (cinco) escritórios de advogados e 2 (dois) escritórios de cobrança administrativa, que tornou ainda mais efetiva a cobrança extrajudicial, permitindo também a adoção de medidas judiciais de forma mais célere.

Além disso, a Instituição tem conjugado esforços visando à obtenção dos créditos de difícil recuperação, de forma a permitir uma melhoria na qualidade da carteira, bem como possibilitar o retorno do crédito com vistas à oferta para as demais empresas paulistas que dele necessitem. Como fruto dessas ações, em 2022 foram obtidos mais de R$ 24,8 milhões em regularização de prejuízo.

Apesar do arrefecimento da pandemia, muitas empresas ainda não conseguiram retomar suas atividades integralmente e a Desenvolve SP promoveu, a partir de outubro a dezembro/2022, uma campanha de renegociação que concedia carência de 6 meses, dedução dos encargos por atraso e o pagamento somente de uma parcela à vista para amortização do saldo. Foi renegociado pela campanha mais de R$ 20 milhões, que saiu da situação de inadimplência possibilitando a manutenção do índice dentro da meta prevista para o exercício.

• **Leilão de ICMS**

Em 2022 a Desenvolve SP realizou o décimo oitavo leilão de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses créditos são ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. O leilão ocorreu em julho e teve um montante de créditos de R$ 18,7 milhões, sendo adquiridos por R$ 17,9 milhões, o que representa um deságio de 4,5%.

• ***Funding***

Para cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do Estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, a Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a demanda.

Em 2022, foram ratificados pelo Conselho de Administração os processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB) e USD 110 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (COFIEX) e com foco em investimento em projetos de infraestrutura para os setores público e privado com conteúdo de sustentabilidade. A operação com o NDB possui prazo total de 10 anos, com 5 anos de carência. Já a captação com o BID possui prazo de 25 anos com 5 anos e 6 meses de carência.

Cabe salientar que no final de 2022, foi aprovado pela Corporación Andina de Fomento (CAF) - Banco de Desarrollo del América Latina o aumento de limite de nossa linha de crédito rotativo de USD 50 milhões para USD 100 milhões.

Outrossim, ressalta-se que em 2022 a Desenvolve SP retomou conversas com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para verificar a viabilidade de uma linha de crédito para financiamento de empresas lideradas por mulheres ou que contratem mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para custear a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2023.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2022 lucro líquido de R$ 202,6 milhões, **o maior de sua história,** representando crescimento de 99,6% em relação a 2021.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 304,2 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 22,3 milhões; gerando resultado operacional de R$ 281,9 milhões (87,8% maior que 2021). O destaque foi para os crescimentos de 163,0% nas receitas com títulos e valores mobiliários, reflexo do aporte do controlador na Instituição no valor de R$ 1 bilhão e da elevação da Taxa Selic, e, 99,0% nas receitas de prestação de serviços, geradas preponderantemente pela administração dos fundos do Governo. Em contrapartida, houve o crescimento de 114,0% nas despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com Patrimônio Líquido de R$ 3,4 bilhões, dos quais R$ 1,0 bilhão é decorrente do aporte de capital do controlador, realizado em dezembro/2022, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) no encerramento do exercício foi de 8,57%. O Índice de Eficiência atingiu 20,3% em 2022, uma redução de 13,9 p.p. em relação a 2021.

O total de ativos alcançou R$ 4,9 bilhões em 2022, composto por 55,0% de títulos e valores mobiliários, 41,0% de operações de crédito (destes, 60,3% de recursos próprios e 39,7% com recursos de terceiros), e 4,0% de outros ativos.

A agência de classificação de risco Fitch Ratings, em 26 de agosto de 2022, afirmou para a Desenvolve SP o rating nacional de longo prazo em 'AA(bra)', com perspectiva estável, e o IDR - *issuer default rating* (Rating de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moeda estrangeira em 'BB-', também com perspectiva estável. Em 28 de julho de 2022 foi revisada a perspectiva dos IDRs da Desenvolve SP de Negativa para Estável. De acordo com a Fitch "a capitalização da Desenvolve SP é muito forte. No primeiro semestre de 2021, o governo do estado autorizou aportes de capital de R$ 69 milhões, e a Instituição recebeu R$ 1 bilhão do governo paulista em novembro de 2021. Em março de 2022, os índices de Capital Nível 1 e de capital total da agência de fomento atingiram 77,8%". A Fitch destaca ainda que "a qualidade dos ativos da Desenvolve SP é adequada aos riscos que ela assume. Em dezembro de 2021, o índice créditos na faixa 'D-H'/créditos brutos foi de 10,1% (7,6% em 2020 e 10,6% na média dos últimos cinco anos). Devido ao seu modelo de negócios de desenvolvimento, ao maior apetite por risco e à estratégia de concessão de crédito de longo prazo, as provisões tendem a ser maiores, em média, frente as de outros credores. A Instituição tem bons controles de risco, e a cobertura de provisões para crédito foi satisfatória em dezembro de 2021: 67%".

VIII. DESTAQUES

▶ Maior lucro líquido anual da história da Desenvolve SP, no valor de R$ 202,6 milhões, 99,6 % maior que em 2021;
▶ Assinatura do convênio do "Programa Desenvolve Municípios", em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para a equalização de taxas e recursos aportados na Desenvolve SP;
▶ Leilão de créditos de ICMS no valor de R$ 18,7 milhões;
▶ Processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB) e USD 110 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
▶ Desenvolve SP e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) retomaram conversa para verificar a viabilidade de uma linha de crédito para financiamento de empresas lideradas por mulheres ou que contratem mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para custear a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2023.
▶ Aumento do limite disponível pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) a Desenvolve SP, que passou de US$ 50 milhões para US$ 100 milhões;
▶ Participação no programa Potencializee com recebimento de subvenção de EUR 8 milhões para a criação de um novo fundo garantidor voltado para operações de eficiência energética e com potencial de viabilizar mais de R$ 400 milhões em operações de crédito ao longo de 3 anos;
▶ Lançamento da Linha Digitaliza SP, que visa oferecer crédito para MPEs da Jornada da Transformação Digital do SENAI-SP;
▶ Publicação do primeiro Framework de Financiamento Sustentável de uma agência de desenvolvimento do Brasil, em parceria com o BID;
▶ Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R$ 46 milhões;
▶ Desenvolve SP firmou contrato para administração dos recursos do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R$ 30 milhões;
▶ Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP;
▶ Publicação de case no Livro do Acordo Ambiental São Paulo, da Cetesb, intitulado Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do "Plantio da Integração";
▶ Publicação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021;
▶ Renovação da adesão ao Pacto Global da ONU - Rede Brasil, para engajar empresas na adoção de princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção;
▶ Manutenção da adesão ao Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);
▶ Criação de dois novos comitês colegiados internos: Comitê Gerencial e Comitê de Tecnologia da Informação;
▶ R$ 3,1 bilhões sob gestão da Desenvolve SP de 12 fundos estaduais especiais e 6 fundos garantidores;
▶ Lançamento do Guia ESG da Desenvolve SP, referente às práticas ambientais, sociais e de governança da Desenvolve SP;
▶ Desenvolve SP alcança a marca de R$ 6,1 bilhões em desembolsos no acumulado histórico, tendo também ultrapassado a marca de R$ 1,0 bilhão de desembolsos na linha de crédito digital;
▶ Em 31 de dezembro, o saldo das operações de crédito da Instituição totalizou R$ 2,2 bilhões, crescimento de 8,4% quando comparado a dezembro de 2021 e o maior de sua história;
▶ Desenvolve SP se torna membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE);
▶ Campanha de recuperação de créditos para operações inadimplentes, de outubro a dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Diretoria

RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO
Diretor Presidente
e Diretor de Negócios e Fomento em exercício

KAREN KEMELY MUSSI MHEREB
Diretora Financeira e de Crédito
e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício

continua ★

→★ continuação

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	4	**100**	**131**
Instrumentos Financeiros		**4.954.340**	**3.874.643**
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	2.715.166	1.804.700
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	–	4.501
Operações de Crédito	6e	2.239.174	2.065.442
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		**(211.865)**	**(140.616)**
Operações de Crédito	6a e 6e	(211.850)	(140.599)
Outros Créditos		(15)	(17)
Ativo Fiscal Diferido	14b	**114.110**	**71.870**
Outros Ativos		**48.296**	**47.543**
Outros Valores e Bens	7a	41.411	41.968
Outros Créditos	7b	6.885	5.575
Imobilizado de Uso	8a	**33.849**	**33.849**
Intangível	8b	**9.870**	**7.558**
Depreciação e Amortização		**(7.542)**	**(6.748)**
Imobilizado		(4.348)	(3.872)
Intangível		(3.194)	(2.876)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7a e 8a	**(1.219)**	**(2.439)**
Total do Ativo		**4.939.939**	**3.885.791**

PASSIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.398.045**	**1.500.092**
Recursos de Repasse	9a	932.706	991.643
Empréstimos no Exterior	9b	410.967	447.657
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	8.652	–
Outros Passivos Financeiros	9c	45.720	60.792
Provisões	**16**	**1.894**	**1.827**
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	**10**	**96.133**	**48.567**
Outros Passivos	11	**57.804**	**31.453**
Patrimônio Líquido	**12**	**3.386.063**	**2.303.852**
Capital		3.156.476	2.156.476
Capital de Domiciliados no País		2.156.476	2.156.476
Aumento de Capital		1.000.000	–
Reservas de lucros		229.587	147.376
Total do Passivo		**4.939.939**	**3.885.791**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021(*Em milhares de Reais)*

			Reserva de lucros			
	Capital realizado	Aumento de Capital	Legal	Especial de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/07/2022	2.156.476	–	30.552	115.957	–	2.302.985
Aumento de Capital	–	1.000.000	–	–	–	1.000.000
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	108.955	108.955
Destinações:						
Reservas	–	–	5.448	44.645	(50.093)	–
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	–	–	–	–	(25.877)	(25.877)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	–	–	–	32.985	(32.985)	–
Saldos em 31/12/2022	**2.156.476**	**1.000.000**	**36.000**	**193.587**	**–**	**3.386.063**
Mutações do período	**–**	**1.000.000**	**5.448**	**77.630**	**–**	**1.083.078**
Saldos em 01/01/2022	2.156.476	–	25.866	121.510	–	2.303.852
Aumento de Capital	–	1.000.000	–	–	–	1.000.000
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	–	–	–	(72.334)	–	(72.334)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	202.682	202.682
Destinações:						
Reservas	–	–	10.134	82.263	(92.397)	–
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	–	–	–	–	(48.137)	(48.137)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	–	–	–	62.148	(62.148)	–
Saldos em 31/12/2022	**2.156.476**	**1.000.000**	**36.000**	**193.587**	**–**	**3.386.063**
Mutações do período	**–**	**1.000.000**	**10.134**	**72.077**	**–**	**1.082.211**
Saldos em 01/01/2021	1.041.977	12.925	20.790	84.077	–	1.159.769
Aumento de Capital	1.114.499	(12.925)	–	(32.574)	–	1.069.000
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	–	–	–	(2.327)	–	(2.327)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	101.521	101.521
Destinações:						
Reservas	–	–	5.076	41.021	(46.097)	–
Dividendo mínimo obrigatório - JCP					(24.111)	(24.111)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	–	–	–	31.313	(31.313)	–
Saldos em 31/12/2021	**2.156.476**	**–**	**25.866**	**121.510**	**–**	**2.303.852**
Mutações do exercício	**1.114.499**	**(12.925)**	**5.076**	**37.433**	**–**	**1.144.083**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	2º Sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**295.402**	**541.523**	**369.501**
Operações de crédito	6b	198.134	372.825	292.126
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		105.888	197.969	75.260
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5c	(8.620)	(29.271)	2.115
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(129.804)**	**(237.324)**	**(174.873)**
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(63.189)	(144.120)	(133.984)
Operações de vendas ou de transferência de ativos financeiros	6h	–	–	2.666
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(66.615)	(93.204)	(43.555)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**165.598**	**304.199**	**194.628**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		**(14.109)**	**(22.210)**	**(44.183)**
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13a	38.316	68.496	38.455
Despesas de pessoal	13b	(25.300)	(49.022)	(45.881)
Outras despesas administrativas	13c	(17.276)	(34.843)	(36.132)
Despesas tributárias	13d	(12.757)	(23.449)	(13.996)
Outras receitas operacionais	13e	3.031	16.791	13.856
Outras despesas operacionais		(123)	(183)	(485)
DESPESAS DE PROVISÕES		**200**	**(68)**	**(288)**
Trabalhista		381	148	(271)
Outras		(181)	(216)	(17)
Resultado Operacional		**151.689**	**281.921**	**150.157**
Resultado não Operacional		**627**	**636**	**(772)**
Resultado antes da Tributação s/Lucro e Participações		**152.316**	**282.557**	**149.385**
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	**(40.635)**	**(75.587)**	**(43.888)**
Imposto de renda e CSLL corrente		(71.012)	(117.712)	(56.556)
Imposto de renda e CSLL diferido		30.377	42.125	12.668
Participação no Lucro		**(2.726)**	**(4.288)**	**(3.976)**
Resultado Líquido		**108.955**	**202.682**	**101.521**
Nº de Ações		**2.728.177.414**	**2.728.177.414**	**1.902.204.132**
Resultado Líquido por Ação		**0,03994**	**0,07429**	**0,05337**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2º Sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do período / exercício	**108.955**	**202.682**	**101.521**
Outros Resultados abrangentes	–	–	–
Resultado Abrangente do período / exercício	**108.955**	**202.682**	**101.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (*Em milhares de Reais)*

	2º Sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	**152.316**	**282.557**	**149.385**
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações	**70.357**	**96.364**	**46.148**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.616	93.205	43.555
Depreciação e amortização	395	794	792
Provisão para desvalorização de títulos livres	4.769	3.519	713
Constituição de perdas por impairment de ativos	(1.221)	(1.221)	800
Provisão para passivos contingentes	(202)	67	288
Lucro ajustado antes dos impostos e participações	**222.673**	**378.921**	**195.533**
Variação ativo/passivo	**(1.092.785)**	**(1.308.374)**	**(1.113.975)**
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(876.240)	(946.642)	(1.063.619)
(Aumento)/redução operações de crédito	(131.283)	(195.685)	(96.607)
(Aumento)/redução créditos tributários	(30.434)	(42.240)	(12.786)
(Aumento)/redução outros créditos	18.318	(1.311)	(830)
(Aumento)/redução outros valores e bens	520	557	15
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros	(5.688)	(6.420)	(95.434)
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	(84.502)	(95.627)	177.117
Aumento/(redução) outras obrigações	32.697	49.773	11.791
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.173)	(70.779)	(33.622)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(870.112)**	**(929.453)**	**(918.442)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	–	–	(174)
Aplicações no intangível	(1.110)	(2.311)	(1.015)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.110)**	**(2.311)**	**(1.189)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior	–	(88.538)	(8.410)
Juros sobre o capital próprio pagos	(10.895)	(16.887)	(10.234)
Aumento de capital	1.000.000	1.000.000	1.069.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**989.105**	**894.575**	**1.050.356**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**117.883**	**(37.189)**	**130.725**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	87.472	242.544	111.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	205.355	205.355	242.544
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**117.883**	**(37.189)**	**130.725**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição" ou "Desenvolve SP") é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo - SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 28 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e
II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e

(2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

• Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

• Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

• Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme disposto pela Resolução n° 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução n° 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1° de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível.

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	21%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Lei 14.446/2022, de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022. A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1° julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pro- rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	100	131
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota 5 a)	205.255	242.413
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**205.355**	**242.544**

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira - Títulos e Valores Mobiliários

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	165.600	2.209.238	2.374.838	–	1.421.076	1.421.076
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	22.644	22.644	–	21.359	21.359
Cotas de Fundo de Renda Fixa	205.255	–	205.255	242.413	–	242.413
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	110.752	–	110.752	–	115.676	115.676
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	–	7.208	7.208	–	6.188	6.188
(–) Provisões para desvalorizações	(5.420)	(111)	(5.531)	–	(2.012)	(2.012)
Total	**476.187**	**2.238.979**	**2.715.166**	**242.413**	**1.562.287**	**1.804.700**

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

	31.12.2022				31.12.2021			
Fundo	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	22.229	50.151	(4.484)	25.000	21.983	49.568	–
Finhealth I (BBI Financial I)	10.000	10.000	45.706	(704)	10.000	10.000	45.706	(253)
CRP Empreendedor	10.000	414	1.435	–	10.000	2.343	9.104	–
Aeroespacial	15.000	5.667	13.460	(232)	15.000	7.303	11.298	(1.645)
Total	**60.000**	**38.310**	**110.752**	**(5.420)**	**60.000**	**41.629**	**115.676**	**(1.898)**

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (Inovação Paulista), FinHealth Gestão de Recursos S/A (BBI Financial I), CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação. O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

		31.12.2022		31.12.2021	
Swap - ativo	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
(US$+Libor+taxa) x (R$+%CDI)	158.205	(8.652)	(29.271)	4.501	2.115

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

					31.12.2022	31.12.2021
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	–	5.036	30.249	121.570	**156.855**	**167.328**
Instrumento	–	(7.183)	(5.054)	3.585	**(8.652)**	**4.501**

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

	31.12.2022				31.12.2021		
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto	**158.205**	159.459	(2.604)	**156.855**	168.708	(1.380)	**167.328**
Instrumento	**158.205**	(6.048)	(2.604)	**(8.652)**	5.881	(1.380)	**4.501**

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos	239.725	693.943	933.668	198.553	758.188	956.741
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	56.818	165.869	222.687	57.073	128.377	185.450
Empréstimos	358.326	724.493	1.082.819	251.810	671.441	923.251
Total da Carteira de Crédito	**654.869**	**1.584.305**	**2.239.174**	**507.436**	**1.558.006**	**2.065.442**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(52.646)	(159.204)	(211.850)	(31.173)	(109.426)	(140.599)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**602.223**	**1.425.101**	**2.027.324**	**476.263**	**1.448.580**	**1.924.843**

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Financiamentos	75.933	146.617	102.001
Empréstimos	85.347	172.376	133.021
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	14.222	28.976	33.003
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	22.632	24.856	24.101
Total	**198.134**	**372.825**	**292.126**

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2022	Participação	31.12.2021	Participação
Setor Público	**322.704**	**14%**	**249.181**	**12%**
Administração Direta	322.704	15%	249.181	12%
Setor Privado	**1.916.470**	**86%**	**1.816.261**	**88%**
Outros serviços	1.057.607	47%	1.013.285	49%
Comércio	444.151	20%	401.613	20%
Indústria	407.280	18%	395.214	19%
Rural	6.694	–	4.173	–
Pessoas Físicas	738	–	1.976	–
Total	**2.239.174**	**100%**	**2.065.442**	**100%**

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal	31.12.2022										31.12.2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	**406.788**	**353.980**	**461.240**	**662.887**	**48.041**	**24.883**	**29.659**	**15.306**	**86.439**	**2.089.223**	**2.027.128**
01 a 30	40.769	10.280	12.446	17.875	1.431	918	647	394	1.245	**86.005**	**47.268**
31 a 60	8.186	8.144	10.585	15.226	1.108	762	439	334	346	**45.130**	**40.033**
61 a 90	8.776	7.599	10.272	14.818	1.095	735	437	333	319	**44.384**	**38.465**
91 a 180	39.279	22.537	30.247	44.661	3.147	2.133	1.371	996	979	**145.350**	**120.506**
181 a 360	49.536	47.094	66.009	90.926	7.200	4.313	3.018	2.081	3.924	**274.101**	**244.277**
Acima de 360	260.242	258.326	331.681	479.381	34.060	16.022	23.747	11.168	79.626	**1.494.253**	**1.536.579**
Parcelas Vencidas	**–**	**289**	**1.045**	**1.867**	**48**	**107**	**33**	**19**	**309**	**3.717**	**2.163**
01 a 30	–	289	873	1.406	40	102	24	14	163	**2.911**	**1.293**
31 a 60	–	–	172	461	8	5	9	5	146	**806**	**870**
Subtotal	**406.788**	**354.269**	**462.285**	**664.754**	**48.089**	**24.990**	**29.692**	**15.325**	**86.748**	**2.092.940**	**2.029.291**
Operações em Curso Anormal (a)	31.12.2022										31.12.2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	–	–	–	**20.931**	**23.868**	**28.238**	**22.771**	**7.268**	**19.309**	**122.385**	**30.373**
01 a 30	–	–	–	373	243	573	438	188	566	**2.381**	**701**
31 a 60	–	–	–	194	316	570	559	188	559	**2.386**	**733**
61 a 90	–	–	–	194	379	601	557	188	578	**2.497**	**731**
91 a 180	–	–	–	739	1.340	2.061	1.664	561	1.720	**8.085**	**2.266**
181 a 360	–	–	–	2.216	3.070	4.022	3.303	1.121	3.424	**17.156**	**4.515**
Acima de 360	–	–	–	17.215	18.520	20.411	16.250	5.022	12.462	**89.880**	**21.427**
Parcelas Vencidas	–	–	–	**1.463**	**2.511**	**5.034**	**4.897**	**1.931**	**8.013**	**23.849**	**5.778**
01 a 30	–	–	–	332	297	981	577	266	702	**3.155**	**488**
31 a 60	–	–	–	184	402	517	422	224	724	**2.473**	**455**
61 a 90	–	–	–	550	510	420	513	207	672	**2.872**	**543**
91 a 180	–	–	–	397	1.302	1.814	1.554	631	2.139	**7.837**	**1.334**
181 a 360	–	–	–	–	–	1.302	1.831	603	3.319	**7.055**	**2.745**
Acima de 360	–	–	–	–	–	–	–	–	457	**457**	**213**
Subtotal	–	–	–	**22.394**	**26.379**	**33.272**	**27.668**	**9.199**	**27.322**	**146.234**	**36.151**
Total	**406.788**	**354.269**	**462.285**	**687.148**	**74.468**	**58.262**	**57.360**	**24.524**	**114.070**	**2.239.174**	**2.065.442**

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

		31.12.2022		31.12.2021	
Nível de Risco	**Provisão %**	**Valor das Operações**	**Provisão**	**Valor das Operações**	**Provisão**
AA	–	406.788	–	327.248	–
A	0,5	354.269	(1.771)	422.679	(2.113)
B	1,0	462.285	(4.623)	447.467	(4.475)
C	3,0	687.149	(20.614)	659.370	(19.781)
D	10,0	74.468	(7.447)	51.004	(5.101)
E	30,0	58.261	(17.478)	32.711	(9.813)
F	50,0	57.361	(28.681)	40.226	(20.113)
G	70,0	24.525	(17.168)	18.447	(12.913)
H	100,0	114.068	(114.068)	66.290	(66.290)
Total		**2.239.174**	**(211.850)**	**2.065.442**	**(140.599)**

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	**159.091**	**140.599**	**108.344**
Créditos baixados para prejuízo	(13.856)	(21.953)	(11.300)
Provisão constituída	66.615	93.204	43.555
Saldo Final	**211.850**	**211.850**	**140.599**

g) Informações complementares

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Créditos renegociados [(1)]	81.594	116.218	421.485
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	22.632	24.856	24.101

[(1)] Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. As operações renegociadas mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

h) No 2º semestre de 2021, foi realizada a cessão de créditos sem coobrigação de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, pelo valor de R$78.824, para a Companhia Paulista de Parcerias. Em decorrência, houve a redução do valor contábil das Operações de Crédito, em R$ 76.158, e o registro de receita de R$ 2.666.

7 - Outros Ativos

a) Outros Valores e Bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão 31.12.2022	Custo Líquido de Provisão 31.12.2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - Imóveis recebidos	41.354	(1.219)	40.135	40.224
Despesas antecipadas	57	–	57	55
Total	**41.411**	**(1.219)**	**40.192**	**40.279**

b) Outros Créditos

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Devedores diversos - País	1.009	–	**1.009**	1.318	–	**1.318**
Rendas a receber	4.895	–	**4.895**	3.381	–	**3.381**
Adiantamentos e antecipações salarias	243	–	**243**	167	–	**167**
Devedores por compra de valores e bens	32	118	**150**	32	137	**169**
Outros	588	–	**588**	540	–	**540**
Total	**6.767**	**118**	**6.885**	**5.438**	**137**	**5.575**

8 - Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de Depreciação 31.12.2022	Custo líquido de Depreciação 31.12.2021
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	–	11.600	–	–	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(2.724)	–	17.437	17.006
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.571	(1.223)	–	348	468
Sistema de Processamento de Dados	20%	138	(115)	–	23	29
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(177)	–	75	96
Instalações	10%	127	(109)	–	18	27
Total em 31/12/2022		**33.849**	**(4.348)**	**–**	**29.501**	**–**
Total em 31/12/2021		**33.849**	**(3.872)**	**(751)**	**–**	**29.226**

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização 31.12.2022	Custo Líquido de Amortização 31.12.2021
Outros Ativos Intangíveis:				
Software - adquiridos	5.444	(3.194)	2.250	2.568
Software - gerados internamente em andamento	4.426	–	4.426	2.114
Total em 31/12/2022	**9.870**	**(3.194)**	**6.676**	**–**
Total em 31/12/2021	**7.558**	**(2.876)**	**–**	**4.682**

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31.12.2022						31.12.2021	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	12.626	65.896	81.700	338.161	**498.383**	53,44	**460.992**	46,48
FUNGETUR	11.652	45.954	55.474	223.263	**336.343**	36,06	**425.564**	42,92
FINEP	2.113	10.194	11.811	56.781	**80.899**	8,67	**87.571**	8,83
FINAME	708	2.962	3.184	10.227	**17.081**	1,83	**17.516**	1,77
Total	**27.099**	**125.006**	**152.169**	**628.432**	**932.706**	**100,00**	**991.643**	**100,00**

b) Empréstimos no exterior

	31.12.2022							31.12.2021
Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	Circulante	Não circulante	Total	Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	30.470	73.274	**103.744**	**113.923**
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	22.292	56.015	**78.307**	**86.496**
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	20.144	51.917	**72.061**	**79.910**
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	Libor 6M + 2,45%	158.205	35.285	121.570	**156.855**	**167.328**
Total				**430.015**	**108.191**	**302.776**	**410.967**	**447.657**

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve a primeira tranche liberada, no montante de US$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge,* conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica [(1)]						
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	3.322	–	3.322	23.380	–	23.380
Programa Água Limpa	3.164	21.607	24.771	2.342	22.369	24.711
Programa Frota Nova Município	1.368	8.378	9.746	1.804	8.429	10.233
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	366	1.111	1.477	717	1.316	2.033
Programa Renova SP	–	268	268	20	305	325
Programa Desenvolve Municípios	27	6.042	6.069			
Subtotal	**8.247**	**37.406**	**45.653**	**28.263**	**32.419**	**60.682**
Depósitos vinculados	67	–	67	110	–	110
Total	**8.314**	**37.406**	**45.720**	**28.373**	**32.419**	**60.792**

[(1)] Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10 - Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	45.532	–	**45.532**	19.917	–	**19.917**
Contribuição Social	42.613	–	**42.613**	21.294	–	**21.294**
Impostos e contribuições sobre salários	2.981	115	**3.096**	2.903	117	**3.020**
COFINS	2.049	–	**2.049**	1.826	–	**1.826**
Impostos e contribuições diferidos	–	2.116	**2.116**	–	2.001	**2.001**
PIS	333	–	**333**	297	–	**297**
Outros	394	–	**394**	212	–	**212**
Total	**93.902**	**2.231**	**96.133**	**46.449**	**2.118**	**48.567**

11 - Outros Passivos

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias **(a)**	34.043	–	**34.043**	18.723	–	**18.723**
Outras Obrigações **(b)**	23.349	412	**23.761**	12.314	416	**12.730**
Total	**57.392**	**412**	**57.804**	**31.037**	**416**	**31.453**

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	31.250	–	**31.250**	16.204	–	**16.204**
Participação nos lucros	2.793	–	**2.793**	2.519	–	**2.519**
Total	**34.043**	**–**	**34.043**	**18.723**	**–**	**18.723**

b) Outras Obrigações

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Credores diversos	1.223	–	1.223	654	–	654
Provisões para despesas de pessoal	3.411	412	3.823	3.751	416	4.167
Fornecedores	3.140	–	3.140	3.120	–	3.120
Provisões para despesas administrativas	3.831	–	3.831	4.101	–	4.101
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	11.323	–	11.323	283	–	283
Cobrança e arrecadação de tributos	421	–	421	405	–	405
Total	**23.349**	**412**	**23.761**	**12.314**	**416**	**12.730**

12- Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R$3.156.476 (R$2.156.476 em 2021) está representado por 2.728.177.414 (1.902.204.132 em 2021) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de março de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$63.925, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R$51.000) e aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (R$12.925). Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$50.574 relativos às reservas de lucros do exercício de 2020 (R$32.574) e aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R$18.000). Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital no montante de R$1.000.000, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do estado de São Paulo. As aprovações pelo Banco Central do Brasil ocorreram em 23 de abril de 2021, 1º de junho de 2021 e 23 de dezembro de 2021, respectivamente. Em 14 de dezembro de 2022, houve um aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R$1.000.000 aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2023.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram destinados para essa reserva o montante de R$10.134 (R$5.076 em 2021).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R$144.411 em 2022 (R$62.148 dividendos adicionais propostos e R$82.263 sobra de lucro após distribuição) e R$ 72.334 em 2021 (R$31.313 dividendos adicionais propostos e R$41.021 sobra de lucros após distribuição).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido	202.682	101.521
(–) Reserva Legal	(10.134)	(5.076)
Base de Cálculo Ajustada	**192.548**	**96.445**
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	48.137	24.111
JCP adicionais propostos	62.148	31.313
Reserva de lucros	82.263	41.021

d) Lucro por ação

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do período	108.955	202.682	101.521
Número de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414	1.902.204.132
Lucro por ação (R$)	0,03994	0,07429	0,05337

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Receitas de prestação de serviços	26.083	46.642	23.439
Rendas de tarifas bancárias	12.233	21.854	15.016
Total	**38.316**	**68.496**	**38.455**

b) Despesas de pessoal

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Proventos	(14.576)	(28.163)	(25.996)
Encargos sociais	(5.063)	(9.939)	(9.344)
Benefícios	(4.043)	(7.679)	(7.018)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.231)	(2.600)	(3.010)
Treinamento	(251)	(404)	(313)
Estagiários	(136)	(237)	(200)
Total	**(25.300)**	**(49.022)**	**(45.881)**

c) Outras despesas administrativas

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Processamentos de dados	(5.578)	(10.948)	(6.621)
Serviços técnicos especializados	(3.134)	(6.655)	(7.416)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(2.137)	(3.671)	(1.834)
Contribuições filantrópicas	(2.100)	(2.100)	(1.980)
Serviços do sistema financeiro[(a)]	(355)	(1.947)	(8.029)
Patrocínios e relações públicas[(b)]	(841)	(1.917)	(1.359)
Serviços de terceiros	(403)	(1.802)	(2.275)
Manutenção e conservação de bens	(762)	(1.448)	(1.435)
Propaganda e publicidade [(b)]	(329)	(1.162)	(2.391)
Transporte	(405)	(777)	(631)
Depreciação	(236)	(476)	(468)
Amortização	(159)	(318)	(324)
Vigilância e segurança	(136)	(273)	(259)
Materiais de Escritório	(172)	(258)	(169)
Comunicações	(120)	(226)	(209)
Viagem ao Exterior	(143)	(212)	–
Publicações	(74)	(204)	(373)
Água, energia e gás	(82)	(190)	(155)
Viagem no país	(70)	(181)	(112)
Seguros	(40)	(78)	(92)
Total	**(17.276)**	**(34.843)**	**(36.132)**

[(a)] Contempla o montante de R$ 1.340 (R$7.768 em 2021), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

[(b)] As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

d) Despesas tributárias

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Contribuição ao COFINS	(9.778)	(18.058)	(10.646)
Contribuição ao PIS	(1.589)	(2.934)	(1.730)
ISSQN	(1.172)	(2.093)	(1.302)
IPTU	(138)	(277)	(244)
Outras	(80)	(87)	(74)
Total	**(12.757)**	**(23.449)**	**(13.966)**

e) Outras receitas operacionais

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Variação Cambial s/empréstimo no exterior	273	10.973	9.889
Ajuste valor de mercado s/empréstimo no exterior	–	1.565	1.968
Recuperação de Despesas	1.316	2.582	1.195
Reversão Provisão Perdas p/redução vr.recup.ativos	751	751	–
Reversão Despesas Administrativas	546	681	351
Laudos de avaliação de bens	46	134	180
Outras	99	105	273
Total	**3.031**	**16.791**	**13.856**

14 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2º sem/2022		31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	152.316	152.316	282.557	282.557	149.385	149.385
Participação dos empregados	(2.726)	(2.726)	(4.288)	(4.288)	(3.976)	(3.976)
Resultado após a participação dos empregados	149.590	149.590	278.269	278.269	145.409	145.409
Alíquotas vigentes[(a)]	**25%**	**20,80%**	**25%**	**20,43%**	**25%**	**22,37%**
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes[(b)]	**(37.398)**	**(31.117)**	**(69.568)**	**(56.853)**	**(36.352)**	**(32.529)**
Adições	(20.526)	(16.881)	(29.675)	(24.136)	(15.067)	(11.921)
Exclusões	3.184	2.634	5.615	4.569	7.282	5.806
Incentivos Fiscais	2.130	–	2.164	–	1.193	–
Prorrogação de licença maternidade	–	–	69	–	91	–
Juros sobre capital próprio	14.715	12.247	27.571	22.532	13.856	11.085
Imposto de Renda e CSLL corrente	**(37.895)**	**(33.117)**	**(63.824)**	**(53.888)**	**(28.997)**	**(27.559)**
Ativo Fiscal Diferido líquido	16.908	13.526	23.467	18.773	7.066	5.720
Passivo fiscal diferido liquido	(32)	(25)	(64)	(51)	(66)	(52)
Imposto de Renda e CSLL diferido	**16.876**	**13.501**	**23.403**	**18.722**	**7.000**	**5.668**
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**(21.019)**	**(19.616)**	**(40.421)**	**(35.166)**	**(21.997)**	**(21.891)**

[(a)] Conforme Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022. A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1º julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

[(b)] Apuração da CSLL, conforme § 1º do art. 30B, da Instrução Normativa RFB nº 1942, de 27 de abril de 2020.

b) Ativo fiscal diferido

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2021	Baixa	Constituição	Saldo em 31.12.2022
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	65.717	(5.424)	41.967	102.260
Rendas de atraso	1.579	(778)	4.693	5.494
Provisões para desvalorização de BNDU	760	(212)	–	548
Provisões para desvalorização de títulos livres	906	(859)	2.442	2.489
Provisões para passivos contingentes	824	(175)	205	854
Provisões para despesas administrativas	2.076	(1.351)	1.733	2.458
Provisões para outros créditos	8	(1)	–	7
Total dos créditos tributários diferidos	**71.870**	**(8.800)**	**51.040**	**114.110**
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.001)	–	(115)	(2.116)
Total das obrigações tributárias diferidas	**(2.001)**	**–**	**(115)**	**(2.116)**

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	Acima de 2027	Total
Valor nominal	33.973	37.659	8.614	7.036	5.636	21.192	**114.110**
Valor presente	30.266	30.779	6.519	4.930	3.657	10.940	**87.091**

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Em 02 de setembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.446, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.115/2022, que estabeleceu a alíquota de CSLL 21% (vinte e um por cento) para as instituições financeiras até o dia 31 de dezembro de 2022, e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2023.

O parágrafo único, do artigo 10, da Resolução CMN nº 4.842/2020, de 30 de julho de 2020, disciplina que, no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos no ativo e no passivo fiscal diferido devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo será liquidada.

Nesse sentido, a parcela do ativo fiscal diferido sobre provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de operações inadimplidas, rendas de atraso e provisão para despesas administrativas que seriam realizados até 31 de dezembro de 2022, foram calculados considerando a alíquota majorada de CSLL de 21%.

Neste semestre e exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI e foram levados à despesa o valor de R$4.934 (R$400 em 2021). No exercício de 2022, foram registrados no ativo intangível o valor de R$2.311 (R$ 1.016 em 2021) referente ao desenvolvimento do sistema GFESP - Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R$ 3.605 (R$2.948 em 2021), serviços de publicidade legal de todos o atos de interesse da Instituição R$97 (R$292, em 2021 o serviço foi prestado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo que foi incorporada pela PRODESP) e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção "*on site*" R$856 (R$174 em 2021).

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE - INVEST SÃO PAULO - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$1.001 (R$2.738 em 2021).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$117 (R$62 em 2021).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R$85.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE - Doação de R$850 equivalente a dez mil cestas básicas ao Programa Alimento Solidário, do governo do estado, com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia do coronavírus para as famílias carentes paulistas em 2021.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE - Coparticipação de despesas médicas. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$67.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de Curto Prazo	**6.671**	**13.526**	**13.524**
Superintendentes	5.145	10.412	10.058
Diretoria[(a)]	585	1.320	1.638
Conselho de Administração[(a)]	389	792	761
Comitê de Auditoria	335	671	679
Conselho Fiscal	217	331	388
Outros Benefícios de Longo Prazo	**90**	**224**	**292**
Diretoria[(a)]	90	224	292
Total	**6.761**	**13.750**	**13.816**

[(a)] Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2021	Baixa	Constituição	31.12.2022
Trabalhista	1.122	(389)	240	973
Cível	705	–	216	921
Total	**1.827**	**(389)**	**456**	**1.894**

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhista	467	855
Cível	1.109	942
Total	**1.576**	**1.797**

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da Instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez, social, ambiental e climático).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.

20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/, no site da Instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

c) Validação de Sistemas
Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.
Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.
a) Risco de Crédito
A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:
• A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da Instituição.
• Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
• Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.
A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.
A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.
O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.
b) Risco Operacional
A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Instituição.
O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD}, conforme metodologia determinada pelo Bacen.
A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.
c) Risco de Liquidez
A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.
O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.
d) Risco Social, Ambiental e Climático
A Política de Gerenciamento do Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.
O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) da Instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.
e) Risco de Mercado
A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.
Considerando que: (i) a carteira da Instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022; (iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.
O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.
Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.
f) Gerenciamento de Capital
A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita.
A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.
São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.
A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da Instituição.
A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.
A Suric é responsável pela produção dessas informações.

23 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

24 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital. Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25 - Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.
No âmbito de Basileia III, foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.
Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.
Importante observar que a Desenvolve SP destaca valor de seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital. Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).
O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.
A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R$ MIL	
	31.12.2022	31.12.2021
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	**2.376.783**	**2.299.169**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	**2.026.783**	**1.949.169**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.026.783	1.949.169
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	–	–
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	**2.376.783**	**2.299.169**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	**–**	**–**
CAPITAL PRINCIPAL	**2.376.783**	**2.299.169**
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.501	29.226
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.317.789	2.146.429
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	216	304
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	447.967	318.542
IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	102.507	1.098
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	**2.765.971**	**2.465.276**
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	983.891	945.359
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	**69.149**	**49.306**
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	**1.633.849**	**1.071.543**
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	**73,28%**	**79,06%**
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	**73,28%**	**79,06%**
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	**73,28%**	**79,06%**

26 - Análise de Sensibilidade

A Instituição classifica todas as suas operações, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.
Desta forma, a realização de testes de estresse abrange os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.
Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).
Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA

REDUÇÃO DO PR_{Rwa} (PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA), EM PERCENTUAL. DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS

FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros Pré-Fixada	0,1680%	0,3916%	0,7044%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0011%	0,0027%	0,0049%
Cupom de taxa de juros - TCP	0,0135%	0,0341%	0,0688%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,1344%	0,3182%	0,5841%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0394%	0,0950%	0,1796%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0158%	0,0373%	0,0684%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0005%	0,0012%	0,0022%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	0,0005%	0,0012%	0,0024%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de basileia (PR_{RWA})
Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.
Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.
Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por mero de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais,

27 - Outras Informações

a) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas do COVID-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.
No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo dos anos de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal.
Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.
Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.
Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:
• Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;
• Operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

b) Resultados recorrentes/não recorrentes

	31.12.2022			31.12.2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	541.523	–	**541.523**	369.501	–	**369.501**
Despesas da Intermediação Financeira	(237.324)	–	**(237.324)**	(174.873)	–	**(174.873)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	304.199	–	**304.199**	194.628	–	**194.628**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais [(1)]	(22.278)	–	**(22.278)**	(43.621)	(850)	**(44.471)**
Resultado Operacional	281.921	–	**281.921**	151.007	(850)	**150.157**
Resultado não Operacional [(2)]	488	148	**636**	(772)	–	**(772)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	282.409	148	**282.557**	150.235	(850)	**149.385**
Imposto de Renda e Contribuição Social [(3)]	(75.520)	(67)	**(75.587)**	(43.888)	–	**(43.888)**
Participações no Lucro	(4.288)	–	**(4.288)**	(3.976)	–	**(3.976)**
Lucro Líquido	**202.601**	**81**	**202.682**	**102.371**	**(850)**	**101.521**

Resultados não recorrentes:
[(1)] Referem-se à Doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R$850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa nº 13.c).
[(2)] Referem-se a: 2022: lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$148).
[(3)] Referem-se a: 2022: efeito dos tributos sobre o lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$67).

28 - Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Instituição constituiu um grupo de trabalho (GT) com os membros da Superintendência Contábil, Superintendência de Controles de Riscos, Compliance e Normas, Superintendência Financeira e Superintendência de Crédito a fim de analisar e implementar as disposições contidas na Resolução CMN nº 4.966.
De acordo com o entendimento obtido, foram levantados os principais pontos de atenção, para os quais deve haver plano de ação específico:
- Elaboração do Modelo de Negócios;
- Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros);
- Metodologia para cálculo do valor justo;
- Metodologia para apuração da taxa efetiva;
- Definição de critérios para identificação de ativos problemáticos;
- Definição de renegociação e reestruturação de operações de crédito;
- Metodologia de critérios para baixa de operações de crédito para prejuízo; e
- Adequações nos relatórios internos para contemplar operações de *hedge*.

Atualmente a instituição utiliza módulos que compõem a solução Sinqia Bancos e, de acordo com os principais pontos de atenção, os maiores impactos previstos ocorrerão nos módulos: Empréstimo, Renda Fixa, Contabilidade e *Compliance & Risk*.
A Instituição está enquadrada no segmento 4 (S4) do Sistema Financeiro Nacional e devem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
Devido à complexidade na implementação da norma, a Instituição iniciou o processo de contratação de uma consultoria especializada no assunto, visando o mapeamento, construção de propostas de políticas, metodologias, especificação de sistemas e de processos.

29 - Eventos Subsequentes

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R$1.000.000.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.
Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.
A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito
Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício

Karen Kemely Mussi Mhereb
Diretora Financeira e de Crédito e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Washington Haruo Hirata
CRC 1SP165475/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luiz Márcio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Ricardo Dias de Oliveira Brito
Ricardo Lorenzini Bastos
Thiago Pinho Mardo

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes - Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna **Izaura Antunes de Sá Finzetto** **Walter M. Machado de Barros**

CONSELHO FISCAL

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva - Conselheiro Fiscal Efetivo
Elisabete Miyuki Nakayama - Conselheira Fiscal Suplente
Emília Ticami - Conselheira Fiscal Efetiva
Rodrigo Bezerra da Silva - Conselheiro Fiscal Suplente
Wilson Sérgio Pedrosa Junior - Conselheiro Fiscal Efetivo
Marcelo Gomes Sodré - Conselheiro Fiscal Suplente
Marisa de Andrade Santarém - Conselheira Fiscal Efetivo
Gustavo Carvalho Tapia Lira - Conselheiro Fiscal Suplente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Março de 2022 a Fevereiro de 2023

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP") foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e na atual versão revisada do seu Regimento Interno, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê se reuniu 19 vezes entre março de 2022 a fevereiro de 2023, realizando 128 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.
Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e independente. O Presidente do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados resumidamente nas atas das reuniões, encaminhadas previamente a esse colegiado, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.
O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.
O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO

O Comitê efetuou recomendações e sugestões à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos. As recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas e acompanhadas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.
A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.
A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.
A Auditoria Independente é responsável pelos exames das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.
Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.
Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e a autonomia dos auditores internos.
O Comitê acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados com abrangência adequada e qualidades apropriadas ao longo do período.
O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos relatório apresenta opinião sem ressalvas.
Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.
O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.
Por fim, o Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência às normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.
O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria, considerando as suas atividades realizadas no período de março de 2022 a fevereiro de 2023, as informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, conclui, ponderadas as limitações naturais decorrentes de sua atuação, que: a) os sistemas de controles internos, a política de conformidade e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital foram efetivos; b) a Auditoria Interna atuou com independência e a natureza, extensão e qualidade dos trabalhos foram satisfatórias; c) as demonstrações financeiras de 31/12/2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas pela legislação societária brasileira e regulamentação do BACEN, e d) Os auditores independentes atuaram com objetividade e independência e emitiram opinião sem ressalvas sobre referidas demonstrações financeiras.
Em decorrência das conclusões acima expostas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022 da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023

Jerônimo Antunes
Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria

Izaura A. de Sá Finzetto
Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER Nº 001/2023 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente

Eduardo Marson Ferreira - Conselheiro
Lídia Goldenstein - Conselheira
Ricardo Dias de Oliveira Brito - Conselheiro
Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro
Jerônimo Antunes - Conselheiro
Luiz Márcio de Souza - Conselheiro
Ricardo Lorenzini Bastos - Conselheiro
Thiago Pinho Mardo - Conselheiro

PARECER Nº 001/2023 DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva
Conselheiro

Marisa de Andrade Santarém
Conselheira

Emilia Ticami
Conselheira

Wilson Sérgio Pedroso Junior
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R$ 211.850 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. A Administração considerou os

continua →★

→★ continuação

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da COVID-19. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ativo fiscal diferido:** Conforme Nota Explicativa nº 14 (b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R$ 114.110 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023 – PROCESSO Nº 042/2023

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual Aquisição de Roçadeiras (Gasolina), conforme Termo de Referência – Anexo I. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 29 de Março de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 15/03/2023, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com
Pirapora do Bom Jesus, 14 de Março de 2023 – Suelen Martins Silveira – Pregoeira.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 037/2022 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2023

OBJETO: Aquisição de diversos materiais de construção e elétricos. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 28 de março de 2023, às 08:30 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura. O edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes. Barra Bonita, 14 de março de 2023. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, o **SINTPq - Sindicato dos Trabalhadores em Atividades (Diretas e Indiretas) de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia de Campinas e Região**, convoca todos os trabalhadores das empresas abaixo relacionadas, com data-base em **01º de MAIO e 01º de JUNHO**, conforme data, horário e local definido para cada empresa a seguir:

FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FUSP): Assembleia de forma híbrida, presencialmente na sede administrativa situada na Av. Afrânio Peixoto, 14 - Butantã - São Paulo - SP e virtualmente pelo Google Meet através do link: https://meet.google.com/xsm-ysdk-ags, no **dia 20 de março às 09h00**;

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (FIPT): Assembleia de forma híbrida, presencialmente na sub sede do SINTPq situada na Av. Professor Almeida Prado, 532 - Prédio 8 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo - SP e virtualmente pelo Google Meet através do link: https://meet.google.com/ivu-ncdo-yay, **no dia 21 de março às 09h00**;

INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA BRAIN: virtualmente pelo Google Meet através do link: https://meet.google.com/ymv-exoa-xxp, **no dia 22 de março às 09h00**.

A participarem das Assembleias Setoriais, para deliberar a seguinte ordem do dia: **1)** Discussão, deliberação e aprovação da Pauta de Reivindicação referente à Campanha Salarial 2023/2024; **2)** Discussão, deliberação de Assembleia Permanente; **3)** Discussão, deliberação da Cota de Participação Negocial, **4)** Campanha de Sindicalização e **5)** Outros assuntos.

Fica estabelecido que não havendo quórum, às Assembleias serão realizadas em segunda convocação 15 minutos após, com qualquer número de presentes.

Campinas, 15 de março de 2023. **José Paulo Porsani** - Presidente SINTPq

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230405

A Secretaria do Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230405, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4052023, até o dia 29/03/2023, às 9h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 24/03/2023, às 10h00 | 2º Público Leilão: 28/03/2023, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 2.518, TIPO "1", 25º ANDAR OU 30º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 03 – EDIFÍCIO FIRENZE, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DUE**, situado na Rua Antonieta, nº 280, Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 58,4375m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,9450m² da área bruta de garagem, destinado a 01 vaga indeterminada, localizada no 1º, 2º, 3º ou 4º subsolos da garagem coletiva; Comum de Divisão Proporcional de 17,8802m², sendo 10,6873m² de área padrão de construção comum do condomínio e 7,1929m² de área real de infraestrutura comunitária e lazer; Total de 95,0699m² de área padrão de construção; 102,2627m² de Área Real ou Bruta; FIT de 14,2982m² ou 0,2118% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,2118% e de 0,2212% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 150.366 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.03.150. **Valores: 1º Leilão: R$ 558.809,49. 2º Leilão: R$ 560.277,17. Encargos do Arrematante: I)** Pagamento à vista do valor de arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ ARIVAN DOS SANTOS**, CPF nº 174.660.278-30 e **ELLEN JULIANA CARDOSO LIMA**, CPF nº 775.240.802-63, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br**; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - RDC N.º 005/2023-SMOP/OPE

OBJETO: obras de engenharia civil, objetivando a construção do CMEI Aroeira situado a rua Wallace Landau – Bairro Santa Cândida.

O ENVELOPE de **"Proposta de preços"** deverá ser protocolado no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, até às **14h15** do dia **10/04/2023** com abertura dos envelopes às **14h30** do mesmo dia. **O EDITAL** encontra-se disponível para "download", juntamente com seus anexos, no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à Gerência de Licitações da SMOP, sito a rua Emílio de Menezes, 450, bairro São Francisco – Curitiba – Paraná.

Rodrigo Araujo Rodrigues
Secretário Municipal de Obras Públicas

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - Infraestrutura e Afins do Estado de São Paulo faz saber aos senhores empregadores dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de estradas, pavimentação e obras de terraplenagem em geral (Barragens, Aeroportos, Canais) e Engenharia Consultiva, as categorias profissionais dos Trabalhadores de empresas que mediante concessão atuam na exploração, conservação, ampliação e demais serviços atribuídos as estradas de rodagem, obras de pavimentação de asfalto (pavimento flexível e rígido, usina de asfalto e de concreto asfáltico), construção, recuperação, reforço, melhoramentos, manutenção e conservação de estradas, pontes, portos, barragens, hidroelétricas, termoelétricas, túneis, eclusas, drenagens, aeroportos, canais, transportes metroviários, dutos para telefonia e eletricidade e obras de saneamento **em todo o Estado de São Paulo**, que ficam desde já notificadas, nos termos do artigo 605 da CLT as empresas a descontar da remuneração de seus empregados **na folha de março de 2023**, o valor equivalente a 01 (um) dia de trabalho, com recolhimento **até dia 28 de abril do ano corrente**, observadas e atendidas as formalidades legais e nos termos do enunciado de número 38 da ANAMATRA e enunciado de número 24 aprovado pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério do Trabalho, em 26 de novembro de 2018. Compreendem-se como remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além do salário-base, as gratificações, prêmios, abonos, adicionais, comissões e outras vantagens pagas aos empregados naquele mês. A contribuição sindical deverá ser recolhida em guia de recolhimento fornecida pela entidade sindical ou emitidas diretamente pelo site da Caixa Econômica Federal, nas agências da Caixa Econômica Federal ou na Rede Bancária credenciada. O comprovante de pagamento, acompanhado da relação nominal dos respectivos contribuintes, deverão ser remetidos a esta entidade sindical no prazo de 15 (quinze) dias após o recolhimento, conforme Nota Técnica nº 202/SRT/MTE/2009, publicada no dia 15 de dezembro de 2009 no Diário Oficial da União. Ficam os interessados cientificados que o não recolhimento nos prazos estabelecidos implicará nas multas e correções legais, conforme estabelecido no Artigo 600 da CLT.

São Paulo, 13 de março de 2023
ARLINDO DA SILVA - Presidente

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**
1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças nº 10161085908, firmado em 16/07/2021, no qual figuram como Fiduciantes **MURILO MARTINEZ BACCIOTTI**, brasileiro, solteiro, maior, administrador, CPF nº 363.820.8-SSP/SP, CPF nº 248.749.258-98 e **SABRINA VIEIRA STAMATO**, brasileira, solteira, maior, advogada, CPF nº 279.688.928-99, convivente, em união estável sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará à **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.411.656,84 (Um milhão, quatrocentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 72, situado no 7º andar ou 7º pavimento do "EDIFÍCIO MOREIRA SALLES", à Av. São Luiz, 105, no 7º Subdistrito – Consolação** [...]. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PORTAL ZUK — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online
1º Leilão: 29/03/2023 às 13h00
2º Leilão: 31/03/2023 às 13h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP autorizada pela Credora Fiduciária ***ADMINCON INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA***, inscrita no CNPJ sob nº 09.011.086/0001-22, com sede em São Paulo/SP, nos termos da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada em 16/12/2015 (Livro 4.371, folha 317 – 22º T.N. de São Paulo/SP), na qual figuram como Fiduciantes ***ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS***, brasileiro, empresário, portador do RG nº 33.261.294-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 307.876.095-87, e sua esposa ***IRACEMA RIBEIRO DE ALMEIDA PEREIRA***, brasileira, do lar, portadora do RG nº 37.111.124-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 333.426.088-70, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Guarulhos/SP, já qualificados na citada Escritura, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente *On-line*, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através do site www.portalzuk.com.br. **2. Descrição do imóvel: O Apartamento nº 121**, localizado no 12º andar da Torre 02, Edifício Benessere, do Condomínio Spazio Felicità, situado na Estrada Kizaemon Takeuti nº 1.100, no Bairro Caiapiá, na cidade de Taboão da Serra/SP, contendo: área privativa de 45,680 metros quadrados, área de uso comum de 48,042 metros quadrados, com a área total de 93,722 metros quadrados; e fração ideal do terreno de 0,23167%; correspondendo ao mesmo uma vaga para estacionamento de um veículo de passeio na garagem coletiva, sujeito a manobrista. **Imóvel objeto da matrícula nº 11.151 do Oficial de Registro de Imóveis de Taboão da Serra/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões:** >**1º Leilão: 29/03/2023**, às **13:00** h. Lance mínimo: **R$ 168.000,00**. >**2º Leilão: 31/03/2023**, às **13:00** h. Lance mínimo: **R$ 444.343,31. 4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para o caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma prevista no parágrafo 2º B do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **Sindicato dos Empregados em Escritórios de Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas Secas e Molhadas, Cargas Pesadas e Logísticas em Transportes de São Paulo e Itapecerica da Serra - SINDLOG**, por meio de seu Presidente que, no uso de suas atribuições e poderes estatutários, convoca todos os empregados em escritórios de empresas de transportes rodoviários de cargas secas e molhadas, cargas pesadas e logísticas em transportes de São Paulo e Itapecerica da Serra - associados ou não à entidade -, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada conforme o Art. 22 do Estatuto vigente, na Sede Social do Sindicato - sito à Avenida Tiradentes, 1525, bairro da Luz, São Paulo/SP - próximo à Estação Armênia do Metrô, na data de 25/03/2023 às 10:00 horas em primeira convocação e às 11:00 horas em segunda e última convocação, quando será realizada com qualquer número de presentes, para discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e aprovação da Ata de Assembleia anterior; **b)** Discussão e aprovação das cláusulas econômicas e de benefícios a serem reivindicadas para o período 2023/2024 - Aumento Real de Salários, Reposição da inflação do período relativo a 2022/2023 pelo maior índice apurado, PLR - Participação nos Lucros e Resultados, Convênio Médico Gratuito, Manutenção do Convênio Odontológico Gratuito constante na cláusula 57 da Convenção 2022/2023, Cartão de Benefícios, entre outras reivindicações, assim como a manutenção das demais cláusulas contidas na Convenção Coletiva de Trabalho anterior; objetivando a renovação em 01/05/2023 das normas coletivas aplicáveis à categoria profissional; **c)** Discussão e aprovação de valor a título de contribuição negocial devida por todos os membros da categoria profissional, em função da participação da entidade sindical na formulação das normas coletivas, considerando-se a permanência da unicidade sindical; e ser destinado ao Sindicato profissional, em obediência ao disposto em sentença exarada pela 4ª Vara do Trabalho de São Paulo na data de 02.12.2021, a qual, além de homologada, encontra-se já transitada em julgado, e além disso conforme Artigo 611-A da Lei 13.467/17 que estabeleceu o primado do negociado sobre o legislado; e Nota Técnica nº2 de outubro de 2018 MPT, Nota Técnica de nº3 de março de 2019 MPT e Enunciado nº24 do MPT; **d)** Adoção, como de praxe, de medidas para ampla divulgação do valor, data de cobrança, prazos para oposição, destinação dos recursos e outras informações pertinentes, caso aprovado o item "c"; **e)** Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato para negociação, formalização de acordos ou, se necessário, a tomada de providências objetivando a instauração de Dissídio Coletivo, assim como a aprovação para tornar a assembleia em caráter permanente até o fechamento do Acordo ou, caso venha a ocorrer, do respectivo Dissídio; **f)** Discussão e aprovação do valor da mensalidade associativa e/ou negocial a ser recolhida ao Sindicato. São Paulo, 14 de Março de 2023. Moacyr Firmino dos Santos - Presidente.

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**
1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP [...], levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 307.940,68**, o imóvel a seguir descrito [...] **APARTAMENTO nº 24A**, localizado no 2º andar ou 3º pavimento do Bloco A, integrante do "**RESIDENCIAL MORADA DOS PÁSSAROS – CONDOMÍNIO ROUXINOL**", situado à Rua Erguias, nº 100 [...], em Guarulhos/SP [...]. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**
1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 [...], no qual figuram como Fiduciantes **ROBSON MAGALHÃES DE MELO** [...] e **MARIA ELIZABETH SOUZA DE MELO** [...], levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 535.835,46** [...] **APARTAMENTO DUPLEX nº 43**, localizado no 4º e 5º andares (4º e 5º pavimentos), do empreendimento denominado "**CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SAPUCAIA**", situado na Rua Sapucaia, nº 612, no Alto da Mooca [...]. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 621.872,43** [...]. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS
1º Leilão: dia 22/03/2023 às 11h 2º Leilão: dia 24/03/2023 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi – Preposto em exercício**), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S.A.**, CNPJ/MF sob nº 33.603.457/0001-40 [...], fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 22 de Março de 2023 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 24 de Março de 2023 às 11:00 horas**, no escritório do Leiloeiro, na Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br [...] **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 368.500,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 310.579,35.** [...] Caso seja necessária a ação de imissão na posse (art. 30 da Lei 9.514/97) e/ou despejo, [...] no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LOTEAMENTO FLAMBOYANT RESIDENCIAL UBERLANDIA -SPE LTDA., inscrita no CNPJ/MF 20.812.278/0001-70, conforme faculta a lei 6.766/79, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025020, **LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA – JARDINÓPOLIS SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 43.669.148/0001-26, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **IRMÃOS MODA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 18.848.411/0001-05, com sede no Sítio São João, s/n, bairro Rural – Caixa Postal 164, Porto Ferreira/SP, CEP: 13.660-000 e **LOTEAMENTO SANTO AFONSO – PORTO FERREIRA SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 14.829.760/0001-10, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO SANTA FE DO SUL LTDA SPE.**, inscrita no CNPJ/MF 39.892.396/0001-64, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO PARQUE BELAS ARTES – BRODOWSKI SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 41.407.182/0001-05, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 17.191.037/0001-47, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020 e **LOTEAMENTO RESIDENCIAL LISBOA – ITAPETININGA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 37.595.572/0001-70, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025020, conforme determina a Lei n. 6.766/79, no §2º, do art. 49, após o esgotamento das tentativas e diligências para sua localização e comunicação pessoal, encontrando-se assim em local incerto e não sabido, resolvem, pelo presente edital, **NOTIFICAR** os promitentes compradores dos lotes abaixo relacionados para comparecer no prazo impreterível de 10 dias a contar da publicação deste edital, na sede no endereço acima descrito ou, ainda, contatá-las pelo telefone (16) 4009-9499, para tratarem de assunto de seu interesse.

Assim, pelo presente, ficam **NOTIFICADOS** na forma da lei e, para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se esta notificação com prazo de 10 dias.

O não comparecimento e a consequente desconsideração desta notificação está sujeito às consequências legalmente previstas, com a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes.

Contrato	Empreendimento	Cliente	Quadra	Lote	CPF
38729	100% Loteamento Santa Fé	Claudinei Antonio Dos Santos	11	27	199.612.108-16
38533	Bela Vista -Jardinópolis	Cristiano Henrique Gomes	10	18	181.166.168-89
37922	Bela Vista -Jardinópolis	Fernando Antonio Sicchieri Filho	10	15	290.242.848-05
38957	Bela Vista -Jardinópolis	Carlos Eduardo Gueiros Barbosa	05	18	412.365.398-77
39051	Bela Vista -Jardinópolis	Adilson Aparecido Da Silva Rosa	17	36	258.940.558-81
39051	Bela Vista -Jardinópolis	Marta Regina Marques Rosa	17	36	160.770.748-96
38921	Bela Vista -Jardinópolis	José Antonio Dos Santos	21	08	099.042.258-50
39077	Cravinhos II	Brendon Gabriel Ferreira Bezerra	17	07	463.195.868-50
39036	Cravinhos II	Fernando Henrique Rodrigues Oliveira	18	41	272.999.998-11
39076	Cravinhos II	Naiara Giller Dos Santos	16	34	485.559.898-41
38997	Loteamento Flamboyant	Luciana Reis Da Silva	08	30	010.382.456-13
39168	Loteamento Santa Fé	Talita Catarina Souza Silva	14	15	119.357.366-12
36925	Loteamento Santa Fé	Cristiano De Souza Candido	17	03	201.059.738-90
36925	Loteamento Santa Fé	Fatima Adriana De Souza Candido	17	03	199.995.988-46
35878	Loteamento Santo Afonso	Marcia Ferreira Lima	37	25	160.769.798-01
38287	Parque Belas Artes	Jesio Cecilio De Almeida	03	39	044.239.028-93
39112	Parque Belas Artes	Romario De Jesus Nascimento	02	28	465.723.738-19
39236	Parque Belas Artes	Gilson Silva Amorim	03	37	232.714.148-66
39333	Parque Belas Artes	Leonardo Pereira Arcari	06	47	360.067.278-97
36346	Parque Belas Artes	Fatima Aparecida Gouveia Dos Santos	12	30	387.030.738-23
38768	Parque Belas Artes	Richard Ariel Alves Da Silva Santos	06	11	450.795.258-19
38768	Parque Belas Artes	Mariana De Sousa Alves Dos Santos	06	11	429.155.158-40
38936	Parque Belas Artes	Adilson Cruz Januzzi	03	26	955.522.946-53
36537	Parque Belas Artes	Anderson Aparecido Do Porto	13	06	348.151.378-03
36537	Parque Belas Artes	Jaqueline Pereira Do Porto	13	06	119.196.264-41
35236	Residencial Lisboa I	Diego De Almeida Sousa	M	54	342.917.958-07
35401	Residencial Lisboa I	Diego De Almeida Sousa	M	19	342.917.958-07
35898	Residencial Lisboa I	Diego De Almeida Sousa	M	20	342.917.958-07
35230	Residencial Lisboa I	Diego De Almeida Sousa	M	18	342.917.958-07

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**
1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 [...], no qual figuram como Fiduciantes **LILIAN DE SOUZA CANDIDO** [...] e **CELIO CANDIDO DA SILVA** [...], levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 314.294,62** [...] **APARTAMENTO Nº 42, localizado no 4º andar "EDIFÍCIO ST. CATHERINE"**, situado na Rua Dr. Djalma Pinheiro Franco, nº 1.403 [...]. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 263.485,10** [...]. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**
1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 [...], no qual figura como Fiduciante **MARCIO NEVES DA CRUZ** [...], levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 259.313,58** [...] **APARTAMENTO nº 402**, localizado no 4º pavimento do empreendimento denominado "**STUDIO SMART SANTANA**" [...]. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 197.597,74** [...]. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Companhia Aberta
CNPJ nº 06.272.793/0001-84
NIRE 2130000938-8 | Código CVM n.º 01660-8
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2023

1. DATA, LOCAL e HORA: Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, na sede da EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") localizada no estado do Maranhão, cidade de São Luís, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha – Altos do Calhau, CEP 65.070-900. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Convocação dispensada tendo em vista a totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 12 do Estatuto Social da Companhia, conforme indicados a seguir: Augusto Miranda da Paz Júnior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Marcos Antônio Lopes Freixo Filho, José Silva Sobral Neto, Edvaldo Luís Risso, Marise Grinstein e Tânia Sztamfater Chocolat. Todos estiveram presentes por videoconferência, em conformidade com ao artigo 12 §1º do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretária: Maiana Cristina Bastos de Oliveira. **4. ORDEM DO DIA:** Os membros do Conselho de Administração reuniram-se para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) reeleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia; e (ii) autorização dos diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **5. DELIBERAÇÕES:** Foi aberta a sessão, tendo assumido a Presidência da Mesa o Sr. Augusto Miranda da Paz Júnior, que convidou a Sra. Maiana Cristina Bastos de Oliveira para secretariar os trabalhos. Após o exame e a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes à reunião deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: 5.1. Aprovar a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria Executiva da Companhia: **(i)** Sr. Sérvio Túlio dos Santos, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº 19866 CREA/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 456.942.224-15, domiciliado na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor- Presidente; **(ii)** Sr. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5003250 –SSP-PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 023.737.554-08, com domicílio na cidade de Brasília, Distrito Federal, em SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, salas 1.202, 1.202, 1.204 e 1.205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Diretor Sem Designação Específica; **(iii)** Sr. José Jorge Leite Soares, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 0421-CREA-MA, e do CPF/ME nº 046.174.011-72, domiciliado na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor Sem Designação Específica; **(iv)** Sr. Agnelo Coelho Neto, brasileiro, engenheiro eletricista, casado sob o regime de comunhão parcial, portador da Cédula De Identidade nº 422505951 SSP/MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 782.126.853-49, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor Sem Designação Específica; **(v)** Sra. Tatiana Queiroga Vasques, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da carteira de identidade nº 27.375.802-9, emitida pelo DETRAN RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº792.433.635-49, domiciliada na cidade de Brasília, Distrito Federal, em SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, salas 1.202, 1.202, 1.204 e 1.205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP: 70.308-200, como Diretora de Relações com Investidores; **(vi)** Sr. Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº7749-D CREA/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 343.412.501-91, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor Sem Designação Específica; **(vii)** Sr. Humberto Luis Queiroz Nogueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 155483501 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 329.273.635-87, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070- 900 como Diretor Sem Designação Específica; e **(viii)** Sr. Cristiano De Lima Logrado, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade nº 043.037.69.2011-7 SSP-MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 365.554.873-72, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Diretor Sem Designação Específica; Todos com mandato até 27 de fevereiro de 2026. 5.1.1 consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, os Diretores ora eleitos estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento referida no art. 147, §4º, da Lei das S.A., que ficará arquivada na sede da Companhia. 5.1.2 consignar que os Diretores ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante as assinaturas dos respectivos Termos de Posse, lavrados em livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista no item (5.1.1) acima. 5.2. Autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar a deliberação acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada. Certifico o registro em 08/03/2023, sob o nº 20230100929, Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral, JUCEMA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 45.476/2022. PP nº 10/2023. às 09:30 horas do dia 29/03/2023. OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais de Limpeza, Higiene e Descartáveis.

a) Luciano C. da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Logística

O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023 - PROCESSO N.º 02/2023

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Tomada de Preços n.º 01/2023, do tipo menor preço Global, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para prestação de serviços de manutenção de toda a rede de iluminação pública, instalação de novos pontos na área urbana e rural, neste incluindo ruas e praças no município de São Miguel Arcanjo, com fornecimento de mão-de-obra e equipamentos necessários, exceto os materiais utilizados nos serviços (luminárias, lâmpadas, soquetes, fios, fitas isolantes, abraçadeiras, braços para luminárias, relés-fotocélula, reatores e outros), sendo de responsabilidade do Contratado realizar o levantamento "in loco" dos serviços necessário, para o bom funcionamento da rede de iluminação, conforme especificações e quantitativos contidos no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA. Edital através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou Através do site www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br, sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 05 de abril de 2023.Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º 53, centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 14 de março de 2023. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12962/2022
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO E ADJUDICO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, com cota reservada para ME e EPP, para fornecimento de postes e materiais elétricos para iluminação pública, conforme as especificações e quantidades relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos às empresas:

- **Goiás Led Materiais Elétricos e Construção Ltda**, para os itens 1, 3, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, no valor global da contratação de R$ 377.688,00 (trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais)
- **Aline Nicacio**, para o item 2, no valor global da contratação de R$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais)
- **Poligonal Iluminação Ltda**, para o item 4, no valor global da contratação de R$ 54.250,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais)
- **LBL Comércio de Produtos Elétricos, Eletrônicos e Maquinários Ltda**, para os itens 5, 6, 7, 8 e 9, no valor global da contratação de R$ 114.500,00 (cento e quatorze mil e quinhentos reais).

Salto/SP, 14 de março de 2023.
Sandro Roberto Stivanelli - Secretário de Obras e Serviços Públicos

Prefeitura Municipal de Pirajuí

DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023
PROCESSO N° 028/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA A REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE II "DOUTOR JORGE MEIRELES DA ROCHA",** conforme Emenda Parlamentar nº 2022.125.41939, conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. **DATA PARA A APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:** até 31/03/2023, às 08h30. Os trabalhos de abertura dos envelopes de documentação serão iniciados imediatamente após o término do prazo fixado acima, em ato público. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão Permanente de Licitações,** localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – CEP 16.600-041 – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações,** localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – CEP 16.600-041 – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 14 DE MARÇO DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO CASA

Processo PRC 00397/2023 - FUNDCASASP-PRC-2023/00397 - Código Único 20230146201 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico DRL nº 003/2023, OC nº 17130917048202３OC00007, que tem como objeto a prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos seminovos do Grupo S-2 - Vans acima de 9 lugares e Peruas/Minivans/Monovolumes, em caráter não eventual, com condutor e combustível para os Centros de Atendimento CASA Santo André I e CASA Santo André II, vinculados a Divisão Regional Litoral, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 31/03/2023, às 09:00 horas. Os interessados em participar do certame, deverão acessar a partir de 16/03/2023 o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.imprensaoficial.com.br - Negócios Públicos.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9406/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de construção remanescente da Unidade de Educação Infantil Residencial Parque Laguna, situado a Avenida Pontes de Miranda, n.º 130, no bairro Residencial Laguna, Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e projetos anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Educação. Entrega dos envelopes: **Habilitação e Proposta Comercial –** até as **09horas do dia 17 de abril de 2023**, no setor de licitação – Secretaria de Administração, 4º andar, da Prefeitura, sendo que a abertura ocorrerá a **partir das 09h15min**, no mesmo dia, na sala de licitação 3, em sessão pública. O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br. - Licitação. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração e Governo Digital, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 14 de março de 2023.
Anna Christina Carvalho Macedo de Noronha Fávaro - Secretária de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230240

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230240 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2402023, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Março de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230229

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230229 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2292023, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230392

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230392 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3922023, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Março de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230328

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230328 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3282023, até o dia 29/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220590

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220590 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria Auxiliar de Laboratório, para atender as necessidades da Rede SESA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5902022, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220220

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220220, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Hipoclorito de Cálcio Granulado 65%. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24282022, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Março de 2023. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230329

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230329, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3292023, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220698

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220698 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços de em horas/ano, na Áreas de Técnico de Enfermagem, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 6982022, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230215

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230215, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2152023, até o dia 29/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230365

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230365 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3652023, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230373

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230373 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3732023, até o dia 29/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230327

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230327, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3272023, até o dia 29/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Santos e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário das assembleias das categorias com data-base em 01 de julho: 1- Comissárias de Despachos, Agentes de Carga Aérea, Operadores de Transporte Multimodal NOVCC (transitário e consolidador de carga marítima e Logística na prestação de serviços de comércio exterior), a realizar-se no dia 12 de abril de 2023, às 18h00 em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h30min., em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2- Categoria Sociedades de Fomento Mercantil Factoring, a realizar-se no dia 13 de abril de 2023, às 18h00 em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h30min., em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as assembleias se realizarão na Avenida Washington Luiz, 79, Vila Matias, na cidade de Santos/SP, a qual também se dará de forma itinerante e online através de consulta aos trabalhadores da categoria, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de Julho de 2023; 2) Aprovar, ou não, a continuidade da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2023, ficando autorizado o presidente da entidade a convocar através de boletins, sessões de assembleia extraordinária presenciais e virtuais; 3) Deliberar quanto à aprovação, ou não, da contribuição assistencial, e/ou da taxa negocial, e/ou outras para o custeio da entidade, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, associados ou não, e revertida ao sindicato como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, ou não, pela representação das negociações coletivas, e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem; 4) Concessão de poderes à diretoria da Entidade para, em conjunto com a Federação ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas. Santos, 15 de março de 2023. Lourival Figueiredo Melo - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2023 2024 - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS - PARTICIPAÇÃO DE METAS E RESULTADOS - BANCO DE HORAS - CUSTEIO DO SISTEMA SINDICAL - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CATEGORIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EM GERAL DE CARGAS SECAS E MOLHADAS, EMPRESAS DE LOGISTICA DO RAMO DE TRANSPORTES DE CARGAS E EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANO, FRETAMENTO E TURISMO DE PORTO FERREIRA E REGIÃO - SINDIRODOVIÁRIOS, CNPJ 56.988.751/0001-12, com base territorial nos municípios de Porto Ferreira, Pirassununga, Analândia, Aguaí, Tambaú, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Cruz das Palmeiras, Descalvado, Santa Rosa de Viterbo e Santa Cruz da Conceição, com sede na rua Luiz Gama, 424, Sala 02, Centro, cidade e comarca de Porto Ferreira, SP, por seu diretor executivo, Sr. Sebastião Ferreira de Melo Filho, no uso de suas atribuições legais, (artigo 37 do estatuto social), convoca todos os integrantes da categoria representada pelo sindicato, (§§ 1º, 2º e 3º, do artigo 1º do estatuto social), associados ou não, (parágrafo único artigo 39 estatuto social), para se reunirem em ***ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA***, a ser realizada na sede do sindicato no dia ***19.03.2023*** (domingo), nos seguintes horários e respectivos segmentos: 09h00m - Trabalhadores do Segmento de Transporte Rodoviário de Cargas Secas e Molhadas em Geral, (Municipal, Intermunicipal, Estadual e Internacional), bem como, Trabalhadores do Segmento de Empresas de Logística do Ramo de Transportes de Cargas, (Municipal, Intermunicipal, Estadual e Internacional); 10h00m - Trabalhadores do Segmento de Transporte Rodoviário de Passageiros, (Urbano, Fretamento e Turismo), (Municipal, Intermunicipal, Estadual e Internacional) ficando também convocados os Trabalhadores Administrativo e de Apoio do Segmento de Transportes, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia; a)-Elaboração da Pauta de Reivindicação da Categoria (data base 01 de Maio 2023 - 30 de Abril 2024) para ser apresentada a categoria patronal, (Sindicatos Econômicos ou Empresas), bem como, elaboração da Proposta de Participação de Lucros ou Participação de Metas, e Banco de Horas; b)-Nomeação da Comissão de Negociação da Campanha Salarial 2023 - 2024; c)-Autorizar ou não, o Sindicato, em conjunto com outros Sindicatos ou Separadamente, e ou autorizar a Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, a pactuar Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho, bem como, tomar qualquer medida judicial e ou extra judicial de interesse da categoria para renovar e fixar novas condições de trabalho e salários com a Federação Patronal, com o Sindicato Patronal e ou Individualmente por Empresa; d)-Deliberar sobre a forma de custeio, (percentual, desconto e oposição), para a manutenção das atividades sindicais, bem como, deliberar sobre os valores de taxas de serviços e ou de expediente; e)-Deliberar sobre outros assuntos de interesse da categoria. 01) - Faz saber ainda que, a comissão de negociação do sindicato, a diretoria executiva e a assessoria jurídica estará reunida em assembleia permanente até a conclusão de todas as negociações, permanecendo de plantão exclusivamente a fim de receber sugestões dos associados e dos integrantes da categoria e de demais interessados todas as terças feiras das 14:00 às 17:00 horas na sede do sindicato.

Porto Ferreira, SP, 15 de março de 2023
Sebastão Ferreira de Melo Filho
Diretor Executivo - Sindirodoviários

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISOS

PROCESSO SEI-270128/000002/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MUSCULAÇÃO
DATA DE ABERTURA: 27/03/2023, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 27/03/2023, às 09h30min

PROCESSO SEI-270062/00010/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/23
OBJETO: SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES
NOVA DATA DE ABERTURA: 28/03/2023, às 09h30min
DATA ETAPA DE LANCES: 28/03/2023, às 10h

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados nos sites: **www.compras.rj.gov.br** ou **www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes**, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3085 ou pelo e-mails: **pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br** ou **licita.sedec@gmail.com**.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 24/03/2023, às 10h30 | 2º Público Leilão: 28/03/2023, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1221, TIPO "B", 12º ANDAR OU 17º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 04 – EDIFÍCIO JEQUITIBÁ, INTEGRANTE DO RESIDENCIAL UNI – BOSQUE MAIA**, situado na Rua Dona Tecla, nº 350, Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 52,6400m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,1498m², correspondente a 1/539 da Área Bruta de garagem, destinado a uma vaga para estacionamento de veículo de passeio em lugar indeterminado na garagem coletiva, localizada no 1º, 2º, ou 3º subsolos do edifício; Comum de Divisão Proporcional de 25,3176m², sendo 11,7132m² de Área Padrão de Construção Comum do Condomínio e 13,6044m² de Área Real de Infraestrutura Comunitária e de Lazer; Total de 89,5030m² de Área Padrão de Construção; 103,1074m² de Área Real ou Bruta; FIT de 16,0817m² ou 0,1994% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,1994% e de 0,8293% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 129.295 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.74.09.0001.04.069. **Valores**: **1º Leilão: R$ 387.195,51**. **2º Leilão: R$ 534.321,33**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **JONATHAN BARBOSA DA SILVA**, CPF nº 368.236.708-00 e **JACQUELINE CARDOSO DE OLIVEIRA BARBOSA**, CPF nº 378.065.408-30, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR**. Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br**; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

CHAMAMENTO PÚBLICO - 0001/2023

Compartilhamento de Infraestrutura de Fibra Óptica em Cabos OPGW da Rota Palhoça/Gravataí

A CGT Eletrosul torna público que no período de 10.03.2023 a 28.03.2023 realizará Chamamento Público para seleção de propostas para compartilhamento de infraestrutura de fibra óptica em cabos OPGW da Rota Palhoça/Gravataí, nos termos da Resolução Conjunta ANEEL, ANATEL e ANP nº 1, de 24 de novembro de 1999, e da Resolução Normativa ANEEL nº 1.044, de 27 de setembro de 2022.O edital completo pode ser obtido no endereço http://www.cgteletrosul.com.br/suprimentos/editais. Interessados devem entrar em contato com o Departamento de Automação, Proteção e Telemática – DTL da CGT Eletrosul, através do e-mail compartilhamento.fibra@cgteletrosul.com.br.

Eduardo Polvani Campaner
Gerente do Departamento de Automação, Proteção e Telemática – DTL

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) FIDUCIANTE(S)
EDITAL DE LEILÃO PARA ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE BEM IMÓVEL
(LEI FEDERAL Nº 9.514/1997)
Modalidade On-line

1º Leilão: encerramento 28/03/2023 às 12h00, lance inicial de R$ 1.490.000,00 (um milhão e quatrocentos e noventa mil reais). **2º Leilão: encerramento 12/04/2023 às 12h00,** lance inicial de R$ 1.030.000,00, (um milhão e trinta mil reais). Contrato de fomento mercantil - alienação fiduciária n°: **1617 e 1913.** Classe - Assunto: **alienação fiduciária de imóvel em garantia.** Comitente Vendedor: **BR FINANCIAL FOMENTO MERCANTIL LTDA.** Fiduciantes: **Robson Soares Calegon - CPF 326.312.648-27** e **Bruna de Cassia Soares Calegon - CPF 387.867.798-77. JANAINA DA SILVA VISPO** LEILOEIRA PÚBLICO OFICIAL, JUCESP nº 1.202, em cumprimento ao artigo 27 e demais dispositivos legais da Lei Federal nº 9.514/97, torna pública a venda extrajudicial do seguinte bem: **IMÓVEL: Apartamento Tipo nº 134 (cento e trinta e quatro), localizado no 13° andar, do Edifício Sunshine - Torre 2, parte integrante do "Condomínio Square Guarulhos", com acesso pela Rua Francisco Rodrigues Gasques, 58, situado na Vila Camargos, perímetro urbano do Distrito, Munícipio e Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, possuindo área privativa de 134,500m² metros quadrados (já incluída a área de 3,900m² metros quadrados correspondente ao depósito adiante vinculado); área comum de 88,419m² metros quadrados, já incluída a área referente ao direito ao uso de 02 (duas) vagas na garagem coletiva do condomínio, perfazendo a área total de 222,919 m², correspondendo a fração ideal de 0,004327, ficando vinculado a este apartamento o Depósito n° 74, situado no 1° subsolo. Cadastrado na Prefeitura sob nº 084.20.25.0001.02.052. O imóvel está matriculado sob nº 118.951 do 2º Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Civil da Pessoa Jurídica da Comarca de Guarulhos/SP.** Há dívidas de IPTU e de condomínio, que serão de responsabilidade do Adquirente. **Todas as pendências sinalizadas acima de IPTU, CONDOMINIO e necessidades de regularização e ou averbações são de responsabilidade do ADQUIRENTE. Imóvel OCUPADO. Maiores informações:** Confira o edital na íntegra através do site www.rocketleiloes.com.br, com o leiloeiro através do telefone (11) 3525-6591 ou e-mail contato@rocketleiloes.com.br. São Paulo, 22 de fevereiro de 2023. **BR FINANCIAL FOMENTO MERCANTIL LTDA.**

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online
1º Leilão: 29/03/2023 às 11h30
2º Leilão: 30/03/2023 às 11h30

Credora Fiduciária: VIDA NOVA TATUÍ III – EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
Fiduciante: MARISA NOGUEIRA DA SILVA

LOTE 01 - TATUÍ/SP

Terreno (lote 46, quadra O), rua Um, loteamento Parque Residencial dos Pássaros, bairro Jardim Santa Rita de Cássia, Município de Tatuí(SP), medindo 9,00m de frente para a referida rua; 20,00m do lado direito, de quem da rua olha para o imóvel, da frente aos fundos, confrontando com o lote 45; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o lote 01; 9,00m nos fundos, confrontando com o lote 02, perfazendo a área de 180,00m². **AV.04** – Para constar que a rua Um passou a denominar-se rua Branca Laura de Oliveira Prestes. **Imóvel objeto da matrícula nº 102.891 do Cartório de Registro de Imóveis de Tatuí/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 41.302,40 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 46.785,41

O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulamenta a atividade da leiloaria. Demais informações no edital completo disponível no site do leiloeiro. DORA PLAT, leiloeira oficial - JUCESP nº 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (PRESENCIAL)

1ª CONVOCAÇÃO

O Sr. Mário Sérgio Barbosa, Presidente da **COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS E PASSAGEIROS RODOQUALY**, inscrita no CNPJ sob nº 33.921.044/0001-03, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os cooperados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária presencial, a realizar-se na sede social, na cidade de Diadema - SP, à Av. Pirâmide, 680, Bairro Eldorado, no dia 25 de março de 2023, às 08:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 08:30 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; às 09:00 horas com a presença de no mínimo 20 (vinte) associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos da Assembleia Geral Ordinária, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas do órgão de administração, compreendendo Balanço Geral do exercício de 2022, das Contas de Sobras e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Diretoria, documentos esses que estão à disposição dos cooperados, em sua sede social; b) Destinação das sobras apuradas no exercício (ou rateio das perdas); c) Deliberação sobre o plano de trabalho formulado pelo Conselho de Administração para o próximo exercício e; d) Outros assuntos de interesse social.

Diadema, 15 de março de 2023.

Mário Sérgio Barbosa
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

COMUNICADO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023 – PROCESSO Nº 026/2023 – OCC Nº 841200801002023OC00009

O Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de suas atribuições legais, comunica que fica Retificado as datas das publicações do Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 005/2023, agendado para o dia 27/03/2023 às 9:00 horas, já publicadas Diário do Município (13/03/2023), Jornal Folha de São Paulo (14/03/2023). **ONDE SE LÊ:** Data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a partir do dia 15/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 27/03/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 15/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações) e no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, sita à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Centro-Laranjal Paulista/SP-CEP 18.500-000 - Tel: (15) 3283.83.31 / 3283.83.38- E-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br.Laranjal Paulista, 13 de Março de 2023-Alcides de Moura Campos-Prefeito Municipal. **LEIA-SE:** Data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a partir do dia 17/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 29/03/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 17/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações) e no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, sita à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Centro-Laranjal Paulista/SP-CEP 18.500-000 - Tel: (15) 3283.83.31 / 3283.83.38-E-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br.Laranjal Paulista, 14 de Março de 2-023-Alcides de Moura Campos-Prefeito Municipal. Os demais itens publicados ficam inalterados. Laranjal Paulista, 14 de Março de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL 31 – ALIENAÇÃO ANTECIPADA - LEILÃO DE BEM IMÓVEL

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria SR/PF/SP n.º 2383/2022 — SR/PF/SP — de 19 de abril de 2022, e publicada no aditamento semanal n.º 016 de 20 de abril de 2022 e, em atenção ao contrato nº 70/2021, torna público que no local, data e horário indicados no item "1" do presente edital, será realizada licitação, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**, do tipo maior lance, para venda dos bens móveis indicados neste edital, de propriedade do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, de acordo com o processo administrativo SEI nº 08129.013195/2021-56, a ser conduzido pelo(a) Leiloeiro(a) Público Oficial, Murilo Paes Lopes Lourenço, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob a matrícula nº 1085, por força do contrato nº 70/2021, em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, bem como as condições abaixo. Faz saber que será levado a leilão em: **10/04/2023 com encerramento do 1º leilão às 10:00 horas** (lances iguais ou superiores ao valor de avaliação), e o **encerramento do 2º leilão em 14/04/2023 às 10:00 horas**. Bens: **Lote 1)** Apartamento nº 108 – duplex, localizado no 5º andar/mezzanino do Edifício Loft São Paulo IV, situado na Rua Bandeira Paulista nº 300 no 28º Subdistrito – Jardim Paulista. São Paulo – SP. **Lote 2)** Apartamento nº 2606, localizado no 26º pavimento do Edifício Staybridge Suítes Century Plaza- Bloco A, integrante do Condomínio "Brascan Century Plaza" situado na Rua Joaquim Floriano nº 466, no 28º Subdistrito – Jardim Paulista. A descrição completa das unidades, como maiores informações poderão ser consultadas no site www.leilaobrasil.com.br. Dúvidas e esclarecimentos: telefone (11) 3965-0000 e e-mail: atendimento@leilaobrasil.com.br, ficam os executados, bem como eventuais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não sejam localizados para as intimações pessoais, Será o edital "por extrato", afixado e publicado na forma da lei. 03/03/2023.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

[illegible]

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "BELCAIXA COM. DE MATERIAIS DE CONST. LTDA"

FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 20/03/2023, A PARTIR DAS 16h00

TERRENO COM BENFEITORIAS - RIBEIRÃO PIRES/SP - TECELÃO
ÁREA DE TERRENO: 72.600,00m² | ÁREA CONSTRUÍDA: 250,00m²

Imóvel localizado na Rua Particular s/nº, bairro Tecelão, matriculado sob nº 28.975 no Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Pires/SP.

Lance Inicial: R$ 152.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "AMPLIMATIC S/A"

FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 20/03/2023 A PARTIR DAS 16h15

MARCAS: AMPLIMATIC - ULTRA FLECTOR - SUPER MASTER

Lance Inicial: R$ 24.330,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE A. ARAUJO S/A ENG. E MONTAGENS

FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 20/03/2023, A PARTIR DAS 16h30

GALPÃO - MACAÉ/RJ - BAIRRO GRANJA DOS CAVALEIROS
ÁREA DE TERRENO: 5.425,00m² | ÁREA CONSTRUÍDA: 2.480,24m²

Imóvel situado na Avenida Prefeito Aristeu Ferreira da Silva, nº 1.750 (Quadra: T Lote 01), matriculado sob nº 13.365 no 02º Cartório de Registro de Imóveis de Macaé/RJ.

Lance Inicial: R$ 1.730.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO
Falência de "RESEGUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A"

FECHAMENTO 1º Leilão: 20/03/2023, a partir das 16h45

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM
SÃO PAULO/SP • SÃO SEBASTIÃO/SP • UBERLÂNIDIA/MG

Lances Iniciais: A partir de R$ 144.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos e mais informações, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações: Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 018/2.022 - PROCESSO Nº 460/2022

Extrato da Ata da Segunda Sessão Pública da Concorrência nº 018/2022. O Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 20.530, de 01/02/2023 e a Equipe de Apoio, após a abertura dos envelopes propostas decidem, por unanimidade de seus membros CLASSIFICAR o lote único para a empresa: PEDREIROS – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Fernandópolis-SP., 14 de março de 2.023.
ELISEU DA SILVA PEREIRA NE
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

Pregão Eletrônico nº 006/2023 – Licitação nº 006/2023 – Processo nº 037/2023

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de pesca (barcos, carretas e motores) para premiação no evento de pesca esportiva 1º TUCUNASUD 2023. Abertura dia: 27 de março de 2023. O Edital estará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 15 de março de 2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 14 de março de 2023. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Presencial nº 001/2023 – Licitação nº 007/2023 – Processo nº 038/2023

Objeto: Contratação de empresa para locação de software de Sistema Integrado de Gestão Pública. Abertura dia: 29 de Março de 2026 às 09 horas 00 minuto. o Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 16 de Março de 2023. Maiores informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 14 de Março de 2023. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2.490/2022 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS. Considerando o contido no despacho 16 do presente processo, que diante das informações trazidas pelo Departamento de Compras e, a fim de readequação da contratação solicitada, DETERMINO a REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico 122/2022, nos termos do artigo 49, da Lei nº. 8.666/93, para que o Centro de Especialidades Odontológicas refaça novo requerimento atendendo os padrões necessários à licitação. Conforme alínea "c", do inciso I, do Art. 109 da Lei de Licitações, abre-se prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos. Publique-se. Itápolis/SP, 14 de Março de 2023. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023, nos termos do Processo nº 085/2022, destinada a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR BIOQUÍMICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I. A licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 1 - "PROPOSTA" e nº 2 -"DOCUMENTAÇÃO", serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Licitações, localizado na Prefeitura do Município de Campina do Monte Alegre às 10:00 horas do dia 28 de março de 2023. A sessão pública dirigida pelo Pregoeiro se dará a seguir, no mesmo dia e local nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos. Campina do Monte Alegre, 14 de março de 2023. TIAGO RICARDO FERREIRA. PREFEITO MUNICIPAL.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023, nos termos do Processo nº 037/2023, destinada a AQUISIÇÃO GÁS P45 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E P13 PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I. A licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 1 - "PROPOSTA" e nº 2 -"DOCUMENTAÇÃO", serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Licitações, localizado na Prefeitura do Município de Campina do Monte Alegre às 10:00 horas do dia 27 de março de 2023. A sessão pública dirigida pelo Pregoeiro se dará a seguir, no mesmo dia e local nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos. Campina do Monte Alegre, 14 de março de 2023. TIAGO RICARDO FERREIRA. PREFEITO MUNICIPAL.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL 30 – ALIENAÇÃO ANTECIPADA - LEILÃO DE BEM IMÓVEL

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria SR/PF/SP n.º 2383/2022 — SR/PF/SP — de 19 de abril de 2022, e publicada no aditamento semanal n.º 016 de 20 de abril de 2022 e, em atenção ao contrato nº 70/2021, torna público que no local, data e horário indicados no item "1" do presente edital, será realizada licitação, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**, do tipo maior lance, para venda dos bens móveis indicados neste edital, de propriedade do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, de acordo com o processo administrativo SEI nº 08129.013195/2021-56, a ser conduzido pelo(a) Leiloeiro(a) Público Oficial, Murilo Paes Lopes Lourenço, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob a matrícula nº 1085, por força do contrato nº 70/2021, em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019. Faz saber que será levado a leilão em: **14/04/2023 às 10:00 horas**. Bem: Imóvel situado na Rua Edmundo Ferauche 12 - lote nº 01 da Quadra 51 do loteamento Jardim Acapulco. Município de Guarujá – SP. A descrição completa das unidades, como maiores informações poderão ser consultadas no site www.leilaobrasil.com.br. Dúvidas e esclarecimentos: telefone (11) 3965-0000 e e-mail: atendimento@leilaobrasil.com.br, ficam os executados, bem como eventuais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não sejam localizados para as intimações pessoais, Será o edital "por extrato", afixado e publicado na forma da lei. 03/03/2023.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI - IPRESB
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Pregão Presencial nº 003/2023
Edital de Licitação nº 003/2023
Tipo: Menor Preço Global
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para locação de Software de Gestão Integrada de Regime Próprio de Previdência Social e de Administração de Pessoal, incluindo os serviços de implantação, treinamento, manutenção, atualização e suporte técnico.
Data da Abertura da Sessão: Dia 28/03/2023 às 09:00, na Sede do IPRESB, Alameda Wagih Salles Nemer, 85, Centro, Barueri/SP.
Edital: Disponível a partir do dia 15/03/2023, no site: https://ipresb.barueri.sp.gov.br/licitacao/ - Maiores esclarecimentos no e-mail: administracao@ipresb.barueri.sp.gov.br
Fica esclarecido, desta feita, que houve alteração somente quanto à data da abertura da sessão.

Paulina M. Suzuki Benvindo – Pregoeira

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ON LINE - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 27/MARÇO/2023, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 28/MARÇO/2023, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelos Credores Fiduciários: **Luciene Rocha de Oliveira Souza, inscrita no CPF/RFB sob nº 269.280.848-71 e Marcio Rogerio de Souza, inscrito no CPF/RFB sob nº 098.607.808-54, venderão** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, alterada pelas LFs n.ºs 10.931/04, 13.043/14, 13.465/17 e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução da Escritura de Confissão de Divida com Alienação Fiduciária, lavrada em 11.05.20, pelo 3º Tabelião de Notas de São José dos Campos/SP, Livro 941, Fls. 331/338, os **IMÓVEIS**: **Lote 03 da Quadra D, do Loteamento denominado Jardim Petrópolis**, situado no Parque Industrial, São José do Campos/SP, com área total de 267,50m2, medido e confrontando 10,00m de frente para a Rua Joana Maria Correa Laranjeira de sua situação, nos fundos mede 10,00m, confrontando com a área reservada, pelo lado direito mede 26,75m confrontando com o lote 02 e, pelo lado esquerdo mede 26,75m2, confrontante com o lote 04. Matrícula Imobiliária nº 66.120 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos/SP; e **Lote 04 da Quadra D, do Loteamento denominado Jardim Petrópolis**, situado no Parque Industrial, São José do Campos/SP, com área total de 267,50m2, medido e confrontando: na frente mede 10,00m, confrontando com a Rua Joana Maria Correa Laranjeira de sua situação, nos fundos mede 10,00m, confrontando com a área reservada, pelo lado direito mede 26,75m confrontando com o lote 03 e, pelo lado esquerdo mede 26,75m2, confrontante com o lote 05. Matrícula Imobiliária nº 66.150 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos/SP. Referidos imóveis estão cadastrados na prefeitura de São José dos Campos/SP, em área maior sob nº 48.0603.0002.0000. Consolidação das propriedades dos imóveis em 13/01/2023. **VALORES DOS LANCES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.400.000,00 2º LEILÃO: R$ 3.061.747,48.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Os imóveis estão ocupados, ficando a desocupação a cargo do arrematante. As vendas serão feitas em caráter a*d corpus***,** imóveis entregues no estado em que se encontram. **Ônus:** R.04, da matrícula nº 66.120, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 1029/91; Av. 11, da matrícula nº 66.120, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 577.02.505581-9; e R. 05, da matricula nº 66.150, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 1031/91. Ficará a cargo do arrematante a responsabilidade pelo levantamento das penhoras existentes nas matrículas dos imóveis. Ficam os Fiduciantes, **Ezequias Jorge da Cruz, inscrito no CPF/RFB sob nº 062.526.298-04 e Sirlene de Carvalho Cruz, inscrita no CPF/RFB: 183.828.108-88,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras e condições disponíveis no portal eletrônico: www.silveiraleiloes.com.br, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação dos imóveis, não podendo alegar desconhecimento. Os Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

BOREALIS — **Borealis Brasil S.A. - CNPJ nº 13.204.698/0001-09**

Demonstrações Financeiras - exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

Ativo Circulante	Notas	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.809	37.290
Contas a receber de clientes	6	64.168	66.580
Estoques	7	83.560	71.448
Impostos a recuperar	8	23.174	26.384
Outros créditos		3.723	1.794
Total do ativo circulante		222.434	203.496
Não circulante			
Impostos a recuperar	8	29.178	29.390
Depósitos judiciais	14	4.871	4.154
Ativo de direito de uso	9	2.056	1.472
Imobilizado	10	97.604	98.199
Total do ativo não circulante		133.709	133.215
Total do ativo		356.143	336.711
Passivo Circulante		2022	2021
Fornecedores	11	23.610	10.837
Partes relacionadas	13	2.177	6.226
Operações de Risco Sacado -	13	42.568	59.872
Impostos e contribuições a recolher		777	1.996
Salários, encargos e férias a pagar	12	6.383	6.424
Provisão para demandas judiciais	14	5.179	5.789
Passivo de arrendamento	9	1.264	790
Dividendos a pagar		2.739	15.063
Outras contas a pagar		1.372	2.013
Total do passivo circulante		86.069	109.010
Não circulante			
Outras contas a paga		205	136
I.R. e contribuição social diferidos	8	15.057	15.077
Provisão para demandas judiciais	14	4.615	3.350
Passivo de arrendamento	9	863	701
Total do passivo não circulante		20.740	19.264
Total do passivo		106.809	128.274
Patrimônio líquido	15		
Capital social		94.744	94.744
Reserva de capital		53	53
Reservas de lucros		154.537	113.640
Total do patrimônio líquido		249.334	208.437
Total do passivo e patrimônio líquido		356.143	336.711

Demonstração do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido do exercício	53.636	63.422
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	53.636	63.422

Demonstração do resultado	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	16	565.146	514.539
Custos dos produtos vendidos	17	(467.725)	(420.080)
Lucro bruto		97.421	94.459
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	17	(10.715)	(8.975)
Administrativas e gerais	17	(19.091)	(15.955)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	99	26.439
Lucro Operacional		67.714	95.968
Receitas financeiras	19	9.612	4.741
Despesas financeiras	19	(3.286)	(4.324)
Receitas financeiras, líquidas		6.326	417
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		74.040	96.385
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(20.424)	(18.581)
Diferidos		20	(14.382)
	8	(20.404)	(32.963)
Lucro líquido do exercício		53.636	63.422
Lucro por lote de mil ações - R$		566,12	669,41
Quantidade de ações ao final do exercício		94.743.513	94.743.513

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda	74.040	96.385
Depreciação	8.318	8.456
Perda na baixa de ativo imobilizado	623	59
Adição (exclusão) de provisão para obsolescência dos estoques - Nota 7	74	327
Provisão para demandas judiciais, trabalhistas - Nota 14	1.267	1.917
Transferências e variações monetárias de depósitos judiciais	(125)	704
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(91)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos financeiros	-	382
	84.197	108.139
(Aumento)redução nas contas a receber de clientes	2.412	(7.504)
(Aumento) redução nos estoques	(12.185)	(25.383)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	2.221	(40.266)
(Aumento) redução em outras contas do ativo	(1.929)	(1.586)
Aumento (redução) em fornecedores	12.773	(4.839)
Aumento (redução) em partes relacionadas Nota 13	(21.353)	27.641
Aumento (redução) em impostos a pagar	(1.219)	1.773
Aumento (redução) nas demais contas do passivo	(612)	4.657
Pagamento de depósitos e demandas judiciais	(1.204)	(6.729)
	(21.096)	(52.236)
Caixa gerado nas operações	63.101	55.903
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.424)	(17.613)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.677	38.290
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.223)	(3.457)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.223)	(3.457)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos financeiros -	-	(11.421)
Amortização de juros sobre empréstimos financeiros -	-	(323)
Pagamento de contrato de arrendamento – Nota 9	(959)	(1.316)
Amortização de juros sobre arrendamento – Nota 9	(113)	(59)
Pagamento de dividendos	(15.063)	(1.474)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(8.800)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(24.935)	(14.593)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	10.519	20.240
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	37.290	17.050
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	47.809	37.290

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Retenção de lucros	Reserva para distribuição de dividendos	Lucros acumulados	Total
Em 1º/01/2021	94.744	53	11.089	49.769	5.897	-	161.552
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.422	63.422
Destinações: Reserva legal	-	-	3.171	-	-	(3.171)	-
Retenção de lucros (Nota 15)	-	-	-	45.188	-	(45.188)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(1.474)	(15.063)	(16.537)
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	4.423	(4.423)	-	-
Em 31/12/2021	94.744	53	14.260	99.380	-	-	208.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.636	53.636
Destinações: Reserva legal	-	-	2.681	-	-	(2.681)	-
Retenção de lucros (Nota 15)	-	-	-	38.216	-	(38.216)	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(2.739)	(2.739)
Em 31/12/2022	94.744	53	16.941	137.596	-	-	249.334

Eide Francisco Garcia - Diretor Presidente; **Ricardo de Lima Félix** - Diretor Vice-Presidente
Emerson de Oliveira Guimarães -Contador - CRC: 1SP-178316/O-5

As notas explicativas encontram-se à disposição na sede Social

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023 - RETIFICADO – PROCESSO Nº 0448/2023

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual Aquisição de Tiras Reagente, conforme Termo de Referencia – Anexo I. A Sessão Pública passa a ser as 10:00 horas do dia 28 de Março de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 15/03/2023, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com

Pirapora do Bom Jesus, 14 de Março de 2023 – Marcelo Pontes Leite - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

CLASSIFICAÇÃO – REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2.023 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS, CONFORME PLANILHAS, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO ANEXOS AO EDITAL – RECURSO PRÓPRIO** - Fica a classificação da Tomada de Preços nº 02/2023, da seguinte forma: 1ª Classificada empresa **DOURADO CONSTRUTORA LTDA - EPP** no valor de R$ 198.253,86 (cento e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos). **As empresas ficam intimadas do prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso.**

Emilianópolis, 13 de março de 2023.
JULIAN MARCEL DA SILVA, Presidenta da COMUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 28/03/2023 - O Diretor Presidente da **CPTI - Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 31 (trinta e um) cooperados em condição de votar, para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 28 de março de 2023, na Rua Victor Brecheret, 59 - 1º andar, Osasco - SP, em 1ª convocação às 08h00 horas, com 2/3 (dois terços) de seus associados; em 2ª convocação às 09h00 horas, com metade mais um dos seus associados, ou em 3ª convocação às 10h00 horas com o mínimo de 10 (dez) associados, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas do órgão de administração para o exercício de 2022, compreendendo: a) Balanço Geral do exercício e Parecer do Conselho Fiscal; e, b) Relatório da Diretoria; 2) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4) Outros assuntos de interesse da sociedade. Osasco, 6 de março de 2023. **Amantino Ramos de Freitas -** Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial Nº 0014/2023 - Edital Nº 0034/2023.
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de documentação técnica para obtenção do CLCB inclusive instalação de extintores, luz de emergência e placa de sinalização. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global. **Encerramento e abertura:** 09:00 horas do dia 30/03/2023.
Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 15 de março de 2023.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 002/2023

Processo Administrativo de Contratação n.º 56/2023. Concorrência n.º 002/2023, do Tipo Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação da sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - CRCMG, contemplando a construção de um novo prédio, a revitalização do prédio existente e a unificação dos dois prédios, nos endereços: Rua Cláudio Manoel, nºs 617 e 639, Bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico da Licitação e demais documentos técnicos anexos ao Edital. O Edital poderá ser obtido através do portal www.crcmg.org.br ou na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h30min às 17h. Período de recebimento da documentação e proposta: de 15/3/2023 às 9h30min do dia 18/4/2023. Sessão pública de abertura da documentação: 18/4/2023 às 09h40min, na sede do CRCMG, no endereço supracitado.

Belo Horizonte, 13 de março de 2023.
Suely Maria Marques de Oliveira - Presidente

LEILÃO DE 04 IMÓVEIS Online — bradesco

Data do Leilão: 23/03/2023 a partir das 14h00

IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO — **À VISTA 10% DE DESCONTO | IMÓVEIS COMERCIAIS**

LOTE 04 - SÃO PAULO/SP - SÉ
Rua Riachuelo, nº 47. Prédio Comercial. Área terreno: 359,24m²; Área construída estimada: 350,03m² (Consta no RI 340,00m²). Matr. 20.415 do 1º RI Local.
Lance Mínimo: R$ 2.130.000,00
Mínimo à Vista: R$ 1.917.000,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 1.936.562 em 03/03/2023 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 228.050 em 07/03/2023. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

JUSTIÇA ELEITORAL

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023
PROCESSO Nº 0002281-95.2022.6.22.8000

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para a execução de obras, consistentes na construção de edifício para abrigar a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na cidade de Porto Velho/RO, nos termos e condições estabelecidos no edital e seus anexos integrantes.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço.
FORMA DE EXECUÇÃO: Indireta, sob o regime de empreitada por preço global.
ABERTURA: A sessão iniciará às 14h00min do dia 17 de abril de 2023 (horário de Porto Velho/RO). A sessão pública será operada na sede do Tribunal, no endereço av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, na cidade de Porto Velho/RO.
AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: A partir do dia 15 de março de 2023, nos sítios da internet www.gov.br/compras e www.tre-ro.jus.br ou, ainda, mediante solicitação formal através do e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.
TELEFONES PARA INFORMAÇÕES: (69) 3211-2000/2082

Porto Velho, 14 de março de 2023.
ANDERCLEDSON REIS
Presidente da Comissão de Licitação

A FEDERAÇÃO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO - FHORESP, inscrita no CNPJ sob nº 58.109.471/0001-12, com sede em São Paulo - SP no Largo do Arouche, 290 - 7º andar - Vila Buarque - CEP 01219-010, entidade sindical de 2º grau, com aprovação em Assembleia Geral para proceder a negociação intersindical, a Convenção Coletiva de Trabalho e seus respectivos Termos Aditivos em substituição ao **Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Votuporanga e Região** - **SinHoRes Votuporanga**, inscrito no CNPJ 58.109.471/001-12 e do **Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Tupã e Região - SinHoRes Tupã**, inscrito no CNPJ sob nº 54.722.699/0001-22, tendo em vista que a situação desses sindicatos encontra-se irregular junto ao Ministério do Trabalho e a pauta de reivindicações recebida dos dois Sindicatos Laborais encaminhadas a esta entidade sindical de Superior, para representar a categoria econômica respectiva, na base territorial dos SinHoRes Votuporanga e Tupã, CONVOCA os membros do Conselho de Representantes da Federação, bem como as empresas associadas e não associadas ao SinHoRes Tupã e do SinHoRes Votuporanga, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, no dia 22 de março de 2023, às 09:00 horas, em primeira chamada e, não havendo quórum legal, em segunda chamada às 09:30 horas, com qualquer número de presentes, em formato virtual, com prévia instalação da Plataforma ZOOM Meeting. A Fhoresp enviará o login de acesso às empresas cadastrada previamente e com antecedência de até 24 horas. A inscrição antecipada no prazo indicado deverá ser requerida por escrito através do e-mail: secretria@fhoresp.com.br, com o obrigatório encaminhamento anexo do Contrato Social da empresa, cartão do CNPJ e cópia do RG. Em caso de representante legal o procedimento será o mesmo, acrescido da cópia do instrumento de procuração específico para a AGE, com firma reconhecida por autenticidade. A AGE será Presidida pelo 1º Vice Presidente da FHORESP, Claudino Veloso Borges Neto e deliberará por escrutínio aberto, a seguinte **Ordem do Dia: 1 -** Com a participação apenas do Conselho de Representante e empresários da região, Autorização para realizar mediação pré-processual, instaurar dissídio coletivo ou Assinar, nos termos estabelecidos pelas Comissões de Negociação, o Termo Aditivo da CCT 2022-2024, com do SinHoRes Votuporanga; **2 -** Com a participação apenas do Conselho de Representante e empresários da região, Autorização para realizar mediação pré-processual, instaurar dissídio coletivo ou Assinar, nos termos estabelecidos pelas Comissões de Negociação, o Termo Aditivo da CCT 2022-2024, do SinHoRes Tupã; **3 -** Em relação aos dois Sindicatos, enquanto se reorganizam, Autorização para a FHORESP realizar todas as ações administrativas, emissão de documentos em cumprimento da CCT, realizar orientação, estabelecer benefícios, realizar cobranças de contribuições, taxas etc., receber e gerir valores da forma que melhor entender, firmar convênios e contratos, bem como, todas as ações que forem necessárias. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos junto a FHORESP, pelo fone: (11) 3327.2064 ou pelo e-mail: secretaria@fhoresp.com.br. São Paulo, 13 de março de 2023. **Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo - FHORESP - Nelson de Abreu Pinto** - Presidente.